



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2013

Brasília/DF
abril/2014

Elaboração e redação

Diretoria-Geral da Secretaria – DIGES
Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação – SECGE
Divisão de Desenvolvimento Institucional – DIDEN

Produção editorial

Divisão de Produção Editorial e Gráfica – DIEDI

Impressão e acabamento gráfico

Núcleo de Serviços Gráficos – DIGRA

Coordenação geral

Roberto Elias Cavalcante
Bárdia Tupy

Coordenação técnica e edição

Mariana Gomide Madruga
Renato Cunha

Coordenação de produção editorial

Ana Guimarães Toledo

Consolidação e redação de textos

Carlos Roberto de Jesus Domingues
Eliane de Aguiar Marques Lacombe
Fabiano Fernandes Gomes
Lúcia Beatriz de Mendonça de Sá
Mariana Gomide Madruga
Renato Cunha
Tatiana Montezuma

Dados e informações

Unidades do TRF 1ª Região
Primeira Região em Revista

Controle de texto

Samuel Nunes dos Santos

Revisão

Evanildes Carvalho de Amorim
Maria Benáurea Santos
Robson Taylor de Barros

Capa

Renata Guimarães Leitão

Editoração eletrônica

Bárbara de Almeida Martino (estagiária)
Charles Oliveira da Silva
Heli Ferreira Sobral Filho
Rodrigo Ferreira Cardoso (estagiário)
Rosângela da Cruz Silva

Confecção de chapas CTP

Studio Fotolito Digital Ltda.

Brasil. Tribunal Regional Federal. Região 1.

Relatório de atividades 2013 / Justiça Federal.
Tribunal Regional Federal da 1ª Região. – Brasília :
TRF-1ª Região, 2014.
302 p.: il.

1. Tribunal regional federal, relatório, Brasil,
(2013). I. Título.

CDD 341.4192

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 5

ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL, 8

GESTÃO ESTRATÉGICA, 17

MAPA ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL (2010-2014), 17

MONITORAMENTO E DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA, 18

REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (2015-2020), 21

METAS DO PODER JUDICIÁRIO, 23

PRINCIPAIS PROJETOS DO TRF 1ª REGIÃO, 27

SOCIEDADE, 45

MAPA DE JULGADOS, 46

PRECATÓRIOS E RPVs, 69

PROCESSOS INTERNOS, 74

ACESSO À JUSTIÇA, 75

INSTALAÇÃO DE UNIDADES JUDICIÁRIAS, 75

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS, 79

OUVIDORIA DA JUSTIÇA FEDERAL, 90

EFICIÊNCIA OPERACIONAL, 93

NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA, 93

CORREIÇÕES GERAIS ORDINÁRIAS, 94

INSPEÇÕES ORDINÁRIAS, 95

ACOMPANHAMENTO PARLAMENTAR E ACESSORAMENTO
JURISDICIONAL, 98

SISTEMA NORMATIVO, 105

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, 122

ADMINISTRAÇÃO GERAL, 130

GESTÃO DOCUMENTAL, 140

AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS, 145

CONTROLE INTERNO, 147



SISTEMA DE CONCILIAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL, 157

AÇÕES INOVADORAS PARA JEFs E TURMAS RUCURSAIS, 159

RECURSOS, 165

GESTÃO DE PESSOAS, 166

MAGISTRADOS, 166

SERVIDORES, 183

ESTAGIÁRIOS E PRESTADORES DE SERVIÇO, 185

ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA 1ª REGIÃO - ESMAF, 185

UNIVERSIDADE CORPORATIVA DA 1ª REGIÃO - UNICORP, 194

PREVIDÊNCIA, 197

CARREIRA, 198

QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR SOCIAL, 200

ASSISTÊNCIA À SAÚDE, 203

INFRAESTRUTURA E TI, 214

INFRAESTRUTURA, 214

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS, 223

ORÇAMENTO, 236

DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO, 241

CONTRATOS DE AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS, 280

CONTINGENCIAMENTO E DESCONTINGENCIAMENTO, 281

SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, 286

RELATÓRIO DE BENEFÍCIOS DA 1ª REGIÃO, 287

LEI ORÇAMENTÁRIA 2014, 287

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS, 292



APRESENTAÇÃO

Excelentíssimos senhores desembargadores federais, excelentíssimos senhores juízes federais, senhores servidores,

Conforme o disposto no art. 21, XLIII, do Regimento Interno, entre as atribuições do presidente deste Tribunal está a de apresentar, na segunda sessão plenária após o recesso forense, relatório circunstanciado dos trabalhos efetuados no ano decorrido, bem como o mapa de julgados. Em cumprimento a esse dispositivo, a fim de prestar contas dos compromissos assumidos neste segundo ano de minha gestão como presidente desta Corte, em atenção ao princípio da transparência, apresento a vossas excelências e vossas senhorias o Relatório de Atividades do TRF 1ª Região, ano 2013.

O Relatório deste ano segue o modelo iniciado no ano anterior, atendendo ao conceito de gestão administrativa plenamente voltada para resultados. Portanto, de acordo com o Plano Estratégico da Justiça Federal 2010-2014, este Relatório trata, de forma coesa, das ações desenvolvidas pelas diversas unidades do Tribunal — todas levando ao alcance da missão institucional e de objetivos comuns, agrupando as atividades dentro das três perspectivas do plano estratégico: Sociedade, Processos Internos e Recursos, além dos capítulos introdutórios Organização Institucional e Gestão Estratégica.

No capítulo Organização Institucional, encontra-se a movimentação, durante o ano de 2013, da composição dos órgãos julgadores, das comissões permanentes, da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região, do Gabinete da Revista, da Coordenação dos Juizados Especiais Federais, dos conselhos, da Secretaria do Tribunal e da Secretaria de Controle Interno.

O capítulo Gestão Estratégica, por sua vez, traz o Mapa Estratégico da Justiça Federal e o próprio plano estratégico, além de discorrer sobre o desempenho do Tribunal em relação às metas do Poder Judiciário e sobre os principais projetos desenvolvidos. Nesse ponto, a Justiça Federal da 1ª Região atingiu quatro entre as oito metas estabelecidas para o ano, quais sejam, a **Meta 2**, “Julgar, até 31/12/2013, pelo menos 50% dos processos distribuídos em 2008, na Justiça Federal, e dos processos distribuídos em 2010, nos Juizados Especiais Federais e turmas recursais federais”, cujo grau de cumprimento foi de 50,6%; a **Meta 16**, “Fortalecer a estrutura de controle interno no Tribunal”, que obteve resposta positiva para todos os quesitos analisados; a **Meta 5**, “Designar audiências e realizar demais atividades de conciliação adequadas à solução de conflitos em número maior do que o ano de 2012”, com 142,7% de cumprimento, tendo esta Corte mais uma vez se destacado na Semana Nacional de Conciliação, quando foram realizadas 11.275 audiências, com 90,12% de acordos — 10.162 —, atingindo-se cerca de R\$ 133 milhões nos valores negociados; e a **Meta 6**, “Implementar gestão por processos de trabalho (ge-



renciamento de rotinas) em 100% das turmas recursais”, que já estava cumprida desde de 2012.

Por outro lado, não foram cumpridas a Meta 1, “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012”, cujo grau de cumprimento foi de 87%; a Meta 17, “desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos”, nos tópicos de implantação do procedimento administrativo virtual, de fixação de prazos para a realização dos atos no procedimento licitatório, de adoção do mapeamento de processos de licitação de obras de engenharia, de qualificação de servidores na competência de análise de mercado e de adoção de sistema de compras diretas por meio eletrônico; a Meta 18, “Identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2011”, ficando pendentes 4.835 ações; e a Meta 19, “Realização de parcerias entre o Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais de Justiça, os Tribunais Federais, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais de Contas, para aperfeiçoamento e alimentação do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa”.

Na perspectiva Sociedade, cujo objetivo estratégico é assegurar a prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva, são apresentados o mapa de julgados e as sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios e RPVs). Os órgãos colegiados do Tribunal receberam, em distribuição, 127.688 processos, tendo sido julgados 146.722 e permanecendo em tramitação, ao final do ano, 363.206. No 1º grau, foram distribuídos 938.969 processos e julgados 738.885, encerrando-se o ano com 2.327.756 feitos em tramitação.

A perspectiva Processos Internos subdivide-se nos temas “Acesso à Justiça”, que tem por objetivo estratégico garantir ao maior número de cidadãos o amplo acesso à resolução de conflitos, e “Eficiência Operacional”, que abrange quatro objetivos estratégicos, relacionados à agilização dos trâmites judiciais, ao sistema de gestão judiciária e administrativa — incluindo-se as correições gerais ordinárias e inspeções ordinárias, realizadas pela Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1ª Região —, ao Sistema de Conciliação da Justiça Federal e à estrutura e funcionamento das turmas recursais. Em 2013, quanto ao tema “Acesso à Justiça”, vale ressaltar que foram inauguradas 22 varas federais, sendo 19 em continuação às instalações previstas pela Lei 12.011/2009 e mais três pela Lei 12.762/2012, das quais cinco novas subseções judiciárias foram constituídas. Assim, ao final de 2013, a 1ª Região totalizou 273 subseções judiciárias e 76 varas federais.

Ainda com relação ao tema Acesso à Justiça, a Coordenação dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região acompanhou a realização de cinco juizados itinerantes, que contemplaram as Seções Judiciárias do Amapá, Goiás, Maranhão, Tocantins e Rondônia e resultaram em 5.134 audiências realizadas, 7.034 processos julgados e 4.299 acordos homologados.

Destaca-se, no ano de 2013, o objetivo estratégico “Aprimorar a estrutura e o funcionamento das turmas recursais”, com a implantação permanente de nove turmas recursais



(1ª e 2ª TRs da Bahia; 1ª TR do Distrito Federal; 1ª TR de Goiás; 1ª TR do Maranhão; 1ª, 2ª e 3ª TRs de Minas Gerais e 1ª TR do Pará/Amapá), que já estavam em funcionamento antes da edição da Lei 12.665/2012, e instalação, em 23/04/2013, da 4ª Turma de Minas Gerais, em 30/08/2013, da 2ª Turma de Goiás e, em 06/12/2013, da 3ª Turma da Bahia.

Na perspectiva Recursos, encontram-se as atividades dos temas “Gestão de Pessoas”, “Infraestrutura e TI” e “Orçamento”. Em Gestão de Pessoas, antes de seus dois objetivos estratégicos, que se ocupam de aperfeiçoamento e capacitação, clima organizacional e bem-estar de magistrados e servidores, são apresentados a nova composição do Tribunal, as diretorias de foro, o provimento de cargos na 1ª instância e os dados da força de trabalho da 1ª Região. Em Infraestrutura e TI, estão as atividades voltadas para prover o Tribunal de estrutura física ao seu funcionamento e meios de segurança adequados, além das soluções tecnológicas desenvolvidas para garantir a efetividade dos trabalhos. Por fim, o tema Orçamento detalha como foram assegurados os recursos orçamentários e priorizada sua execução de acordo com a estratégia.

Finalizando a minha gestão, apresento, por meio deste Relatório, o trabalho desenvolvido pelo Tribunal em 2013, agradecendo a todos — magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários — a importante colaboração para o avanço, cada vez mais crescente, da prestação jurisdicional federal de qualidade.

Brasília/DF, 10 de abril de 2014.

Desembargador Federal Mário César Ribeiro
Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região



ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

ÓRGÃOS JULGADORES

PLENÁRIO

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Mário César Ribeiro (presidente)
Daniel Paes Ribeiro (vice-presidente)
Carlos Olavo (corregedor regional)
Jirair Aram Meguerian
Olindo Menezes
Tolentino Amaral
Cândido Ribeiro
Hilton Queiroz
Carlos Moreira Alves
Ítalo Mendes
José Amilcar Machado
João Batista Moreira
Souza Prudente
Selene Almeida
Maria do Carmo Cardoso
Leomar Amorim
Neuza Alves
Francisco de Assis Betti
Reynaldo Fonseca
Ângela Catão
Mônica Sifuentes
Kassio Marques
Néviton Guedes
Novély Vilanova
Ney Bello
Candido Moraes

Tourinho Neto – até 31/03
Catão Alves – até 25/11
Ney Bello – a partir de 27/06
Candido Moraes – a partir de 05/11



CORTE ESPECIAL

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Mário César Ribeiro (presidente)
Daniel Paes Ribeiro (vice-presidente)
Carlos Olavo (corregedor regional)
Jirair Aram Meguerian
Olindo Menezes
Tolentino Amaral
Cândido Ribeiro
Hilton Queiroz
Carlos Moreira Alves
Souza Prudente
Selene Almeida
Neuza Alves
Reynaldo Fonseca
Mônica Sifuentes
Kassio Marques
Néviton Guedes
Novély Vilanova

Tourinho Neto – até 31/03
Catão Alves – até 25/11
Ítalo Mendes – até 06/01
Maria do Carmo Cardoso – até 06/01
Leomar Amorim – até 06/01
Hilton Queiroz – a partir de 01/04
Souza Prudente – a partir de 07/01
Reynaldo Fonseca – a partir de 07/01
Kassio Marques – a partir de 07/01
Néviton Guedes – a partir de 07/01
Novély Vilanova – a partir de 07/01

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Mário César Ribeiro (presidente)
Daniel Paes Ribeiro (vice-presidente)
Carlos Olavo (corregedor regional)
Jirair Aram Meguerian
Olindo Menezes
Tolentino Amaral
Cândido Ribeiro
Neuza Alves
Mônica Sifuentes

Tourinho Neto – até 31/03
Tolentino Amaral – a partir de 01/04



1ª SEÇÃO

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Ângela Catão (presidente)

Neuza Alves

Francisco de Assis Betti

Néviton Guedes

Ney Bello

Candido Moraes

Kassio Marques – até 20/06

Ney Bello – a partir de 27/06

Candido Moraes – a partir de 05/11

1ª TURMA

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Néviton Guedes (presidente)

Ângela Catão

Ney Bello

Ângela Catão (presidente) – até 05/08

Kassio Marques – até 20/06

Ney Bello – a partir de 27/06

10

2ª TURMA

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Neuza Alves (presidente)

Francisco de Assis Betti

Candido Moraes

Candido Moraes – a partir de 05/11



2ª SEÇÃO

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Ítalo Mendes (presidente)

Hilton Queiroz

Olindo Menezes

Cândido Ribeiro

Mônica Sifuentes

Tourinho Neto – até 31/03

3ª TURMA

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Cândido Ribeiro (presidente)

Mônica Sifuentes

Tourinho Neto (presidente) – até 31/03

Cândido Ribeiro (presidente) – a partir de 01/04

Catão Alves – a partir de 01/04 e até 25/11

11

4ª TURMA

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Ítalo Mendes (presidente)

Olindo Menezes

Hilton Queiroz (presidente) – até 20/10

Ítalo Mendes (presidente) – a partir de 21/10



3ª SEÇÃO

DESEMBARGADORES FEDERAIS

João Batista Moreira (presidente)

Selene Almeida

Carlos Moreira Alves

Jirair Aram Meguerian

Souza Prudente

Kassio Marques

José Amilcar Machado – até 01/05

Kassio Marques – a partir de 21/06

5ª TURMA

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Souza Prudente (presidente)

João Batista Moreira

Selene Almeida

Selene Almeida (presidente) – até 15/02

Souza Prudente (presidente) – a partir de 16/02

12

6ª TURMA

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Jirair Aram Meguerian (presidente)

Carlos Moreira Alves

Kassio Marques

José Amilcar Machado – até 01/05

Kassio Marques – a partir de 21/06



4ª SEÇÃO

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Maria do Carmo Cardoso (presidente)

Tolentino Amaral

Leomar Amorim

Reynaldo Fonseca

Novély Vilanova

José Amilcar Machado

Catão Alves – até 01/05

José Amilcar Machado – a partir de 02/05

7ª TURMA

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Reynaldo Fonseca (presidente)

Tolentino Amaral

José Amilcar Machadol

Catão Alves – até 01/05

José Amilcar Machado – a partir de 02/05

13

8ª TURMA

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Maria do Carmo Cardoso (presidente)

Leomar Amorim

Novély Vilanova

Leomar Amorim (presidente) – até 25/12

Maria do Carmo Cardoso (presidente) – a partir 26/12



COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE REGIMENTO

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Mônica Sifuentes (presidente)

Cândido Ribeiro

João Batista Moreira

Néviton Guedes (suplente)

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Selene Almeida (presidente)

Reynaldo Fonseca

Kassio Marques

Néviton Guedes (suplente)

14

COMISSÃO DE ACERVO JURÍDICO

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Carlos Moreira Alves (presidente)

Maria do Carmo Cardoso

Ângela Catão

ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA 1ª REGIÃO (ESMAF)

DESEMBARGADORES FEDERAIS

José Amilcar Machado (diretor)

Cândido Ribeiro (vice-diretor)

GABINETE DA REVISTA

DESEMBARGADOR FEDERAL

João Batista Moreira (diretor)



COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (COJEF)

DESEMBARGADORA FEDERAL

Neuza Alves (coordenadora)

CONSELHOS

CONSELHO DO COLAR E DA MEDALHA DO MÉRITO JUDICIÁRIO MINISTRO NELSON HUNGRIA

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Mário César Ribeiro (chanceler)

Daniel Paes Ribeiro

Carlos Olavo

Ítalo Mendes

João Batista Moreira

15

CONSELHO DELIBERATIVO DO PRO-SOCIAL

Desembargador Federal Mário César Ribeiro (presidente)

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso (representante dos magistrados)

Roberto Elias Cavalcante (diretor-geral)

Sérgio Carlos Três e Silva (diretor da Secbe)

Ionice de Paula Ribeiro (diretora da Secoi)

Maurício da Silveira Araújo (representante dos servidores)

Até 18/07

Tito Antônio Revoredo Guerra (diretor da Secbe)

SECRETARIA DO TRIBUNAL

Diretoria-Geral da Secretaria (Diges)

Roberto Elias Cavalcante

Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação (Secge)

Bárdia Tupy

Secretaria Judiciária (Secju)

Rosana Monori

Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro (Secor)



Carlos Frederico Maia Bezerra

Secretaria de Recursos Humanos (Secre)

Maria do Carmo Cezário Corrêa

Secretaria de Administração (Secad)

Luiz Maurício Penna da Costa

Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin)

Roberto Petruff

Secretaria do Bem-Estar Social (Secbe)

Sérgio Carlos Três e Silva

Até 18/07

Tito Antônio Revoredo Guerra

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO (SECOI)

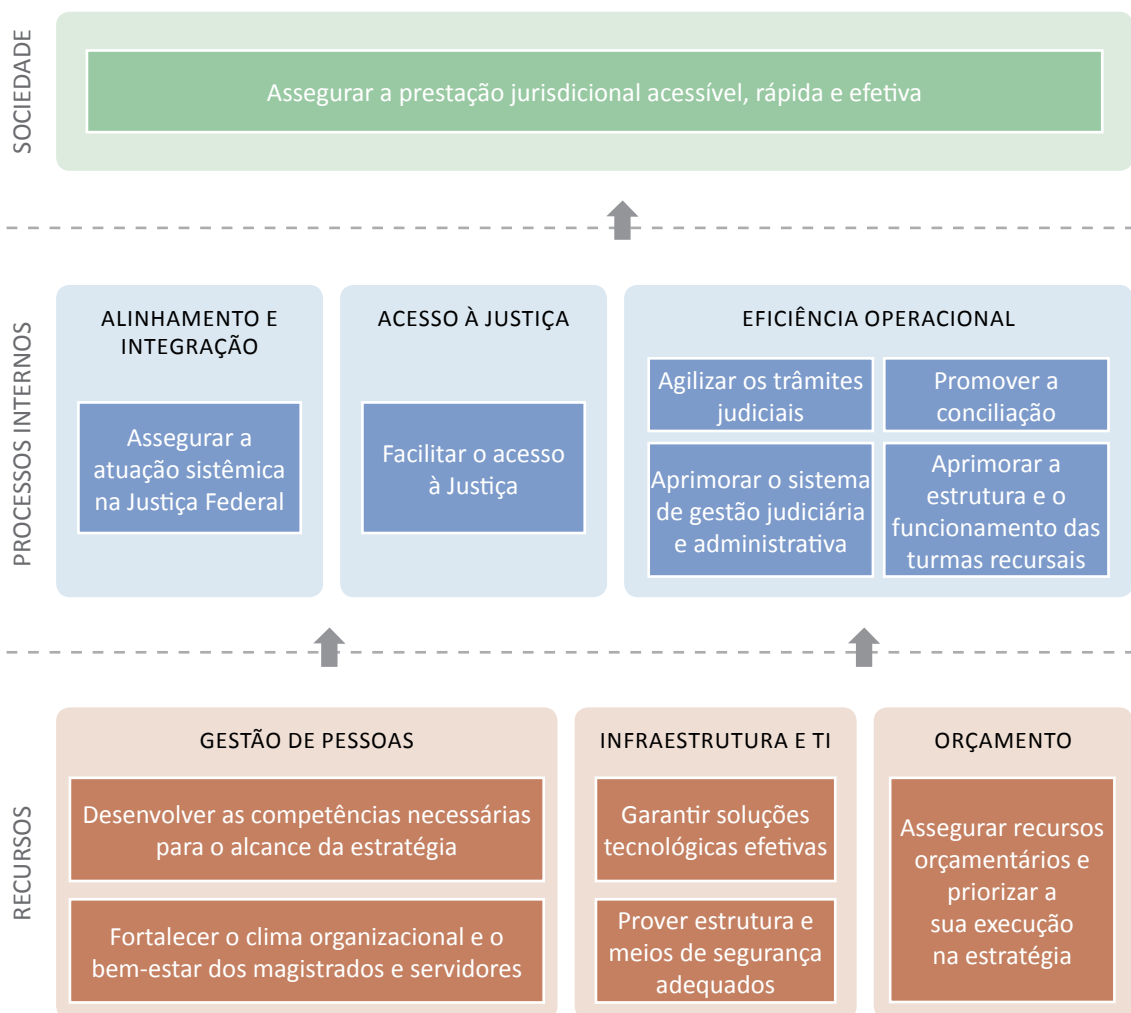
Ionice de Paula Ribeiro



GESTÃO ESTRATÉGICA

MAPA ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL (2010-2014)

Missão: Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.





Visão: Consolidar-se, perante a sociedade, como modelo de efetividade, transparência e segurança jurídica.

MONITORAMENTO E DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA

Em 2013, dando continuidade à execução da estratégia da Justiça Federal, buscando assegurar à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva, o Tribunal atuou de forma intensa em ações voltadas às perspectivas *recursos* e *processos internos*, conforme se observa na leitura deste Relatório de Atividades.

Especialmente no que tange ao objetivo estratégico “agilizar os trâmites judiciais” foi desenvolvido modelo de monitoramento dos indicadores, com vistas a prestar contas à sociedade e comunicar esse objetivo aos órgãos judiciais e administrativos da Justiça Federal da 1ª Região e alinhá-los, de modo a obter o comprometimento quanto ao alcance das metas.

QUADRO 1

Desempenho no Tribunal – indicadores relativos ao objetivo estratégico “agilizar os trâmites judiciais”

18

2013	13 Congestionamento do 2º grau	14 Processos no 2º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	15 Processos antigos julgados no 2º grau	19 Taxa de agilidade na publicação de acórdãos
Meta	76%	15%	50%	100%
Realizado	42%	0,2%	73,2%	30,5%
Desempenho	241,5%	1,5%	146,4%	30,5%



QUADRO 2

Comparativo de desempenho nas seções judiciárias da 1ª Região –
indicadores relativos ao objetivo estratégico “agilizar os trâmites judiciais”

		2012	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MG	MT	PA	PI	RO	RR	TO	1ª Região	
Eficiência operacional	10 Congestionamento na fase de conhecimento do 1º grau	Meta	56,0%	56,0%	56,0%	56,0%	56,0%	56,0%	56,0%	56,0%	56,0%	56,0%	56,0%	56,0%	56,0%	56,0%	56,0%	
		Realizado	71,4%	68,5%	79,1%	65,9%	65,3%	61,7%	73,3%	65,0%	67,2%	75,7%	72,5%	76,4%	63,4%	67,9%	67,2%	
		Desempenho	65,0%	71,5%	47,5%	77,5%	78,8%	87,0%	60,6%	79,5%	74,5%	55,2%	62,6%	53,7%	83,2%	72,9%	74,6%	
	11 Processos no 1º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	Meta	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
		Realizado	-4,2%	-34,3%	-3,80%	-22,2%	-0,9%	-20,5%	-38,6%	-11,9%	4,1%	-35,4%	-34,9%	-20,4%	-42,6%	-35,4%	-16,9%	
		Desempenho	-42,3%	-343,2%	-37,9%	-222,4%	-9,2%	-205,2%	-386,1%	-118,6%	41,1%	-353,8%	-349,0%	-204,0%	-425,8%	-353,6%	-169,4%	
	12 Processos antigos julgados no 1º grau	Meta	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%
		Realizado	32,9%	33,3%	28,3%	44,8%	44,5%	27,8%	35,7%	38,2%	30,7%	36,8%	33,6%	32,7%	40,0%	30,9%	37,8%	
		Desempenho	65,9%	66,5%	56,6%	89,5%	89,0%	55,6%	71,5%	76,4%	61,5%	73,6%	67,2%	65,5%	79,9%	61,8%	75,6%	
	16 Congestionamento na fase de conhecimento do JEF	Meta	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%
		Realizado	41,7%	28,8%	22,4%	46,5%	48,3%	47,7%	41,8%	55,2%	48,7%	52,2%	64,4%	55,1%	36,5%	63,4%	50,2%	
		Desempenho	233,3%	284,7%	310,4%	214,1%	206,8%	225,2%	232,9%	179,3%	205,2%	191,3%	142,3%	179,6%	253,8%	146,4%	199,3%	
	17 Processos no JEF julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	Meta	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%
		Realizado	-8,3%	-0,2%	69,6%	11,7%	22,2%	9,9%	7,0%	19,6%	5,1%	-1,5%	-3,2%	-17,5%	17,4%	-36,4%	-16,9%	
		Desempenho	-82,7%	-2,5%	695,8%	117,5%	222,4%	98,9%	70,2%	196,2%	51,3%	-14,6%	-31,6%	-174,8%	174,0%	-363,9%	-169,4%	
	18 Processos antigos julgados no JEF	Meta	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%
		Realizado	98,5%	92,8%	98,3%	93,9%	97,3%	96,4%	98,6%	89,3%	95,5%	96,1%	91,6%	94,9%	98,9%	95,6%	94,3%	
		Desempenho	197,0%	185,6%	196,6%	187,8%	194,6%	192,7%	197,3%	178,6%	191,1%	192,1%	183,2%	189,8%	197,9%	191,3%	188,6%	



Comparativo de desempenho nas seções judiciárias da 1ª região - indicadores relativos ao objetivo estratégico “agilizar os trâmites judiciais”

		2013	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MG	MT	PA	PI	RO	RR	TO	1ª Região	
EFICIÊNCIA OPERACIONAL	10 Congestionamento na fase de conhecimento do 1º grau	Meta	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%	
		Realizado	72,2%	74,2%	74,6%	68,9%	61,1%	62,8%	74,5%	69,6%	60,4%	72,5%	72,9%	73,6%	73,0%	64,9%	68,1%	
		Desempenho	57,8%	53,7%	52,9%	64,8%	81,0%	77,5%	53,2%	63,4%	82,5%	57,3%	56,4%	54,9%	56,2%	73,2%	66,5%	
	11 Processos no 1º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	Meta	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%
		Realizado	-23,0%	-32,5%	-37,2%	-27,4%	5,8%	-19,9%	-46,8%	-11,4%	-7,4%	-14,0%	-33,2%	-32,5%	-64,5%	-24,6%	-17,5%	
		Desempenho	-153,2%	-216,5%	-248,0%	-182,6%	38,9%	-132,4%	-311,7%	-75,9%	-49,6%	-93,6%	-221,1%	-216,5%	-430,2%	-163,9%	-116,4%	
	12 Processos antigos julgados no 1º grau	Meta	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%
		Realizado	30,6%	35,2%	33,3%	45,4%	48,8%	30,5%	33,6%	33,3%	23,0%	36,0%	36,0%	25,8%	42,0%	22,3%	35,1%	
		Desempenho	61,2%	70,4%	66,5%	90,7%	97,6%	61,0%	67,2%	66,6%	45,9%	71,9%	72,0%	51,5%	84,0%	44,6%	70,2%	
	16 Congestionamento na fase de conhecimento do JEF	Meta	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%
		Realizado	51,3%	39,2%	40,1%	49,0%	41,4%	41,4%	47,1%	54,1%	51,8%	50,0%	65,3%	51,3%	35,3%	58,4%	50,8%	
		Desempenho	139,1%	173,8%	171,1%	145,7%	167,3%	167,3%	151,0%	131,3%	137,8%	142,9%	99,2%	139,2%	185,0%	118,7%	140,7%	
	17 Processos no JEF julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	Meta	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%
		Realizado	-29,4%	-16,2%	-17,9%	-7,6%	3,6%	3,7%	-14,7%	5,7%	-0,3%	-5,2%	-9,6%	17,0%	25,0%	0,3%	-3,8%	
		Desempenho	-195,9%	-107,7%	-119,4%	-50,9%	23,8%	24,6%	-97,9%	37,8%	-1,9%	-34,6%	-64,3%	113,6%	166,8%	2,2%	-25,2%	
	18 Processos antigos julgados no JEF	Meta	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%
		Realizado	97,2%	69,6%	99,2%	92,2%	96,9%	97,9%	96,3%	84,8%	95,4%	91,1%	89,9%	92,4%	99,3%	95,3%	92,1%	
		Desempenho	194,3%	139,2%	198,4%	184,3%	193,7%	195,7%	192,5%	169,5%	190,8%	182,2%	179,8%	184,9%	198,5%	190,6%	184,3%	



Foram realizados, com o apoio do Tribunal, encontros para disseminação da estratégia e troca de boas práticas nas Seções Judiciárias de Minas Gerais, Mato Grosso e do Piauí.

Pretende-se, em 2014, disponibilizar na página eletrônica do Tribunal relatório estatístico dos indicadores sob monitoramento, por magistrado, por vara e por seção judiciária, a fim de munir as varas federais da 1ª Região de ferramentas de gestão para tomada de decisões.

REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (2015-2020)

Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução 138, que instituiu a Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário com a finalidade de desenvolver a gestão estratégica adaptativa, ou seja, um sistema conectado à realidade de cada segmento de Justiça ou região geográfica.

Com isso, na Justiça Federal, houve a necessidade de reorganização dos comitês aprovados pela Resolução CJF 69/2009.

QUADRO 3
Representantes da 1ª Região

Comitê gestor	Desembargador federal I'talo Mendes
	Juiz federal em auxílio à Presidência Marcos Augusto de Sousa (substituto)
	Juiz federal em auxílio à Corregedoria Marcelo Albernaz (representante da Corregedoria Regional)
Comitê executivo	Diretor-geral Roberto Elias Cavalcante
Comitê técnico	Bárdia Tupy
	Mariana Gomide Madruga

Entre as atividades em desenvolvimento pela Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, está a revisão do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário 2015-2020, com a consequente revisão do Planejamento Estratégico da Justiça Federal.

Para tanto, o CNJ lançou macrodesafios a serem contemplados nos mapas de cada seguimento de Justiça, que foram escolhidos pelos tribunais durante o VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Belém, nos dias 18 e 19/11/2013.



MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO 2015-2020



- ### TENDÊNCIAS ATUAIS
- ✓ Incentivo às soluções alternativas de litígio
 - ✓ Aumento da quantidade de julgados
 - ✓ Julgamento de processos antigos
 - ✓ Melhoria do sistema criminal
 - ✓ Profissionalização da gestão
 - ✓ Intensificação do uso de tecnologia da informação
 - ✓ Probidade e combate à corrupção



- ### CENÁRIO DESEJADO
- ✓ Justiça mais acessível
 - ✓ Desjudicialização
 - ✓ Descongestionamento do Poder Judiciário
 - ✓ Probidade pública
 - ✓ Justiça tempestiva
 - ✓ Garantia da legitimidade do sistema eleitoral
 - ✓ Maior racionalização do sistema judicial
 - ✓ Melhoria do sistema de segurança pública
 - ✓ Valorização profissional
 - ✓ Melhoria da qualidade do gasto público
 - ✓ Equalização das estruturas de 1º e 2º Grau de Jurisdição
 - ✓ Disseminação da "Justiça Eletrônica"





Na Justiça Federal, cada Tribunal Regional Federal ficou responsável por gerir um macrodesafio, cabendo à 1ª Região o macrodesafio “aprimorar o sistema de gestão da justiça criminal”.

METAS DO PODER JUDICIÁRIO

Desde a edição da Resolução CNJ 70/2009, que prevê que o Conselho Nacional de Justiça coordenará a instituição de indicadores de resultados, metas, projetos e ações de âmbito nacional, comuns a todos os tribunais, os presidentes dos tribunais nacionais anualmente se reúnem para aprovar as metas do ano subsequente.

Para 2013, foram definidas, no VI Encontro Nacional do Judiciário, realizado nos dias 05 e 06/11/2012, em Aracaju, metas nacionais do Poder Judiciário e metas específicas da Justiça Federal.

A fim de dar cumprimento às metas estipuladas para o ano de 2013, o Tribunal editou a Portaria Presi/Cenag 52 de 29/04/2013, que designou os gestores estratégicos das Metas do Poder Judiciário.

A seguir, apresentamos o desempenho do TRF 1ª Região quanto ao alcance das referidas metas.

METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO 2013

Meta 1/2013: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013. (NÃO CUMPRIDA)

- Total de processos distribuídos: 569.266.
- Quantidade de processos julgados: 493.008.
- Percentual de cumprimento da meta: 87%.

Meta 2/2013: Julgar, até 31/12/2013, pelo menos 50% dos processos distribuídos em 2008, na Justiça Federal, e dos processos distribuídos em 2010, nos Juizados Especiais Federais e turmas recursais federais. (CUMPRIDA)

- Quantidade de processos julgados: 14.218.
- Alvo (pendentes de julgamento no ano base com os que entraram e saíram da meta): 28.083.
- Percentual de cumprimento da meta: 50,6%.

Meta 16/2013: Fortalecer a estrutura de controle interno no Tribunal. (CUMPRIDA)

P16.1	O tribunal mantém estrutura de controle interno, de acordo com a meta de nivelamento nacional do CNJ 9 (Anexo I da Resolução CNJ 70/2009)?
SIM	



P16.2	A estrutura de controle interno está diretamente vinculada à presidência?
SIM	
P16.3	A estrutura de controle interno atua com base em processo de trabalho definido e documentado na realização de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização?
SIM	
P16.4	A estrutura de controle interno atua com base em normas técnicas e em regulamentos específicos para a área?
SIM	
P16.5	Há previsão regimental ou outro normativo que define as competências das atividades de controle interno?
SIM	
P16.6	Há recursos humanos suficientes para realizar as atividades de controle interno?
SIM	
P16.7	O tribunal promove/estimula ações de capacitação para o melhor desempenho das atividades desenvolvidas pela equipe de controle interno?
SIM	
P16.8	Há infraestrutura tecnológica para apoiar os processos de trabalho?
SIM	
P16.9	Oferece orientações presenciais e à distância focadas no trabalho desempenhado pelos gestores sobre a correta aplicação dos recursos públicos?
SIM	
P16.10	A estrutura de controle interno se abstém de exercer atividades próprias e típicas de gestão, assessoria jurídica, etc., que possam comprometer a independência de sua atuação?
SIM	
P16.11	A estrutura de controle interno tem acesso irrestrito e imediato a todo e qualquer documento físico ou eletrônico e a registros de atos de gestão praticados pelos dirigentes e servidores da instituição?
SIM	
P16.12	A estrutura de controle interno mantém programa de monitoramento da qualidade do trabalho de auditoria interna?
SIM	



P16.13	A estrutura de controle interno tem autonomia para definir diretrizes, princípios e conceitos adotando as normas técnicas aplicáveis à ação de controle interno visando à qualidade e integração dos procedimentos de controle?
SIM	
P16.14	Nos últimos 12 meses foi realizada auditoria de avaliação de controles internos visando aferir a adequação dos controles administrativos no enfrentamento de riscos?
SIM	
P16.15	As atividades da Estrutura de Controle interno são realizadas conforme planejamento pré-estabelecido?
SIM	
P16.16	A estrutura de controle interno exerce o papel de assessoramento dos gestores na definição de estratégias para gerenciamento de riscos, na identificação e avaliação dos riscos e na definição, implantação e no monitoramento de controles internos para mitigar os riscos?
SIM	
P16.17	A estrutura de controle interno promove avaliação/diagnóstico dos sistemas de controles internos administrativos?
SIM	

Meta 17/2013: Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos. (NÃO CUMPRIDA)

P17.1	O Tribunal adotou procedimento administrativo para apuração de irregularidades e aplicação de penalidades (suspensão e declaração de inidoneidade) de empresas?
SIM	
P17.2	O Tribunal adotou a segregação da função de análise e aprovação de edital?
SIM	
P17.3	O Tribunal criou cadastro, ou adota outro mecanismo de controle de empresas impedidas de licitar com o Poder Público?
SIM	
P17.4	O Tribunal instituiu minuta padrão para a elaboração dos contratos?
SIM	
P17.5	O processo de aquisição tramita pelas áreas administrativas, técnicas, jurídica e de controle, quando aplicável, antes de efetivar a despesa?



SIM	
P17.6	O Tribunal fixou parâmetros de exigência para emissão e recebimento dos atestados de capacidade técnica?
SIM	
P17.7	O Tribunal implantou procedimento administrativo virtual?
NÃO	
P17.8	O Tribunal fixou prazos para a realização dos atos administrativos no procedimento licitatório?
NÃO	
P17.9	O Tribunal adotou o mapeamento de processos de licitação de obras de engenharia?
NÃO	
P17.10	O Tribunal qualificou servidores na competência de análise de mercado?
SIM	
P17.11	O Tribunal adotou metodologia de pesquisa de mercado?
NÃO	
P17.12	O Tribunal adotou sistema de compras diretas por meio eletrônico?
SIM	
P17.13	O Tribunal transmite em tempo real pela internet as sessões de julgamento dos procedimentos licitatórios, para a modalidade pregão eletrônico?
SIM	

METAS ESPECÍFICAS DA JUSTIÇA FEDERAL 2013

Meta 5/2013: Designar audiências e realizar demais atividades de conciliação adequadas à solução de conflitos em número maior do que o ano de 2012. (CUMPRIDA)

- Número de audiências de conciliação designadas em 2012: 98.824.
- Número de audiências de conciliação designadas em 2013: 123.112.
- Percentual de cumprimento da meta: 124,6%.

Meta 6/2013: Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 100% das turmas recursais. (CUMPRIDA)

- Número de turmas recursais existentes em 2011: 16.
- Número de turmas recursais com monitoramento dos processos de trabalho implantados: 16.



Para o cumprimento da meta, consideramos o *Regimento Interno das Turmas Recursais*, capítulo IV – Do processo, que padroniza os procedimentos nas turmas recursais.

Foi realizado mapeamento do processo de trabalho do “processar recursos inominados” na Turma Recursal da Seção Judiciária de Goiás.

Meta 18/2013: Identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2011. (NÃO CUMPRIDA)

	Alvo	Total de julgados	Pendentes
Dezembro/2012	12.439	6.530	5.909
Dezembro/2013	12.348	7.513	4.835

Meta 19/2013: Realização de parcerias entre o Conselho Nacional de Justiça, os tribunais de justiça, os tribunais federais, os tribunais regionais eleitorais e os tribunais de contas, para aperfeiçoamento e alimentação do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa. (NÃO CUMPRIDA)

Nos dias 18 e 19/11/2013, em Belém, ocorreu o VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, com a participação dos presidentes e corregedores dos tribunais e dos conselhos. Na ocasião, foram aprovados os macrodesafios para o quinquênio 2015-2020 e definidas as metas nacionais do Judiciário para 2014.

PRINCIPAIS PROJETOS DO TRF 1ª REGIÃO

CONCLUSÃO DO PROJETO DO CNJ MUTIRÃO JUDICIÁRIO EM DIA

O mutirão Judiciário em Dia, do qual participam também o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho da Justiça Federal (CJF), por meio de convênio, foi iniciado em 2010 com o objetivo de agilizar o julgamento dos processos autuados na 1ª Região até 2006 e abrangidos pela Meta 2 do CNJ.

Inicialmente, a Resolução Presi/Cenag 25 de 18/11/2010 instituiu as turmas suplementares para a 1ª, 3ª e 4ª Seções do Tribunal e delegou ao presidente do Tribunal a definição dos trabalhos preparatórios e a logística de funcionamento e infraestrutura para o funcionamento das turmas suplementares.

Apesar de todo o esforço despendido e dos bons resultados alcançados desde 2010, o esforço concentrado foi prorrogado até 29/11/2013, nos termos da Resolução Presi/Secge 23 de 07/10/2013, com a finalidade de concluir o julgamento de todos os processos da Meta 2/CNJ, anos 2009 e 2010.

O quantitativo de juízes federais convocados para o mutirão foi reduzido nessa última etapa, bem como a forma de funcionamento do mutirão e de julgamento de feitos, direcionado apenas aos processos da 4ª Seção do Tribunal.



A quantificação final das ações do mutirão pode ser verificada no Mapa de Julgados, na página 46 deste relatório.

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO

O Programa de Modernização da Gestão da Justiça Federal 1ª Região, criado pela Resolução 24 de 15/12/2011, envolve um conjunto de políticas e estratégias de gestão voltadas para elevar os patamares de eficiência e qualidade dos serviços judiciais, cartorários e administrativos da 1ª Região, abrangendo:

- *recursos humanos*: revisão e ajuste sistemático e anual dos quadros de pessoal da 1ª Região, que permita rever prioridades e readequar os quadros de pessoal às necessidades; aprofundamento da profissionalização dos servidores e gestores;
- *desenvolvimento organizacional*: adoção de métodos e procedimentos de trabalho mais ágeis e simples e atualização da estrutura organizacional;
- *tecnologia da informação*: intensa e ampla virtualização judicial, cartorária e administrativa em toda a 1ª Região, para conferir maior rapidez e facilidade aos serviços e atenuar os efeitos da falta de pessoal;
- *planejamento e gestão*: reunião do conhecimento de magistrados e servidores por meio da troca de experiências e compartilhamento de soluções de trabalho, a serem planejadas, executadas e controladas em conjunto.

Em 2013, a continuidade da implementação do projeto trouxe excelentes resultados para a 1ª Região.

Deu-se prosseguimento ao ajuste dos quadros de pessoal das varas federais, das centrais de mandados das seções e subseções, bem como aos quadros das áreas de apoio cartorário e administrativo das subseções, na forma definida pela Portaria Presi/Cenag 19 de 17/01/2012, posteriormente alterada pelas Portarias 149 de 18/04/2012 e 374 de 26/11/2012.

Como resultado desse remanejamento de cargos entre as localidades com excedentes e déficits de cargos, a maioria das subseções que contava com apenas 2 executantes de mandados foi contemplada com mais 1 executante, resultado também alcançado em muitas das áreas cartorárias e administrativas das subseções que possuíam apenas 2 servidores, as quais passaram a contar com mais 1 colaborador.

Ciente das prementes necessidades da área de tecnologia da informação, o Tribunal deu prioridade total à ampliação do seu quadro de servidores, com a antecipação para 2013 da totalidade dos cargos prevista para 2014 pela Resolução Presi/Cenag 7 de 02/04/2012. Dessa forma, em apenas 2 anos, entre 2012 e 2013, a área de informática da 1ª Região recebeu um aporte de 52 novos cargos. Desses, 38 analistas judiciários –



especialidade: informática foram destinados ao Tribunal para o desenvolvimento de sistemas, segurança da informação e banco de dados, além de 2 cargos de técnico judiciário – especialidade: operador de computador. Os demais cargos foram destinados às áreas de informática das seccionais, para os serviços de manutenção de rede local, armazenamento de dados, correio eletrônico e similares.

No tocante ao desenvolvimento organizacional, em 2013, a Divisão de Estatística do Tribunal foi remanejada para a Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação, permitindo o integral cumprimento da Resolução CNJ 49/2007, que preconiza que as áreas de gestão estratégica e estatística estejam reunidas em uma mesma unidade organizacional. Além do remanejamento, a Divisão recebeu uma força tarefa com três analistas de informática, para atualizar os dados judiciais e administrativos requeridos pelo CNJ (Sistema do Justiça em Números) e pelo CJF (indicadores do planejamento estratégico), bem como validar os dados judiciais e cartorários dos sistemas de 1º e 2º grau que subsidiam os relatórios estatísticos da 1ª Região.

Importantes iniciativas na área de gestão do conhecimento foram adotadas, objetivando o registro, o controle e o compartilhamento de boas práticas de trabalho, produção intelectual, atos normativos e boletim eletrônico de serviços. Sob a coordenação da Divisão de Biblioteca e Acervo Documental do Tribunal, foi adotado o *software* livre *DSpace* e iniciadas palestras e reuniões no Tribunal e nas seccionais para disseminação do tema e das medidas práticas a serem adotadas na 1ª Região.

Visando a abrir um canal de comunicação e melhor integrar os órgãos da 1ª Região, foi iniciado um levantamento organizacional pela área de gestão estratégica, com visitas a todas as seções judiciárias. Nessas visitas, são identificados pontos de melhoria que podem ser implementados na relação entre as administrações do Tribunal e das seções judiciárias, abrangendo questões como a descentralização administrativa, gestão do conhecimento, estrutura organizacional, práticas de trabalho, planejamento estratégico, papel das áreas de modernização administrativa etc. Medidas passíveis de implementação imediata já foram adotadas e outras de médio e longo prazo subsidiarão diversas ações na 1ª Região, além de integrarem relatório de transição administrativa para as futuras gestões do Tribunal e das seccionais.

TURMAS RECURSAIS PERMANENTES

A Lei 12.011/2009, que criou 94 varas federais na 1ª Região, propiciou um reforço para a estrutura de pessoal das 16 turmas recursais que funcionavam na 1ª Região com novos cargos efetivos de servidores e de funções comissionadas (Resolução 123/2010 do Conselho da Justiça Federal – CJF e Portaria Presi/Cenag 499/2010 deste Tribunal).

No ano de 2012, a Lei 12.665/2012 dispôs sobre a estrutura permanente para as turmas recursais, nos seguintes termos:

- criadas 9 turmas recursais, passando a 1ª Região a contar com 25 turmas recursais (16 já existentes + 9 novas turmas recursais);



- criados 75 cargos de juiz federal de turma recursal dos JEFs na 1ª Região (3 juízes para cada TR).

Essa Lei não criou cargos efetivos de servidores ou de funções comissionadas para estruturação das 9 turmas recém-criadas.

Para a localização e estruturação permanente das turmas recursais da 1ª Região, foram desenvolvidos estudos técnicos e apresentadas propostas consolidadas nos autos do Processo Administrativo 4.899/2012 – TRF 1ª Região, que envolveram diversos segmentos do Tribunal, tais como a Presidência, a Corregedoria Regional, a Coordenação dos Juizados Especiais Federais e a Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação/Diges, seções e subseções judiciárias e entidades externas como associações de juízes federais e OABs.

Como critério técnico e objetivo para a definição da localização e quantidade de turmas permanentes foi adotada a distribuição de processos nas turmas recursais nos últimos três anos.

Da aplicação desse critério, em virtude da baixa distribuição (comparativamente às demais), do pequeno número de varas de Juizado Especial Federal (para evitar que o número de juízes das turmas recursais — 2ª instância dos JEFs — suplante o número de juízes relatores atuando nas varas de JEF da 1ª instância) e da solicitação dos magistrados que atuam em Roraima, a turma localizada naquele Estado foi fundida à Turma Recursal do Amazonas.

Em razão contrária, optou-se por descentralizar duas turmas que seriam destinadas à Seção Judiciária de Minas Gerais, localizando-se uma na cidade de Uberlândia (com jurisdição em várias subseções judiciárias circunvizinhas) e uma em Juiz de Fora (com jurisdição em várias subseções judiciárias circunvizinhas).

QUADRO 4

Estudo – processos distribuídos nas turmas recursais – 3 anos

UF	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Total 3 anos	Qtde. anterior de TRs	Média anterior de proc. p/ TR/ano	Qtde. final de TRs (aprovada)	Média final de proc. p/ TR/ano
TO	2.641	2.677	1.127	6.445	1	2.148	1	2.148
AC	1.521	3.908	2.971	8.400	1	2.800	1	2.800
MA	3.053	8.850	10.758	22.661	1	7.554	2	3.777
PI	1.327	3.231	2.819	7.377	1	2.459	1	2.459
PA/AP*	6.857	8.733	9.704	25.294	1	8.431	2	4.216
MT	3.999	4.405	4.747	13.151	1	4.384	1	4.384
RO	4.900	4.381	4.244	13.525	1	4.508	1	4.508
AM/RR*	3.809	2.928	7.170	13.907	2	2.318	1	4.636
GO	10.143	11.517	11.354	33.014	1	11.005	2	5.502



UF	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Total 3 anos	Qtde. anterior de TRs	Média anterior de proc. p/ TR/ano	Qtde. final de TRs (aprovada)	Média final de proc. p/ TR/ano
DF	11.955	14.077	10.194	36.226	1	12.075	3	4.025
BA	13.611	18.644	21.641	53.896	2	8.983	4	4.491
MG + Juiz de Fora + Uberlândia	29.679	31.214	38.899	99.792	3	11.088	6	5.544
TOTAL	93.495	114.565	125.628	333.688	16		25	

Fonte: Relatórios estatísticos da Corregedoria Regional/Transparência em Números.

* Os processos distribuídos nos estados integrantes foram somados em cada ano.

Dessa forma, a 1ª Região passou a contar com as seguintes turmas recursais permanentes dos Juizados Especiais Federais:

QUADRO 5
Turmas recursais permanentes

TURMA RECURSAL		SEDE	JURISDIÇÃO
1	Acre	Rio Branco/AC	Municípios do Estado do Acre
2	Amazonas e Roraima	Manaus/AM	Municípios dos Estados do Amazonas e de Roraima
3	1ª da Bahia	Salvador/BA	Municípios do Estado da Bahia
4	2ª da Bahia		
5	3ª da Bahia		
6	4ª da Bahia		
7	1ª do Distrito Federal	Brasília/DF	Mesma jurisdição da Seção Judiciária do Distrito Federal
8	2ª do Distrito Federal		
9	3ª do Distrito Federal		
10	1ª de Goiás	Goiânia/GO	Municípios do Estado de Goiás
11	2ª de Goiás		
12	1ª do Maranhão	São Luis/MA	Municípios do Estado do Maranhão
13	2ª do Maranhão		
14	Mato Grosso	Cuiabá/MT	Municípios do Estado de Mato Grosso



TURMA RECURSAL		SEDE	JURISDIÇÃO
15	1ª de Minas Gerais	Belo Horizonte/MG	Municípios do Estado de Minas Gerais
16	2ª de Minas Gerais		
17	3ª de Minas Gerais		
18	4ª de Minas Gerais		
19	1ª do Pará e do Amapá	Belém/PA	Municípios dos Estados do Pará e do Amapá
20	2ª do Pará e do Amapá		
21	Piauí	Teresina/PI	Municípios do Estado do Piauí
22	Rondônia	Porto Velho/RO	Municípios do Estado de Rondônia
23	Tocantins	Palmas/TO	Municípios do Estado de Tocantins

As duas turmas recursais descentralizadas em Minas Gerais para as Subseções Judiciárias de Juiz de Fora e de Uberlândia aguardam autorização do Conselho da Justiça Federal.

Em virtude de a Resolução CJF 198/2012 ter autorizado, inicialmente, o provimento de 39 cargos de juiz federal de turma recursal permanente na 1ª Região, suficientes para a estruturação permanente de apenas 13 das 25 turmas criadas pela Lei 12.665/2012, a Corte Especial administrativa do Tribunal decidiu, em 13/12/2012, estruturar, inicialmente, as seguintes turmas recursais na 1ª Região (Processo Administrativo 7.268/2012 – TRF 1ª Região):

QUADRO 6
Estruturação de turmas recursais

Seção Judiciária	Qtde. de turmas c/ juiz de TR	Qtde. de juizes (3 p/ TR)
Bahia	3	9
Distrito Federal	2	6
Goiás	2	6
Maranhão	1	3
Minas Gerais	4	12
Pará/Amapá	1	3
TOTAL	13	39

Dessas 13 turmas recursais, 9 já estavam em funcionamento antes da Lei: 1ª e 2ª TRs da Bahia; 1ª TR do Distrito Federal; 1ª TR de Goiás; 1ª TR do Maranhão; 1ª, 2ª e 3ª TRs de Minas Gerais e 1ª TR do Pará/Amapá.



A 4ª Turma de Minas Gerais foi instalada em 23/04/2013 (Portaria Presi/Cenag 46/2013). A 2ª Turma de Goiás foi instalada em 30/08/2013 (Portaria Presi/Cenag 133/2013). A 3ª Turma da Bahia foi instalada em 06/12/2013 (Portaria Presi/Cenag 196/2013). A 2ª TR do Distrito Federal, embora tenha sido estruturada permanentemente com cargos de juiz federal de turma recursal, será instalada em 2014, mediante portaria da Presidência do Tribunal, nos termos do art. 3º da Resolução Conjunta Presi/Coger/Cojef 5/2013.

As outras 12 turmas terão o funcionamento estruturado em caráter permanente a partir de 2014.

PROJETOS E AÇÕES EM PROL DA SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS

A segurança dos magistrados tem sido objeto de grandes preocupações por parte do CNJ e dos demais órgãos que integram o Poder Judiciário.

Em atendimento à Resolução/CNJ 104/2010, alterada pela Resolução/CNJ 124/2010, o TRF 1ª Região instituiu, em 2011, a Comissão Permanente de Segurança dos Magistrados da 1ª Região, com o objetivo de elaborar plano de proteção e assistência aos magistrados em situação de risco, conhecer e decidir pedidos de proteção especial formulados por magistrados (art. 2º da Resolução 104/2010 – CNJ).

Os plantões dos agentes de segurança para atender magistrados foram reorganizados em todos os órgãos da 1ª Região, que tem contato com a inteligência da Polícia Federal para questões de urgência que exijam maior articulação com órgãos policiais.

Nesse sentido, foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica 001/2012 entre o STJ, CJF e TRFs com a Polícia Federal, para intercâmbio eletrônico de informações, visando à prevenção da criminalidade nos órgãos do Poder Judiciário (art. 4º da Resolução 104/2010 – CNJ).

Os agentes têm participado anualmente dos cursos exigidos para percepção da Gratificação de Atividade Segurança, que possui, entre suas disciplinas, a escolha de magistrados (art. 6º da Resolução 104/2010 – CNJ).

Em 2013, foram praticamente concluídos os estudos para a criação do Sistema de Inteligência no âmbito do Tribunal e da Justiça Federal da 1ª Região – Sinteju1, com o objetivo de regulamentar o funcionamento das atividades de inteligência no Tribunal e nas representações regionais e sub-regionais de inteligência no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região (art. 2º da Resolução 104/2010 – CNJ). Essas ações foram adotadas considerando-se a necessidade de se estabelecerem normas e procedimentos de ações especializadas para a identificação, acompanhamento e avaliação de ameaças reais ou potenciais no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região, basicamente orientadas para produção e salvaguarda de conhecimentos necessários a subsidiar o processo decisório em assuntos de interesse institucional, bem assim ao planejamento e à execução de uma política de Segurança Judiciária na Justiça Federal da 1ª Região e das ações para prever, prevenir, neutralizar e reprimir atos de qualquer natureza que atentem contra a instituição, seus membros e servidores.



A proposta será consolidada em minuta de Resolução, para apreciação pela Corte Especial administrativa.

Ainda em 2013, o Tribunal criou, na Presidência, unidade administrativa denominada Núcleo de Apoio ao Sistema de Inteligência (Resolução Presi/Cenag 15 de 01/08/2013), para apoiar e assessorar a Comissão Permanente de Segurança dos Magistrados, como órgão central das atividades da 1ª Região, sediado no Tribunal, na operacionalização do Sintejuf1 (art. 2º da Resolução 104/2010 – CNJ).

PJE - PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

A 1ª Região participa ativamente das comissões instituídas pelo Conselho da Justiça Federal com o objetivo de internalizar o sistema PJe – Processo Judicial Eletrônico, em desenvolvimento pelo CNJ para unificação dos sistemas informatizados judiciais do Poder Judiciário.

Os membros dos comitês participaram das videoconferências, reuniões presenciais e nos treinamentos coordenados pelo CJF. Os analistas de sistemas do TRF que compõem a Subcomissão de Desenvolvimento participaram da capacitação em Java, visando dar suporte tecnológico ao PJe e, sempre que convocados, trabalharam na codificação e homologação de pendências do sistema visando à implantação do PJe na TNU.

As equipes do TRF, tanto da área de tecnologia da informação, quanto da área de negócio, também fizeram parte do treinamento “Configuração do Sistema e Utilização do Fluxo no PJe”, ministrado no CJF. Essas ações visam preparar servidores do TRF para, sob a coordenação do CJF, participar do planejamento e implantação do PJe na 1ª Região, conforme determinado nas Resoluções do CJF 202/2012 e CNJ 185/2013.

SISTEMA NACIONAL DE CÁLCULOS JUDICIAIS - SNCJ

O Sistema Nacional de Cálculos Judiciais disponibiliza recursos e ferramentas de apoio à elaboração dos cálculos judiciais. Destinado às contadorias das cinco regiões da Justiça Federal, permite às varas a atualização dos cálculos já elaborados no sistema.

Em 2012, foi implantado o módulo de múltiplos encadeamentos para atender ao manual de cálculo do CJF e realizado o aperfeiçoamento dos módulos de direito previdenciário e tributário.

Em 2013, passou-se para a etapa de desenvolvimento do módulo de Benefício Previdenciário, nos termos do novo *Manual de Cálculos do CJF* e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo comitê gestor.

O Comitê Técnico do Sistema Nacional de Cálculos Judiciais da Justiça Federal definiu que esse módulo seria priorizado e construído na atual plataforma tecnológica do SNCJ, Oracle Forms. A construção do novo sistema, em ambiente *web*, será realizada em etapa posterior.



REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO AMAPÁ

A Seção Judiciária do Amapá foi contemplada pela Lei 12.762/2012 com mais três varas federais, passando a contar com seis varas federais, que tiveram suas competências revistas de acordo com a demanda processual.

QUADRO 7

Nova competência das varas federais da SJAP

Vara Federal	Competência	Analista judiciário	Técnico judiciário	Técnico judiciário (segurança e transporte)	Total de cargos efetivos
1ª	Cível	5	9	1	15
2ª	Cível	5	9	1	15
3ª	Juizado Especial Federal Cível	5	9	0	14
4ª	Criminal, com JEF adjunto criminal	10	4	1	15
5ª	Juizado Especial Federal Cível	10	4	0	14
6ª	Cível	10	4	1	15
TOTAL		45	39	4	88

Diferentemente das leis anteriores que criaram varas na Justiça Federal, além dos 88 cargos destinados para as varas federais, a Lei 12.762/2012 destinou 28 cargos de analista judiciário, 5 FC-05 e 9 FC-02 especificamente para a área cartorária e administrativa da Seccional do Amapá.

Em 2013, as novas varas foram integralmente instaladas naquela localidade e a Seção Judiciária passou por uma grande reorganização administrativa, alterações regulamentadas pela Resolução Presi/Cenag 20 de 27/08/2013 e pela Resolução Presi/Secge 24 de 09/10/2013.

A Seccional do Amapá, anteriormente classificada como padrão 1 (3 varas – AP, RR e TO) passou ao padrão organizacional 3 (AM, MT e PI). Essa mudança de padrão ensejou, entre outros benefícios, a criação de 3 núcleos (diretorias) ligados à Secretaria Administrativa: Núcleo Judiciário, Núcleo de Administração e Núcleo de Controle Interno, bem como de unidades administrativas em nível de seção, especializadas nos diversos segmentos da administração e da área cartorária.

Em trabalho conjunto entre a Seccional do Amapá e o Tribunal, entendeu-se pela conveniência de especializar alguns dos cargos efetivos destinados à área meio, visando a reforçar atividades que serão mais exigidas com as novas varas, como os cálculos judiciais e os serviços de suporte em tecnologia da informação, como também municiar com



profissionais especializados atividades importantes do segmento administrativo, como das áreas de saúde e de construção/manutenção predial.

A Seção Judiciária do Amapá foi também contemplada com uma unidade administrativa em nível de seção (FC-05) para apoiar o núcleo de métodos consensuais de soluções de conflitos e cidadania, o qual integra o Sistema de Conciliação da 1ª Região – SistCon (instituído pela Resolução Presi/Cenag 2 de 24/03/2011, em conformidade com o estabelecido pela Resolução/CNJ 125, de 29/11/2010, posteriormente alterada pela Emenda/CNJ 1/2013).

PROJETO MELHORAÇÃO

O projeto MELHORAÇÃO foi instituído em 26/06/2013, no âmbito dos JEFs e Turmas Recursais da 1ª Região, com o objetivo de desenvolver ações de melhorias para resolução de problemas comuns aos JEFs.

O Projeto propõe a realização de atividades de forma colaborativa, mediante a participação de todos os envolvidos, em um ambiente de integração e compartilhamento de boas práticas, principalmente, em ambiente virtual Moodle, ferramenta que permite, entre outras facilidades, encurtar as distâncias geográficas e reduzir o custo financeiro que um projeto desta monta pode alcançar.

Neste relatório, ver detalhamento do projeto na perspectiva Processos Internos, capítulo Eficiência Operacional, p. 74.

FÓRUM DOS JUIZADOS - BANCO DE BOAS PRÁTICAS

Foi criado na plataforma Moodle, na página do Projeto MELHORAÇÃO, fórum de debates e compartilhamento de ideias entre os servidores e magistrados do TRF1 que estejam diretamente envolvidos com os JEFs.

Abriu-se também espaço para inclusão das boas práticas já implantadas e bem-sucedidas nas diversas esferas da sistemática JEF das seções e subseções da 1ª Região, objetivando promover a divulgação, uniformização e compartilhamento de práticas que já foram testadas e trouxeram resultados positivos, de modo a incentivar o reconhecimento institucional e estimular a criação de novas boas iniciativas.

BANCO DE SENTENÇAS

Em uma iniciativa inédita, a Cojef lançou o projeto Banco de Sentenças, em sua página na intranet, que se constitui em base de dados dos julgados dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, alimentada mediante o envio periódico das sentenças proferidas por magistrados lotados ou em auxílio nos JEFs das seções e subseções.

Trata-se de um instrumento prático de consulta e compartilhamento da inteligência dos Juizados e Juizados adjuntos da 1ª Região, que contribui para a celeridade dos julgamentos e até mesmo para o alcance da Meta 2, de 2014 do CNJ — assim definida para o



segmento Justiça Federal: “Julgar 100% dos distribuídos até 2008 e 80% dos distribuídos em 2009 no primeiro e segundo grau, e 100% dos distribuídos até 2010 e 80% dos distribuídos em 2011 nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais”.

Já os acórdãos das turmas recursais continuarão sendo divulgados no portal Jurisprudência do Tribunal.

REVISTA LUMINIS JEF

A Cojef encaminhou ao presidente da Corte proposta de criação de revista de cunho técnico-científico, destinada ao segmento JEF da 1ª Região, com a finalidade de estimular o desenvolvimento de estudos e a produção científica de temas diversos, que contribuam para o aprimoramento dos Juizados Especiais Federais e a solução de problemas inerentes a sua atuação.

A revista eletrônica, a ser disponibilizada na página da Cojef, no portal do TRF 1ª Região, foi batizada de *Luminis*: Revista Científica dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região e terá periodicidade semestral.

Aguarda-se a edição de portaria para o lançamento oficial da publicação e edição do seu primeiro número.

37

LIVRO DE OCORRÊNCIAS

Em 2013, a Cojef, verificando a necessidade de oferecer um instrumento para que o público interno e externo envolvido na realização de mutirões e itinerantes pudesse registrar questões relevantes, instituiu o Livro de Ocorrências, por meio da Portaria Cojef 3/2013.

A iniciativa objetiva o aprimoramento na prestação dos serviços, mediante canal de comunicação que possibilite ao público reclamar, solicitar, denunciar, elogiar ou apresentar sugestões.

MUTIRÃO DE SENTENÇAS E SECRETARIAS DE VARA

A Corregedoria Regional identificou acúmulo de processos conclusos para sentença há mais de 60 dias em algumas unidades jurisdicionais da 1ª Região, entre as quais selecionou as seguintes: as 1ª, 3ª, 7ª, 8ª, 9ª, 13ª e 20ª Varas Cíveis da SJDF; a 12ª Vara de Execução da SJGO; a 3ª Vara Cível da SJMA; a 1ª Vara de Uberlândia, a 4ª Vara de Juiz de Fora e a Vara Única de Sete Lagoas.

Essas unidades jurisdicionais, juntas, remeteram 2.640 processos para o mutirão, o que resultou em mais de 10 mil atos processuais realizados entre sentenças, despachos, decisões e diligências, proferidas em aproximadamente 90 dias de mutirão, dos quais 60 com prejuízo de jurisdição na origem.

Além do esforço concentrado, a Corregedoria promoveu mutirão de atos de secretaria na 12ª Vara da Seção Judiciária de Goiás, nos moldes do realizado ano anterior na Subseção Judiciária de Araguaína/TO.



Durante os trabalhos de Correição Geral Ordinária realizados na Vara Única da Subseção Judiciária de Araguaína/TO, verificou-se a dificuldade para o processamento das ações de execução fiscal. Em decorrência, foram propostas alterações nos seguintes procedimentos: citação, penhora, suspensão da execução, remessa e manifestação por cota, atualização dos débitos via *web*, diligências de carta precatória e custas processuais. Além disso, houve a prolação de mais de 250 despachos, 90 decisões e 25 sentenças terminativas.

Em relação à 12ª Vara da Seção Judiciária de Goiás, a Corregedoria, ao analisar o Relatório da Inspeção Ordinária encaminhado pela unidade, detectou a existência de elevado acervo e significativa paralisação processual, a ponto de comprometer a entrega da prestação jurisdicional.

Inicialmente, foi estabelecido mutirão para o período de 12 a 16/08/2013, posteriormente prorrogado até o dia 23, com a finalidade de orientar, adequar e implementar procedimentos para otimizar a gestão processual, bem como de prestar auxílio em regime de mutirão para dar movimentação aos maiores lotes de processos paralisados.

Os trabalhos resultaram na redução do número de processos sem movimentação há mais de 180 dias de 10.345 para 5.089; entre 60 e 180 dias, de 5.132 para 4.029 e, ainda, a redução do quantitativo de 2.517 processos pendentes de minuta de despacho de ordem de bloqueio via Bacenjud para 424 feitos.

38

ALTERAÇÕES DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL E DAS SEÇÕES E SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS

A estrutura organizacional de um órgão deve ser estável o suficiente para garantir a continuidade dos trabalhos em desenvolvimento, mas ter flexibilidade para amoldar-se à dinâmica de trabalho e para refletir a evolução das necessidades institucionais.

Em 2013, a 1ª Região passou por alterações da estrutura administrativa, que tiveram por escopo:

- adaptar a estrutura organizacional a normas do CNJ e CJF, que exigem a organização administrativa mais especializada nas áreas da conciliação, admissibilidade de repercussão geral e repetitivos, segurança (Sistema de Inteligência) e transparência (Lei de Acesso à Informação);
- atender solicitações das unidades administrativas de pequenos ajustes evolutivos, decorrentes da dinâmica da administração. Nas alterações de funções comissionadas, buscou-se, ao máximo, utilizar recursos das próprias unidades, mediante transformação/fusão de funções existentes;
- valorizar alguns processos de trabalhos que agrupam atribuições de gerenciamento, para aprimorar a gestão das unidades e o planejamento, a supervisão e o controle das atividades.

Essencialmente, em 2013, foram implementadas as seguintes alterações:



- criação de estrutura permanente para a Conciliação da 1ª Região, em cumprimento à determinação da Resolução CNJ 125/2010 e à Emenda CNJ 1/2013 :

No Tribunal:

Núcleo Central de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania	Gerente de núcleo	FC-06	1
	Assessor adjunto IV	FC-04	1
	Assistente adjunto III	FC-03	1

Nas 14 seções judiciárias:

Seção de Apoio ao Núcleo Estadual de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos e Cidadania	Supervisor de seção	FC-05	1
---	---------------------	-------	---

Nas Subseções Judiciárias de Juiz de Fora/MG e Uberlândia/MG:

Centrais de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania da Justiça Federal	Supervisor de seção	FC-05	1
--	---------------------	-------	---

- criação da Seção de Apoio ao Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos, na Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários da Presidência, em cumprimento à determinação da Resolução CNJ 160/2012;
- criação do Núcleo de Apoio ao Sistema de Inteligência, na Presidência, em cumprimento à determinação da Resolução CNJ 176/2013;
- transferência integral da Divisão de Estatística para a área de estratégia, em cumprimento à determinação da Resolução CNJ 49/2007;
- alteração da denominação do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional – Cenag para Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação; alteração da denominação da Divisão de Gestão de Projetos Organizacionais para Divisão de Desenvolvimento Institucional;
- criação da Divisão de Acesso à Informação e Gestão de Conteúdo *Web*, em cumprimento à determinação da Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação;
- transformação da Divisão de Serviços Gráficos em Núcleo, vinculado à Divisão de Produção Editorial e de Serviços Gráficos;
- transferência da Seção de Ouvidoria Administrativa da Diretoria-Geral para a nova Divisão de Acesso à Informação e Gestão de Conteúdo *Web*;
- transformação da Comissão de Licitações em Núcleo de Licitações e da Comissão de Sindicância em Núcleo de Apoio a Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares;



- criação do Núcleo de Gestão Orçamentária de Obras na Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro – Secor;
- criação da Seção de Aplicação de Penalidades Contratuais na Divisão de Elaboração e Acompanhamento de Contratos – Diaco;
- criação do Núcleo de Recursos Humanos nas Seções Judiciárias do Amazonas e do Mato Grosso, mediante transformações de funções comissionadas do Serviço de Atividades Destacadas daqueles órgãos;
- criação da Seção de Pagamentos de Honorários e de Assistência Médica nas Seções Judiciárias de Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal, mediante transformação de funções comissionadas do Serviço de Atividades Destacadas daqueles órgãos.

Importa registrar que a alteração da designação do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional – Cenag para Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação – Secge foi realizada em decorrência de a unidade já possuir todas as competências e características de uma Secretaria, mas ser incumbida, também, do assessoramento técnico direto ao diretor-geral e ao presidente. Para igualar a nomenclatura das unidades de mesmo nível hierárquico, optou-se pela denominação de Secretaria. Além disso, a nova Secretaria passou reunir as seguintes áreas/serviços, além do assessoramento técnico ao diretor-geral e ao presidente: gestão e planejamento estratégico, estatística, modernização, conteúdo do portal *WEB*, ouvidoria administrativa e transparência/ acesso à informação, acompanhamento das solicitações do CNJ no Tribunal, editoração e programação visual, revisão textual e serviços gráficos.

Há que se comentar, também, o atendimento à Resolução CJF 3 de 10/03/2008, que motivou a alteração da nomenclatura das funções comissionadas, a exemplo das FC5 – assistente técnico V e FC 4 – assistente técnico IV, que passaram à denominação de assessor adjunto V e IV, respectivamente. As atribuições dos ocupantes permaneceram inalteradas.

ESTRUTURA INICIAL PARA A CONCILIAÇÃO

O Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região – SistCon foi instituído pela Resolução Presi/Cenag 2 de 24/03/2011, em conformidade com o estabelecido pela Resolução 125 de 29/11/2010, do Conselho Nacional de Justiça.

No Tribunal, as atividades de apoio à conciliação contavam, apenas, com uma função de oficial de gabinete – FC-05, que integrava a estrutura da Secretaria Judiciária (Resolução Presi/Cenag 7/2009). Nas seções judiciárias, inexistia estrutura própria, apesar de as atividades de conciliação estarem em pleno funcionamento.

Para apoiar e ampliar as ações que envolvem conciliação, mediação e arbitragem na 1ª Região, desenvolvidas no projeto do Sistema de Conciliação da 1ª Região – SistCon, foi criada uma estrutura inicial em cada uma das 14 seccionais, com uma Seção de Apoio ao Núcleo Estadual de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania. Nas



Subseções Judiciárias de Juiz de Fora e Uberlândia, que possuem 5 varas federais, foram criadas Centrais de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania da Justiça Federal. Com tais medidas, a 1ª Região atendeu aos dispositivos da Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça e da Emenda Regimental/CNJ 1/2013.

SEÇÕES E SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS

Houve, ainda, pequenas e pontuais alterações nas seções judiciárias. As Seções Judiciárias da Bahia, Minas Gerais e Distrito Federal tiveram uma função comissionada do Serviço de Atividades Destacadas transformada em Seção de Pagamentos de Honorários e de Assistência Médica.

As Seções Judiciárias de Mato Grosso e do Amazonas tiveram algumas funções do Serviço de Atividades Destacadas transformadas em Núcleo de Recursos Humanos.

Para possibilitar a criação de seções de apoio às Centrais de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania da Justiça Federal das Subseções Judiciárias de Juiz de Fora/MG e de Uberlândia/MG, foram utilizadas funções comissionadas das Subseções Judiciárias de fronteira localizadas em Guajará-Mirim/RO, Laranjal do Jari/AP, Oiapoque/AP e Tabatinga/AM, nas quais os quadros de cargos foram reduzidos de 16 para 12 cargos por vara, em virtude da baixa demanda.

Para adequar a área administrativa das Subseções de Juiz de Fora e de Uberlândia ao novo quadro de cinco varas federais alcançado em 2013, cada uma foi transformada uma FC-02 – assistente adjunto II já existente nas localidades em FC-05 – supervisor de seção — ainda com recursos das funções dos JEFs adjuntos extintas nas varas de fronteira —, para que voltassem à estrutura de funcionamento existente até o ano de 2009, com 3 seções para apoio cartorário e administrativo.

PROJETO CERRADO: CRIAÇÃO DE NOVAS VARAS AMBIENTAIS E AGRÁRIAS NA 1ª REGIÃO

Importante projeto foi elaborado pelo Tribunal e aguarda apreciação para criação de varas federais ambientais e agrárias na 1ª Região, a serem instaladas nos Estados do Brasil Central, onde o Cerrado, que é o segundo maior bioma brasileiro, está presente e passa por degradação ambiental que supera a existente na Amazônia.

Dados do Ministério do Meio Ambiente (Projeto Cerrado, fl. 20) mostraram que a velocidade do desmatamento nesse ecossistema é duas vezes maior do que na Amazônia, sendo que a taxa de destruição atinge 21.260 Km² por ano. Isso significa uma perda de 1% da vegetação original anualmente.

As investigações dos cientistas revelaram que, nas últimas três décadas, de uma área total de 2.039.386 km², metade, ou seja, o equivalente a 1/8 de todo o território nacional (Projeto Cerrado, fl.20), já foi devastada por plantações de soja e pastos para o gado, que aumentam descontroladamente e sem o resguardo às Áreas de Proteção Ambiental. Nessa extensão do território nacional, oito estados — Minas Gerais, Goiás, Tocantins,



Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Maranhão — e o Distrito Federal experimentam prejuízos ambientais importantes e, em alguns casos, irreversíveis.

Essa devastação ambiental crescente ajusta-se aos dados estatísticos do Tribunal, até 2012 (Projeto Cerrado, fls. 47 e 48), envolvendo ações relativas a agressões ao meio ambiente nos entes federados abrangidos pelo Cerrado. Onde há o excesso e o desrespeito à legislação ambiental, surgem contundentes ofensas à natureza.

O Cerrado é considerado a savana mais rica em biodiversidade do mundo. É conhecido pelo corpo acadêmico como “floresta de cabeça para baixo” (Projeto Cerrado, fl. 20), pois suporta a aridez do clima porque as árvores retorcidas formam, estrategicamente, raízes extremamente profundas, que podem ser até três vezes mais longas que a parte aérea.

Além disso, é o berço de três das mais importantes bacias hidrográficas brasileiras — Araguaia/Tocantins, Paraná/Paraguai e São Francisco. Sua devastação coloca em risco o abastecimento de água em Brasília no curto período de apenas 20 anos (Projeto Cerrado, fl. 16).

Na Justiça Federal há três varas federais ambientais e agrárias, na 4ª Região, situadas em Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), e Florianópolis (SC), desde 2005; e há seis varas federais ambientais e agrárias, na 1ª Região, situadas em Manaus (AM), São Luís (MA), Porto Velho (RO), e Belém (PA), desde 2010; em Marabá (PA), desde 2011; e em Santarém (PA), desde 2012.

Haja vista o exposto, defende-se a criação e instalação de uma vara federal ambiental, agrária e residual na Capital dos Estados em que a vegetação predominante é o cerrado, e nos quais ainda não há vara especializada na matéria, quais sejam: Goiânia/GO; Palmas/TO; Cuiabá/MT; Teresina/PI; e, também, em Brasília, no Distrito Federal.

PROGRAMA DE MELHORIA DO AMBIENTE DE TRABALHO

A partir das constatações resultantes da pesquisa científica denominada Diagnóstico de Qualidade de Vida no Trabalho, executada em 2012 pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Ergonomia Aplicada ao Setor Público, o Tribunal iniciou estudos em conjunto com as seccionais para adoção de medidas saneadoras e formulação de políticas voltadas para o bem-estar e qualidade no trabalho.

Os resultados apurados direcionaram, em 2013, a execução do Programa de Melhoria do Ambiente de Trabalho, que tem como finalidade maior planejar e implementar ações estratégicas, de caráter institucional e multidisciplinar, que favoreçam continuamente a melhoria do ambiente de trabalho e a produtividade saudável, e, conseqüentemente, a mudança dos resultados da pesquisa de qualidade de vida no trabalho quanto aos fatores avaliados como críticos, geradores de mal-estar.

O Programa de Melhoria do Ambiente de Trabalho foi implantado como uma das iniciativas prioritárias da Secretaria de Recursos Humanos em 2013, atendendo às ne-



cessidades constatadas na pesquisa, alinhado ao Planejamento e Gestão Estratégica do Poder Judiciário (Resolução 194/2012) e Mapa Estratégico da Justiça Federal 2010 - 2014 (Resolução 70/2009), no que concerne aos objetivos de “fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos magistrados e servidores” e “desenvolver competências necessárias para o alcance da estratégia”. Considera-se que os servidores e colaboradores são o maior patrimônio institucional e a consecução efetiva da missão e das metas definidas só é possível com um corpo funcional saudável, satisfeito, reconhecido e valorizado em seu potencial técnico profissional e humano.

Outros objetivos delineados do Programa são: 1) estimular o desenvolvimento de competências técnicas, conversacionais e emocionais/comportamentais, de modo a facilitar a formação de atitudes nos líderes e corpo funcional para o aprimoramento da política de gestão de pessoas e melhoria do clima organizacional; 2) melhorar o ambiente de trabalho no que se refere à organização do trabalho — definição de papéis, rotinas, mapeamento e aprimoramento de processos; administração do tempo; divisão do trabalho; melhoria da comunicação interpessoal e outros aspectos.

As principais ações do Programa Melhoria do Ambiente de Trabalho desenvolvidas em 2013 foram: 1) como marco inicial, *workshops* de sensibilização para gestores estratégicos (diretores de secretaria e de coordenadorias e diretores das secretarias administrativas da Justiça Federal da 1ª Região; 45 participantes) com os temas “O papel da liderança na promoção da qualidade de vida no trabalho” e o “O papel da liderança na construção de relações interpessoais saudáveis”; 2) Oficina para multiplicadores — servidores que atuarão nas unidades de trabalho (18 servidores do TRF, polos educacionais e Seção Judiciária de Goiás) com os temas: “Gestão dos Valores Organizacionais”; “Gestão do Bem-Estar”; “Gestão Participativa e do Trabalho”; 3) *Workshop* para gestores intermediários — diretores de divisão, chefes de gabinete e chefes de assessoria do TRF — com os temas: “O papel da liderança na promoção da qualidade de vida no trabalho”; “Ferramentas para a gestão do trabalho/organização do trabalho”; “A importância do positivismo e do bem-estar para a produtividade e alta performance”; “Princípios para uma comunicação e convivência eficazes”; 4) Campanha “Atitudes mudam caminhos”; 5) Concurso literário “Valores e atitudes que impactam na melhoria do ambiente de trabalho”, com premiação na semana do servidor público.

Para o sucesso do Projeto, salienta-se a importância da capacitação realizada para os multiplicadores que atuarão nas unidades de trabalho em equipe multiprofissional; o aprofundamento do estudo setorial pela identificação dos principais problemas relacionados à organização e condições de trabalho, crescimento e reconhecimento profissional; a busca de soluções conjuntas com o corpo funcional; assessoria específica da área de recursos humanos e o estabelecimento de parcerias.

Outro fator de êxito para a eficácia e efetividade do Programa tem sido o apoio da alta direção e gestores, bem como o aproveitamento do potencial dos servidores e colaboradores em um processo de gestão participativa.



O Programa Viva Melhor Sua Aposentadoria, alinhado à vertente cidadania, promoveu encontros temáticos/vivenciais com foco nos direitos e deveres dos aposentados. Buscou-se, também, efetivar direitos assegurados em legislações específicas como a destinação de vagas nos estacionamentos privados aos servidores ativos, aposentados e pensionistas com idade igual ou superior a 60 anos.

ANTEPROJETO PARA AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA DE CARGOS DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em abril de 2013, a Corte Especial do STJ aprovou o anteprojeto de lei para a criação de cargos de técnico e analista judiciário na área de tecnologia da informação (TI) nos Tribunais e nas seções e subseções judiciárias, o qual foi encaminhado para o Conselho Nacional de Justiça. O objetivo da medida é ampliar a celeridade e a segurança da prestação jurisdicional, especialmente em razão da implantação do processo judicial eletrônico.

O anteprojeto aprovado foi uma consolidação global elaborada e aprovada pelo Plenário do CJF, a partir das solicitações de cada Região e consoante os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

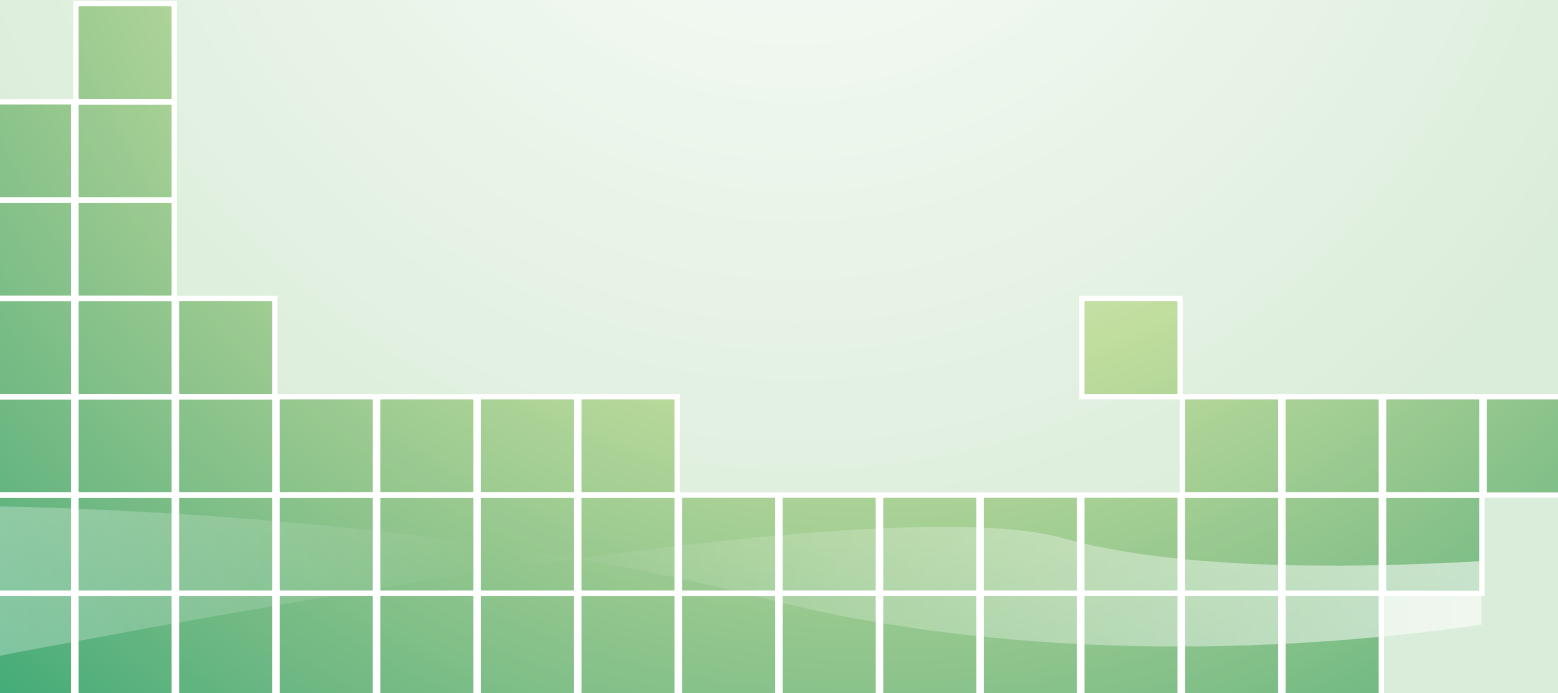
Para a 1ª Região, considerando os quantitativos do Tribunal, das seções e subseções judiciárias, estão previstos 493 cargos de nível superior e nível médio, todos especializados em segmentos da área de tecnologia da informação.

O anteprojeto aguarda a apreciação pelo CNJ.



SOCIEDADE

Objetivo estratégico

- Assegurar a prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva
- 



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Assegurar a prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.

■ Descrição do objetivo

Prestar serviços jurisdicionais de qualidade, de forma rápida, acessível e efetiva, com segurança jurídica e transparência, na busca da satisfação dos jurisdicionados da Justiça Federal.

MAPA DE JULGADOS

TRIBUNAL

■ Administrativo

46

QUADRO 8

Processos julgados nos órgãos colegiados administrativos

	Sessões realizadas	Processos julgados	Referendas
Plenário	4	5	0
Corte Especial administrativa	30	227	13
Conselho de Administração	22	118	55
Total	56	350	68

Além das sessões do Tribunal, o presidente participou de nove sessões no Conselho da Justiça Federal.

QUADRO 9

Processos julgados pelo conselheiro Mário César Ribeiro

Data da sessão	Processo	Decisão
18/02/2013	CF-ADM-2012/00057	julgado
29/04/2013	CJF-PPN-2012/00133	julgado
12/08/2013	CJF-ADM-2013/00050	julgado



Data da sessão	Processo	Decisão
23/09/2013	CJF-EOF-2013/00254	julgado
21/10/2013	CF-ADM-2012/00107	julgado
25/11/2013	CF-PPN-2012/00019	julgado

QUADRO 10

Pedido de vista pelo conselheiro Mário César Ribeiro

DATA DA SESSÃO	PROCESSO	DECISÃO
29/04/2013	CF-PPN-2012/00052	***julgado
09/12/2013	CF-PCO-2012/00221	julgado
09/12/2013	CF-PCO-2012/00223	julgado
09/12/2013	CF-PCO-2012/00224	julgado

QUADRO 11

Reunião Colégio de Presidentes

DATA DA REUNIÃO	LOCAL
27 /05	TRF 1ª Região – Distrito Federal
14 /06	TRF 3ª Região – São Paulo
28/06	TRF 1ª Região – Distrito Federal
12/08	TRF 1ª Região – Distrito Federal
23/09	TRF 1ª Região – Distrito Federal
21/10	TRF 1ª Região – Distrito Federal

47

Ainda no que tange às reuniões administrativas, a Comissão Permanente dos JEFs, presidida pelo corregedor-geral da Justiça Federal e composta pelos coordenadores de JEFs dos 5 TRFs e por representante da Ajufe, reuniu-se no primeiro e no segundo semestres para tratar de assuntos relativos a:

- elaboração dos cálculos em ações previdenciárias;
- estruturação das turmas recursais;
- proposta de projeto de lei para alteração da Lei 10.259/2001;
- sistema de registro audiovisual de audiências;
- experiência promissora relativa ao Projeto MELHORAção desenvolvido pelo TRF 1ª Região;
- interposição simultânea do recurso extraordinário e do incidente de uniformização;
- gestão documental nos feitos dos JEFs.



■ Judicial

QUADRO 12
Produtividade por desembargador federal

Desembargador federal	Distribuídos (A)	Voto relator (B)	Decisão monocrática terminativa (C)	Total 1 (D = B + C)	Decisão não terminativa (F)	Total 2 (G = D + F)	Pedido de vista (H)	Acórdãos publicados (J)	Decisão monocrática terminativa publicada (K)	Total 3 (M = J + K)	Baixados (N)
Presidente	865	231	134	365	14	379		103	134	237	45.618
Vice-Presidente		194	6	200	3	203		163	6	169	1.026
Tourinho Neto	369	1.223	105	1.328	143	1.471	3	1.072	105	1.177	4.477
Catão Alves	3.142	3.305	1.204	4.509	771	5.280	4	3.090	1.204	4.294	3.838
Assusete Magalhães		248	86	334	1	335		276	86	362	154
Jirair Aram Meguerian	4.145	1.509	1.513	3.022	735	3.757	6	1.356	1.513	2.869	3.845
Olindo Menezes	1.306	375	245	620	335	955	7	393	245	638	1.357
Mário César Ribeiro		175	59	234	10.697	10.931		241	59	300	145
Luciano Tolentino Amaral	6.628	3.511	964	4.475	2.020	6.495		3.754	964	4.718	5.123
Cândido Ribeiro	2.698	432	95	527	419	946	10	363	95	458	1.205
Hilton Queiroz	1.364	623	130	753	370	1.123	11	571	130	701	1.358
Carlos Moreira Alves	4.149	545	1.079	1.624	313	1.937	12	575	1.079	1.654	3.126
Ítalo Fioravanti Sabo Mendes	1.393	532	15	547	229	776	13	491	15	506	1.384
Carlos Olavo	14	256	45	301	13	314	14	256	45	301	687
José Amilcar Machado	5.600	121	220	341	116	457	15	139	220	359	2.670



Desembargador federal	Distribuídos (A)	Voto relator (B)	Decisão monocrática terminativa (C)	Total 1 (D = B + C)	Decisão não terminativa (F)	Total 2 (G = D + F)	Pedido de vista (H)	Acórdãos publicados (J)	Decisão monocrática terminativa publicada (K)	Total 3 (M = J + K)	Baixados (N)
Daniel Paes Ribeiro	17	571	286	857	20.195	21.052	16	598	286	884	775
João Batista Moreira	4.146	1.141	1.706	2.847	1.061	3.908	17	1.151	1.706	2.857	2.670
Souza Prudente	4.639	1.811	526	2.337	1.032	3.369	18	2.304	526	2.830	5.498
Selene Maria de Almeida	4.200	860	2.195	3.055	924	3.979	19	841	2.195	3.036	3.105
Fagundes de Deus		2	67	69	1	70		53	67	120	633
Maria do Carmo Cardoso	6.538	6.774	2.823	9.597	1.410	11.007	21	6.103	2.823	8.926	5.040
Leomar Amorim de Sousa	6.559	697	513	1.210	150	1.360	22	841	513	1.354	4.861
Neuza Maria Alves da Silva	9.077	11.748	1.254	13.002	1.661	14.663	23	9.971	1.254	11.225	8.854
Francisco de Assis Betti	9.009	3	166	169	7	176	24	897	166	1.063	6.643
Reynaldo Fonseca	6.473	6.159	2.323	8.482	3.458	11.940	25	5.926	2.323	8.249	18
Ângela Catão	8.976	5.209	1.153	6.362	1.348	7.710	26	4.773	1.153	5.926	5.387
Mônica Sifuentes	1.421	4.930	1.215	6.145	286	6.431	27	6.579	1.215	7.794	4.658
Kassio Nunes Marques	6.656	9.530	1.912	11.442	2.960	14.402	28	9.120	1.912	11.032	8.836
Néviton Guedes	8.986	9.266	709	9.975	359	10.334	29	7.911	709	8.620	7.157
Novély Vilanova	6.579	681	2.752	3.433	258	3.691		619	2.752	3.371	3.604

GRÁFICO 1
Petições apresentadas no Tribunal

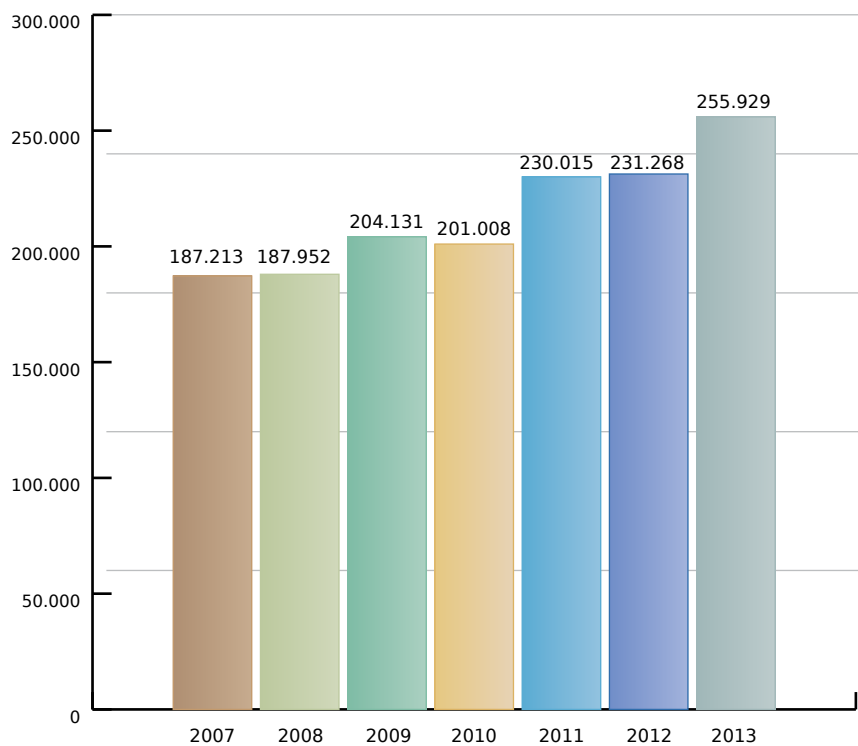
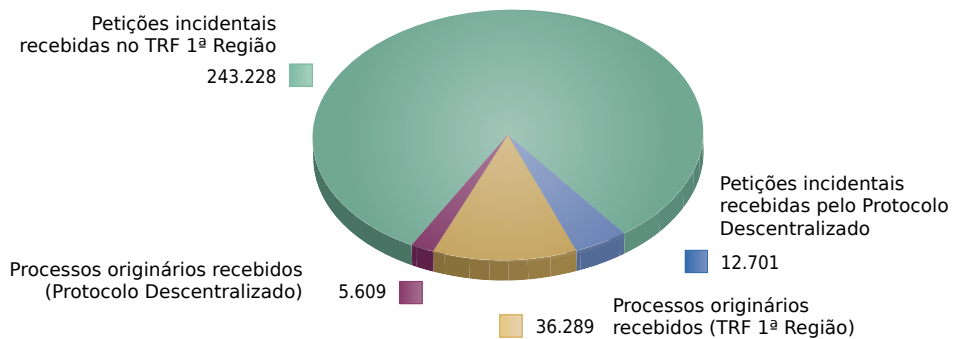


GRÁFICO 2
Petições protocoladas





QUADRO 13
Desempenho do Tribunal

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Distribuídos/registrados	119.307	127.873	109.807	137.058	138.134	127.688
Julgados	106.837	112.197	103.043	117.055	140.632	146.722
Em tramitação	285.602	307.474	344.522	352.165	393.061	363.206

QUADRO 14
Sessões de julgamento realizadas

Órgão julgador	Ordinárias	Extraordinárias	Total
CORTE ESPECIAL	24	00	24
1ª Seção	12	00	12
2ª Seção	23	00	23
3ª Seção	25	00	25
4ª Seção	11	00	11
CTUR1	33	02	35
CTUR2	52	03	55
CTUR3	73	00	73
CTUR4	73	00	73
CTUR5	68	00	68
CTUR6	69	00	69
CTUR7	49	01	50
CTUR8	38	01	39
TOTAL	550	07	557

QUADRO 15
Central de digitalização

Central de digitalização	Páginas digitalizadas	Processos digitalizados
Originários	1.167.264	26.710
STJ	2.372.006	7.183
TOTAIS	3.539.270	33.893



QUADRO 16
Estatística de notas taquigráficas

Órgãos julgadores ou descrição do evento	Quantidade de folhas ou notas taquigráficas elaboradas	Quantidade de sessões ou eventos
1ª Turma	936	35
2ª Turma	1.976	55
3ª Turma	2.612	72
4ª Turma	3.092	73
5ª Turma	1.828	67
6ª Turma	1.232	69
7ª Turma	2.065	50
8ª Turma	2.292	38
1ª suplementar	293	7
2ª suplementar	359	9
3ª suplementar	-	-
4ª suplementar	448	18
5ª suplementar	619	19
6ª suplementar	520	23
7ª suplementar	837	19
1ª Seção	327	12
2ª Seção	612	23
3ª Seção	497	24
4ª Seção	409	11
Corte Especial judiciária	1.034	25
Corte Especial administrativa	1.555	30
Plenário	59	4
Conselho de Administração	382	22
Conselho Deliberativo do Pro-Social	621	12
Turma Regional de Uniformização	396	1
Comissão de concursos	14	1
Comissão de promoção	2	2
Sessões solenes	25	3



Órgãos julgadores ou descrição do evento	Quantidade de folhas ou notas taquigráficas elaboradas	Quantidade de sessões ou eventos
Degrações diversas (Depoimentos/entrevistas/interrogatórios)	285	40
TOTAIS	25.327	764

QUADRO 17

Processos baixados

Órgão julgador	Baixados à origem
Corte Especial	314
1ª Seção	140
2ª Seção	1.823
3ª Seção	214
4ª Seção	607
1ª Turma	20.673
2ª Turma	19.375
3ª Turma	2.046
4ª Turma	2.005
5ª Turma	8.512
6ª Turma	10.322
7ª Turma	14.427
8ª Turma	14.596

QUADRO 18

Movimentações processuais

Movimentações		Total
Remetido	STJ	862
	STF	717
Recebido	STJ	7.457
	STF	1.016
Agravos processados		4.771



Movimentações	Total
Autos sobrestados	17.447
Baixa definitiva à origem	74.276
Digitalizado e enviado eletronicamente ao STJ	7.025

QUADRO 19
Decisões em REsp e RE

Decisão		Presidente	Vice-presidente	Total Geral
REsp	admitidos	509	755	1.264
	inadmitidos	3.989	12.685	16.674
	sobrestados	270	394	664
RE	admitidos	17	84	101
	inadmitidos	879	1.334	2.213
	sobrestados	640	850	1.490
Despachos diversos		7.503	12.382	19.885



QUADRO 20

Evolução do Mutirão Judiciário em Dia por órgão julgador

Ano	Mês	1ª TS	1ª Acumulado	2ª TS	2ª Acumulado	3ª TS	3ª Acumulado	4ª TS	4ª Acumulado	5ª TS	5ª Acumulado	6ª TS	6ª Acumulado	7ª TS	7ª Acumulado
2011	Jan.		0		0		0	1	1		0		0		0
	Fev.	668	668	365	365	316	316	81	82	215	215	87	87	139	139
	Mar.	196	864	341	706	347	663	172	254	382	597	383	470	216	355
	Abr.	396	1.260	244	950	288	951	179	433	164	761	432	902	331	686
	Mai.	501	1.761	313	1.263	509	1.460	308	741	373	1.134	622	1.524	474	1.160
	Jun.	735	2.496	357	1.620	459	1.919	237	978	230	1.364	477	2.001	364	1.524
	Jul.	387	2.883	313	1.933	327	2.246	378	1.356	164	1.528	502	2.503	331	1.855
	Ago.	451	3.334	403	2.336	429	2.675	730	2.086	468	1.996	566	3.069	406	2.261
	Set.	832	4.166	293	2.629	233	2.908	369	2.455	441	2.437	466	3.535	413	2.674
	Out.	497	4.663	343	2.972	373	3.281	580	3.035	375	2.812	380	3.915	435	3.109
	Nov.	294	4.957	321	3.293	437	3.718	453	3.488	249	3.061	515	4.430	500	3.609
Dez.	340	5.297	231	3.524	230	3.948	315	3.803	105	3.166	205	4.635	215	3.824	
2011 Total		5.297		3.524		3.948		3.803		3.166		4.635		3.824	
2012	Jan.	131	5.428	57	3.581	91	4.039	189	3.992	58	3.224	23	4.658	125	3.949
	Fev.	321	5.749	336	3.917	272	4.311	162	4.154	211	3.435	238	4.896	301	4.250
	Mar.	355	6.104	360	4.277	257	4.568	307	4.461	263	3.698	275	5.171	194	4.444
	Abr.	290	6.394	231	4.508	247	4.815	128	4.589	158	3.856	269	5.440	334	4.778
	Mai.	372	6.766	372	4.880	313	5.128	228	4.817	418	4.274	328	5.768	165	4.943
	Jun.	7	6.773	302	5.182	250	5.378	178	4.995	203	4.477	170	5.938	182	5.125
	Jul.	2	6.775	204	5.386	293	5.671	232	5.227	307	4.784	271	6.209	109	5.234
	Ago.	105	6.880	218	5.604	371	6.042	225	5.452	194	4.978	125	6.334	154	5.388
Set.	104	6.984	220	5.824	280	6.322	175	5.627	227	5.205	211	6.545	149	5.537	



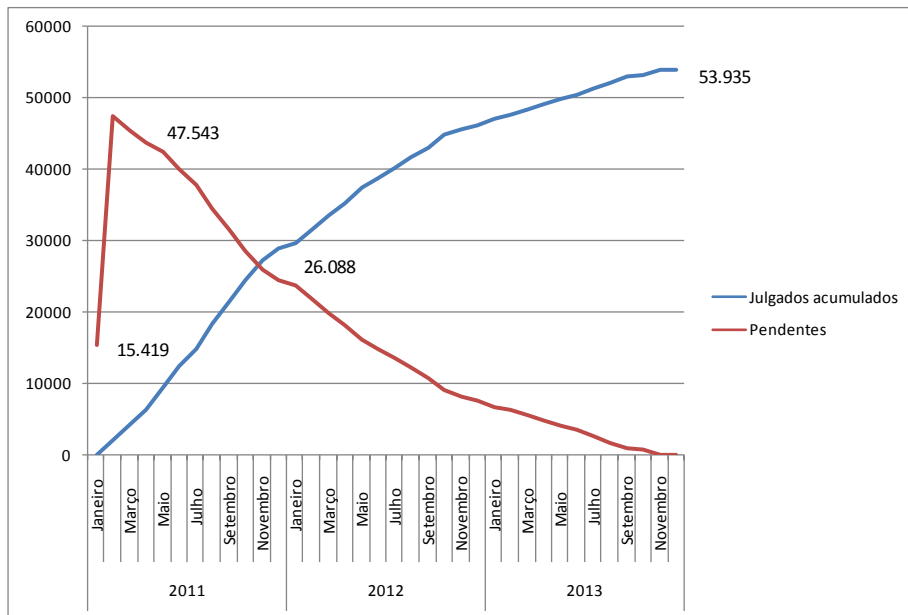
Ano	Mês	1ª TS	1ª Acumulado	2ª TS	2ª Acumulado	3ª TS	3ª Acumulado	4ª TS	4ª Acumulado	5ª TS	5ª Acumulado	6ª TS	6ª Acumulado	7ª TS	7ª Acumulado
2012	Out.	90	7.074	363	6.187	302	6.624	128	5.755	107	5.312	275	6.820	460	5.997
	Nov.	101	7.175	70	6.257	121	6.745	77	5.832	284	5.596	69	6.889	101	6.098
	Dez.	94	7.269	75	6.332	55	6.800	64	5.896	174	5.770	85	6.974	12	6.110
2012 Total		1.972		2.808		2.852		2.093		2.604		2.339		2.286	
2013	Jan.	3	7.272	2	6.334	5	6.805	83	5.979	97	5.867	6	6.980	7	6.117
	Fev.	64	7.336	4	6.338	5	6.810	98	6.077	70	5.937	11	6.991	43	6.160
	Mar.	95	7.431	6	6.344	4	6.814	145	6.222	209	6.146	124	7.115	139	6.299
	Abr.	36	7.467	6	6.350	4	6.818	200	6.422	174	6.320	137	7.252	189	6.488
	Mai.	77	7.544	66	6.416	1	6.819	152	6.574	263	6.583	75	7.327	142	6.630
	Jun.	65	7.609	18	6.434	2	6.821	152	6.726	7	6.590	154	7.481	65	6.695
	Jul.		7.609	341	6.775	2	6.823	82	6.808	374	6.964	175	7.656	10	6.705
	Ago.	1	7.610	94	6.869	3	6.826	98	6.906	226	7.190	180	7.836	151	6.856
	Set.	1	7.611	52	6.921	4	6.830	59	6.965	299	7.489	194	8.030	125	6.981
	Out.		7.611	9	6.930	1	6.831	26	6.991	61	7.550	73	8.103	153	7.134
	Nov.		7.611	6	6.936	4	6.835	2	6.993	227	7.777	203	8.306	166	7.300
Dez.		7.611	1	6.937	1	6.836	3	6.996	19	7.796	18	8.324	4	7.304	
2013 Total		342		605		36		1.100		2.026		1.350		1.194	
TOTAL GERAL		7.611		6.937		6.836		6.996		7.796		8.324		7.304	



GRÁFICO 21
Evolução do Mutirão Judiciário em Dia

Ano	Mês	Julgados	Entrada no Mutirão	Julgados acumulados	Entrada acumulada	Pendentes
2011	Jan.	4	15.423	4	15.423	15.419
	Fev.	2.008	34.132	2.012	49.555	47.543
	Mar.	2.188	115	4.200	49.670	45.470
	Abr.	2.123	407	6.323	50.077	43.754
	Mai.	3.151	1.951	9.474	52.028	42.554
	Jun.	2.939	439	12.413	52.467	40.054
	Jul.	2.463	264	14.876	52.731	37.855
	Ago.	3.510	161	18.386	52.892	34.506
	Set.	3.094	193	21.480	53.085	31.605
	Out.	3.016	42	24.496	53.127	28.631
	Nov.	2.803	260	27.299	53.387	26.088
	Dez.	1.668	52	28.967	53.439	24.472
2012	Jan.	695	39	29.662	53.478	23.816
	Fev.	1.877	36	31.539	53.514	21.975
	Mar.	2.030	62	33.569	53.576	20.007
	Abr.	1.676	14	35.245	53.590	18.345
	Mai.	2.216	25	37.461	53.615	16.154
	Jun.	1.305	38	38.766	53.653	14.887
	Jul.	1.434	177	40.200	53.830	13.630
	Ago.	1.429	75	41.629	53.905	12.276
	Set.	1.447	25	43.076	53.930	10.854
	Out.	1.746	20	44.822	53.950	9.128
	Nov.	834	5	45.656	53.955	8.299
	Dez.	573	1	46.229	53.956	7.727
2013	Jan.	898	2	47.127	53.958	6.831
	Fev.	463	4	47.590	53.962	6.372
	Mar.	745	24	48.335	53.986	5.651
	Abr.	766	7	49.101	53.993	4.892
	Mai.	786	6	49.887	53.999	4.112
	Jun.	477	7	50.364	54.006	3.642
	Jul.	1.003	7	51.367	54.013	2.646
	Ago.	806	19	52.173	54.032	1.859
	Set.	756	2	52.929	54.034	1.105
	Out.	344	2	53.273	54.036	763
	Nov.	623		53.896	54.036	140
	Dez.	39		53.935	54.036	101

GRÁFICO 3
Evolução do Mutirão Judiciário em Dia



1º GRAU

Os dados estatísticos da 1ª Região são acompanhados pela Coger mediante a análise de relatórios analíticos e sintéticos gerados pelo Sistema de Acompanhamento Processual.

QUADRO 22

Dados estatísticos da 1ª instância

Seção Judiciária		Quantidade de processos		
		Distribuídos	Julgados	Em tramitação
AC	Varas	3.880	1.987	11.403
	Juizados	5.608	4.138	8.543
	Turma Recursal	2.850	3.986	6.023
AM	Varas	11.540	5.881	59.933
	Juizados	12.744	10.700	7.301
	Turma Recursal	6.895	6.856	10.245
AP	Varas	3.825	1.630	18.673
	Juizados	7.536	6.304	5.512
	Turma Recursal	Funcionamento conjunto com a SJP		



Seção Judiciária		Quantidade de processos		
		Distribuídos	Julgados	Em tramitação
BA	Varas	47.916	30.842	193.742
	Juizados	75.984	71.589	78.431
	Turma Recursal	22.346	16.161	49.172
DF	Varas	43.616	26.503	205.077
	Juizados	28.071	24.379	31.365
	Turma Recursal	15.050	9.376	33.815
GO	Varas	27.613	15.174	136.047
	Juizados	35.306	36.099	35.409
	Turma Recursal	13.784	5.809	29.831
MA	Varas	14.752	9.523	68.298
	Juizados	72.859	62.829	62.939
	Turma Recursal	14.172	11.001	34.123
MG	Varas	90.580	58.348	396.057
	Juizados	110.633	113.252	152.705
	Turma Recursal	42.773	24.705	113.691
MT	Varas	21.048	9.830	65.223
	Juizados	14.254	14.425	21.836
	Turma Recursal	4.252	2.705	10.837
PA	Varas	21.760	11.574	103.686
	Juizados	55.146	52.791	71.640
	Turma Recursal	7.130	6.860	19.691
PI	Varas	11.351	5.203	49.574
	Juizados	33.717	29.433	87.982
	Turma Recursal	4.421	2.832	11.645
RO	Varas	11.610	4.652	35.613
	Juizados	9.149	10.642	20.041
	Turma Recursal	3.223	2.511	9.860
RR	Varas	4.007	1.297	13.111
	Juizados	3.258	3.871	3.899
	Turma Recursal	1.289	1.858	2.626
TO	Varas	6.399	3.434	21.501
	Juizados	14.879	14.614	21.375
	Turma Recursal	1.743	3.281	9.283
Totais 1ª Instância	Varas	319.897	185.878	1.377.938
	Juizados	479.144	455.066	608.978
	Turma Recursal	139.928	97.941	340.842



QUADRO 23

Dados acumulados da 1ª instância

Órgão julgador	Distribuídos				
	2009	2010	2011	2012	2013
Varas	329.010	322.444	362.641	337.736	319.897
Juizados	357.000	364.154	374.861	380.942	479.144
Turma recursal	112.880	93.495	114.565	125.628	139.928
TOTAL	798.890	780.093	852.067	844.306	938.969
Órgão julgador	Julgados				
	2009	2010	2011	2012	2013
Varas	170.469	168.056	189.827	197.130	185.878
Juizados	344.931	354.637	387.201	422.161	455.066
Turma recursal	86.247	87.510	97.010	88.623	97.941
TOTAL	601.647	610.203	674.038	707.914	738.885
Órgãos julgadores	Em tramitação				
	2009	2010	2011	2012	2013
Varas	1.184.795	1.217.607	1.291.881	1.329.362	1.377.938
Juizados	645.072	669.331	676.060	619.313	608.976
Turma recursal	172.760	194.177	221.395	263.388	340.842
TOTAL	2.002.627	2.081.115	2.189.336	2.212.063	2.327.756

60

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

QUADRO 24

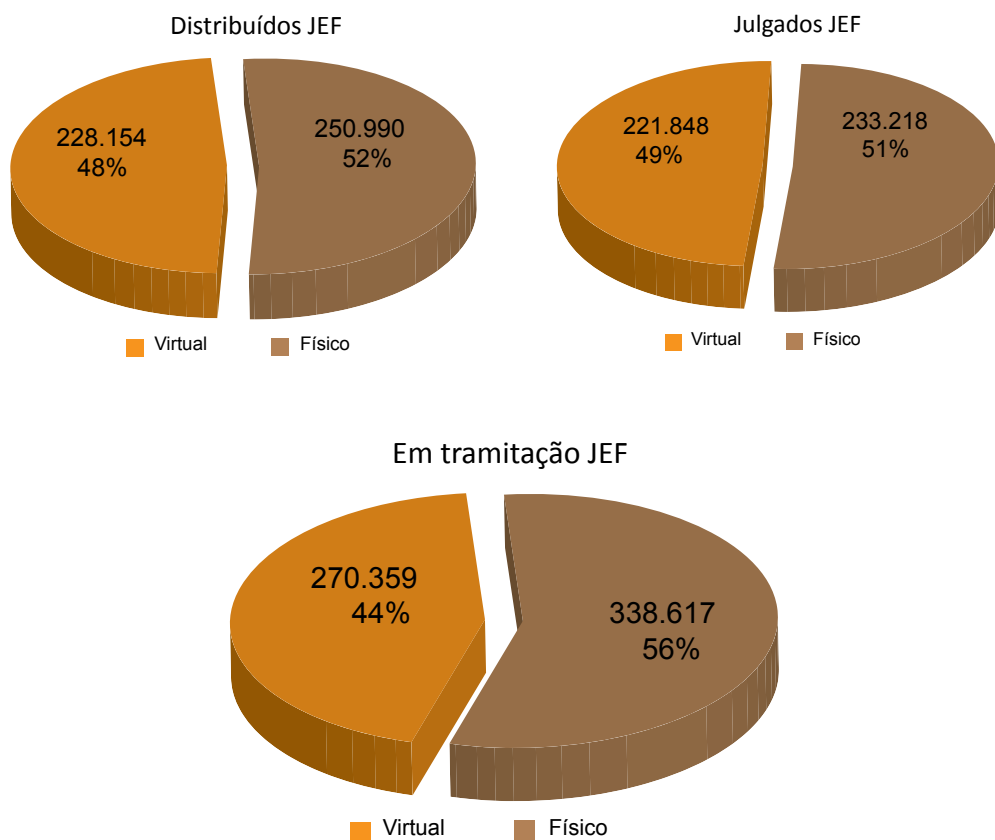
Movimentação processual por seção judiciária - 2013

SJ	Distribuídos			Julgados			Em tramitação		
	Físico	Virtual	Total	Físico	Virtual	Total	Físico	Virtual	Total
AC	0	5608	5.608	1	4137	4.138	6	8537	8.543
AM	2.019	10.725	12.744	965	9.735	10.700	2.357	4944	7.301
AP	1.516	6.020	7.536	774	5.530	6.304	1.398	4114	5.512
BA	52.633	23.351	75.984	46.479	25.110	71.589	62.396	1.6035	78.431
DF	129	27.942	28.071	68	24.311	24.379	664	30.701	31.365
GO	16.331	18.975	35.306	16.843	19.256	36.099	20.718	14.691	35.409
MA	32.572	40.287	72.859	26.656	36.173	62.829	31.829	31.110	62.939
MG	78.981	31.652	110.633	77.155	36.097	113.252	121.461	31.244	152.705

SJ	Distribuídos			Julgados			Em tramitação		
	Físico	Virtual	Total	Físico	Virtual	Total	Físico	Virtual	Total
MT	7.410	6.844	14.254	8.471	5.954	14.425	13.953	7.883	21.836
PA	33.266	21.880	55.146	33.327	19.464	52.791	36.066	35.572	71.638
PI	12.887	20.830	33.717	8.638	20.795	29.433	25.865	62.117	87.982
RO	4.178	4.971	9.149	5.185	5.457	10.642	4.715	15.326	20.041
RR	27	3.231	3.258	53	3.818	3.871	94	3.805	3.899
TO	9.041	5.838	14.879	8.603	6.011	14.614	17.095	4.280	21.375
TOTAL	250.990	228.154	479.144	233.218	221.848	455.066	338.617	270.359	608.976

Fonte: Sistema Processual da 1ª instância.

Gráfico 4
Composição do acervo JEFs - físico e virtual



QUADRO 25
Evolução dos processos virtuais nos JEFs

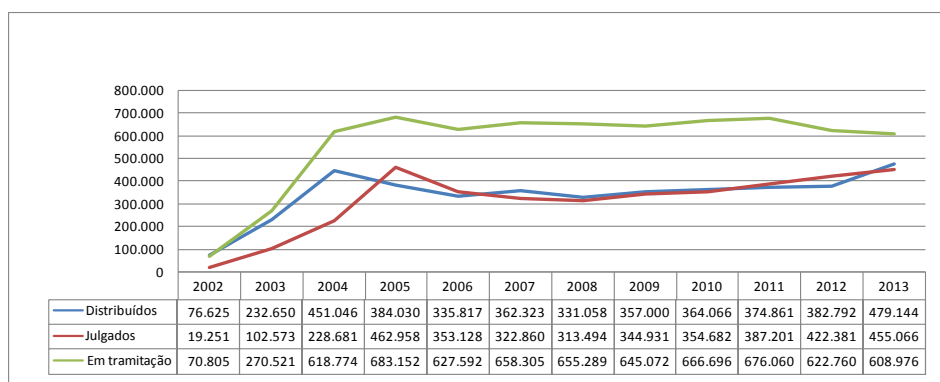
Ano	Tipo	Distribuídos	Julgados	Em tramitação
2002	Físico	76.625	19.251	70.805
	Virtual	0	0	0
TOTAL		76.625	19.251	70.805
2003	Físico	232.650	102.573	270.521
	Virtual	0	0	0
TOTAL		232.650	102.573	270.521
2004	Físico	420.877	213.845	580.835
	Virtual	30.169	14.836	37.939
TOTAL		451.046	228.681	618.774
2005	Físico	243.219	391.449	540.642
	Virtual	140.811	71.509	142.510
TOTAL		384.030	462.958	683.152
2006	Físico	136.796	224.764	355.213
	Virtual	199.021	128.364	272.379
TOTAL		335.817	353.128	627.592
2007	Físico	145.018	146.515	327.930
	Virtual	217.305	176.345	330.375
TOTAL		362.323	322.860	658.305
2008	Físico	163.921	133.438	330.232
	Virtual	167.137	180.056	325.057
TOTAL		331.058	313.494	655.289
2009	Físico	154.055	155.031	316.664
	Virtual	202.945	189.900	328.408
TOTAL		357.000	344.931	645.072
2010	Físico	156.418	142.013	317.353
	Virtual	207.648	212.669	349.343
TOTAL		364.066	354.682	666.696
2011	Físico	186.573	168.165	336.583
	Virtual	188.288	219.036	339.477
TOTAL		374.861	387.201	676.060
2012	Físico	198.434	204.105	325.106
	Virtual	184.360	218.276	297.654

Ano	Tipo	Distribuídos	Julgados	Em tramitação
TOTAL		382.792	422.381	622.760
2013	Físico	250.990	233.218	338.617
	Virtual	228.154	221.848	270.359
TOTAL		479.144	455.066	608.976
Acumulado		3.748.620	3.344.825	608.976

Fonte: Sistema Processual da 1ª instância e Relatórios de Atividades do TRF 1ª Região.

GRÁFICO 5

Evolução do acervo processual nos JEFs - 2002 a 2013



TURMAS RECURSAIS

As turmas recursais da 1ª Região, a par de todas as dificuldades vivenciadas, tendo em vista que grande parte de seus componentes atua sem prejuízo em suas varas de origem e, ainda, considerando que foram criadas sem a contrapartida legal que autorizasse dotá-las de estrutura compatível com as reais necessidades, tiveram elevado desempenho no ano de 2013, sendo responsáveis pelo julgamento de mais de 97 mil recursos.

QUADRO 26

Julgamentos nas turmas recursais

SJ	Turma Recursal	Sessões realizadas		Processos julgados*
		Ordinárias	Extraordinárias	
AC	1ª	14	0	3.986
AM	1ª	18	0	6.856



SJ	Turma Recursal	Sessões realizadas		Processos julgados*
		Ordinárias	Extraordinárias	
BA	1ª	29	7	9.672
	2ª	33	12	6.489
Total BA		62	19	16.161
DF	1ª	22	4	9.376
GO	1ª	29	0	5.601
	2ª	11	0	208
Total GO		40	0	5.809
MA	1ª	10	0	11.001
MT	1ª	17	0	2.705
MG	1ª	29	1	6.673
	2ª	26	0	5.958
	3ª	33	0	7.628
	4ª	18	0	4.446
Total MG		106	1	24.705
PA/AP	1ª	14	0	6.860
PI	1ª	14	0	2.832
RO	1ª	19	0	2.511
RR	1ª	9	0	1.858
TO	1ª	9	0	3.281
TOTAL				97.941

* Incluídos os processos julgados por decisões monocráticas.

QUADRO 27

Composição de acervo nas turmas recursais - 2013

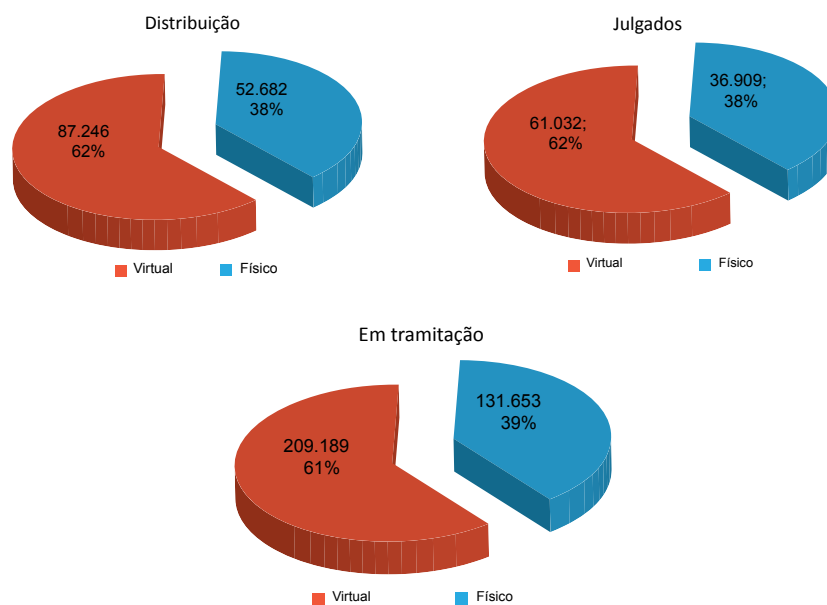
SJ	Distribuídos			Julgados			Em tramitação		
	Físico	Virtual	Total	Físico	Virtual	Total	Físico	Virtual	Total
AC	2	2.848	2.850	1	3.985	3.986	3	6.020	6.023
AM	549	6.346	6.895	575	6.281	6.856	837	9.408	10.245
BA	10.507	11.839	22.346	8.775	7.386	16.161	24.588	24.584	49.172

SJ	Distribuídos			Julgados			Em tramitação		
	Físico	Virtual	Total	Físico	Virtual	Total	Físico	Virtual	Total
DF	246	14.804	15.050	177	9.199	9.376	349	33.466	33.815
GO	3.322	10.462	13.784	1.611	4.198	5.809	9.230	20.601	29.831
MA	2.433	11.739	14.172	683	10.318	11.001	8.401	25.722	34.123
MG	27.761	15.012	42.773	19.685	5.020	24.705	69.598	44.093	113.691
MT	2.465	1.787	4.252	1.386	1.319	2.705	5.042	5.795	10.837
PA	2.586	4.544	7.130	1.292	5.568	6.860	4.583	15.108	19.691
PI	1.476	2.945	4.421	1.064	1.768	2.832	5.510	6.135	11.645
RO	1.293	1.930	3.223	845	1.666	2.511	2.664	7.196	9.860
RR	5	1.284	1.289	5	1.853	1.858	10	2.616	2.626
TO	37	1.706	1.743	810	2.471	3.281	838	8.445	9.283
TOTAL	52.682	87.246	139.928	36.909	61.032	97.941	131.653	209.189	340.842

Fonte: Sistema Processual da 1ª instância.

GRÁFICO 6

Demonstrativo da composição do acervo TRs – físico e virtual





QUADRO 28

Evolução da movimentação processual das turmas recursais - 2009 a 2013

Ano	SJ	Distribuídos	Julgados	Em tramitação
2009	AC	2.267	1.532	6.671
	AM	3.884	1.792	4.163
	BA	11.171	10.174	23.828
	DF	8.396	4.605	12.435
	GO	7.980	6.280	9.123
	MA	4.502	6.280	8.552
	MG	22.258	9.083	42.391
	MT	3.739	3.841	3.137
	PA (*)	11.758	2.643	13.745
	PI	25.087	29.808	37.349
	RO	7.350	7.220	6.612
	RR	2.190	1.104	2.619
TO	2.298	1.885	2.135	
TOTAL ANO		112.880	86.247	172.760
2010	AC	1.521	2.456	5.153
	AM	2.192	3.722	3.748
	BA	13.611	11.281	30.047
	DF	11.955	9.180	17.536
	GO	10.143	6.846	12.299
	MA	3.053	2.328	10.466
	MG	29.679	21.027	61.009
	MT	3.999	2.989	5.093
	PA (*)	6.857	9.360	19.271
	PI	1.327	7.280	17.298
	RO	4.900	6.427	6.523
	RR	1.617	2.771	2.601
TO	2.641	1.843	3.106	
TOTAL ANO		93.495	87.510	194.150



Ano	SJ	Distribuídos	Julgados	Em tramitação
2011	AC	3.908	6.738	5.604
	AM	1.791	2.255	2.991
	BA	18.644	14.636	37.285
	DF	14.077	12.669	25.702
	GO	11.517	9.859	16.149
	MA	8.850	2.571	16.753
	MG	31.214	18.312	72.212
	MT	4.405	3.444	7.676
	PA (*)	8.733	14.405	20.140
	PI	3.231	1.272	3.228
	RO	4.381	6.629	7.212
	RR	1.137	1.648	1.935
TO	2.677	2.572	4.508	
TOTAL ANO		114.565	97.010	221.395
2012	AC	2.971	2.641	6.292
	AM	5.699	5.087	5.393
	BA	21.641	14.998	41.039
	DF	10.194	14.126	26.087
	GO	11.354	7.280	21.482
	MA	10.758	3.932	23.673
	MG	38.899	19.621	92.036
	MT	4.747	3.040	9.295
	PA (*)	9.704	6.722	16.451
	PI	2.819	1.380	9.457
	RO	4.244	5.444	6.755
	RR	1.471	1.461	2.555
TO	1.127	2.891	2.873	
TOTAL ANO		125.628	88.623	263.388



Ano	SJ	Distribuídos	Julgados	Em tramitação
2013	AC	2.850	3.986	6.023
	AM	6.895	6.856	10.245
	BA	22.346	16.161	49.172
	DF	15.050	9.376	33.815
	GO	13.784	7.042	29.351
	MA	14.172	11.001	34.123
	MG	42.773	24.705	113.691
	MT	4.252	2.705	10.837
	PA (*)	7.130	6.860	19.691
	PI	4.421	2.832	11.645
	RO	3.223	2.511	9.860
	RR	1.289	1.858	2.626
TO	1.743	3.281	9.283	
TOTAL ANO		139.928	99.174	340.362

(*) Agrega a Turma Recursal do Amapá.

Fonte: Sistema Processual da 1ª instância.

TURMAS DE UNIFORMIZAÇÃO

Em 2013, foi realizada sessão de julgamento da TRU dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, em Rio Branco/AC, no dia 13/09/2013, quando foram julgados 123 processos.

QUADRO 29

Estatística da TRU

Atividades		Quantidade
Sessões de julgamento		1
Incidentes de jurisprudência julgados		123
Publicações realizadas	Acórdãos	99
	Decisões monocráticas	27
	TOTAL	126



Atividades	Quantidade	
Pedidos de submissão (art. 53 do Regimento Interno das TRs e JEFs da 1ª Região)	Admitidos	8
	Não admitidos	352
	Total recebido	360
Incidentes de uniformização para a TNU	Admitidos	0
	Não admitidos	2
	Total recebido	2

Sob a presidência do corregedor-geral da Justiça Federal e com a participação de juízes dos cinco TRFs, a TNU realizou dez sessões de julgamento em 2013, promovendo incidentes de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito material fundado em divergência entre decisões de turmas recursais de diferentes regiões ou em face de decisão de uma turma recursal proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

No decorrer de 2013, quatro juízes federais da 1ª Região tiveram assento na TNU, a saber: Gláucio Maciel, Herculano Martins Nacif, Paulo Ernane Moreira Barros e Alexandre Vidigal de Oliveira, este representando a AJUFE.

SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO (PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR)

As requisições de pagamento, decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, são emitidas tanto pela via do precatório – art. 100 da Constituição Federal – quanto pela via da requisição de pequeno valor (RPV) – Lei 10.259/2001.

Para dar maior celeridade ao processamento da requisição, foi implantado na Justiça Federal o sistema eletrônico para a expedição de requisição de pagamento com assinatura certificada digitalmente, na forma estabelecida no item I da IN-13-04, aprovada pela Portaria Presi 600-215 de 18/09/2007, dispensando o envio por meio físico das requisições. Esse procedimento vem representando enorme avanço no alcance de resultados, visto que os ofícios de depósito e de levantamento passaram a ser certificados digitalmente e migrados por intermédio do sistema processual, sem necessidade de impressão.

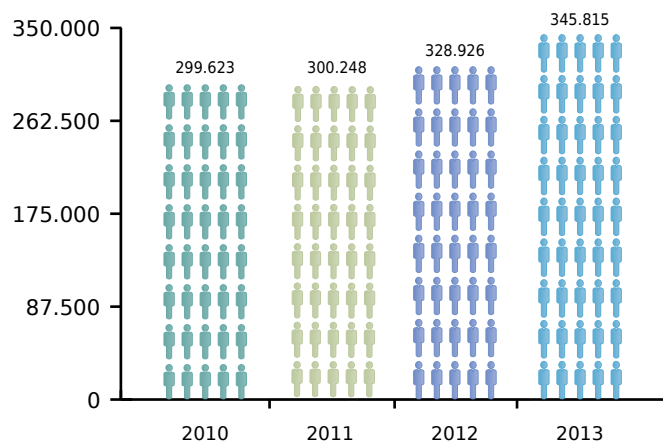
Enquanto não for implantado na justiça estadual o sistema eletrônico para a expedição de requisições de pagamento, visando melhoria contínua na prestação jurisdicional, as requisições continuarão sendo expedidas e remetidas ao Tribunal mediante formulário padrão, utilizando-se os serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Posteriormente, as requisições serão digitalizadas manualmente e inseridas no sistema de precatório. Em relação aos ofícios de depósitos e de levantamentos serão certificados eletronicamente com assinatura digital e enviados por correspondência eletrônica (*e-mail*) aos juízos requisitantes, sem necessidade de impressão.

Como resultado, todos os documentos de mero expediente vinculados às requisições expedidas pela Justiça Federal e estadual passaram a ser totalmente armazenados no sistema de precatório, otimizando custos com a eliminação do papel e contribuindo para a celeridade e eficiência no cumprimento da decisão judicial, além de facilitar a busca e recuperação dessas informações no futuro.

No exercício de 2013, foram processados e pagos 10.720 precatórios e 287.009 RPVs. Os pagamentos contemplaram 345.815 beneficiários, dos quais 331.483 receberam seus créditos por intermédio de RPV e 14.332 por precatório. As requisições foram processadas e pagas constando a identificação nominal e o CPF/CNPJ de cada um dos beneficiários, em obediência aos ditames da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) e da Resolução 168/2011 do Conselho da Justiça Federal.

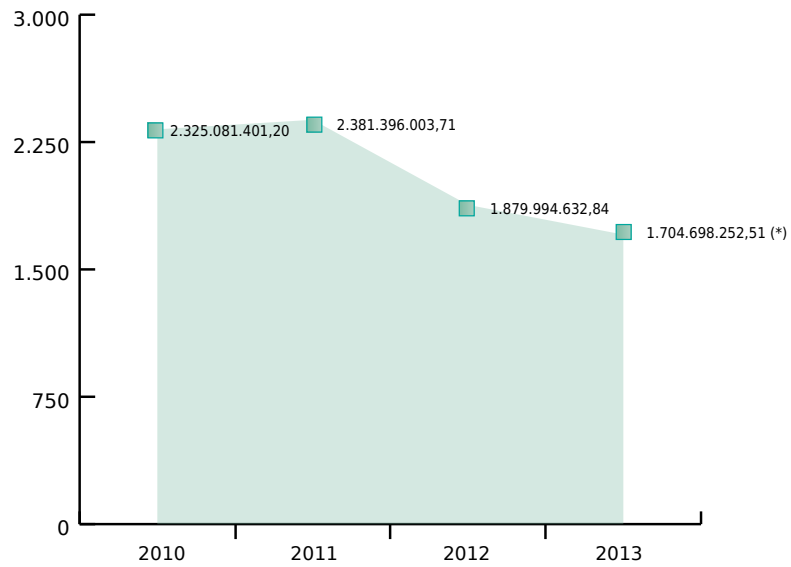
GRÁFICO 7

Beneficiários de precatório e RPV



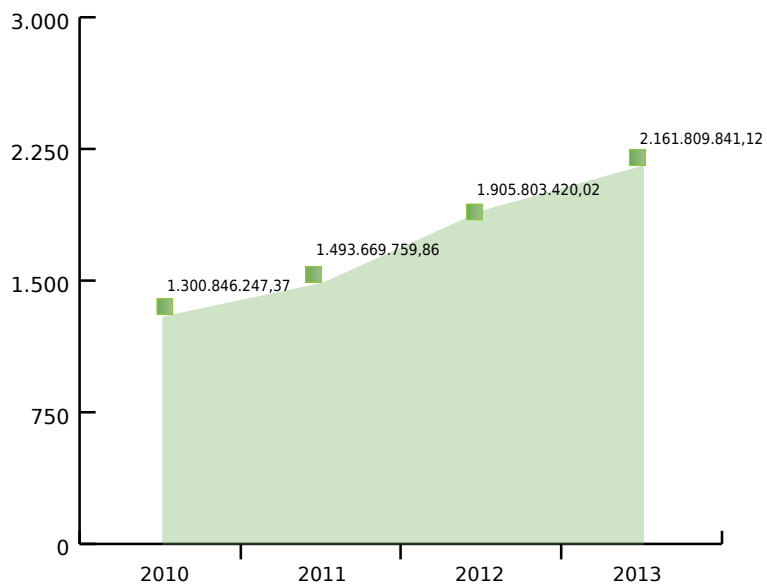
Para a realização dos pagamentos, foi executada no período a importância de R\$3.866.508.093,63. Desse total foram gastos R\$ 1.703.389.827,92, para pagamento de precatórios de responsabilidade da Fazenda Pública federal; R\$1.308.424,59, para pagamento de precatórios de responsabilidade dos demais órgãos (estados, municípios, conselhos, etc.); e R\$2.161.809.841,12, para RPV.

Gráfico 8
Pagamento de precatórios



(*) Orçamentário e extraorçamentário.

Gráfico 9
Pagamento de RPVs





No ano de 2013, foram emitidos eletronicamente 601.146 ofícios aos juízes de origem/ execução comunicando-se o valor depositado e o valor levantado. Além disso, foram enviadas 8.507 correspondências eletrônicas (*e-mail*) destinadas à prestação de informações sobre precatórios e RPVs.

QUADRO 30
Pagamentos de precatórios e RPVs

Precatórios e RPVs pagos	Processos	Beneficiários	Total depositado (R\$)
Precatórios não alimentares – União – 2004 – 10ª parcela	31	40	38.533.750,12
Precatórios não alimentares – União – 2005 – 9ª parcela	44	59	65.043.114,23
Precatórios não alimentares – União – 2006 – 8ª parcela	59	85	22.571.397,26
Precatórios não alimentares – União – 2007 – 7ª parcela	59	103	90.185.994,37
Precatórios não alimentares – União – 2008 – 6ª parcela	60	75	10.499.467,43
Precatórios não alimentares – União – 2009 – 5ª parcela	111	148	32.414.471,58
Precatórios não alimentares – União – 2010 – 4ª parcela	154	165	141.143.412,03
Precatórios não alimentares – União – 2011 – 3ª parcela	105	141	73.528.620,42
Precatórios não alimentares – União – 2013 – integral	400	461	279.734.643,32
Precatórios alimentares – União de 2013	3.546	5.506	351.062.514,11
Precatórios não alimentares – entidades – 2004 – 10ª parcela	18	22	3.164.529,00
Precatórios não alimentares – entidades – 2005 – 9ª parcela	20	33	6.270.140,48
Precatórios não alimentares – entidades – 2006 – 8ª parcela	47	62	10.826.413,22
Precatórios não alimentares – entidades – 2007 – 7ª parcela	34	41	6.029.833,79
Precatórios não alimentares – entidades – 2008 – 6ª parcela	41	58	75.529.803,78
Precatórios não alimentares – entidades – 2009 – 5ª parcela	41	50	4.205.287,65
Precatórios não alimentares – entidades – 2010 – 4ª parcela	89	95	11.763.244,14
Precatórios não alimentares – entidades – 2011 – 3ª parcela	63	64	8.679.196,74
Precatórios não alimentares – entidades – 2013 – integral	211	243	131.374.410,29
Precatórios alimentares – entidades – 2013	5.569	6.863	340.829.583,96
Precatórios extraorçamentários (pagamento fora do Siafi)	18	18	1.308.424,59
RPV (Lei 10.259/2001) no ano de 2013	287.009	331.483	2.161.809.841,12
TOTAL	297.729	345.815	3.866.508.093,63
Precatórios processados para inclusão no orçamento de 2015 (Art. 100/CF).	2.976	3.558	318.971.906,03



QUADRO 31
Precatórios aguardando pagamento

2013	Processos	Beneficiários
Precatórios não alimentares – União – 2005 – 10ª parcela	36	45
Precatórios não alimentares – União – 2006 – 9ª parcela	51	72
Precatórios não alimentares – União – 2007 – 8ª parcela	56	94
Precatórios não alimentares – União – 2008 – 7ª parcela	52	63
Precatórios não alimentares – União – 2009 – 6ª parcela	91	124
Precatórios não alimentares – União – 2010 – 5ª parcela	126	135
Precatórios não alimentares – União – 2011 – 4ª parcela	80	114
Precatórios não alimentares – União – 2014 – integral	505	679
Precatórios alimentares – União 2014	3.868	5.712
Precatórios não alimentares – entidades – 2005 – 10ª parcela	17	29
Precatórios não alimentares – entidades – 2006 – 9ª parcela	38	48
Precatórios não alimentares – entidades – 2007 – 8ª parcela	29	33
Precatórios não alimentares – entidades – 2008 – 7ª parcela	38	48
Precatórios não alimentares – entidades – 2009 – 6ª parcela	31	38
Precatórios não alimentares – entidades – 2010 – 5ª parcela	73	78
Precatórios não alimentares – entidades – 2011 – 4ª parcela	51	52
Precatórios não alimentares – entidades – 2014 – integral	240	266
Precatórios alimentares – entidades – 2014	6.998	8.727
RPVs (Lei 10.259/2001) autuadas em novembro e dezembro/2013	54.401	62.648
Precatórios extraorçamentários (pagamento fora do Siafi)	188	193
TOTAL	66.969	79.198



PROCESSOS INTERNOS

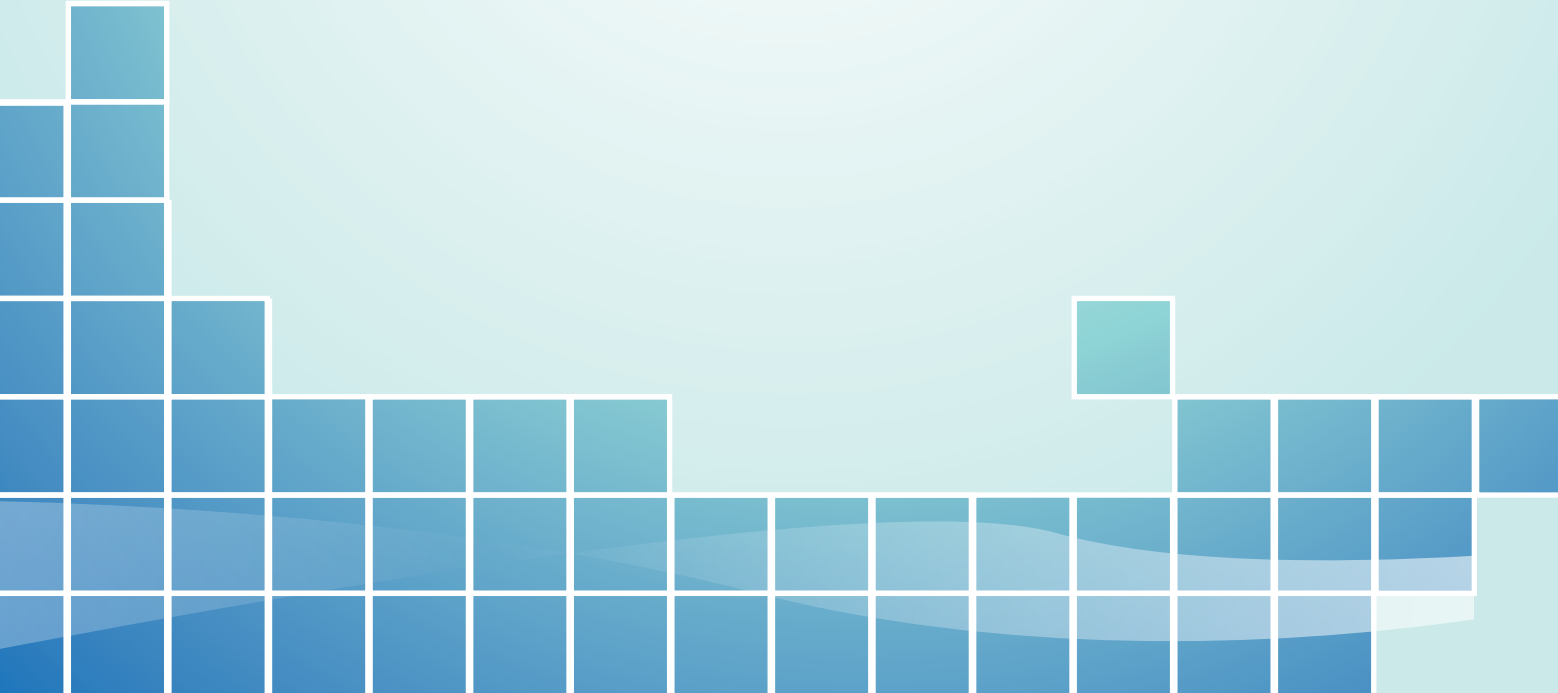
ACESSO À JUSTIÇA

Objetivo estratégico

- Facilitar o acesso à Justiça

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Objetivos estratégicos

- Agilizar os trâmites judiciais
 - Aprimorar o sistema de gestão judiciária e administrativa
 - Promover a conciliação
 - Aprimorar a estrutura e o funcionamento das turmas recursais
- 



ACESSO À JUSTIÇA

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

Facilitar o acesso à Justiça.

■ Descrição do objetivo

Garantir o amplo acesso ao maior número de cidadãos à resolução de conflitos.

INSTALAÇÃO DE UNIDADES JUDICIÁRIAS

VARAS FEDERAIS

A Justiça Federal de 1º grau possui jurisdição em 13 estados da Federação, mais o Distrito Federal, totalizando 14 seções judiciárias com sede nas capitais, 76 subseções judiciárias com sede em cidades do interior de cada estado e 273 varas federais.

75

QUADRO 32

Distribuição de varas federais na 1ª Região

Tipo	Quantidade
Varas nas capitais	169
Varas no interior	104
Total de varas	273
Turmas recursais	20
JEFs adjuntos a varas de capital	23
JEFs adjuntos a varas de interior	94
JEFs destacados	2

QUADRO 33

Varas federais na capital e no interior

Seção Judiciária	Localização	Quantidade
Acre	Capital	4
	Interior	1
Amapá	Capital	6
	Interior	2



Seção Judiciária	Localização	Quantidade
Amazonas	capital	8
	interior	2
Bahia	capital	24
	interior	17
Distrito Federal	capital	27
Goiás	capital	16
	interior	8
Maranhão	capital	11
	interior	4
Mato Grosso	capital	8
	interior	8
Minas Gerais	capital	34
	interior	42
Pará	capital	11
	interior	10
Piauí	capital	8
	interior	4
Rondônia	capital	5
	interior	4
Roraima	capital	3
Tocantins	capital	4
	interior	2
TOTAL NA CAPITAL		169
TOTAL NO INTERIOR		104
Total		273

Foram instaladas, no ano de 2013, 19 varas federais criadas pela Lei 12.011/2009 e três criadas pela Lei 12.762 conforme quadro abaixo.

QUADRO 34
Varas federais instaladas em 2013

	SJ	Município	Localização	Vara	Especialização
Lei 12.011/2009	AC	Cruzeiro do Sul	interior	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto cível e criminal
	BA	Bom Jesus da Lapa	interior	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto cível e criminal



	SJ	Município	Localização	Vara	Especialização
Lei 12.011/2009	BA	Salvador	capital	24ª Vara Federal	Execução fiscal
	MA	São Luís	capital	11ª Vara Federal	Execução fiscal
	MG	Juiz de Fora	interior	5ª Vara Federal	Juizado Especial Federal cível e criminal
	MG	Montes Claros	interior	3ª Vara Federal	Geral com JEF adjunto cível e criminal
	MG	Patos de Minas	interior	2ª Vara Federal	Geral com JEF adjunto cível e criminal
	MG	Uberaba	interior	3ª Vara Federal	Juizado Especial Federal cível e criminal
	MG	Uberaba	interior	4ª Vara Federal	Cível e criminal
	MG	Uberlândia	interior	5ª Vara Federal	Execução fiscal
	MT	Cáceres	interior	2ª Vara Federal	Geral com JEF cível e criminal
	MT	Cuiabá	capital	8ª Vara Federal	Cível
	MT	Juína	interior	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto cível e criminal
	PA	Belém	capital	11ª Vara Federal	Juizado Especial Federal cível
	PA	Itaituba	interior	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto cível e criminal
	PI	São Raimundo Nonato	interior	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto cível e criminal
	PI	Teresina	capital	8ª Vara Federal	Juizado Especial Federal cível e criminal
	RO	Vilhena	interior	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto cível e criminal
	TO	Palmas	capital	4ª Vara Federal	Criminal com competência concorrente crimes contra o sistema financeiro nacional, de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores e os crimes praticados por organizações criminosas
Lei 12.762/2012	AP	Macapá	capital	4ª Vara Federal	Especializada em matéria criminal, com JEF adjunto
				5ª Vara Federal	Juizado Especial Federal
				6ª Vara Federal	Cível

Já os Juizados Especiais Federais encerraram o ano de 2013, com a instalação de cinco novas varas especializadas em Juizados Especiais Federais, uma vara especializada em matéria criminal com JEF adjunto criminal e nove JEFs adjuntos a varas instaladas em subseções judiciárias.



QUADRO 35
Juizados instalados na 1ª Região em 2013

SJ	Município	Vara	Especialização	Competência
AP	Macapá	4ª Vara Federal	Criminal com JEF adjunto	Criminal
		5ª Vara Federal	Juizado especial	Cível
AC	Cruzeiro do sul	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
BA	Bom Jesus da Lapa	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
MT	Cáceres	2ª Vara Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
	Juína	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
MG	Juiz de Fora	5ª Vara Federal	Juizado especial	Cível e criminal
	Montes Claros	3ª Vara Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
	Patos de Minas	2ª Vara Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
	Uberaba	3ª Vara Federal	Juizado especial	Cível e criminal
PA	Belém	11ª Vara Federal	Juizado especial	Cível
	Itaituba	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
PI	São Raimundo Nonato	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
	Teresinha	8ª Vara Federal	Juizado especial	Cível
RO	Vilhena	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal

QUADRO 36
Quantidade e tipos de juizados e turmas recursais

Seção	Quantidade de JEFs e TRs				
	Varas de JEFs	JEFs adjuntos em vara de interior	JEFs adjuntos a varas criminais	JEFs adjuntos a varas ambientais	TRs
Acre	1	1	–	–	1
Amapá	2	2	1	–	–
Amazonas	2	2	2	1	1
Bahia	6	17	2	–	3
Distrito Federal	5	–	2	–	1
Goiás	4	8	2	–	2
Maranhão	3	4	2	1	1
Mato Grosso	1	8	2	–	1
Minas Gerais	15	25	3	–	4



Seção	Quantidade de JEFs e TRs				
	Varas de JEFs	JEFs adjuntos em vara de interior	JEFs adjuntos a varas criminais	JEFs adjuntos a varas ambientais	TRs
Pará/Amapá	3	10	2	1	1
Piauí	3	4	–	–	1
Rondônia	1	4	1	1	1
Roraima	1	–	–	–	1
Tocantins	1	2	1	–	1
TOTAL	48	87	20	4	19
TOTAL JEFs ADJUNTOS			111		
TOTAL GERAL DE JEF (VARAS E JEFs ADJUNTOS)			159		

TURMAS RECURSAIS

Foram desenvolvidos estudos e discussões acerca das definições de localização das turmas recursais permanentes, criadas pela Lei 12.665/2012, que resultaram na Resolução Presi/Cojer/Cojef 5, tratando de normas de transição das turmas recursais permanentes e organizando a instalação das novas turmas recursais.

No final de 2013, foi aprovada pela Corte Especial a instalação das 12 turmas recursais restantes (Acre; Amazonas/Roraima; 4ª da Bahia; 3ª do Distrito Federal; 2ª do Maranhão; Mato Grosso; 2ª do Pará/Amapá; Piauí; Rondônia; e Tocantins).

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

Os Juizados Especiais Federais (JEFs) foram criados pela Lei 10.259, de 12/07/2001, com o objetivo de processar e julgar, de forma rápida e simplificada, as causas cíveis de menor complexidade de competência da Justiça Federal cujo valor não exceda a 60 salários-mínimos e as causas criminais que tratem de infrações de menor potencial ofensivo que envolvam a União, suas autarquias, fundações e empresas públicas.

Os juizados estão estruturados na 1ª Região em varas especializadas, juizados adjuntos e juizados autônomos. Atualmente, são 47 varas especializadas em JEF, 1 juizado destacado autônomo, 20 JEFs adjuntos a varas das capitais com competência criminal, 4 JEFs adjuntos a varas das capitais com competência ambiental, 87 JEFs adjuntos a varas de interior com competência plena (cível e criminal), totalizando 159 varas na 1ª Região.

A Coordenação dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região (Cojef), sob a direção da desembargadora federal Neuza Alves, desde 28/05/2012, deu prosseguimento ao plano de ação elaborado em 2012 e realizou outras atividades, sempre orientadas para o fortalecimento dos juizados, em consonância com as diretrizes, objetivos e metas do Tribunal. No ano de 2013, teve destaque para o Projeto MELHORAÇÃO.



MEDIDAS DE AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA

QUADRO 37
JEFs itinerantes realizados

SJ	Localidade	Fases/períodos	Processo administrativo	Audiências realizadas	Processos julgados	Acordos homologados	Valores em RPVS (R\$)	Magistrados participantes	Coordenador do itinerante
MA	Barreirinhas	Div. 04 a 06/06	2.925/2012	3.009	4.663	2.881	7.817.679,30	10	JF Ronaldo Castro Destêrro e Silva
		Ater. 17 a 22/06							
		Aud. 12/08 a 23/08							
GO	Campos Belos (1)	Div. 13 a 15/05	4.243/2012	1.147	1.304	695	2.524.831,04	4	JF Warney Paulo Nery Araújo
		Ater. 12 a 16/08							
		Aud. 23/09 a 02/10							
AP	Serra do Navio e Pedra Branca	Div. 26 a 28/08	2.926/2012	276	305	122	164.638,	2	JFS Lívia Cristina Marques Peres
		Ater. 02 a 06/09							
		Aud. 21 a 25/10							
TO	Mateiros	Div. 17 a 21/06	3.994/2012	281	326	234	786.368,40	2	JFS Rafael Branquinho
		Ater. 12 a 16/08							
		Aud. 25 a 29/11							
RO	Fluvial do Baixo Madeira (2)	Div. 06 a 08/05	5.276/2012	421	436	367	463.344,90	4	JFS Jaqueline Conesque Gurgel do Amaral
		Ater. e aud. 13 a 28/05							
Total				5.134	7.034	4.299	11.756.861,64		

(1) Itinerante realizado em conjunto com a Justiça Estadual de Goiás, para processos da competência delegada, sob a coordenação do juiz federal. Na Justiça Estadual, com a participação de 4 magistrados, foram realizadas 1.304 audiências, com 527 acordos e pagamento de RPVs da ordem de R\$ 4.932.943,80.

(2) Itinerante realizado em conjunto com a Justiça Estadual de Rondônia.



MEDIDAS DE REDUÇÃO DO ACERVO

QUADRO 38
Mutirões de audiências realizados

SJ	Local	Data	Processo administrativo	Audiências realizadas	Processos julgados	Acordos	Valores pagos em RPV	Magistrados participantes	Coordenador do itinerante
TO	Araguaína	04 a 09/03	6.248/2012	2.661	2.513	1.602	9.472.647,60	10	Rafael Tadeu Rocha da Silva
MA	Imperatriz	20 a 25/05	7.149/2012	2.993	2.920	1.855	7.069.768,29	12	Márcio Sá Araujo
PA	Castanhal	06 a 15/05	1.264/2012	2.008	2.423	1.427	6.340.199,51	6	José Valterson de Lima
BA	Guanambi	03 a 15/06	7.023/2012	1.517	1.466	701	6.590.941,42	4	Fábio Moreira Ramiro
BA	Campo Formoso (*)	08 a 14/12	5.941/2013	635	700	289	1.337.169,29	3	Evandro Reimão dos Reis
BA	Juazeiro	30/09 a 04/10	5.943/2013	600	600	328	1.604.400,30	2	Ávio Mozar Ferraz de Novaes
MG	Teófilo Otoni	01 a 05/07	2.546/2013	1.207	1.081	744	7.363.255,16	6	Elísio Nascimento Batista Júnior
TOTAL				11.425	10.984	6.946	23.965.534,46		

(*) No total de processos julgados do mutirão de Campo Formoso, estão incluídos 119 processos conclusos para sentença, atribuídos ao juiz federal Evandro Reimão dos Reis, não prolatada até o fechamento das informações prestadas para este relatório.



■ Mutirão de sentenças

■ Juízes recém-empossados

Com o apoio da Corregedoria Regional da Justiça Federal, foi realizado esforço concentrado — mutirão de sentença à distância — com a participação de 22 juízes aprovados no XIV Concurso Público para Juiz Federal Substituto, para prestar auxílio a 12 Juizados Especiais Federais, selecionados em face de critérios objetivos, no julgamento de 8.800 processos, no período de 60 dias, com prejuízo de suas atribuições nas varas de origem.

Detectado o acúmulo de feitos em fase de prolação de sentença nos Juizados Especiais Federais, que totalizavam na 1ª Região 24.665 processos conclusos há mais de 60 dias, foram selecionadas as seguintes unidades para se encaminhar feitos: a 23ª Vara JEF da SJDF; a 15ª Vara JEF da SJGO e o JEF adjunto de Anápolis; as 9ª e 10ª Varas JEF da SJMA; o 1º JEF adjunto de Sete Lagoas e o 2º JEF adjunto de Divinópolis da SJMG; o JEF adjunto de Rondonópolis da SJMT; a 7ª Vara JEF da SJPI; a 4ª Vara JEF da SJRO e o 1º e 2º JEFs adjuntos de Ji-Paraná, o que resultou em um total de 8.800 processos de JEF selecionados para o mutirão.

O mutirão foi um sucesso, tendo promovido considerável redução de acervo nas varas que se encontravam congestionadas de processos conclusos para sentença há mais de 60 dias.

QUADRO 39

Resultados do mutirão de sentenças a distância

Processos atribuídos	Sentenças	Decisões	Despachos	Convertidos em diligência
8.800	8.343	77	576	624

■ JEF adjunto de Rondonópolis/MT (PA 5.250/2013)

No período de 04 a 09/11, foi realizado mutirão de sentenças no JEF adjunto da SSJ de Rondonópolis/MT, que contou com a participação de dois magistrados e de sete servidores de outras localidades, além da participação da juíza federal do JEF de Rondonópolis e sua assessoria. Ao todo foram sentenciados 1.200 processos.

Foram ainda proferidas 50 sentenças a distância, mediante a remessa física dos autos para Cuiabá.

QUADRO 40

Resultados do mutirão de sentenças na SSJ de Rondonópolis/MT

Sentenças prolatadas	1.143
Decisões definitivas	14
Despachos	55



- JEF de Uberaba/MG (PA 7.627/2013)

Entre os dias 25/11 a 07/12/2013, foi realizado mutirão de sentenças na 3ª Vara JEF de Uberaba/MG, com a participação de dois magistrados da SJMG e uma equipe composta por oito servidores selecionados pela Cojef.

Ao final de duas semanas de trabalho, foram analisados cerca de 1.600 processos, tendo sido proferidas 1.453 sentenças, sendo 529 improcedentes, 779 procedentes, 124 sentenças extintivas sem resolução do mérito e 21 homologatórias. Além dos trabalhos de análise de processos, os magistrados integrantes do grupo realizaram reunião com todos os peritos médicos da subseção, no intuito de esclarecer os quesitos judiciais requeridos no laudo pericial.

- JEF adjunto de Guanambi/BA (PA 7.023/2012)

No período de 19/04 a 19/07/2013, foi realizado mutirão de sentenças a distância no JEF adjunto de Guanambi, tendo sido designada magistrada da SJBA, que, auxiliada por equipe de quatro servidores, produziu os resultados abaixo elencados:

QUADRO 41

Resultados alcançados no mutirão de sentenças a distância na SSJ de Guanambi/BA

83

Processos recebidos	1.872
Sentenças improcedentes	343
Sentenças procedentes	459
Extinções/prescrições/decadências	205
Sentenças homologatórias	23
Decisão/despachos	842

- **Mutirão de perícias conciliatórias no JEF adjunto de Araguaína/TO (PA 2.547/2013)**

Em iniciativa inédita, foi promovido pela Cojef em parceria com o SistCon-TRF1 um mutirão de perícias judiciais concomitantemente com mutirão de audiências conciliatórias na Subseção Judiciária de Araguaína, no estado do Tocantins.

O esforço concentrado contou com a presença de 14 médicos peritos (designados entre profissionais cadastrados no sistema AJG; vinculados à Subseção de Araguaína/TO 6 peritos e à Seção Judiciária de Goiás 8 peritos), objetivando a realização de 30 perícias por dia, por perito, no período de 14 a 19/10/2013.

Os peritos convocados de fora da cidade sede, credenciados já por outros trabalhos executados na sede da Justiça Federal em Tocantins e Goiás, participaram do esforço concentrado arcando por conta própria com o custeio de transporte e hospedagem.

Os processos com laudos periciais convergentes pela incapacidade do periciando foram direcionados, imediatamente, para as audiências conciliatórias realizadas por três magistrados, com a presença de procuradores do INSS.



O resultado final está representado na tabela abaixo, espelhando o sucesso alcançado com a união dos parceiros envolvidos na concretização dessa meta.

QUADRO 42

Resultados alcançados no mutirão de perícias conciliatórias na SSJ de Araguaína/TO

Perícias agendadas	2.053
Perícias realizadas	1.819
Audiências conciliatórias realizadas	1.101
Sentenças homologatórias	761
Percentual de acordos	69%
Valores gerados com RPV	5.347.713,16

■ Apoio à 1ª Vara JEF de Juiz de Fora/MG

Diversas medidas foram adotadas para solução dos problemas de congestionamento de processos na 1ª Vara JEF de Juiz de Fora/MG, tais como:

a) pedido, bem sucedido, de antecipação de instalação da 5ª Vara de Juiz de Fora e sua especialização em JEF, objeto do PA 7.665/2012;

b) realização de mutirão de sentenças a distância, com o auxílio de magistrado de outra subseção judiciária e de audiências e julgamentos com a participação de dois magistrados de outras subseções judiciárias, que se deslocaram, sem qualquer ônus para o Tribunal, para a SSJ de Juiz de Fora/MG, uma vez por semana, durante 5 meses. O esforço resultou na realização de 503 audiências e no julgamento de 482 processos (PA 2.271/2012).

PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS SECCIONAIS

■ Projeto Itinerante Cucuí

A Coordenação dos JEFs da Seção Judiciária do Amazonas vem desenvolvendo ações voltadas para o atendimento de cidadãos brasileiros residentes em regiões longínquas e de difícil acesso, nas regiões de fronteira de Amazônia.

Entre os dias 14 a 18/10, a primeira comunidade que recebeu a ação do Juizado Especial Federal itinerante foi o Distrito de Cucuí, situado em meio à selva amazônica, mais precisamente na margem esquerda do Rio Negro, no estado do Amazonas, no município de São Miguel da Cachoeira (858 Km de Manaus), região da tríplice fronteira entre o Brasil, a Colômbia e a Venezuela.

O Distrito de Cucuí constitui uma das localidades mais isoladas e perigosas do Brasil, a população formada em sua maioria por indígenas, e também por brancos e caboclos, conta apenas com presença do Exército brasileiro como forma de assegurar a defesa da fronteira brasileira contra narcotraficantes que tentam invadir o país e ainda das forças da FARC, que até pouco tempo rondavam a região.



Foto: Luiz Klein



Quase esquecidos pelo poder público, os habitantes de Cucuí/AM enfrentam todas as dificuldades de quem está em uma das regiões mais isoladas do país. O acesso à região somente é possível por via aérea ou por barco. Não há acesso via terrestre.

Os mantimentos e remédios chegam pelo rio e levam cerca de três a quatro dias e em épocas de vazante, barcos maiores nem sequer conseguem aproximação, utilizando-se pequenos barcos com motor modelo rabeta. Não há hospital na localidade e o atendimento médico e odontológico é feito por oficiais do Exército, que não permanecem na localidade.

Outra dificuldade encontrada é quanto à expedição de documentos, como certidões de nascimento, sendo oneroso e inviável para os habitantes de Cucuí/AM ir até a sede do município.

O Juizado Especial Federal alcançou a população ribeirinha e indígena do Distrito de Cucuí, levando esperança de dias melhores. Foram realizadas 147 atermações, das quais 70% relacionadas à auxílio-maternidade e o restante à aposentadoria por invalidez, por idade, auxílio-doença e benefício assistencial (Loas). Cerca de 25% dos pedidos foram acolhidos administrativamente pelo INSS e os benefícios já se encontram em fase de implantação.

■ **Mutirão de conciliação no JEF da SJRO**

Em 14/02/2013, os magistrados do JEF de Rondônia realizaram mutirão de conciliação em 153 processos de natureza previdenciária, obtendo 64,71% de acordos. Posteriormente, entre os dias 09 e 10/05/2013, mais 113 acordos foram celebrados em processos que versavam sobre auxílio-doença.

■ **Agilização na distribuição dos processos no SJPI**

Os processos ajuizados nos juizados da Seção Judiciária do Piauí passaram a ser distribuídos em até 24 horas de seu ajuizamento, conferindo maior celeridade na tramitação dos feitos.

■ **Mutirão de audiências em Bacabal/MA**

No período de 05/03 a 30/04, a Subseção Judiciária de Bacabal/MA realizou mutirão



interno de audiências no JEF adjunto, abrangendo 1.100 ações de natureza previdenciária. A iniciativa do juiz federal titular contou com a participação de servidores e colaboradores.

■ **Acordos celebrados nos JEFs da Seção Judiciária do Amazonas**

Intensificando as audiências de conciliação realizadas, as duas varas de juizados na SJAM alcançaram o índice de 70% de acordos celebrados em processo que têm por objeto, em regra, benefícios por incapacidade, ações contra a CEF e os Correios.

■ **Turma Recursal do Pará/Amapá**

A Turma Recursal do Pará/Amapá julgou mais de 1.200 recursos em apenas um mês, provenientes de sentenças proferidas nas varas de JEF de Belém e de Macapá e de nove subseções judiciárias desses estados.

■ **Ciclo de mutirões realizados no JEF da Subseção Judiciária de Manhuaçu/MG**

O JEF adjunto de Manhuaçu/MG realizou, entre os meses de abril e maio de 2013, três ciclos de mutirão de audiências, objetivando reduzir o expressivo volume processual em tramitação e agilizar o julgamento dos feitos. Nos processos em que não foi obtido acordo entre as partes, o magistrado da subseção proferiu sentenças na própria audiência. Ao todo foram realizadas mais de 600 audiências, com percentual de 73% de acordos e o pagamento de R\$ 3.813.789,80 em RPVs, referentes a valores atrasados nos processos que tratam de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez de trabalhador rural, pensão por morte, entre outros.

■ **Mutirão de RPVs em Guanambi/BA**

Motivado pela existência de grande quantidade de processos aguardando a expedição de RPVs, o diretor do foro da Seção Judiciária da Bahia apoiou a realização de mutirão de RPVs no JEF adjunto de Guanambi, no período de 08 a 13/04, quando foram expedidas 960 RPVs, totalizando o montante de 10.704.743,06 de valores pagos.

■ **Mutirão de conciliação na 2ª Vara JEF da SSJ Marabá/PA**

685 processos do 2º Juizado Especial Federal de Marabá/PA tiveram acordos celebrados em mutirão de conciliação realizado no período de 08 a 12/04/2013. O esforço resultou na expedição de RPVs, que totalizaram R\$ 3.545.854,52, referentes aos valores retroativos pagos aos jurisdicionados que tiveram seus pedidos acolhidos.

■ **Mutirão de perícias nos JEFs da SPPI**

Os JEFs da SJPI promoveram a realização de mutirão de perícias ortopédicas em 800 processos que aguardavam a análise pericial, entre os dias de 10 a 14/06 e 24 a 28/06.

■ **Turma Recursal da SJPI**

A Turma Recursal do Piauí registrou significativo aumento de sua produtividade em comparação com o ano passado. Em 2012 foram julgados 1.380 processos, já em 2013, o total de julgados foi de 2.832.

■ **Mutirão de audiências na 4ª Vara JEF da SJAC**

O Juizado Especial Federal do Acre realizou, no período de 05 a 09/08, mutirão de



audiências conciliatórias em 84 processos que versavam sobre indenizações por danos morais e materiais contra a CEF, alcançando o percentual de 50% de acordos.

■ **Audiências conciliatórias nos processos dos JEFs da SJMA**

Realizados no segundo semestre grandes mutirões de audiências conciliatórias nas Varas/JEF (7ª, 9ª e 10ª) da SJMA, mediante parceria com a Procuradoria Federal do INSS, com o total de 4.400 processos versando sobre benefícios previdenciários como aposentadoria, auxílio-doença e pensão por morte. Foram obtidos acordos da ordem de 70%.

A Subseção Judiciária de Imperatriz/MA, que possui distribuição mensal superior a 1.200 processos, também adotou a conciliação como alternativa de resolução de conflitos nos juizados. No segundo semestre do ano, foram realizadas nos JEFs adjuntos daquela subseção 2.166 audiências conciliatórias.

■ **Turma Recursal do Maranhão**

A Turma Recursal do Maranhão, ainda sem composição permanente, julgou 11 mil processos.

■ **JEF adjunto da SSJ Pouso Alegre/MG vence processos conclusos**

O juiz federal titular da Subseção Judiciária de Pouso Alegre/MG realizou esforço concentrado para prolatar sentenças em todos os processos que estavam conclusos para sentença. Tal medida alcançou 1.600 processos do JEF adjunto, todos julgados em quatro meses e meio.

■ **Mutirão de audiências conciliatórias na 8ª Vara JEF da SJPI**

A 8ª Vara/JEF da Seção Judiciária do Piauí realizou 1.500 audiências em mutirão de conciliação voltado para processos que versavam sobre benefícios de auxílio-doença, salário-maternidade, aposentadoria por idade e por invalidez, pensão por morte, aposentadoria rural e benefício assistencial.

■ **Mutirão de RPVs na 4ª Vara/JEF da SJAC**

O juiz federal titular da 4ª Vara/JEF/AC realizou mutirão interno para colocar em dia os processos que aguardavam a expedição de RPVs naquele juizado. O resultado foi o pagamento de cerca de 6 milhões de reais decorrentes das 1.276 RPVs expedidas no esforço concentrado.

HONORÁRIOS PERICIAIS E ADVOGADOS DATIVOS

Para custeio da assistência jurídica a pessoas carentes (AJPC) na Justiça Federal da 1ª Região, foram empenhados R\$ 39.036.660,85. Desse total, em 25/12/2013, já haviam sido executados R\$ 37.415.725,49, restando a liquidar R\$ 1.620.935,85.

A maior parte desse recurso destina-se ao atendimento dos jurisdicionados dos Juizados Especiais Federais com objetivo de custear despesas havidas com perícias médicas/sociais e advogados dativos.

A partir dos déficits orçamentários apresentados no exercício de 2013 — os quais inclusive apresentam pendências de pagamento referentes ao exercício de 2012 —, a

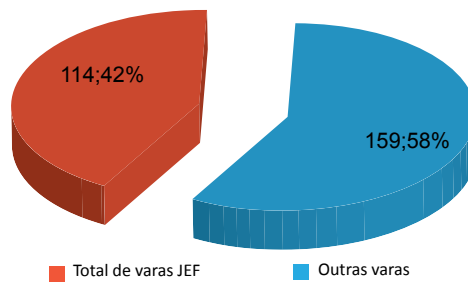


Administração do Tribunal interveio perante o Conselho da Justiça Federal, objetivando o recebimento de crédito orçamentário, sendo que todos os pagamentos foram realizados, sem que restassem, naquele momento, solicitações de pagamento inseridas no Sistema AJG pendentes.

ANÁLISE DA REPRESENTATIVIDADE DOS JEFs NA 1ª REGIÃO

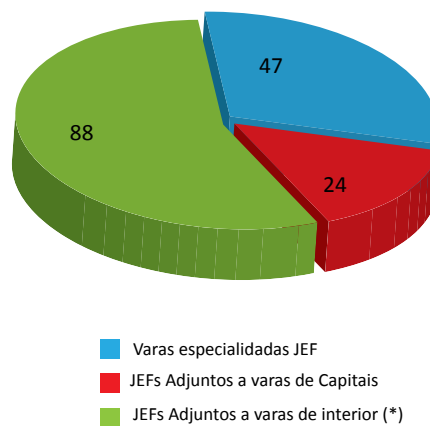
a) Em relação ao quantitativo de varas

GRÁFICO 10
Distribuição de varas e juizados



88

GRÁFICO 11
Distribuição dos JEFs



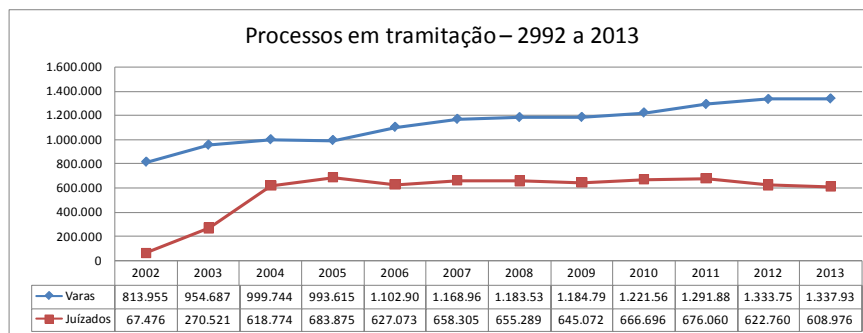
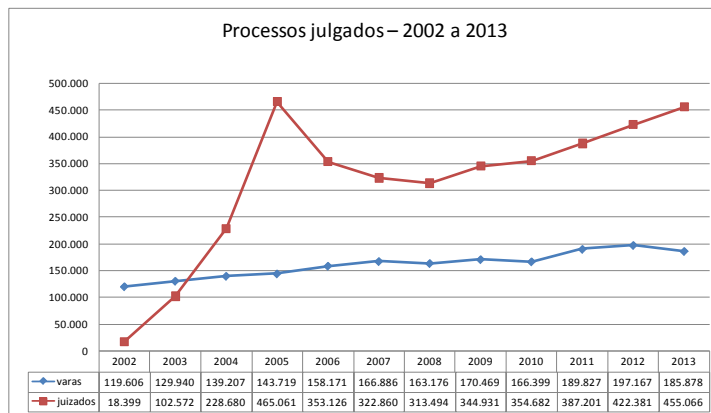
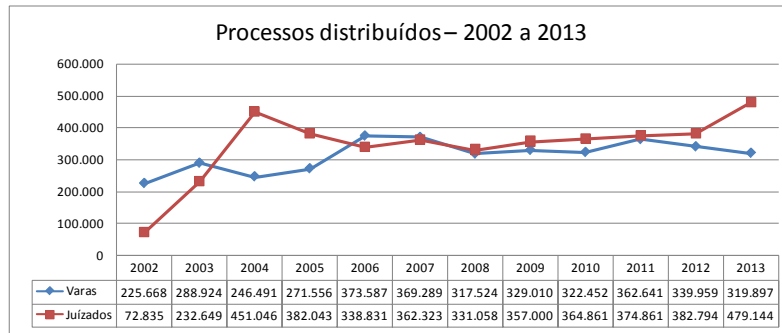
(*) Incluído o JEF destacado autônomo da SSI de São João del-Rei.



b) Em relação à movimentação processual

GRÁFICOS 12, 13 e 14

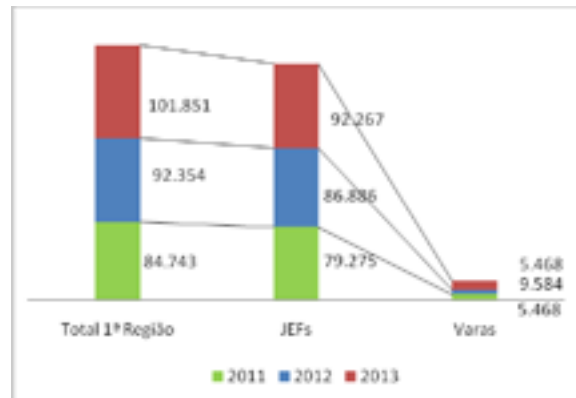
Movimentação processual nas varas e nos juizados – 2002 a 2013





c) Em relação à conciliação

GRÁFICO 15
Conciliação realizadas nas varas e nos juizados - 2011 a 2013



90

OUVIDORIA DA JUSTIÇA FEDERAL

OUVIDORIA JUDICIAL

A Ouvidoria da Justiça Federal possui, entre suas competências, a de receber, encaminhar e obter uma resposta efetiva às reclamações, solicitações e dúvidas demandadas pelos jurisdicionados acerca da movimentação de processos na Justiça Federal de 1º grau.

Essa unidade administrativa recebeu um montante de 8.670 manifestações formalizadas via *e-mail*, correspondências, fac-símiles, presencial e sistema Siouv (*web*), distribuídas da seguinte forma: 216 relativas a *comentário*, 484 a *denúncia*, 102 a *elogio*, 3.765 a *morosidade processual*, 1.901 a *pedido de informação*, 1.717 a *reclamação/crítica*, 150 a *sugestão* e 181 referente a *liminares*.

A Ouvidoria Judicial expediu 799 ofícios e 26 cartas-resposta às partes.

Pelo sistema Siouv há, no momento, 199 manifestações aguardando resposta de ofício.

QUADRO 43
Dados da Ouvidoria - consolidação da 1ª Região

Comentários	Denúncias	Elogios	Morosidade processual	Pedido de informação	Reclamação/crítica	Sugestões	Total
216	489	102	3.765	1.901	150	181	6.804



OUVIDORIA ADMINISTRATIVA

Em 2007 foi inaugurado o Serviço de Ouvidoria Administrativa do TRF 1ª Região, instituído pela Portaria Presi 600-117 de 22/05/2007, com a finalidade de servir de canal de comunicação ágil e interativo com o público interno e externo no âmbito dos serviços administrativos do Tribunal.

Em 28/05/2012, por meio da Portaria Presi/Cenag 204, coube também à Ouvidoria Administrativa a responsabilidade pelo cumprimento, atendimento e orientação ao público interno e externo dos pressupostos estabelecidos pela Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação Pública – LAI).

Constitui missão da Ouvidoria Administrativa a promoção e defesa dos direitos e interesses dos servidores e cidadãos contra quaisquer atos ou omissões cometidas pela administração do Tribunal, bem assim a colaboração para o aprimoramento da prestação dos serviços visando-se à segurança e à satisfação do requerente/denunciante, assegurando-se o sigilo de sua identificação e das informações prestadas, quando se tratar de assunto de caráter pessoal ou confidencial.

São atribuições da Ouvidoria Administrativa, entre outras, o gerenciamento do fluxo de atendimento ao servidor e ao cidadão por meio do recebimento, análise, processamento e encaminhamento de solicitações, reclamações, críticas, denúncias, sugestões e elogios no âmbito dos serviços administrativos do Tribunal, seções e subseções judiciárias jurisdicionadas. Registro de dados e informações por meio eletrônico (Siouv – Sistema Informatizado da Ouvidoria); por telefone; presencial; ou por correspondência. Acompanhamento dos assuntos repassados para as unidades administrativas e geração de relatórios estatísticos.

No que tange à Lei 12.527/2012, são atribuições da Ouvidoria Administrativa receber o pedido de informação; proceder ao registro do atendimento (pessoal, eletrônico, por telefone ou correspondência); responder diretamente ao requerente ou, quando não for possível, repassar para respectiva unidade administrativa competente o pedido e monitorá-lo; orientar o requerente sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação primária já disponibilizada publicamente pelo Tribunal, seções e subseções (salários, patrimônio público, licitações e contratos administrativos, entre outras); disponibilizar, quando possível, informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com o Tribunal, seções ou subseções judiciárias, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.

QUADRO 44

Manifestações recebidas pela Ouvidoria

Tipo de manifestação	Quantidade*	(%)
Comentários	349	10,75
Denúncias	52	1,60



Tipo de manifestação	Quantidade*	(%)
Elogios	107	3,30
Pedidos de informação	1.426	43,90
Reclamações/críticas	1.147	35,30
Sugestões	94	2,90
L.A.I (Informação pública (Lei 12.527/2012))	73	2,25
Total	3.248	100,00

Fonte: Secin-Siouv.

(*): Quantidade líquida (descontadas as manifestações de competência da Ouvidoria Judicial).



EFICIÊNCIA OPERACIONAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

Agilizar os trâmites judiciais.

■ Descrição do objetivo

Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais pendentes a fim de assegurar a razoável duração do processo.

NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

Instituído pela Portaria Presi/Cenag 339/2012, o Núcleo de Cooperação Judiciária da Justiça Federal da 1ª Região, coordenado pela desembargadora federal Mônica Sifuentes, tem como objetivo facilitar o intercâmbio de informações entre os órgãos do Judiciário, identificar soluções para os problemas que possam se apresentar no processo de cooperação, facilitar a coordenação do tratamento dos pedidos de cooperação no âmbito da 1ª Região, participar das reuniões convocadas sobre o assunto, participar das comissões de planejamento estratégico dos tribunais e promover a integração de outros sujeitos do processo à rede de cooperação.

A cooperação é uma tentativa de modificar radicalmente a comunicação nos atos oficiais da Justiça. Com a intermediação dos juízes de cooperação, os atos processuais de qualquer magistrado brasileiro que dependam de outro magistrado ou tribunal tendem a ser cumpridos com maior celeridade e economia.

Em 2013, foi realizada, na Justiça Federal da 1ª Região, a I Jornada sobre Cooperação Judicial Nacional e Internacional, no período de 07 a 09/07, no Centro de Treinamento da Justiça Federal, em Brasília, com carga horária de 20 horas-aula, com participação de 60 magistrados.

Ainda, em 19/10/2013, o Conselho Nacional de Justiça promoveu o Encontro Nacional dos Juízes de Cooperação. A pauta do encontro foi o desenvolvimento da metodologia de cooperação a ser adotada em todo o país.



OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

Aprimorar o sistema de gestão judiciária e administrativa.

■ Descrição do objetivo

Implementar metodologias e ferramentas de gestão e o monitoramento e controle dos processos de trabalho, de forma a garantir o aprimoramento da gestão judiciária e administrativa.

CORREIÇÕES GERAIS ORDINÁRIAS

A teor do disposto no art. 6, VII, da Lei 5.010/1966, combinado com o art. 21 do Provimento Geral Consolidado 38, de 12/06/2009, com a redação dada pelo Provimento 39, de 03/11/2009, foram realizadas em 2013 correições gerais ordinárias nas seções judiciárias da 1ª Região identificadas no quadro abaixo.

No tocante aos procedimentos prévios para a realização das correições, foram respeitadas todas as condições requeridas, ou seja, expedição de Portaria e divulgação de cronograma com antecedência mínima de 30 dias, nos termos do art. 23 do Provimento 38, de 12/06/2009, expedição de ofícios a todas as autoridades elencadas no art. 25 do aludido Provimento Geral Consolidado, comunicações às varas a serem correcionadas com antecedência mínima de dez dias, nos termos do citado dispositivo legal, expedição de ato de designação dos juízes auxiliares e servidores para atuarem nas correições e a não suspensão dos prazos processuais, da distribuição e das audiências em todas as varas.

Ao longo dos trabalhos correccionais foram realizadas:

- reuniões com os juízes federais e servidores, a fim de que fossem analisadas e debatidas as sugestões para o melhor funcionamento dos respectivos juízos e da Justiça Federal de 1ª instância;
- análise de dados e informações complementares ou circunstanciais;
- verificação dos relatórios da inspeção anual realizada pelos próprios juízes federais (Lei 5.010, art. 13, III);
- observação dos relatórios das correições gerais ordinárias executadas na gestão anterior;
- consultas ao relatório anual circunstanciado dos trabalhos sob jurisdição dos juízes federais das seções e subseções judiciárias (Lei 5.010, art. 13, VIII);
- vistoria na relação dos processos selecionados previamente pela Corregedoria Regional, assim como nos feitos conclusos para despacho, decisão e sentença cujos prazos foram excedidos, com a devida justificativa (Lei Complementar 35, de 14/03/1979, art. 39);



- verificação de boletins estatísticos e do resumo dos mapas de produtividade dos oficiais de justiça avaliadores;
- levantamento das condições de funcionamento e instalações físicas das diversas áreas administrativas na seções e subseções judiciárias, através de visitas setorializadas.

QUADRO 45
Correições gerais ordinárias

Seção Judiciária	Varas	Subseções Judiciárias	Data
MG	–	Passos, São Sebastião do Paraíso, Varginha, Pouso Alegre, Montes Claros, Lavras, São João del-Rei, Juiz de Fora, Ipatinga, Uberlândia, Patos de Minas, Governador Valadares e Teófilo Otoni	21/01 a 05/04 (com intervalos)
RR	Varas de Boa Vista (3) Turma Recursal (1)	–	11 a 15/03
PA	Varas de Belém (10) Turma Recursal (1)	Altamira, Castanhal, Marabá, Redenção e Santarém	15 a 26/04
AC	Varas de Rio Branco (4) Turma Recursal (1)	–	03 a 07/06
AP	Varas de Macapá (3)	Laranjal do Jari e Oiapoque	17 a 21/06
PI	Varas de Teresina (8) Turma Recursal (1)	Floriano, Parnaíba e Picos	19 a 30/08
AM	Varas de Manaus (8) Turma Recursal (1)	Tabatinga	23/09 a 02/10
RO	Varas de Porto Velho (5) Turma Recursal (1)	Guajará-Mirim e Ji-Paraná	21 a 25/10
MT	Varas de Cuiabá (8) Turma Recursal (1)	Cáceres, Diamantino, Rondonópolis e Sinop	07 a 18/10
BA	Varas de Salvador (23) Turmas Recursais (2)	Juazeiro, Feira de Santana, Campo Formoso, Paulo Afonso, Irecê, Barreiras, Vitória da Conquista, Jequié, Guanambi, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Ilhéus e Itabuna	04/11 a 06/12 (com intervalos)

INSPEÇÕES ORDINÁRIAS

Nos termos do art. 114 do Provimento Geral da Coger, cabe à Corregedoria Regional verificar e avaliar, inclusive com a elaboração de parecer técnico, o cumprimento do procedimento previsto no art. 13, III, IV e VIII, da Lei 5.010/1966, que trata da inspeção judicial, pela busca da eficiência e do aprimoramento dos juízos e serviços administrativos, judiciários e cartorários.

Em razão disto, a Corregedoria Regional autuou 272 processos de inspeção ordinária, o que motivou o total de 539 despachos, 309 decisões e a elaboração de 272



pareceres técnicos, encaminhados eletronicamente a cada uma das varas e também ao Conselho Nacional de Justiça.

QUADRO 46
Processos autuados

Classe	Quantidade
Consulta	43
Correição extraordinária	0
Correição geral ordinária	9
Correição parcial	74
Expediente administrativo	946
Inquérito	7
Inspeção ordinária	272
Procedimento avulso	107
Recurso em processo administrativo disciplinar	2
Representação	5
Sindicância	0
TOTAL	1.465

QUADRO 47
Processos arquivados

Classe	Quantidade
Consulta	44
Correição extraordinária	1
Correição geral ordinária	9
Correição parcial	371
Expediente administrativo	1018
Inquérito	1
Inspeção ordinária	238
Procedimento avulso	113
Recurso em processo administrativo disciplinar	0
Representação	12
Sindicância	0
TOTAL	1.807



QUADRO 48
Processos autuados e arquivados por mês

Mês	Autuados	Arquivados
Jan.	344	85
Fev.	90	43
Mar.	94	117
Abr.	112	84
Mai.	115	217
Jun.	100	205
Jul.	102	99
Ago.	97	221
Set.	108	433
Out.	122	133
Nov.	110	122
Dez.	71	48
TOTAL	1.465	1.807

QUADRO 49
Decisões e despachos proferidos por procedimento

Classe	Total de decisões	Total de despachos
Correção extraordinária	0	1
Correção geral ordinária	0	10
Correção parcial	75	63
Representação	2	16
Expediente administrativo	26	1875
Inspeção ordinária	309	539
Procedimento avulso	31	219
Recurso em sindicância	0	0
Recurso em processo administrativo disciplinar	0	1
Consulta	6	51
Inquérito	1	13
TOTAL	450	2.788



ACOMPANHAMENTO PARLAMENTAR E ACESSORAMENTO JURISDICIONAL

Com a edição da Resolução Presi/Cenag 15 de 1º de agosto de 2013, a área do Tribunal responsável pelo acompanhamento parlamentar dos assuntos afetos à Justiça Federal da 1ª Região, em âmbito municipal, estadual e federal, foi reestruturada, tornando-se um núcleo de assessoramento mais abrangente. Abarcou, além das atividades que já vinham sendo desenvolvidas, consubstanciadas essencialmente no assessoramento legislativo, atribuições de assessoramento jurisdicional. Nesse novo contexto, tornou-se responsável, entre outros, pela análise das suspensões previstas no art. 4º da Lei 8.437/1992 e no art. 15 da Lei 12.016/2009, das medidas cautelares para emprestar efeito suspensivo a recurso especial e extraordinário e das avocatórias.

Finalizada a etapa de reestruturação do setor para a realização de suas atividades, no período entre setembro e dezembro de 2013, foi contabilizada a entrada de 62 novos requerimentos de suspensão, 131 avocatórias, 9 medidas cautelares, 17 agravos regimentais, 3 embargos de declaração e 4 petições, resultando em 217 decisões, conforme quadro demonstrativo abaixo.

QUADRO 50

Decisões, despachos e votos após período de reestruturação

98

Decisão/despacho/voto	Quantidade
Decisão em requerimento de suspensão	55
Decisão diversa em suspensão	7
Agravo regimental em suspensão	15
Embargos de declaração em suspensão	2
Decisão em avocatória	128
Decisão em medida cautelar	9
Agravo regimental em medida cautelar	1
TOTAL	217

Em 31/12 havia um acervo remanescente de 36 processos, entre requerimentos de suspensão, medidas cautelares, avocatórias, agravos regimentais e embargos de declaração.

O quadro abaixo apresenta informações dos projetos de lei e das emendas constitucionais que tiveram andamento no decorrer do ano na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Propostas de emenda à Constituição, projetos de lei e projetos de lei complementar que não tiveram andamento no ano de 2013 não constam neste relatório.



QUADRO 51
Proposta de Emenda à Constituição (PEC) – Câmara dos Deputados

PEC	Ementa	Última tramitação
358/2005	Altera dispositivos dos arts. 21, 22, 29, 48, 93, 95, 96, 98, 102, 103-B, 104, 105, 107, 111-A, 114, 115, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 130-A e 134 da Constituição Federal, acrescenta os arts. 97-A, 105-A, 111-B e 116-A, e dá outras providências. Inclui a necessidade de permanência de 3 (três) anos no cargo para que o magistrado tenha direito à vitaliciedade na função; proíbe a prática de nepotismo nos tribunais e juízos; altera a composição do STM e inclui competências para o STF e STJ; instituindo a “súmula impeditiva de recursos”, a ser editada pelo STJ e TST – Reforma do Judiciário. Altera a Constituição Federal de 1988.	30/10/2013 – PLENÁRIO (PLEN). Apresentação do Requerimento 8.944/2013, pelo deputado Valtenir Pereira (PROS-MT), que: “Requer a inclusão na Ordem do Dia do Plenário da Proposta de Emenda à Constituição 358, de 2005, que “Altera dispositivos dos arts. 21, 22, 29, 48, 93, 95, 96, 98, 102, 103-B, 104, 105, 107, 111-A, 114, 115, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 130-A e 134 da Constituição Federal, acrescenta os arts. 97-A, 105-A, 111-B e 116-A, e dá outras providências”.
128/2007	Dá nova redação aos arts. 94, 101, 104, 107, 119, 120 e 123 da Constituição Federal, para alterar a forma e requisitos pessoais de investidura de membros do Poder Judiciário.	22/11/2013 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa). Apense-se a este(a) o(a) PEC-348/2013.
210/2007	Altera os arts. 95 e 128 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público.	05/11/2013 – Plenário (PLEN). Apresentação do Requerimento 8.995/2013, pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que: “Requer inclusão na Ordem do Dia da PEC 210, de 2007, que altera os arts. 95 e 128 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da Magistratura e do Ministério Público”.
190/2007	Determina que lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF), disporá sobre o Estatuto dos Servidores do Judiciário. Altera a Constituição Federal de 1988.	30/10/2013 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa). Remessa ao Senado Federal por meio do Of. 2.609/13/SGM-P.
519/2010	Altera redação das disposições do Capítulo III, do Título III, da Constituição Federal. Reformula o Poder Judiciário.	25/06/13 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Designado Relator, dep. Vicente Arruda (PR-CE).
5/2011	Altera o inciso XV do art. 48 e revoga os incisos VII e VIII do art. 49 para estabelecer que os subsídios do presidente e vice-presidente da República, ministros de Estado, senadores e deputados federais são idênticos aos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.	02/12/2013 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa). Indeferido o Requerimento 9.139/2013, conforme despacho do seguinte teor: “Indefero o Requerimento 9.139/2013, nos termos do art. 102, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se.”
7/2011	Dá nova redação ao art. 27 do ADCT da Constituição Federal. Alteração, Constituição Federal (1988), Tribunal Regional Federal (TRF), criação, sede, São Luís (MA).	17/10/2013 – Plenário (PLEN). Ato da Presidência: Cria Comissão Especial, nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno.
17/2011	Dá nova redação e acrescenta incisos ao parágrafo único do art. 101 da Constituição Federal, para modificar a forma de indicação dos ministros do Supremo Tribunal Federal.	28/08/2013 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Apresentação do Parecer do Relator 1 CCJC, pelo deputado Alberto Filho (PMDB-MA). Parecer do Relator, dep. Alberto Filho (PMDB-MA), pela admissibilidade.



PEC	Ementa	Última tramitação
25/2011	Dá nova redação ao inciso I do art. 93 e ao § 3º do art. 129, ambos da Constituição Federal, para exigir dos candidatos ao ingresso na magistratura e promotoria de justiça 5 anos de efetiva prática forense.	10/05/2013 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Apresentação do Parecer do Relator 1 CCJC, pelo deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS). Parecer do Relator, dep. Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS), pela admissibilidade.
54/2011	Altera o art. 74 da Constituição Federal, dispondo sobre o mandato dos controladores internos de cada Poder e instituição.	19/09/2013 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Apresentação do Voto em Separado 1 CCJC, pelo deputado José Genoíno (PT-SP).
56/2011	Altera as disposições que menciona da Constituição Federal. Explicação: Eleva o limite mínimo de idade para os candidatos ao cargo de presidente e vice-presidente da República, senador, governador e vice-governador de estado e do Distrito Federal e para o advogado-geral da União. Também eleva o limite mínimo de idade para ingresso nos Tribunais de Contas em todas as esferas e nos Conselhos de Contas de Municípios, na carreira da magistratura, nos Tribunais e no Ministério Público. Aumenta o tempo de efetivo exercício para ingresso na carreira da magistratura, nos Tribunais e no Ministério Público.	17/04/2013 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Designado Relator, dep. Alexandre Leite (DEM-SP).
79/2011	Estabelece que a indicação dos advogados que irão compor a lista sêxtupla para a seleção de juizes para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) será feita pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a indicação de advogados para o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) será feita pelo Conselho Seccional da OAB.	16/10/2013 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa). Apense-se a este(a) o(a) PEC-324/2013.
107/2011	Altera o art. 109, da Constituição Federal, para possibilitar o deslocamento de competência para a Justiça Federal das causas relativas à atividade de grupos de extermínio.	21/03/2013 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Designado Relator, dep. Alessandro Molon (PT-RJ).
209/2012	Insera o § 1º ao art. 105 da Constituição Federal e renumera o parágrafo único. Para atribuir requisito de admissibilidade ao recurso especial no âmbito do STJ.	28/11/2013 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MesA). Deferido o REQ. 9.134/13, nos termos do seguinte despacho: Defiro ad referendum do Plenário. Publique-se.
217/2012	Altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte, Minas Gerais, e estabelece prazo para o Superior Tribunal de Justiça encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre o novo tribunal. Alteração, Constituição Federal (1988), disposições transitórias, criação, tribunal, região, Belo Horizonte (MG).	17/07/2013 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Apresentação do Parecer do Relator 2 CCJC, pelo deputado Jaime Martins (PR-MG). Parecer do Relator, dep. Jaime Martins é pela Prejudicialidade da Matéria uma vez que, no último dia 3 de abril de 2013, foi aprovada nesta Casa e enviada à promulgação a Proposta de Emenda à Constituição 544, de 2002, que altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, criando Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Curitiba, estado do Paraná, e jurisdição nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul; da 7ª Região, com sede em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, e jurisdição no estado de Minas Gerais; da 8ª Região, com sede em Salvador, estado da Bahia, e jurisdição nos estados da Bahia e Sergipe; e da 9ª Região, com sede em Manaus, estado do Amazonas, e jurisdição nos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.



QUADRO 52
Proposta de Emenda à Constituição (PEC) – Senado Federal

PEC	Ementa	Última tramitação
29/2004	Altera a redação dos arts. 105, I, “a” e 108, I, “c” e “d” da Constituição Federal, para incluir na competência do Superior Tribunal de Justiça o processo e julgamento de membros do Ministério Público Estadual quando se tratar de prática de crimes comuns e de responsabilidade e para submeter aos Tribunais Regionais Federais o processo e julgamento de mandados de segurança e de habeas corpus impetrados contra ato praticado por membro do Ministério Público Federal.	17/10/2013 – CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Devolvido, às 12 horas e 52 minutos, pelo Senador Pedro Taques, para distribuição. Matéria aguardando designação de Relator.
12/2006	Acrescenta o § 7º ao art. 100 da Constituição Federal e o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.	29/05/2013 – SARQ – Secretaria de Arquivo PROCESSO DEVOLVIDO E ARQUIVADO.
33/2006	Acrescenta parágrafo ao art. 107 da Constituição Federal. (Os Tribunais Regionais Federais constituirão Câmaras e varas com competência exclusiva para o julgamento dos crimes contra administração pública, o sistema financeiro nacional, etc.).	13/06/2011 – SSCLSF – Subsec. Coordenação Legislativa do Senado -aguardando inclusão ordem do dia -Recebido neste Órgão, às 16h20. Aguardando inclusão em Ordem do Dia.
2/2011	Restabelece o adicional por tempo de serviço, como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público e dá outras providências pertinentes	18/04/2013 – CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Matéria com a relatoria na 11ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a matéria é retirada de Pauta e encaminhada ao gabinete do relator, Senador Gim, para reexame do relatório. (Tramitam em conjunto as PECs 2, 5 e 68, de 2011.)
26/2011	Altera o art. 93 da Constituição Federal para dispor que as aposentadorias dos magistrados dar-se-ão com proventos integrais, sendo concedidas e pagas pelos Tribunais, assegurada a paridade das pensões, mediante o ressarcimento dos valores pela previdência social, e observado, no que couber, o disposto no art. 40 desta Constituição Federal.	05/12/2013 – CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Pronta para a pauta na comissão. Recebido, às 10 horas e 52 minutos, o relatório do Senador Roberto Requião, com voto favorável à Proposta, na forma do Substitutivo que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.
53/2011	Altera a redação do art. 93 da Constituição Federal, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura, para excluir a pena de aposentadoria e a aposentadoria por interesse público de magistrados.	07/08/2013 – SEXP – Secretaria de Expediente. Remetida à Câmara dos Deputados – Remessa Ofício SF 1.741 de 07/08/13, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando ao exame daquela casa a Proposta de Emenda à Constituição, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls.96 a 99).



QUADRO 53
Projeto de Lei (PL) – Câmara dos Deputados

PL	Ementa	Última tramitação
3.894/2000	Disciplina a publicidade e propaganda dos Poderes Executivos, Legislativos e Judiciário e entidades da administração indireta.	16/10/2013 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa). Apense-se a este(a) o(a) PL-6.530/2013. Apense-se a este(a) o(a) PL-6.530/2013.
3.938/2000	Dá nova redação aos arts. 28 e 30 da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que “dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).” Suspende o impedimento, para exercer a advocacia, de ocupantes de cargo do Judiciário afastados temporariamente, a partir do segundo ano, dos servidores e membros do legislativo em causa própria.	07/05/2013 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA). Deferido o Requerimento 7.622/2013, conforme despacho do seguinte teor: “Indefiro o pedido de apensação do Projeto de Lei 4.982/2013 ao Projeto de Lei 2.300/1996, por falta de objeto, uma vez que aquele se acha apensado ao Projeto de Lei 5.412/2009, que, por sua vez, encontra-se apensado ao Projeto de Lei 2.300/1996. Defiro o pedido de desapensação do Projeto de Lei 5.068/2009 do Projeto de Lei n. 3.394/2004, por tratarem de matérias distintas. Por conseguinte, distribua-se o Projeto de Lei 5.068/2009 à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD). Por fim, defiro a apensação do Projeto de Lei 3.177/2000 e seus apensados e do Projeto de Lei 3.938/2000 e seus apensados ao Projeto de Lei 2.300/1996, nos termos do art. 142, c.c. o art. 143, inciso II, alínea b, do RICD, porquanto tratam de matérias correlatas, sujeitando-os, consequentemente, à apreciação do Plenário e ao regime de tramitação ordinário. Publique-se. Oficie-se. ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL 5.068/2009: à CTASP e à CCJC (art. 54 do RICD) – Proposição sujeita à apreciação pelo Plenário. Regime de tramitação: Ordinário.
5.474/2001	Dá nova redação ao inciso IV do art. 28 e cria o inciso III no art. 30 da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, para vedar o exercício da advocacia aos ocupantes de cargos ou funções no Poder Judiciário, somente no âmbito do respectivo órgão ao qual estiver vinculado. Permite que os servidores da Justiça patrocinem causas perante órgãos do Poder Judiciário aos quais não tenham vinculação funcional.	24/04/2013 – Plenário (PLEN). Apresentação do Requerimento de Apensação 7622/2013, pelo Deputado José Mentor (PT-SP), que: “Requer o envio do Projeto de Lei 2.300, de 1996, à Presidência da Casa, a fim de que a ele sejam apensadas outras proposições que tratam de idêntica matéria.
4.825/2005	Dispõe sobre a revisão geral e anual da remuneração e do subsídio dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, de que trata o art. 37, inciso X, da Constituição, referente a 2005. Reajusta em 0,1% (zero vírgula um por cento), a partir de 1º de janeiro de 2005.	05/12/2013 – Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Devolvido ao Relator, dep. José Guimarães, para reexame.



PL	Ementa	Última tramitação
7635/2006	Altera a Lei 1.079, de 10 de abril de 1950. Inclui como crime de responsabilidade do governador o descumprimento de mandado de reintegração de posse expedido pelo Judiciário.	20/06/2013 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.
319/2007	Altera os dispositivos da Lei 11.416, de 15 de dezembro de 2006. Altera a denominação “Carreiras Judiciárias” para “Carreira Judiciária” dos servidores do Judiciário da União, que será constituída dos cargos efetivos de Analista, Técnico e Auxiliar Judiciário.	04/06/2013 – Coordenação De Comissões Permanentes (CCP). Encaminhada à republicação em virtude de incorreções no anterior. Avulso Letra A.
1.011/2007	Acrescenta dispositivo à Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, para vedar o exercício da advocacia por juízes e membros do Ministério Público, cuja conduta for considerada, em processo administrativo, civil ou criminal, negligente no cumprimento dos deveres do cargo, incompatível com a dignidade, a honra e o decoro das funções ou cujo proceder funcional seja incompatível com o bom desempenho das atividades do Poder Judiciário ou do Ministério Público.	24/04/2013 – Plenário (PLEN). Apresentação do Requerimento de Apensação 7.622/2013, pelo deputado José Mentor (PT-SP), que: “Requer o envio do Projeto de Lei 2.300, de 1996, à Presidência da Casa, a fim de que a ele sejam apensadas outras proposições que tratam de idêntica matéria”.
2.636/2007	Dispõe sobre a competência penal da Justiça do Trabalho. Regulamenta o art. 114 da Constituição Federal de 1988 (Emenda 45, de 2004 – Reforma do Judiciário). Regulamentação, Constituição Federal, competência, Justiça do Trabalho, julgamento, ato ilícito, infração penal, processo trabalhista, relação de emprego, exceção, crime, organização, trabalho, órgãos, preservação, direitos, deveres, trabalhador, previsão, Código Penal.	14/11/2013 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer do Relator 5 CCJC, pelo deputado Ricardo Berzoini (PT-SP). Parecer do Relator, dep. Ricardo Berzoini (PT-SP), pela inconstitucionalidade, injuridicidade, má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste, do PL 2.684/2007 e do PL 5.146/2009, apensados.
7.705/2010	Disciplina e fixa limitações para nomeação e exercício de cargos em comissão e direção no âmbito dos órgãos do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas e dá outras providências.	04/12/2013 – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). Recebimento pela CTASP, apensado ao PL-7.396/2010.
7.749/2010	Dispõe sobre o subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no art. 48, XV, da Constituição Federal, e dá outras providências. Reajuste, subsídio, ministro do Supremo Tribunal Federal.	13/12/2013 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa). Decisão da Presidência no sentido de autorizar a reconstituição, para fins de arquivamento, de todo o processado das proposições listadas.
1.037/2011	Institui forma especial de ressarcimento ou compensação financeira para os municípios que realizarem despesas durante as eleições e para a manutenção de órgãos integrantes da estrutura do Poder Judiciário.	02/04/2013 – Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Designado Relator, dep. José Priante (PMDB-PA).



PL	Ementa	Última tramitação
1.991/2011	Dispõe sobre as proibições de nomeação em cargos de direção, assessoria e em funções de confiança em todo o quadro dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, assim como nas autarquias e estatais. Proíbe a nomeação aos que forem condenados pelo cometimento de crimes específicos.	04/12/2013 – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). Recebimento pela CTASP, apensado ao PL-7705/2010.
2.214/2011	Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho e dá outras providências. Altera o Decreto-Lei 5.452, de 1943.	06/09/2013 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa). Remessa ao Senado Federal por meio do Of. 267/13/PS-GSE.
2.432/2011	Dispõe sobre os procedimentos do Poder Judiciário Federal para a aplicação de recursos provenientes de depósitos judiciais, sob aviso à disposição da Justiça Federal, e sobre a destinação dos rendimentos líquidos auferidos dessa aplicação às instituições públicas que exercem funções essenciais à Justiça e dá outras providências.	01/10/2013 – Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.
3.317/2012	Torna obrigatória a frequência de candidatos eleitos em cursos de formação. Obrigatoriedade, candidato eleito, senador, deputado federal, deputado distrital, vereador e prefeito, participação, curso de formação, realização, responsabilidade, Tribunal Regional do Trabalho (TRT).	05/11/2013 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Apresentação do Parecer do Relator 1 CCJC, pelo deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ). Parecer do Relator, dep. Leonardo Picciani (PMDB-RJ), pela inconstitucionalidade, injuridicidade, má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição.
4.230/2012	Dispõe sobre a criação de 3 (três) varas federais no estado do Amapá e sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções de confiança nos Quadros de Pessoal da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências.	13/12/2013 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa). Decisão da Presidência no sentido de autorizar a reconstituição, para fins de arquivamento, de todo o processado das proposições listadas.

QUADRO 54

Projeto de Lei Complementar (PIP) – Câmara dos Deputados

PLP	Ementa	Última tramitação
276/1990	Dispõe, nos termos do art. 161, inciso III, da Constituição Federal, sobre o acompanhamento, pelos beneficiários, do cálculo das quotas e da liberação das participações tributárias.	04/09/2013 – Coordenação De Comissões Permanentes (CCP). Encaminhada à publicação. Redação para o 2º Turno de Discussão publicada em avulso e no DCD de 05/09/2013, p. 38843 COL 01, Letra B.
436/2008	Acrescenta o art. 170-B na Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) para dar competência ao Poder Judiciário de decidir sobre o instituto da compensação tributária.	26/08/2013 – Coordenação De Comissões Permanentes (CCP). Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação publicado no DCD de 27/08/2013, p. 36364 COL 02, Letra A.



QUADRO 55
Projeto de Lei do Senado (PLs) – Senado Federal

PLS	Ementa	Última tramitação
374/2007	Altera o art. 66 da Lei Complementar 35, de 14 de março de 1979, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.	27/03/2013 – CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Pronta para a pauta na Comissão. Recebido nesta Comissão, às 16 horas e 6 minutos, o relatório do senador Álvaro Dias, com voto pela inconstitucionalidade formal dos Projetos, e, em consequência, pela sua rejeição. Matéria pronta para a pauta na Comissão. (Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado 374 – Complementar e 375, de 2007 – Complementar).

SISTEMA NORMATIVO

QUADRO 56
Resoluções

Resolução	Assunto
Resolução Presi/Secoi 1 de 25/01	Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
Resolução Presi/Cenag 2 de 30/01	Altera a Resolução Presi 600-3 de 31 de janeiro de 2008, que regulamentou a criação do Monumento à Construção da nova Sede do TRF 1ª Região e a gestão do seu acervo histórico.
Resolução Presi/Cenag 4 de 25/02	Altera a Resolução 600-7/2009, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Resolução Presi/Coger/Cojef 5 de 22/03	Dispõe sobre as turmas recursais dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região criadas pela Lei 12.665/2012.
Resolução Presi/Secbe 6 de 30/04	Altera a Resolução 670-006, de 4 de junho de 2003, que trata do Regulamento-Geral do Pro-Social.
Resolução Presi/Cojud 7 de 06/05	Institui a Política de Formação e Desenvolvimento do Acervo da Biblioteca do TRF 1ª Região.
Resolução Presi/Secoi 8 de 22/05	Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
Resolução Presi/Cenag 9 de 18/06	Atualiza a jurisdição das varas federais das seções e subseções judiciárias da 1ª Região, alterando a Resolução Presi/Cenag 3 de 24 de fevereiro de 2012.
Resolução Presi/Secju 10 de 08/08	Altera a Resolução/Presi/Secju 18 de 23/08/2012, para revogar o § 4º e dar nova redação ao § 5º do art. 1º; alterar o art. 4º e acrescentar o art. 5º.
Resolução Presi/Cenag 11 de 05/07	Autoriza a prorrogação do Projeto Mutirão “Judiciário em Dia” para o julgamento de processos no âmbito da Terceira e Quarta Seções especializadas do TRF 1ª Região, no período de 08/07 a 05/10/2013.
Resolução Presi/Cenag 12 de 15/07	Atribui denominação ao edifício da Subseção Judiciária de Cáceres, da Seção Judiciária de Mato Grosso.



Resolução	Assunto
Resolução Presi/Cenag 13 de 15/07	Atribui denominação ao edifício da Subseção Judiciária de Vitória da Conquista, da Seção Judiciária da Bahia.
Resolução Presi/Secju 14 de 19/07	Dispõe sobre o desapensamento e a baixa de processos, incidentes e exceções processuais, físicos e digitais, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Resolução Presi/Cenag 15 de 01/08	Dispõe sobre o realinhamento administrativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e dá outras providências.
Resolução Presi/Cenag 16 de 01/08	Altera a Resolução 600-8 de 13 de março de 2009, que dispõe sobre a estrutura administrativa das Seções e Subseções Judiciárias da Justiça Federal da 1ª Região.
Resolução Presi/Cenag 17 de 08/08	Dispõe sobre a extinção de especialidades da área de apoio e área administrativa, dos Cargos de Técnico Judiciário e de Auxiliar Judiciário do quadro de pessoal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Resolução Presi/Secbe 18 de 22/08	Regulamenta a Cota Anual de que trata o art. 61, §§ 2º e 3º, da Resolução Presi/Secbe 06, de 30/04/2013.
Resolução Presi/Cenag 19 de 23/08	Altera a Resolução Presi/Cenag 22 de 19/12/2012, que autorizou a instalação, na 1ª Região, no ano de 2013, de 19 varas federais criadas pela Lei 12.011/2009.
Resolução Presi/Cenag 20 de 27/08	Autoriza a instalação de três varas federais, criadas pela Lei 12.762/2012, na Seção Judiciária do Amapá e define suas competências.
Resolução Presi/Secoi 21 de 23/09	Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
Resolução Conjunta Presi/Coger 1 de 02/10	Dispõe sobre a prorrogação do recolhimento das custas processuais durante a greve dos bancários.
Resolução Presi/Secge 23 de 07/10	Autoriza a prorrogação do Projeto Mutirão "Judiciário em Dia" para o julgamento de processos no âmbito da 4ª Seção especializada do TRF 1ª Região, no período de 07/10 a 29/11/2013.
Resolução Presi/Secge 24 de 09/10	Dispõe sobre a reorganização administrativa da Seção Judiciária do Amapá, decorrente da edição da Lei 12.762/2012, altera a organização das varas de fronteira e estrutura as atividades de apoio à solução de conflitos e cidadania em Macapá e nas Subseções Judiciárias de Juiz de Fora/MG e Uberlândia/MG.
Resolução Presi/Secge 25 de 04/11	Dispõe sobre a extinção de especialidades da área de apoio e área Administrativa, dos cargos de Técnico Judiciário e de Auxiliar Judiciário do quadro de pessoal da Justiça Federal da 1ª Região.
Resolução Presi/Secge 26 de 25/11	Dispõe sobre a especialização da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do da Bahia em execução fiscal.
Resolução Presi/Secge 27 de 25/11	Altera a Resolução Presi/Cenag 22 de 19/12/2012, para incluir a 24ª Vara Federal da Bahia e excluir a Vara Única de Balsas do cronograma de instalação de varas de 2013.
Resolução Presi/Cojef 28 de 29/11	Autoriza, em caráter excepcional e ad referendum da Corte Especial Administrativa, a atuação de servidores da Justiça Federal como conciliadores durante a Semana Nacional de Conciliação.



Resolução	Assunto
Resolução Presi/Secbe 29 de 09/12	Altera o § 1º do art. 60 e o art. 82 da Resolução Presi/Secbe 6 de 30/04/2013.
Resolução Presi/Secbe 30 de 17/12	Dispõe sobre os procedimentos e critérios para a cobertura de despesas com órteses, próteses e/ou materiais especiais médico-odontológicos (OPMEs), exclusivamente para procedimentos cirúrgicos, no âmbito do Tribunal e das seccionais.
Resolução Presi/Secbe 31 de 18/12	Aprova novo Regulamento-Geral do Pro-Social e revoga a Resolução Presi/Secbe 6, de 30/04/2013.
Resolução Presi/Secge 33 de 19/12	Autoriza a instalação, na 1ª Região, no ano de 2014, de 18 varas federais criadas pela Lei 12.011/2009.

QUADRO 57

Portarias

Portaria	Assunto
Portaria Presi/Asmag 1 de 08/01	Altera, ad rerendum do Conselho de Administração, em parte, a Portaria/Presi/Asmag 192 de 17/05/2012.
Portaria Presi/Asmag 2 de 08/01	Torna sem efeito a Portaria/Presi/Asmag 326, de 14/09/2012.
Portaria Presi/Cenag 3 de 07/01	Suspende o atendimento externo e os prazos processuais das Varas de Juizado (13ª, 14ª, 15ª e 16ª) na Seção Judiciária de Goiás, no período de 07 a 11/01/2013.
Portaria Presi/Cenag 4 de 11/01	Suspende o provimento dos cargos e das funções comissionadas destinados às turmas recursais pela Portaria Presi/Cenag 499/2010 para os anos de 2013 e 2014.
Portaria Presi/Cenag 6 de 22/01	Suspende o atendimento externo e os prazos processuais da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Roraima, nos dias 24, 25 e 28/01/2013.
Portaria Presi/Cenag 7 de 22/01	Dispõe sobre a instalação da 3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba/MG e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 8 de 24/01	Suspende o funcionamento da Subseção Judiciária de Jequié/BA de 23 a 25/01/2013.
Portaria Presi/Cenag 9 de 28/01	Dispõe sobre o Relatório de Gestão exigido pela Lei 8.443/1992 como parte integrante da Prestação de Contas Ordinária Anual ao Tribunal de Contas da União.
Portaria Presi/Cenag 10 de 29/01	Trata do expediente de funcionamento no âmbito da 1ª Região no período de 11 a 13/02/2013.
Portaria Presi/cenag 11 de 29/01	Altera a Portaria Presi/Cenag 7 de 22 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a instalação da 3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba/MG e dá outras providências.
Portaria Presi/Secor 12 de 31/01	Definir as datas-limite de fechamento das folhas ordinárias de pagamento de pessoal, de envio à área de execução financeira, de suas apropriações e de liberação dos recursos financeiros correspondentes, no exercício de 2013, referentes ao TRF 1ª Região e seções judiciárias a ele vinculadas.



Portaria	Assunto
Portaria Presi/Secor 13 de 31/01	Definir o cronograma a ser observado pelas unidades gestoras vinculadas ao TRF1, no que se refere às datas de envio de formulários de pagamento de despesas no ano de 2013.
Portaria Presi/Asmag 15 de 06/02	Suspende o atendimento externo e os prazos processuais da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Roraima, nos dias 07 e 08/02/2013.
Portaria Presi/Asmag 17 de 08/02	Autorizar afastamento da juíza federal substituta Jaqueline Conesuque Gurgel do Amaral.
Portaria Presi/Asmag 18 de 08/02	Autorizar o afastamento do juiz federal Henrique Gouveia da Cunha.
Portaria Presi/Cenag 20 de 13/02	Suspende o expediente forense e os prazos processuais na Sede da Seção Judiciária do da Bahia no dia 08/05/2013.
Portaria Presi/Cenag 21 de 13/02	Dispõe sobre a instalação da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 22 de 15/02	Suspende o atendimento externo e os prazos processuais na 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Roraima, no período de 26 a 28/02/2013, e na 2ª Vara Federal daquela Seccional, nos dias 25 e 26/02/2013.
Portaria Presi/Secre 23 de 20/02	Revoga os efeitos da Portaria/Presi/Secre 150 de 19/04/2012.
Portaria Presi/Secor 24 de 20/02	Define as datas-limite de fechamento das folhas ordinárias de pagamento de pessoal, de envio à área de execução financeira, de suas apropriações e de liberação dos recursos financeiros correspondentes, no exercício de 2013.
Portaria Presi/Cenag 25 de 21/02	Dispõe sobre a instalação da 3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Montes Claros/MG e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 27 de 25/02	Dispõe sobre a realização de curso de formação inicial para os magistrados aprovados no XIV Concurso Público para o provimento de cargo de Juiz Federal Substituto no âmbito da 1ª Região.
Portaria Presi/Cenag 28 de 27/02	Dispõe sobre a instalação da 5ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG.
Portaria Presi/Cenag 29 de 06/03	Suspende o atendimento externo e os prazos processuais da Subseção Judiciária de Araguaína/TO, no período de 04 a 09/03/2013.
Portaria Presi/Cenag 32 de 11/03	Suspende o expediente externo e os prazos processuais da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia.
Portaria Presi 34 de 13/03	Altera a Portaria/Presi/Secre 385 de 27/11/2012, no que se refere à posse e ao mandato do servidor eleito como representante dos servidores no Conselho Deliberativo do Pro-Social.
Portaria Presi/Asmag 35 de 26/03	Autoriza afastamento parcial de juiz federal.
Portaria Presi/Cenag 36 de 26/03	Instituir o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (Nurer) como unidade permanente vinculada à Presidência deste Tribunal.
Portaria Presi/Asmag 37 de 02/04	Autoriza afastamento de juiz federal para participar de evento na cidade de Washington-D.C., Estados Unidos da América.
Portaria Presi/Asmag 38 de 02/04	Autoriza o afastamento de juiz federal para participar de evento na cidade de Washington-D.C., Estados Unidos da América.



Portaria	Assunto
Portaria Presi/Cenag 40 de 04/04	Suspende o expediente externo e os prazos processuais da 1ª e da 5ª Varas Federais da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG.
Portaria Presi/Asmag 41 de 09/04	Autoriza afastamento de juiz federal para participar de evento em Paris/França.
Portaria Presi 42 de 09/04	Designa juízes federais para atuarem como presidentes, pelo prazo de dois anos, de diversas Turmas Recursais.
Portaria Presi/Cenag 43 de 09/04	Suspende o atendimento externo e os prazos processuais ordinários no âmbito da Subseção Judiciária de Alagoinhas/BA, no período de 08 a 19/04/2013.
Portaria Presi/Asmag 45 de 11/04	Autoriza afastamento de juiz federal substituto para participar de evento em Washington-D.C., Estados Unidos da América.
Portaria Presi/Cenag 46 de 17/04	Dispõe sobre a instalação da 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 47 de 19/04	Suspende o atendimento externo e os prazos processuais da 1ª e da 2ª Varas Federais, bem como da Turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins.
Portaria Presi/Cenag 48 de 25/04	Dispõe sobre o sistema de entrega de cópias da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (Dirpf) no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.
Portaria Presi/Cenag 50 de 25/04	Suspende o expediente e os prazos processuais na Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA.
Portaria Presi/Cenag 51 de 29/04	Suspende o atendimento externo e os prazos processuais ordinários no âmbito da Subseção Judiciária de Castanhal/PA, no período de 06 a 15/05/2013.
Portaria Presi/Cenag 54 de 06/05	Suspende o expediente e os prazos processuais na Seção Judiciária da Bahia no dia 17/05/2013.
Portaria Presi/Cenag 56 de 08/05	Suspende o expediente externo e os prazos processuais na Subseção Judiciária de Teixeira de Freitas/BA, nos dias 09 e 10/05/2013.
Portaria Presi/Asmag 57 de 08/05	Autoriza afastamento de juíza federal para participar de curso de mestrado em Direito.
Portaria Presi/Asmag 58 de 08/05	Autoriza o afastamento de juiz federal substituto para participar de curso de Doutorado em Ciência Política.
Portaria Presi/Asmag 59 de 08/05	Autorizar afastamento de juiz federal substituto para participação em curso de Mestrado Acadêmico.
Portaria Presi/Asmag 60 de 08/05	Autoriza afastamento do exercício das atividades jurisdicionais de juíza federal.
Portaria Corej 61 de 06/05	Dispõe sobre normas gerais para pagamento de custas judiciais, porte de remessa e retorno dos autos no âmbito da justiça federal e altera tabela de custas.
Portaria Presi/Asmag 62 de 09/05	Autorizar afastamento de juíza federal substituta para exercer cargo de Presidente da Ajufer.
Portaria Presi/Asmag 63 de 13/05	Autorizar afastamento de desembargador federal de suas atividades jurisdicionais.



Portaria	Assunto
Portaria Presi/Cenag 65 de 14/05	Suspende o expediente externo e os prazos processuais nas turmas recursais da Seção Judiciária de Minas Gerais até o dia 17/05/2013.
Portaria Presi/Asmag 66 de 15/05	Autorizar afastamento das atividades jurisdicionais de juiz federal substituto.
Portaria Presi/Asmag 67 de 15/05	Autorizar afastamento das atividades jurisdicionais de juiz federal.
Portaria Presi/Cenag 69 de 17/05	Suspende o atendimento externo e os prazos processuais no âmbito da Subseção Judiciária de Imperatriz/MA, no período de 20 a 25/05/2013.
Portaria Presi/Cenag 70 de 17/05	Suspende o atendimento externo e os prazos processuais no âmbito da Subseção Judiciária de Guanambi/BA, no período de 03 a 15/06/2013.
Portaria Presi/Cenag 71 de 21/05	Dispõe sobre a instalação da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará.
Portaria Presi/Cenag 72 de 27/05	Dispõe sobre a instalação da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Tocantins e dá outras providências.
Portaria Presi/Asmag 73 de 29/05	Autorizar afastamento de juíza federal para participar de aulas de doutorado.
Portaria Presi/Asmag 74 de 29/05	Autorizar afastamento de juíza federal para participar de curso de mestrado em Direito Comparado.
Portaria Presi/Asmag 76 de 29/05	Autorizar afastamento de juiz federal para assistir aulas de curso de doutorado.
Portaria Presi/Asmag 77 de 29/05	Autorizar afastamento de juiz federal substituto para frequentar curso de doutorado.
Portaria Presi/Asmag 78 de 29/05	Autorizar afastamento parcial de juiz federal para frequentar curso de doutorado.
Portaria Presi/Diges 79 de 04/06	Autorizar o afastamento de servidores para participarem do XI Seminario Gestión Judicial no Perú, onde apresentarão artigo.
Portaria Presi/Asmag 81 de 07/06	Alterar a Portaria Presi/Asmag 192 para designar novos diretores de Foro e Subseções Judiciárias.
Portaria Presi/Cenag 82 de 10/06	Dispõe sobre o expediente e os prazos processuais na Justiça Federal da 1ª Região no dia 30/05/2013.
Portaria Presi/Cenag 83 de 10/06	Suspende o atendimento externo e os prazos processuais no âmbito do Juizado Especial Federal adjunto da 2ª Vara da Subseção Judiciária de Vitória da Conquista/BA, no período de 10 a 14/06/2013.
Portaria Presi/Cenag 84 de 10/06	Suspende o atendimento externo e os prazos processuais na Subseção Judiciária de Teófilo Otoni/MG, no período de 01 a 5/07/2013.
Portaria Presi/Secre 85 de 13/06	Colocar servidora à disposição da Corregedoria Nacional da Justiça Federal.
Portaria Conjunta Presi/Coger/Cojef/Sistcon 86 de 07/05	Dispõe sobre o lançamento das movimentações processuais referentes aos processos que tramitam no Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região – SistCon e determina a criação e manutenção de relatório gerencial para controle estatístico das atividades desempenhadas nos Núcleos de Conciliação.
Portaria Presi/Cenag 88 de 14/06	Altera o horário de expediente interno e externo nas sedes das Seções Judiciárias da Bahia e de Minas Gerais nos dias de jogos da Copa das Confederações.



Portaria	Assunto
Portaria Presi/Cenag 89 de 17/06	Autoriza a alteração do horário de expediente interno e externo no Tribunal Regional Federal da 1ª Região e nas Seções e Subseções Judiciárias vinculadas nos dias de jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa das Confederações FIFA 2013.
Portaria Presi/Cenag 90 de 19/06	Altera a Portaria Presi/Cenag 88 de 14/06/2013, que dispõe sobre o horário de expediente interno e externo nas sedes das Seções Judiciárias da Bahia e de Minas Gerais nos dias de jogos da Copa das Confederações.
Portaria Presi/Cenag 91 de 19/06	Autoriza a alteração do horário de expediente interno e externo da Seção Judiciária de Goiás, no dia 20/06/2013.
Portaria Presi 92 de 20/06	Declarar luto oficial em decorrência do falecimento do desembargador federal aposentado Nelson Gomes da Silva, ex-presidente do Tribunal.
Portaria Presi/Cenag 93 de 20/06	Autoriza a alteração do horário de expediente interno e externo da Seção Judiciária do Amazonas no dia 20/06/2013.
Portaria Presi/Cenag 94 de 20/06	Autoriza a alteração do horário de expediente interno e externo da Subseção Judiciária de Juazeiro/BA no dia 20/06/2013.
Portaria Presi/Cenag 95 de 21/06	Suspende o expediente e os prazos processuais na Subseção Judiciária de Ilhéus/BA.
Portaria Presi/Cenag 96 de 21/06	Suspende o expediente e os prazos processuais na Subseção Judiciária de Guanambi/BA.
Portaria Presi/Cenag 97 de 21/06	Suspende o expediente e os prazos processuais na Subseção Judiciária de Guanambi/BA.
Portaria Presi/Cenag 98 de 21/06	Autoriza a suspensão do expediente externo da Subseção Judiciária de Juazeiro/BA, no dia 24/06/2013.
Portaria Presi/Cenag 99 de 21/06	Suspende o expediente externo na Seção Judiciária do Tocantins no dia 24/06/2013.
Portaria Presi/Cenag 100 de 21/06	Autoriza a alteração do horário de expediente forense da Subseção Judiciária de Luziânia/GO no dia 21/06/2013.
Portaria Presi/Cenag 103 de 25/06	Suspende o expediente interno e externo da Seção Judiciária de Minas Gerais no dia 26/06/2013.
Portaria Presi/Cenag 104 de 25/06	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de Itaituba/PA, integrada por Vara Federal Única, e dá outras providências.
Portaria Presi/Asmag 105 de 26/06	Altera o expediente interno e externo no TRF 1ª Região e na Seção Judiciária do Distrito Federal, excepcionalmente no dia 26/06/2013.
Portaria Presi/Cenag 106 de 28/06	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de Juína/MT, integrada por Vara Federal Única, e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 107 de 28/06	Suspende o expediente externo e os prazos processuais no âmbito da Seção e Subseções Judiciárias de Minas Gerais.
Portaria Presi/Asmag 108 de 28/06	Interromper, a partir de 04/07/2013, os efeitos da Portaria Presi/Asmag 404, de 20/12/2012 e autorizar afastamento do juiz federal Leonardo Buissa Freitas.
Portaria Presi/Cenag 109 de 03/07	Altera a Portaria Presi/Cenag 104 de 25/06/2013, que dispôs sobre a criação da Subseção Judiciária de Itaituba/PA, integrada por Vara Federal Única.



Portaria	Assunto
Portaria Presi/Secbe 110 de 21/02	Fixa o valor da cota anual do Pro-Social para o ano de 2013.
Portaria Presi/Cenag 111 de 04/07	Suspende o expediente interno e externo da Subseção Judiciária de Patos de Minas/MG no período de 09 a 18/07/2013.
Portaria Presi/Cenag 112 de 05/07	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de Juína/MT, revoga a Portaria Presi/Cenag 106 de 28/06/2013 e dá outras providências.
Portaria Presi/Secju 113 de 08/07	Altera parcialmente a Portaria/Presi/Cenag 122 de 30/03/2012, que definiu a organização e competência das Turmas Suplementares do "Mutirão Judiciário em Dia".
Portaria Presi/Cenag 114 de 11/07	Suspende o expediente interno e externo na Seção Judiciária da Bahia no dia 11/07/2013.
Portaria Presi/Cenag 115 de 11/07	Suspende o expediente interno e externo na Seção Judiciária do Amazonas no dia 11/07/2013.
Portaria Presi/Cenag 116 de 12/07	Suspende o expediente na 16ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal.
Portaria Presi/Cenag 119 de 18/07	Altera a Portaria Presi/Cenag 112 de 05/07/2013, que dispôs sobre a criação da Subseção Judiciária de Juína/MT.
Portaria Presi/Cenag 121 de 22/07	Dispõe sobre o Cadastro de Representantes de Advogados e Procuradores para retirada de processos que tramitam no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.
Portaria Presi/Cenag 122 de 22/07	Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Patos de Minas/MG e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 123 de 22/07	Suspende o expediente na Seção Judiciária da Bahia no dia 23/07/2013.
Portaria Presi/Cenag 125 de 29/07	Altera a Portaria Presi/Cenag 52 de 29/04/2013 para revogar o inciso IV do art. 2º.
Portaria Presi/Asmag 126 de 02/08	Autorizar o afastamento do País de juiz federal.
Portaria Presi/Cenag 127 de 05/08	Suspende o atendimento externo e os prazos processuais no âmbito da Subseção Judiciária de Itaituba/PA, no período de 01 a 09/08/2013.
Portaria Presi/Cenag 128 de 05/08	Dispõe sobre a instalação da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão.
Portaria Presi/Asmag 129 de 06/08	Prorrogar o afastamento de desembargador federal de suas atividades jurisdicionais em função de compromissos com a Esmaf.
Portaria Presi/Asmag 130 de 13/08	Autorizar afastamento de juiz federal para frequentar curso de mestrado em Coimbra/Portugal.
Portaria Presi/Asmag 131 de 14/08	Autorizar viagem de magistrado ao exterior para participar de curso.
Portaria Presi/Secre 132 de 28/08	Define o quantitativo de estagiários no TRF 1ª Região.
Portaria Presi/Cenag 133 de 16/08	Dispõe sobre a instalação da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Goiás e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 134 de 23/08	Dispõe sobre a instalação da 4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba/MG e dá outras providências.



Portaria	Assunto
Portaria Presi/Cenag 135 de 23/08	Prorroga a suspensão do atendimento externo e dos prazos processuais, no âmbito da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Patos de Minas/MG, até o dia 30/08/2013.
Portaria Presi/Cenag 136 de 26/08	Prorroga a suspensão do atendimento externo e dos prazos processuais, no âmbito da 4ª e 11ª Varas Federais da Seção Judiciária do Maranhão, até o dia 06/09/2013.
Portaria Presi/Asmag 137 de 26/08	Autorizar afastamento de juiz federal para exercer mandato em associação de classe – Ajufe.
Portaria Presi/Cenag 139 de 04/09	Regulamenta a validação do cadastro de usuários para acesso ao Sistema de Transmissão Eletrônica de Atos Processuais da 1ª Região – e-proc.
Portaria Presi/Cenag 140 de 04/09	Altera o Glossário de Siglas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Portaria Presi/Cenag 141 de 04/09	Altera o horário de funcionamento no âmbito da Seção Judiciária do Maranhão no dia 05/08/2013.
Portaria Presi/Asmag 142 de 04/09	Prorrogar afastamento de desembargador federal.
Portaria Presi/Asmag 147 de 13/09	Autoriza afastamento de juiz federal substituto.
Portaria Presi/Secge 150 18/09	Suspende o expediente interno e externo e os prazos no âmbito da sede da Seção Judiciária do Pará no dia 07/10/2013.
Portaria Presi/Secge 151 de 18/09	Prorroga a suspensão do atendimento externo e dos prazos processuais no âmbito da 4ª e 11ª Varas Federais da Seção Judiciária do Maranhão, até o dia 20/09/2013.
Portaria Presi/Secge 152 de 18/09	Altera a Portaria Presi/Secge 144 de 06/09/2013, que trata do Glossário de Siglas das Seções e Subseções Judiciárias da Justiça Federal da 1ª Região, somente em referência à Seção de Pagamento de Honorários e de Assistência Médica nas Seccionais de padrão VI – Bahia, Distrito Federal e Minas Gerais.
Portaria Presi/Asmag 154 de 20/09	Torna sem efeito a Portaria Presi/Asmag 131 de 14/08/2013.
Portaria Presi/Secge 155 de 25/09	Suspende o atendimento externo e os prazos processuais da Subseção Judiciária de Juazeiro/BA.
Portaria Presi/Secre 156 de 26/09	Colocar servidor à disposição do Conselho Nacional de Justiça.
Portaria Presi/Secge 157 de 26/09	Dispõe sobre a instalação da 5ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG e dá outras providências.
Portaria Presi/Asmag 158 de 27/09	Autorizar o afastamento do País do desembargador federal Ney Bello.
Portaria Presi/Secge 159 de 30/09	Suspende o expediente externo e os prazos processuais da 4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba/MG.
Portaria Presi/Secge 160 de 01/10	Suspende o expediente externo e os prazos processuais no âmbito da Seção Judiciária do Amazonas, nos dias 30/09/2013 e 01/10/2013.
Portaria Presi/Asmag 161 de 01/10	Autorizar o afastamento do juiz federal substituto Pedro Felipe de Oliveira Santos.
Portaria Presi/Secge 162 de 30/09	Suspende o expediente externo e os prazos processuais da Subseção Judiciária de Araguaína/TO no período de 14 a 19/10/2013.
Portaria Presi/Secge 163 de 03/10	Suspende o expediente externo e os prazos processuais, no âmbito da Subseção Judiciária de Lavras/MG, no dia 07/10/2013.



Portaria	Assunto
Portaria Presi/Asmag 164 de 08/10	Designar desembargadora federal para responder pela Esmaf em face do afastamento dos titulares.
Portaria Presi/Secju 165 de 07/10	Define a nova organização das turmas suplementares do “Mutirão Judiciário em Dia da 1ª Região”.
Portaria Presi/Secge 166 de 08/10	Transfere as comemorações alusivas ao Dia do Servidor Público no âmbito da 1ª Região.
Portaria Presi/Asmag 167 de 09/10	Altera a Portaria/Presi/Asmag 192 para designar magistrados para exercerem a função de diretores de Subseções Judiciárias até 31/05/2014.
Portaria Presi/Asmag 169 de 11/10	Autorizar o afastamento do País do juiz federal Rodrigo Navarro de Oliveira no período de 01/12/2013 a 06/12/2013.
Portaria Presi/Asmag 170 de 11/10	Autorizar o afastamento do País da juíza federal substituta Camila Franco e Silva Velano no período de 01/11/2013 a 16/11/2013
Portaria Presi/Asmag 171 de 11/10	Autorizar o afastamento do País da juíza federal substituta Camile Lima Santos no período de 21/10/2013 a 25/10/2013.
Portaria Presi/Secge 173 de 10/10	Suspende o atendimento externo e os prazos processuais no âmbito da Seção Judiciária do Maranhão, a partir das 16h do dia 10/10/2013.
Portaria Presi/Secge 174 de 14/10	Dispõe sobre a instalação da 4ª, 5ª e 6ª Varas Federais da Seção Judiciária do Amapá.
Portaria Presi/Secge 175 de 24/10	Suspender o expediente externo e os prazos processuais no âmbito da Subseção Judiciária de Manhuaçu/MG.
Portaria Presi/Asmag 176 de 29/10	Autorizar o afastamento de desembargador federal.
Portaria Presi/Asmag 177 de 29/10	Autorizar o afastamento de juiz federal para assistir aulas de curso de doutorado na Faculdade Especializada em Direito – Fadisp.
Portaria Presi/Secge 179 de 30/10	Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos relativos ao cumprimento de decisão judicial com repercussão para a União em folha de pagamento de pessoal no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.
Portaria Presi/Secbe 180 de 30/10	Dispõe sobre a Assistência Domiciliar à Saúde – <i>Home Care</i> no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.
Portaria Presi/Secbe 181 de 30/10	Dispõe sobre os procedimentos e critérios para a concessão de auxílio-medicamento, em regime domiciliar, aos beneficiários do Pro-Social, no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.
Portaria Presi/Secbe 182 de 30/10	Dispõe sobre o auxílio ortodôntico no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.
Portaria Presi/Secbe 183 de 30/10	Dispõe sobre o Tratamento Fora do Domicílio – TFD no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.
Portaria Presi/Asmag 184 de 05/11	Autorizar, com ônus limitado, o afastamento do País de juiz federal, para participar do I Fórum Brasil-Estados Unidos de Previdenciário a ser realizado na cidade de Washington-D.C., Estados Unidos da América.
Portaria Presi/Asmag 185 de 05/11	Autorizar, com ônus limitado, o afastamento do País da juíza federal, para participar do I Fórum Brasil-Estados Unidos de Previdenciário a ser realizado na cidade de Washington-D.C., Estados Unidos da América.



Portaria	Assunto
Portaria Presi/Secge 186 de 06/11	Prorroga a suspensão do atendimento externo e dos prazos processuais no âmbito da 5ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG, no período de 04 a 08/11/2013.
Portaria Presi/Secge 187 de 06/11	Suspende o atendimento externo e os prazos processuais no âmbito da 4ª, 5ª e 6ª Varas Federais da Seção Judiciária do Amapá, no período de 12 a 19/11/2013.
Portaria Presi/Secge 188 de 08/11	Suspende os prazos processuais no âmbito da Seção Judiciária do estado do Amazonas, no dia 06/11/2013.
Portaria Presi/Asmag 191 de 13/11	Autorizar, com ônus limitado, o afastamento do País de juiz federal, para participar do I Fórum Brasil-Estados Unidos de Direito Previdenciário.
Portaria Presi/Secge 192 de 14/11	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de São Raimundo Nonato/PI, integrada por Vara Federal Única, e dá outras providências.
Portaria Presi/Secge 194 de 25/11	Estabelece o funcionamento dos serviços essenciais da área administrativa, durante o recesso forense de 2013/2014, no âmbito do TRF 1ª Região.
Portaria Presi/Secge 195 de 25/11	Prorroga a suspensão do expediente externo e os prazos processuais nas 1ª, 2ª, 4ª e 6ª Varas Federais da Seção Judiciária do Amapá até o dia 26/11/2013.
Portaria Presi/Secge 196 de 25/11	Dispõe sobre a instalação da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia e dá outras providências.
Portaria Presi/Secge 197 de 21/11	Suspende o atendimento externo e os prazos processuais da Vara Única da Subseção Judiciária da Altamira/PA no período de 20 a 22/11/2013.
Portaria Presi/Secge 198 de 26/11	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de Cruzeiro do Sul/AC, integrada por Vara Federal Única, e dá outras providências.
Portaria Presi/Secge 199 de 26/11	Dispõe sobre a instalação da 24ª Vara Federal da Seção Judiciária do da Bahia e dá outras providências.
Portaria Presi/Asmag 200 de 26/11	Autorizar, com ônus para este Tribunal, o afastamento do País de desembargadora federal, como representante do TRF 1ª Região e a convite do Ministério das Relações Exteriores, para participar da Reunião Latino-Americana sobre a Proteção Internacional de Menores e obtenção de alimentos no exterior, em Santiago do Chile.
Portaria Presi/Asmag 203 de 29/11	Autoriza afastamento de juiz federal para participar de seminário internacional.
Portaria Presi/ Secge 207 de 09/12	Suspende o atendimento externo e os prazos processuais da Subseção Judiciária de Campo Formoso/BA no período de 09 a 14/12/2013.
Portaria Presi/Secre 208 de 12/12	Colocar à disposição do Conselho Nacional de Justiça, para prestar serviço à Corregedoria Nacional de Justiça, o servidor da Subseção Judiciária de Unai.
Portaria Presi/Asmag 209 de 13/12	Autorizar, com ônus limitado, o afastamento do País de juiz federal, da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, para participar do Seminário Internacional "Conhecendo o Sistema Jurídico da China".
Portaria Presi/Cenag 267 de 08/03	Dispõe sobre a instalação da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 266 de 08/03	Suspende o atendimento externo e os prazos processuais da Seção Judiciária do Acre no dia 08/03/2013.



Portaria	Assunto
Portaria Presi/Secre 745 de 09/08	Institui a criação do polo educacional do Amazonas e dá outras providências.
Portaria Diges/Secre 822 de 26/11	Dispensar, a partir de 25/11/2013, servidora de função comissionada.
Portaria Diges/Secre 855 de 29/11	Revogar, a partir de 02/12/2013, a cessão para a Subseção Judiciária de Juazeiro do Norte de servidora.
Portaria Presi/Secre 1.690 de 09/12	Exonerar, a pedido, servidora.
Portaria Presi/Secre 1.740 de 17/12	Declarar vago o cargo de Técnico Judiciário, ocupado por servidor, em decorrência da sua posse em outro cargo inacumulável.

As suspensões de expediente, aprovadas por portaria da Presidência do Tribunal, são lançadas pela Coger no calendário disponível em: <http://www.trf1.jus.br/aplicacoesapoio/calendarioWS/portal/listarCalendario.do?abrangencia=4&secao=0100>.

QUADRO 58

Provimentos Coger

Provimento	Assunto
79 de 09/01	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrente da instalação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Cáceres/MT, com juizado especial federal adjunto.
80 de 06/02	Regulamenta a distribuição e a mudança de acervo do Juizado Especial Federal autônomo para a 3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba/MG, especializada em juizado especial federal cível e criminal.
81 de 19/02	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrente da instalação da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária de Cuiabá/MT, com competência cível.
2 de 22/02	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrente da instalação da 3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Montes Claros/MG, com juizado especial federal adjunto.
83 de 04/03	Regulamenta a redistribuição de processos decorrente da instalação da 5ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG, especializada em juizado especial federal cível e criminal.
84 de 19/02	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrente da instalação da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí, especializada em juizado especial federal.
85 de 18/03	Regulamenta a distribuição para as Primeiras Varas Cíveis das Seções e Subseções Judiciárias do TRF 1ª Região das ações relativas à Convenção Interamericana sobre a Restituição Internacional de Menores, aprovada pelo Decreto 1.212, de 03/08/1994, e Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, promulgada pelo Decreto Presidencial 3.413, de 14/04/2000 – Repatriação de Crianças e Adolescentes.
86 de 21/03	Regulamenta a sistemática de compensação de plantões judiciais realizados por magistrados federais vinculados ao TRF 1ª Região, nos termos das Resoluções 70/2009 e 232/2013 do Conselho da Justiça Federal.
87 de 18/04	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrente da instalação da 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais.
88 de 24/05	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrente da instalação da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará, especializada em juizado especial federal cível com processos exclusivamente virtuais.



Provimento	Assunto
89 de 27/05	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrente da instalação da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Tocantins, especializada em matéria criminal com juizado especial criminal adjunto
90 de 09/07	Altera os artigos 42, 123 e 225 do Provimento Coger 38 de 12/06/2009, que dispõem sobre as correições ordinárias, inspeções e peculiaridades dos procedimentos criminais.
91 de 09/07	Institui a tabela única de classes a serem utilizadas durante os procedimentos de distribuição processual, para fins de verificação de prevenção nas seções e subseções Judiciárias da 1ª Região.
92 de 16/07	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrente da instalação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Patos de Minas/MG, com juizado especial federal adjunto.
93 de 06/08	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrente da instalação da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão, especializada em execução fiscal.
94 de 16/08	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrente da instalação da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Goiás.
95 de 26/08	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrente da instalação da 4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba/MG, com competência cível e criminal.
96 de 01/10	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrente da instalação da 5ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberlândia, especializada em execução fiscal.
97 de 02/10	Altera os artigos 101, § 12, e 111, inciso III, do Provimento Coger 38 de 12/06/2009, que dispõem, respectivamente, sobre a substituição automática e plantões nos finais de semana, nos feriados, nos pontos facultativos e nos recessos (Lei 5.010/1966, art. 62) nas subseções judiciárias da Justiça Federal da 1ª Região.
98 de 15/10	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrente da instalação da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do do Amapá, especializada em matéria criminal com Juizado Especial Federal Criminal adjunto.
99 de 15/10	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrente da instalação da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amapá especializada em juizado especial federal.
100 de 15/10	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrente da instalação da 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amapá, com competência cível.
101 de 25/10	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrente da instalação da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia.
102 de 02/12	Regulamenta a redistribuição de processos decorrente da especialização da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia em vara especializada em execução fiscal e da instalação da 24ª Vara Federal, com idêntica competência.

QUADRO 59

Portarias Coger

Portaria	Assunto
1 de 09/01	Designa servidores que auxiliarão na Correição Geral Ordinária nas Subseções Judiciárias de Varginha e Pouso Alegre/MG (período de 28/01 a 01/02/2013) e Uberlândia e Patos/MG (período de 25/02 a 01/03/2013).



Portaria	Assunto
2 de 30/01	Define o período de 11 a 15/03/2013 para a realização de Correição geral Ordinária na Seção Judiciária de Roraima e designa servidores que prestarão assistência direta ao corregedor e juiz auxiliar.
3 de 18/02	Adia a Correição Geral Ordinária a ser realizada nas Subseções Judiciárias de Uberlândia/MG e Patos de Minas/MG e determina a sua realização no período entre 01 a 05/04/2013.
4 de 05/03	Define o período de 15 a 26/04/2013 para a realização de correição geral ordinária da Seção Judiciária do Pará (sede e Subseções Judiciárias de Marabá, Santarém, Altamira, Castanhal e Redenção).
5 de 22/02	Designa servidor que auxiliará na correição geral ordinária na Seção Judiciária de Roraima (período de 11 a 15/03/2013).
6 de 19/03	Designa magistrados e servidores que participarão da correição geral ordinária na Seção Judiciária do Pará (sede e Subseções Judiciárias de Marabá, Santarém, Altamira, Castanhal e Redenção) no período de 15 a 26/04/2013.
7 de 03/04	Altera termos da Portaria/Coger 06 e designa servidor para os trabalhos da correição geral ordinária da Seção Judiciária do Pará (sede e Subseções Judiciárias de Marabá, Santarém, Altamira, Castanhal e Redenção), no período de 15 a 26/04/2013.
8 de 17/04	Define o período de 03 a 07/04/2013 para a realização de correição geral ordinária na Seção Judiciária do Acre e designa servidores que prestarão assistência direta ao corregedor e juiz auxiliar.
9 de 19/04	Define o período de 17 a 21/06/2013 para a realização de correição geral ordinária na Seção Judiciária do Amapá (sede e Subseções Judiciárias de Oiapoque e Laranjal do Jari) e designa servidores que prestação assistência direta ao corregedor e aos juízes auxiliares.
10 de 15/05	Designa magistrado e servidor para os trabalhos da correição geral ordinária na Seção Judiciária do Acre, no período de 03 a 07/06/2013.
11 de 17/05	Designa servidor para os trabalhos da correição geral ordinária na Seção Judiciária do Amapá, no período de 17 a 21/06/2013.
12 de 29/05	Homologa a escala de férias dos juízes federais titulares e substitutos para o segundo semestre de 2013.
13 de 03/07	Define o período de 19 a 30/08/2013 para a realização de correição geral ordinária na Seção Judiciária do Piauí (sede e Subseções Judiciárias de Picos, Parnaíba e Floriano).
14 de 15/07	Designa magistrados e servidores que participarão da correição geral ordinária na Seção Judiciária do Piauí (sede e Subseções Judiciárias de Picos, Floriano e Parnaíba), no período de 19 a 30/08/2013.
15 de 16/07	Institui grupo de trabalho para atuar, em regime de esforço concentrado — mutirão de boas práticas —, na 12ª Vara da SJGO.
16 de 15/08	Define o período de 23 a 27/09/2013 para a realização de correição geral ordinária na Sede da Seção Judiciária do Amazonas e de 01 e 02/10 na Subseção Judiciária de Tabatinga/AM.
17 de 16/08	Institui grupo de trabalho para atuar em regime de esforço concentrado e prorroga o mutirão de boas práticas da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás.
18 de 22/08	Designa magistrados e servidores que participarão da correição geral ordinária na Seção Judiciária do Amazonas (sede e Subseção Judiciária de Tabatinga), nos períodos de 23 a 27/09 e 01 e 02/10/2013.
19 de 23/08	Retifica o teor da Portaria 14 de 15/07/2013.



Portaria	Assunto
20 de 04/09	Define o período de 07 a 18/10/2013 para a realização de correição geral ordinária na Seção Judiciária de Mato Grosso.
21 de 04/09	Define o período de 21 a 25/10/2013 para a realização de correição geral ordinária na Seção Judiciária de Rondônia.
22 de 25/09	Instaura processo administrativo destinado à avaliação dos juízes federais substitutos relacionados, que completaram mais de seis meses de exercício.
n. 23 de 18/09	Designa magistrados e servidores que participarão da correição geral ordinária da Seção Judiciária de Mato Grosso (sede e Subseções Judiciárias de Cáceres, Rondonópolis, Sinop e Diamantino), no período de 07 a 18/10/2013.
24 de 18/09	Designa magistrados e servidores que participarão da correição geral ordinária da Seção Judiciária de Rondônia (sede e Subseções Judiciárias de Ji-Paraná e Guajará-Mirim), no período de 21 a 25/10/2013.
25 de 02/10	Define o período de 04 a 29/11/2013 para a realização da correição geral ordinária na Seção Judiciária da Bahia (sede e subseções).
26 de 15/10	Designa magistrados e servidores que participarão da correição geral ordinária da Seção Judiciária da Bahia (sede e subseções), no período de 04 a 29/11/2013.
27 de 15/10	Adia a correição geral ordinária a ser realizada nas Subseções Judiciárias de Ilhéus/BA e Itabuna/BA e determina a sua realização no período entre 02 e 06/12/2013.
28 de 23/10	Designa servidores que auxiliarão na correição geral ordinária na Seção Judiciária da Bahia e subseções.
29 de 05/11	Designa servidor que acompanhará o Corregedor Regional na correição geral ordinária na Seção Judiciária da Bahia e subseções.
30 de 07/11	Cancelada.
31 de 19/11	Designa servidor que acompanhará o Corregedor Regional na correição geral ordinária na Seção Judiciária da Bahia e subseções.

QUADRO 60

Circulares Coger

Circular	Assunto
1 de 10/01	Divulga aos juízes federais, juízes federais substitutos e diretores de Secretaria, das Varas das seções e subseções judiciárias, despacho referente aos procedimentos para cadastro no sistema Justiça Aberta, atendendo às consultas relativas ao Provimento/CNJ 24/2012.
2 de 28/01	Solicita aos juízes federais e juízes federais substitutos cumprimento da Meta 18/2013 do CNJ, atendendo às deliberações do VI Encontro Nacional do Judiciário.
3 de 28/01	Comunica aos juízes federais, juízes federais substitutos e diretores de Secretaria, funcionamento da assinatura eletrônica Boletins Estatísticos 1 e 2, experimentalmente, nas SJBA (capital), SJMT e Subseções Judiciárias de Barra do Garças, Cáceres, Diamantino, Rondonópolis e Sinop, a partir de 01/02/2013, conforme Provimento/Coger 66/2012.
4 de 29/01	Inutilizada.



Circular	Assunto
5 de 18/03	Informa aos juízes federais e juízes federais substitutos o período de marcação, pelo sistema de Magistrados, das férias referentes à escala do 2º semestre de 2013.
6 de 18/03	Informa aos diretores de foro cronograma de marcação de férias e elaboração da escala do 2º semestre 2013.
7 de 6/03	Orienta os juízes federais substitutos sobre a remessa de documentos à Coger para fins de vitaliciamento.
8 de 18/03	Solicita aos juízes federais e juízes federais substitutos encaminhar declarações de não exercer nenhuma das atividades e/ou funções reconhecidas pelo CNJ como incompatíveis com o cargo de magistrado e, de exercício ou não cargo ou função de magistério, atendendo despacho referente ao EA 2007/00606-DF e Provimento Cogger 38.
9 de 10/04	Solicita aos juízes federais e juízes federais substitutos informações sobre processos relacionados à copa das Confederações FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014.
10 de 25/04	Comunica aos juízes federais, juízes federais substitutos e diretores de Secretaria, a disponibilização da ferramenta de Assinatura eletrônica dos Boletins Estatísticos 1, 2 e 4, para todas as unidades judiciárias da 1ª Região a partir do próximo mês de maio.
11 de 30/04	Inutilizada.
12 de 13/05	Informa aos juízes federais, juízes federais substitutos e diretores de secretaria a implantação do sistema e-Mandados, experimentalmente, na 10ª e 12ª Varas Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal.
13 de 17/05	Divulga aos juízes federais, juízes federais substitutos e diretores de secretaria procedimentos sobre o sistema e-Mandados.
14 de 27/05	Divulga aos juízes federais, juízes federais substitutos e diretores de secretaria formulário para emissão eletrônica de certidão de inteiro teor.
15 de 11/06	Informa aos diretores de foro a adoção do certificado digital no Renajud.
16 de 11/07	Encaminha aos juízes federais e juízes federais substitutos, para conhecimento e cumprimento do Provimento 29 da Corregedoria Nacional de Justiça sobre o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade.
17 de 12/07	Encaminha aos juízes federais e juízes federais substitutos, para conhecimento e providências, Ofício-Circular 1.756/DMF e da Resolução 162, de 13/11/2012, ambos do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, sobre o direito de comunicação de presos.
18 de 22/07	Reitera aos juízes federais e juízes federais substitutos das varas dotadas de competência criminal a necessidade de constar registro de informações dos autos para controle do prazo de prescrição (art. 2º da Resolução/CNJ 112, de 06/04/2010).
19 de 2/09	Solicita aos juízes federais e juízes federais substitutos informações sobre sistema e-Mandado.
20 de 27/09	Informa aos juízes federais e juízes federais substitutos acerca do Manual de Declaração de não Exercício de Atividade Incompatível com a Magistratura e Magistério – Expediente Administrativo TRF1 2007/00606 – DF – Provimento Cogger 38.
21 de 13/09	Informa aos diretores do foro que não poderão, em competência delegada, deferir pedidos de interrupção ou suspensão de férias que implique redução do período de 60 dias anuais, devendo dirigir requerimento à Cogger.
22 de 8/10	Informa aos juízes federais e juízes federais substitutos o período de marcação, pelo sistema de Magistrados, das férias referentes à escala do 1º semestre de 2014.



Circular	Assunto
23 de 8/10	Informa aos diretores de foro cronograma de marcação de férias e elaboração da escala do 1º semestre 2014.
24 de 22/10	Informa aos diretores de Foro, juízes federais e juízes federais substitutos, a suspensão da aplicação do art. 2º do Provimento/Coger 97 de 02/10/2013.
25 de 25/10	Orienta os diretores de Foro, juízes federais e juízes federais substitutos, acerca da Recomendação 36 – CNJ, de 12/07/2011.
26 de 6/11	Orienta os juízes federais e juízes federais substitutos a respeito dos procedimentos de informações relativas às interceptações telefônicas.
27 de 25/11	Divulga aos juízes federais e juízes federais substitutos a recomendação CNJ – proveniente da Reclamação Disciplinar 0003578-44.2013.2.00.0000.
28 de 27/11	Informa aos juízes federais e juízes federais substitutos sobre a vedação da participação de magistrado e/ou cônjuge/companheiro em hasta pública (leilão) promovida pelo Tribunal a que pertence ou está vinculado.
29 de 28/11	Comunica aos juízes federais, juízes federais substitutos e diretores de secretaria as alterações na emissão de certidões de distribuição pelos sistemas Juris e Processual em cumprimento à Portaria Conjunta Presi/Coger/Cenag 127 de 09/04/2012.

QUADRO 61

Comissões, comitês, equipes e grupos de trabalho

Portaria	Assunto
Portaria Presi/Cenag 14 de 06/02	Altera a Portaria Presi/Cenag 297 de 21/08/2010, que designou comissão para identificar as necessidades e adotar as providências preliminares para a instalação das varas federais criadas pela Lei 12.011/2009 na 1ª Região.
Portaria Presi/Secad 19 de 13/02	Altera a Portaria Presi/Cenag 368 de 16/09/2010, dispondo sobre nova estrutura quanto à competência, composição e nomenclatura da Comissão de Coleta Seletiva Solidária, instituída pela Portaria Presi 600-008 de 22/01/2008.
Portaria Presi/Asrep 26 de 25/02	Designa membros para a Comissão de Recepção de Sessão Solene de Posse.
Portaria Presi/Cenag 33 de 12/03	Altera a Portaria/Presi/Cenag 367 de 16/09/2010, que institui o Comitê Técnico Multiprofissional de Saúde Ocupacional do TRF 1ª Região e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 52 de 29/04	Designa os gestores estratégicos das Metas Nacionais do Poder Judiciário.
Portaria Presi/Secre 55 de 30/04	Altera a Portaria/Presi/Cenag 256 de 03/09/2012, que institui o Comitê Gestor de Qualidade de Vida no Trabalho no âmbito do TRF 1ª Região e dá outras providências.
Portaria Presi/Cenag 68 de 17/05	Institui Comissão Censitária da Justiça Federal da 1ª Região.
Portaria Presi/Cenag 75 de 31/05	Institui Comissão Organizadora para as festividades em comemoração aos 25 anos da instalação do TRF 1ª Região.
Portaria Presi/Secre 80 de 07/06	Designar servidores e prestadores de serviço para atuar no recadastramento biométrico.
Portaria Presi/Cenag 117 de 15/07	Altera a Portaria Presi/Cenag 199 de 02/05/11, que instituiu o Comitê Regional das Tabelas Processuais da Justiça Federal da 1ª Região – Coretab1.



Portaria	Assunto
Portaria Presi/Secor 149 de 17/09	Dispõe sobre a composição do Comitê Técnico de Obras Regional da 1ª Região.
Portaria Presi/Secge 168 de 10/10	Altera a Portaria Presi/Cenag 14 de 06/02/2013, que designou comissão para identificar as necessidades e adotar as providências preliminares para a instalação das varas federais criadas pela Lei 12.011/2009 na 1ª Região.
Portaria Presi/Secge 178 de 29/10	Altera a composição da Comissão Censitária da Justiça Federal da 1ª Região, instituída pela Portaria Presi/Cenag 68/2013.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

EVENTOS PROTOCOLARES

■ Solenidades de posse

- 22 de fevereiro – juízes federais substitutos no Plenário do Tribunal.
- 27 de junho – juiz federal Ney Bello no cargo de desembargador federal do TRF 1ª Região no Plenário do Tribunal.
- 5 de novembro – juiz federal Cândido de Moraes no cargo de desembargador federal do TRF 1ª Região no Salão Nobre do Tribunal.

■ Solenidades de instalação de vara federal

- 25 de janeiro – 2ª Vara Federal de Cáceres/MT.
- 26 de fevereiro – 3ª Vara Federal de Uberaba/MG.
- 12 de março – 8ª Vara Federal de Cuiabá/MT.
- 18 de março – 3ª Vara Federal de Montes Claros/MG.
- 25 de março – 5ª Vara Federal de Juiz de Fora/MG.
- 5 de abril – 8ª Vara Federal de Teresina/PI.
- 11 de junho – 11ª Vara Federal de Belém/PA.
- 24 de junho – 4ª Vara Federal de Palmas/TO.
- 24 de julho – instalação da Subseção Judiciária de Itaituba/PA.
- 30 de julho – Instalação da Subseção Judiciária de Juína/MT.
- 20 de agosto – 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Patos de Minas/MG.
- 26 de agosto – 11ª Vara Federal de São Luís/MA.
- 19 de setembro – 4ª Vara Federal de Uberaba/MG.
- 26 de setembro – instalação da Subseção Judiciária de Vilhena/RO.
- 15 de outubro – instalação da Subseção Judiciária de Bom Jesus da Lapa/Bahia.
- 25 de outubro – 5ª Vara de Uberlândia/MG.
- 12 de novembro – 4ª, 5ª e 6ª Varas Federais de Macapá/AP.



- 29 de novembro – Instalação da Subseção Judiciária de São Raimundo Nonato/Piauí.
- 6 de dezembro – Instalação da 24ª Vara Federal e da 3ª Turma Recursal em Salvador/BA.
- 13 de dezembro – Instalação da Subseção Judiciária de Cruzeiro do Sul/Acre.

■ **Solenidades de inauguração**

- 19 de abril – Nova sede da Subseção Judiciária de Alagoinhas/BA.
- 23 de abril – Núcleo de Conciliação de Belo Horizonte/MG.
- 10 de junho – Novas instalações do restaurante do Tribunal.
- 24 de junho – Novo edifício-sede de Palmas/TO.
- 8 de outubro – Espaço Bem-Estar Ricardo Dutra Amaral: unidade de fisioterapia e unidade de treinamento e condicionamento físico no Anexo I do Tribunal.
- 4, 5 e 6 de dezembro – Instalação do Polo Unicorp em Manaus/AM.
- 9 e 10 de dezembro – Instalação do Polo Unicorp em Teresina/PI.

■ **Principais encontros, reuniões e eventos**

- 8 de março – Evento comemorativo do Dia da Mulher 2013.
- 20 de março – Missa de Páscoa celebrada pelo padre Juan Carlos no Salão Nobre do TRF 1ª Região.
- 12 de abril – Encerramento do Curso de Formação de juízes federais substitutos oriundos do XIV Concurso na sede da Esmaf.
- 17 de abril – Palestra de apresentação do Sistema Administrativo da 4ª Região – SEI (organizada pelo Cenag) realizada no Salão Nobre do TRF 1ª Região.
- 25 e 26 de abril – Curso de capacitação “Conciliação e suas Técnicas” realizado na SJDF.
- 27 a 30 de abril – Visita técnica precursora para inauguração da Subseção Judiciária de Juína/MT.
- 8 a 10 de maio – Visita técnica precursora para inauguração da Subseção Judiciária de Itaituba/PA.
- 28 de maio – Assinatura do convênio Esmaf/Thomas Jefferson School Law, com o objetivo de possibilitar o intercâmbio institucional e cultural entre representantes da referida escola de direito e magistrados vinculados ao Tribunal.
- 29 de maio – Simpósio “Judicialização do direito à Saúde”, na SJDF.
- 4 e 5 de junho – Visita técnica precursora para inauguração da 4ª Vara Federal e do edifício anexo da Seção Judiciária de Tocantins.
- 5 de junho – Assinatura de convênio de cooperação com o TRE/DF para cadastramento biométrico de eleitores nas dependências do TRF 1ª Região.
- 3 a 5 de julho – Esmaf – I Jornada sobre Teoria e Prática do Processo Eletrônico, na SJMG.



- 7 a 9 de agosto – I Jornada Sobre Cooperação Judicial Nacional e Internacional na sede da Esmaf. Pauta: a) Recuperação de ativos e cooperação jurídica internacional – estrutura e competências e introdução à cooperação jurídica internacional – conceitos, princípios, vias de cooperação jurídica internacional, instrumentos legais, autoridade central, redes de cooperação, cooperação entre autoridades homólogas; b) elaboração de pedido de cooperação jurídica internacional em matéria penal, com análise de casos práticos; c) extradição – conceitos, âmbito de utilização, regulamentação legal, requisitos, tramitação e casos práticos; d) decisões extraterritoriais; e) homologação de sentença estrangeira, carta rogatória e auxílio direto – conceitos, princípios, diferenciações e aplicação; f) elaboração de pedido de cooperação jurídica internacional em matéria cível – análise de casos práticos; g) a Justiça Federal e a cooperação.
- 13 a 15 de agosto – Visita técnica precursora para instalação da Subseção Judiciária de Vilhena/RO.
- 26 a 29 de agosto – Visita técnica precursora para instalação da Subseção Judiciária de Bom Jesus da Lapa/BA.
- 28 a 30 de agosto – Comemoração dos 45 anos da reinstalação definitiva da Justiça Federal no estado de Goiás.
- 29 e 30 de agosto – Encontro 2013 dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região no TRF 1ª Região. Pauta: Oportunizar o intercâmbio de experiências entre os magistrados e servidores que atuam no Juizado Especial Federal da 1ª Região, com vistas à elaboração de Plano de Ação para resolução de problemas e à disseminação da história do JEF.
- 16 de setembro – Solenidade de abertura dos trabalhos de inspeção do CJF no Tribunal.
- 20 de setembro – Reunião do Subgrupo da Justiça Federal referente ao Fórum Nacional de Coordenação das Ações do Poder Judiciário em relação aos preparativos para a Copa das Confederações FIFA 2013 e para a Copa do Mundo FIFA 2014 no TRF 1ª Região.
- 25 de outubro – Evento comemorativo do Dia do Servidor Público no TRF 1ª Região.
- 7 e 8 de novembro – Encontro de diretores de varas e Secads em Cuiabá/MT. Pauta: realização de *workshop* e oficinas com os diretores de vara e Secads do TRF 1ª Região, propiciando ambiente para troca de boas práticas, buscando atingir uma das metas do Planejamento Estratégico, que é a simplificação de processos.
- 28 e 29 de novembro – Seminário de Estudos Jurídicos da Amazônia Ocidental na SJRO. Tema: “Justiça Federal: 30 anos, retrospecto, desafios e perspectivas”.
- 4 de dezembro – Lançamento do livro em homenagem ao desembargador federal Tourinho Neto no TRF 1ª Região.
- 12 de dezembro – Encontro de Corais “Encantando Sonhos de Natal” no TRF 1ª Região.



- 13 de dezembro – Ação da Árvore da Solidariedade no TRF 1ª Região.
- 17 de dezembro – Missa de Natal no TRF 1ª Região.
- 19 de dezembro – Confraternização de magistrados no TRF 1ª Região.

DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

■ **Portal do TRF 1ª Região**

Gerência do portal do Tribunal para assegurar a consistência das informações prestadas e divulgação de informações relacionadas à gestão estratégica, metas da Justiça Federal e cumprimento das metas, além da criação de novas páginas referentes ao Juizados Especiais Federais.

■ **O TRF 1ª Região no Facebook e YouTube**

Em 2013, a área de Comunicação do Tribunal passou a contar com mais uma Seção, a de Mídias Digitais – Semid, que foi criada a partir da reorganização administrativa do TRF 1ª Região para supervisionar o conteúdo divulgado nas tecnologias digitais do TRF 1ª Região (portal/Facebook/YouTube).

Em março de 2013, o TRF da 1ª Região incrementou sua participação no Facebook – maior rede social em atividade. Em dezembro de 2013, a média registrada foi de 900 visualizações. Há, porém, várias postagens que ultrapassaram 3.000 visualizações (“Benefícios Previdenciários não são cumulativos”, em 16/10, alcançou 3.318 acessos pelo Facebook. A notícia mais visualizada foi “Telefonia móvel: operadoras não podem estabelecer prazo de validade para créditos pré-pagos de celular”, com 6.480 visualizações, o que reforça a inclusão do tema “direito do consumidor” na agenda dos internautas).

1.137 posts no Facebook em 2013. Observa-se que neste meio o excesso de postagens não é recomendado e a orientação de especialistas em mídias digitais é que haja em torno de três por dia.

251 vídeos postados em 2013 no YouTube do TRF 1ª Região.

■ **Divulgação de notícias e avisos institucionais na web**

Foram veiculadas, no *site* do Tribunal, um total de 1.428 notícias, sendo 798 processuais, 630 institucionais; 181 institucionais foram publicadas apenas na intranet.

■ **Assessoria de Imprensa**

Em 2013, diversos veículos de comunicação solicitaram entrevistas e buscaram informações sobre processos em trâmite no Tribunal. Os veículos que mais procuraram o Tribunal constam no quadro a seguir.



QUADRO 62
Veículos de comunicação

Impressos	Folha de São Paulo, Meia Um, Estadão, Correio Braziliense, Jornal Amazonas em Tempo, O Globo, Valor Econômico, O Liberal (Belém/PA), A Tribuna, Diários Associados (Estado de Minas), Zero Hora, Jornal da Tribuna, Jornal Estado de Minas, Diário da Região – São José do Rio Preto/SP.
Sítios eletrônicos	Brasília247, G1, Jornal Estado de Direito, Valor Online, Uol Notícias, R7, Canal Energia, Agora São Paulo, Conjur, Migalhas Jurídicas, Diários Associados – Correio Web, Terra.
Rádios	EBC, Band News Salvador, Rádio Jovem Pan, Rádio UFMG Educativa, Rádio Inconfidência, Agência Rádio Web, Rádio Manchete – Rio, Rádio Justiça STF.
TVs	CNT, Jornal da Band, TV Justiça, TV Globo, TV CNT, TV Record, SBT, TV Tem Sorocaba, EPTV Central (São Carlos/SP), TV Morena (Goiás), Rede TV, Globo News, TV Mirante, TV Itabuna.
Outros	Revista Quatro Rodas, Programa Globo Rural, Editora Lumière.

A imprensa buscou informações sobre assuntos ligados a questões institucionais e processuais. Os processos que mais despertaram o interesse da imprensa foram os relativos à construção das Usinas Hidrelétricas de Belo Monte e Teles Pires, à ocupação de terras indígenas e à telefonia celular.

126

JORNALISMO IMPRESSO

Em 2013 foram mantidas as versões impressas dos informativos nos quadros disponibilizados em pontos estratégicos dos vários edifícios do TRF1, o que permite aos visitantes dos diversos prédios tomarem conhecimento dos fatos institucionais, à exceção do informativo TRF Notícias, que circula somente no meio virtual.

Os informativos encaminhados aos *e-mails* de todo o corpo funcional da Justiça Federal da 1ª Região – com exceção dos informativos TRF Notícias e Primeira Região Variedades, que são voltados ao público interno do Tribunal – atingiram aproximadamente 3.000 pessoas.

QUADRO 63
Informativos da 1ª Região – jornalismo impresso e eletrônico

Informativo	N. de edições	Conteúdo
Primeira Região Hoje	207	Principais notícias da Justiça Federal da 1ª Região de interesse de todo o corpo funcional.
Primeira Região em Revista*	12	Principais fatos institucionais ocorridos durante o ano na Administração do Tribunal.
TRF Notícias	76	Assuntos gerais de interesse do corpo funcional do Tribunal.
Primeira Região Variedades	37	Lista de aniversariantes da semana e anúncios de classificados encaminhados pelo corpo funcional do Tribunal.



Primeira Região Infojef	7	Assuntos relacionados aos JEFs da 1ª Região.
-------------------------	---	--

* O informativo Primeira Região em Revista trouxe, no decorrer do ano, um total de 12 entrevistas, 139 matérias jornalísticas, entre institucionais e especiais de decisões proferidas por magistrados e de interesse da sociedade em geral, 11 artigos jurídicos – de autoria de magistrados e autoridades convidadas a palestrar na Esmaf – e 11 artigos de servidores.

TELEJORNALISMO

QUADRO 64
Informativos da 1ª Região – telejornalismo

Meio de comunicação	Quantidade	Conteúdo
TV Justiça	199 reportagens	Importantes decisões do Tribunal e das Seccionais, além da cobertura de eventos e solenidades. As reportagens, com média de dois minutos, foram veiculadas no Jornal da Justiça e transmitidas pela TV Justiça.
Programa Via Legal	46 matérias	Matérias retiradas de decisões judiciais, veiculadas pela TV Justiça, TV Cultura e TV Brasil.
Cobertura de eventos e solenidades	102 eventos e solenidades	Inauguração de sedes, varas federais, turmas recursais ou centrais de conciliação da 1ª Região; sessões solenes de posse de desembargadores federais e de juízes federais substitutos; assinaturas de acordos de cooperação; lançamento de livro de magistrados; visitas de estudantes estrangeiros; entre outros.
Primeira Região na Web	52 programas	Webprograma semanal, com durabilidade média de dez minutos, enviado por e-mail, com o objetivo prioritário de informar os servidores da 1ª Região sobre os acontecimentos no Tribunal e nas Seções e Subseções Judiciárias da 1ª Região.

127

Em 2013 foram editadas 20 solenidades de inauguração de varas federais, além de três eventos realizados pela Esmaf, uma solenidade de posse de novos juízes federais substitutos e duas posses de novos desembargadores federais da 1ª Região.

SERVIÇO DE COPIAGEM

A procura por cópias de produtos da Assessoria (fotos e vídeos) continuou elevada e atingiu a marca de aproximadamente 450 cópias realizadas e distribuídas em CDs e DVDs.

RÁDIO JUSTIÇA E RÁDIO CIDADANIA

Foi mantida a parceria com a Rádio Justiça na produção de boletins diários e do programa semanal “Painel de Notícias”. Destaca-se a eventual participação do Tribunal na “Voz do Brasil”, o que é relevante, devido ao pequeno espaço de tempo (cinco minutos) destinado às matérias de todo o Poder Judiciário. Em 2013 passamos a enviar reportagens para a Rádio Cidadania, uma parceria com o Conselho da Justiça Federal. No total, 489 reportagens foram encaminhadas para noticiários da Rádio Justiça e da Rádio Cidadania.



Especificamente em relação ao programa semanal “Painel de Notícias”, 52 programas foram encaminhados pelo Tribunal para a Rádio Justiça.

PRODUÇÃO EDITORIAL

Na área editorial, destacam-se os seguintes trabalhos:

- alteração de todos os formulários em uso para colocação da nova logomarca da Justiça Federal;
- impressão e distribuição do calendário 2013;
- confecção do calendário 2014;
- confecção das agendas e dos cadernos profissionais de 2014;
- atualização, revisão e impressão do organograma;
- revisão e impressão do Relatório de Atividades 2012;
- revisão e impressão do Projeto Cerrado;
- impressão dos informativos diários da Ascom;
- atualização do Guia de boas-vindas;
- revisão e impressão do livreto Guia prático de etiqueta;
- criação de logomarca e crachá para o Curso de Formação dos Novos Juízes;
- revisão e impressão do livreto Dados dos magistrados;
- revisão e impressão das revistas das jornadas da Esmaf 16 a 23;
- criação do logotipo do Jubileu de Prata do TRF 1ª Região;
- revisão e impressão de livretos para o Dia Internacional da Mulher;
- revisão e impressão do livreto da Missa de Páscoa e de Natal;
- confecção do logotipo do Pro-Social;
- revisão da publicação virtual mensal O Quê do Mês;
- alteração do leiaute das capas e dos processos das seções judiciárias;
- arte do carimbo em comemoração aos 25 anos do Tribunal;
- publicação diária do *Boletim de Serviço*.

PRINCIPAIS SERVIÇOS GRÁFICOS

QUADRO 65

Reprodução, acabamento e montagem

Demonstrativo de serviços		Quantidades
Periódicos	Revista – 1ª Região em Revista – Ascom	13.100
	Revista do TRF – Cojud	9.400
	Cartaz da Revista do TRF – Cojud	2.110
	Livro – I Jornada de Direito Penal – Esmaf	1.500



Demonstrativo de serviços		Quantidades
Periódicos	Livro – II Jornada de Direito Ambiental – Esmaf	1.500
	Livro – I Jornada de Direito Internacional – Esmaf	1.500
	Curso de Formação Inicial – Esmaf	70
	Prisma da composição do TRF	52
	Programa de Melhoria do Ambiente de Trabalho	66
Outras publicações e serviços	Cartaz Revista Justiça	2.110
	Cartaz do Descarte 2013	20
	Capas para Processos	102.200
	Fôlder da Revista Justiça	150
	Fôlder I Jornada de Cooperação Judicial Nacional Internacional	80
	Fôlder I Jornada Teoria e Prática do processo Eletrônico	150
	Fôlder Encontro Juizado Especial 2013	120
	Fôlder Encontro Estratégico das Áreas de Desenvolvimento	50
	Fôlder 2º Encontro Gestão Documental	100
	Fôlder Curso de Conciliação	100
	Fôlder Seção Judiciária de Goiás	2.000
	Fôlder Módulo VI	140
	Fôlder Curso de Formação Inicial	80
	Fôlder – Memorial do TRF	500
	Folhetos Novos tempos, novas demandas	250
	Fôlder posse de juízes federais	120
	Marcadores para processo	28.300
	Livreto Missa de Páscoa 2013	110
	Livreto Missa de Natal 2013	110
	Livreto Curso de formação dos magistrados	67
	Crachás diversos	1.100
	Relatório de Atividades 2012	200
	Formulário – Receituário de Controle Especial	250
	Refilo e/ou dobra de convites	15.998
Refilo e/ou dobra de cartões	13.350	
Etiquetas diversas	595.320	



Demonstrativo de serviços		Quantidades
Outras publicações e serviços	Blocos para rascunho	4.287
	Guia prático de etiqueta	327
	Registro de ocorrência da segurança	220
	Autorização para abastecimento	50
	Calendários do TRF – 2014	2.000
	Formulários diversos	6.384
	Certificados diversos	20.259
	Refilo e fornecimento de papéis diversos – DIEDI	27.500
	Pastas	9.112
	Encadernações	3.362
	Capas plásticas para encadernação	6.724

ADMINISTRAÇÃO GERAL

COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Em 2013, foram realizados 129 procedimentos licitatórios, todos na modalidade Pregão Eletrônico, dos quais 75 ocorreram pelo Sistema de Registro de Preços, o que representa de 58,14% das licitações executadas. Verificou-se diminuição do número total de pregões e um acréscimo no quantitativo de processos para registros de preços. 13 pregões eletrônicos foram cancelados/revogados.

Em relação aos termos de referência preparados pelas áreas interessadas na aquisição de bens ou contratação de serviços, dos 136 (cento e trinta e seis) termos de referência analisados em 2013, apenas cerca de 2% encontravam-se em condições de licitar, os demais foram ajustados. Esse reduzido percentual de aprovação culminou na maior integração entre as diversas unidades do Tribunal e a área responsável pelos procedimentos licitatórios, uma vez que o trabalho de elaboração de termo de referência passou a ser examinado pela área contratual, observando-se, especificamente, os aspectos contratuais. As correções nos termos de referência passaram a ser efetuadas com a presença do responsável pelo termo na unidade requisitante, solucionando-se os problemas de modo mais rápido e efetivo.

QUADRO 66
Quantidade de licitações

Espécie	TOTAL
Pregão eletrônico	33
Pregão eletrônico SRP1	56



Espécie	TOTAL
Pregão eletrônico ME/EPP2	21
Pregão eletrônico SRP ME/EPP	19
Pregão cancelado/revogado	13
TOTAL	116

1. SRP – Sistema de Registro de Preços
2. ME/EPP – microempresas e empresas de pequeno porte

É possível verificar que o quantitativo de licitações realizadas nos exercícios de 2012 e 2013 se manteve praticamente inalterado.

Vale destacar que, no ano de 2013, o TRF não teve nenhuma recomendação oriunda do órgão de controle externo relacionada a licitações e contratos.

QUADRO 67
Valores de licitações efetuadas

Modalidade	Quantidade	Valores estimados (R\$)	Valores adjudicados (R\$)	Valores economizados (R\$)	Percentual economizado
Pregão eletrônico	116	157.022.158,93	86.985.370,62	70.036.788,31	44,6%

131

QUADRO 68
Registro de preço

Ações em SRP	Quantidade
Atas gerenciadas pelo TRF 1ª Região	139
Adesões às atas de registro de preços	–
Atendimento às solicitações dos órgãos interessados nas atas gerenciadas pelo TRF 1ª Região	66

Houve um acréscimo de 33,8% no número de Pregões para Registro de Preços, com uma redução de 25% no número de atas emitidas.

Ocorreu uma significativa redução na utilização das Atas de Registro de Preços:

- por outros órgãos entre 2011 (302 atas), 2012 (107 atas) e 2013 (66 atas);
- de outros órgãos entre 2011 (51), 2012 (15) e 2013 (zero).

Fato ocorrido em decorrência das exigências contidas no Decreto 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei 8.666/1993.

A inclusão do processo de gerenciamento e controle de compras/execução das atas de registro de preços no Sistema Gercon – Gestão de Contratos Administrativos trará uma melhoria significativa nos processos de trabalho do setor responsável.



QUADRO 69
Compras e contratações

Atividades	Quantidade
Instrução de processos de dispensa de licitação	112
Inexigibilidades de licitação	143
Inclusões de empresas no cadastro de fornecedores	20
Atualizações de dados de empresa cadastrada	1.040
Lançamentos de penalidades de empresas no cadastro de fornecedores	91
Cartas de capacidade técnica emitidas	23

No exercício, houve acréscimo de 40% no número de inexigibilidade, mantendo a distribuição ao longo do ano.

O registro de novas empresas apresentou declínio em relação ao ano anterior (em 2012, foram incluídas 22 novas empresas no cadastro). Atualmente o Tribunal mantém, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, o cadastro de 218 empresas com atualização periódica.

132

LAVRATURA DE INSTRUMENTOS DE CONTRATOS E CONGÊNERES

QUADRO 70
Lavratura de novos instrumentos por tipo de instrumento

Tipo de instrumento									Total
Acordo de cooperação	Autorização de uso	Cessão de uso	Contrato	Convênio	Permissão de uso	Termo de adesão	Termo de compromisso	Termo de cooperação	
4	–	–	87	3	1	–	2	3	100

QUADRO 71
Lavratura de contrato por tipo de objeto

Tipo de Objeto					Total
Prestação de serviços	Locação de mão de obra	Locação de imóveis/ concessão de uso	Aquisição de material	Obras e serviços de engenharia	
23	4	1	56	3	87



QUADRO 72

Lavatura de termos aditivos por tipo de instrumento

Tipo de Instrumento									Total
Acordo de cooperação	Autorização de uso	Cessão de uso	Contrato	Convênio	Permissão de uso	Termo de adesão	Termo de compromisso	Termo de cooperação	
2	2	–	128	2	2	–	1	–	137

QUADRO 73

Lavatura de apostilamento e rescisão por tipo de instrumento

Tipo	Contrato	Convênio	Acordo/Termo de Cooperação	TOTAL
Apostilamento	108	–	–	108
Rescisão	11	1	2	14

133

NOTAS FISCAIS, PEDIDOS DE REAJUSTE, REACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO E PROCESSOS DE PENALIDADES

QUADRO 74

Quantitativo de notas fiscais analisadas, de pedidos de reajuste, reactuação e reequilíbrio distribuídos e de processos de penalidade autuados

Tipo	Quantidade
Análise de notas fiscais	2.444
Distribuição de pedidos de reajuste, reactuação e reequilíbrio	26
Autuação de processos de penalidades	58

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Em 2013, para dirigir e executar as atividades relativas à execução orçamentária e financeira dos recursos provisionados nas Unidades Gestoras 90027 – TRF 1ª Região e 090049 – TRF 1ª Região Precatório/RPV, o Tribunal realizou as atividades constantes no quadro que se segue.

QUADRO 75

Gerenciamento de documentos orçamentários e financeiros

Atividades	Quantidade
Emissão de nota de empenho (NE)	1.487



Atividades	Quantidade
Emissão de ordem bancária (OB)	7.337
Emissão de documento de arrecadação financeira (DAR)	1.719
Emissão de documento de arrecadação da Receita Federal (DARF)	3.501
Emissão de guia da previdência social (GPS)	491
Emissão de nota de lançamento (NL)	3.809
Emissão de nota de sistema (NS)	10.291
Emissão de documento de programação financeira (PF)	251
Emissão de guias de recolhimento da União (GR)	482
Emissão de documentos de anulação de notas de empenho	328
Emissão de documentos de reforço de notas de empenho	760
Emissão de documentos de empenho de restos a pagar (RP) de Anulação	165

MATERIAL E PATRIMÔNIO

■ Gestão de material

QUADRO 76
Gestão de material

Atividades	Quantitativo
Demanda de material de consumo	4.978
Aquisições e incorporações de material permanente	8.415
Fornecimento de material permanente	3.796

■ Material de consumo

A condução dos processos de ressuprimentos de estoques para a Inclusão em Ata de Registro de Preços dos itens mais sensíveis integrantes do estoque de almoxarifado foi uma medida adotada que trouxe relevante melhoria à gestão de material de consumo, pois o resultado foi suficiente para que não se tivesse nenhum problema de falta de bem em estoque.

Outra ação que continuará a ser adotada e que tem favorecido os trabalhos do setor é o alinhamento do processo de compra com o comportamento do consumo, reduzindo o quantitativo de material em depósito de almoxarifado, com a permanente manutenção de atas de registros de preços válidas e redução nos quantitativos pedidos em cada compra.

As aquisições no ano de 2013 foram ajustadas para estoques, a fim de atender lapsos de tempos menores. Além disso, os materiais que importam em grandes volumes ou



peso excessivo passaram a ser adquiridos em menores quantidades e mais vezes ao ano, a exemplo de papel A4.

■ **Material permanente**

A aquisição dos bens móveis teve como norte a redução do quantitativo de bens estocados e a manutenção de registros de preços dos materiais mais requisitados.

A medida se mostrou correta e não houve desabastecimento que incorresse em prejuízos para os serviços.

As ações implementadas no exercício anterior deram, aos locais de trabalho do TRF 1ª Região, condições que deverão se manter nos próximos anos, tornando-se desnecessários grandes investimentos na aquisição de equipamentos e mobiliários.

■ **Desfazimento de bens**

QUADRO 77

Desfazimento de bens por tipo de procedimento

Cessão	Doação	Baixa	TOTAL
7.053	2.954	1.323	11.330

135

■ **Resultados alcançados**

- No ano de 2013, foram cedidos às diversas Seccionais que integram a 1ª Região 7.053 bens, a maior parte na área de TI. A maioria dos equipamentos cedidos fazia parte da doação feita a esta Corte pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ. A ação permitiu dotar as seccionais de equipamentos para atender demandas não previstas para o presente exercício, a exemplo da implantação de novas varas, de equipamentos para os polos descentralizados da Unicorp ou para atender demandas dos Juizados Especiais Federais.
- Com a substituição de diversos equipamentos de informática, em razão da aquisição de novos microcomputadores, impressoras, monitores de vídeo e demais periféricos, houve uma substancial substituição de bens no TRF. Diversos bens substituídos na Corte foram identificados como ociosos, obsoletos ou inservíveis e, conseqüentemente, destinados a desfazimento.
- Foi implementado um processo permanente de desfazimento de bens, favorecendo, inicialmente, órgãos da administração pública federal, distrital ou municipal, em atendimento a diversos pedidos de bens que se encontravam pendentes ou que rotineiramente são protocolizados. Prefeituras, Unidades da Secretaria de Ensino do GDF e Órgãos do Poder Executivo Federal foram contemplados.
- Os materiais tidos como inservíveis (antieconômicos) foram objetos de editais de desfazimentos e entregues a entidades privadas reconhecidas como de utilidade pública federal ou OSCIPs.



COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

■ Autuação de processos administrativos

No decorrer do ano, foram autuados 9.998 processos administrativos. Quantitativo cerca de 11% superior ao ano anterior.

A instalação, no ano de 2013, de um posto descentralizado de atendimento da área de autuação de processos administrativos, localizado no edifício Anexo I, permitiu conferir maior agilidade à abertura e ao trâmite de processos administrativos no âmbito do Tribunal.

■ Publicação de matérias

Por se tratar de atividade eminentemente sujeita à demanda das unidades interessadas, observou-se uma flutuação constante no quantitativo mensal de publicação de matérias encaminhadas aos diários oficiais e jornais de grande circulação. No cômputo geral, o exercício de 2013 apresentou discreta elevação relativamente ao ano anterior, aproximadamente 19%.

Consoante já registrado por ocasião do Relatório de Atividades do exercício anterior, os créditos orçamentários destinados às despesas com publicações de matérias tendem a ser insuficientes perante os gastos realizados no decorrer do ano, uma vez que os contratos dessa natureza estão, necessariamente, atrelados à RDO e correspondem a valores mensais bastante variáveis e de difícil previsibilidade. Em 2013, as despesas realizadas com publicação de matérias, registraram uma elevação no valor anual despendido na ordem de 34%, decorrentes, principalmente, de dois picos ocorridos nos meses de julho e outubro, em virtude das publicações relativas ao XV Concurso para provimento de cargo de juiz federal substituto. Nesse particular, importa registrar que, em julho, foram gastos R\$ 21.805,66 somente com a publicação do edital de abertura do referido concurso, e, em outubro, foi despendido o valor de R\$ 44.552,79 para a divulgação da relação dos candidatos que tiveram a inscrição preliminar deferida. Somadas as duas despesas, obtêm-se um total de R\$ 66.358,45, o qual corresponde a, aproximadamente, 36% de toda a despesa com publicações de matérias realizadas no exercício – R\$ 186.320,00.

QUADRO 78
Publicação de matérias

Modalidade	Quantidade	Percentual
Diários oficiais	467	81%
Outros jornais	111	19%
TOTAL	578	100%

■ Tramitação de documentos

Constata-se que o quantitativo de postagens de correspondências realizadas em 2013 foi, aproximadamente, 5% menor que o total registrado no ano anterior.

No que diz respeito às modalidades de remessa, a postagem via Malote continuou sendo o recurso mais utilizado pelo Tribunal para envio de correspondências (46% do



total de 2013), uma vez que a maioria dos documentos destinara-se às seções e sub-seções judiciárias da 1ª Região. As remessas nas modalidades Mão Própria, Registrado, Registrado com AR, Simples e Impresso perfizeram, juntas, o equivalente a 41% de todas as correspondências postadas no exercício. As encomendas enviadas por Sedex e PAC corresponderam a apenas 13% das postagens totais.

As despesas com serviços postais totalizaram R\$ 2.700.988,00, valor 8% superior ao registrado no exercício anterior.

QUADRO 79
Documentos postados

Modalidade	Quantidade
Via malote	51.860
Encomenda	15.342
Outras modalidades	47.468
TOTAL	114.670

■ Processos baixados à origem

QUADRO 80
Baixas de processos judiciais por destino da remessa

Destino da remessa	Quantidade
1ª Região	51.104
Comarcas e demais tribunais	31.690
TOTAL	82.794

■ Envio de documentos com entrega em mãos

A ocupação dos edifícios cedidos pelo Tribunal Superior Eleitoral — atuais Anexos I e III —, e, por consequência, a concentração da maioria das unidades administrativas em edifícios contíguos proporcionou uma drástica redução no quantitativo dos documentos internos entregues em mãos com a utilização de viatura. Os dados levantados dizem respeito unicamente aos documentos de natureza externa endereçados, principalmente, aos demais órgãos do Poder Judiciário, tais como Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Conselho da Justiça Federal. Houve uma retração de 51% no quantitativo de entregas em mãos realizadas no presente exercício, comparativamente aos dados consolidados no ano anterior. Os documentos entregues em mãos totalizaram 11.309 entregas.



■ Recebimento e distribuição de documentos

QUADRO 81
Documentos recebidos

Via de recebimento	Quantidade
Malote	48.640
Correios	110.970
Em mãos*	8.742
TOTAL	168.352

* Diários oficiais, revistas e jornais, documentos fiscais.

■ Serviços reprográficos

A partir de maio de 2013, as atividades da área responsável pela reprografia do TRF 1ª Região passaram a ser desempenhadas em dois postos de atendimento, localizados, respectivamente, nos edifícios Sede II e Anexo I.

Além disso, como forma de acompanhar as inovações tecnológicas introduzidas no mercado do ramo, os serviços oferecidos pela área, antes restritos à produção de cópias monocromáticas, passaram a incorporar as atividades de impressão e digitalização de documentos.

Em 2013, 699.085 páginas de documentos, entre cópias, impressões e digitalizações, foram reproduzidas, sendo 94% desse montante direcionados ao atendimento das diversas unidades organizacionais do Tribunal e apenas 6% destinados a atender à demanda dos usuários externos.

138

QUADRO 82
Receita gerada com fornecimento de cópias reprográficas,
digitalizações e autenticações

Serviço prestado	Receita (R\$)
Fornecimento de cópia reprográfica	15.462,00
Digitalização	10.086,00
Autenticação	1.912,00
TOTAL	27.460,00

■ Serviços de telecomunicações

QUADRO 83
Telegramas transmitidos e petições recebidas via fax

Serviço prestado	Quantidade
Telegramas transmitidos	1.459



Serviço prestado	Quantidade
Fax recebido com petição	2.328
TOTAL	3.787

A redução observada, no cômputo anual, de cerca de 17% no número de recebimento de petições judiciais pela central de fax do Tribunal, comparativamente ao ano anterior, está de acordo com a desaceleração do uso dos recursos de fax como veículo para transmissão de petições judiciais.

TERMOS DE COOPERAÇÃO

QUADRO 84
Termos de cooperação firmados

Data de início	Data de término	Instituição	Objeto
27/02/2013	26/02/2014	Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	Acordo de cooperação com a finalidade de regulamentar o repasse proporcional, pelo TJ/AP ao TRF 1ª Região e ao TRT 8ª Região, das verbas depositadas nas contas especiais destinadas ao pagamento de precatórios judiciais originários dos referidos tribunais.
1º/03/2013	indeterminado	Faculdade Cumberland de Direito – Universidade Samford	Acordo para realização de programas jurídicos educacionais de curta duração, que permitirão aos juízes participar tanto de programas de formação jurídica continuada quanto de programas especializados que venham a ser acordados, sem pagamento de matrícula.
03/05/2013	03/05/2016	Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e Advocacia Geral da União – AGU	Acordo de cooperação para promover a elaboração conjunta de cursos de capacitação, nas modalidades presencial ou a distância, programas e eventos, além de cessão de cursos e o intercâmbio de experiências educacionais.
28/05/2013	28/05/2015	Thomas Jefferson School of Law	Acordo de cooperação com o propósito de estabelecer a cooperação educacional e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências entre os partícipes, visando à formação, o aperfeiçoamento e a especialização técnica de recursos humanos, bem como o desenvolvimento institucional.
05/06/2013	31/03/2014	Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	Termo de cooperação técnica para instalação de postos de atendimento, nas instalações físicas do TRF 1ª Região, para o cadastramento biométrico de eleitores.
10/10/2013	10/10/2018	Banco do Brasil S/A	Termo de cooperação para regulamentar o estabelecimento, pelo Banco, dos critérios para abertura de contas específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pelo Tribunal.



Data de início	Data de término	Instituição	Objeto
27/12/2013	26/12/2018	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT	Termo de cooperação para estabelecer a sistemática de cooperação em atividades de execução do programa de conciliação para remoção e reassentamento humanizados das famílias socioeconomicamente vulneráveis afetadas pelas obras de adequação do anel rodoviário de Belo Horizonte e de duplicação da Rodovia BR-381/MG-Norte (BH-Governador Valadares).

GESTÃO DOCUMENTAL

JURISPRUDÊNCIA

O procedimento de atualização do banco de jurisprudência, em 2013, resultou no acréscimo de 360 acórdãos ao Repositório Oficial de Jurisprudência do Tribunal. Foram também atualizados 4 enunciados de súmula do STJ e 1 do TRF 1ª Região.

Foram realizadas 431 pesquisas de jurisprudência solicitadas, via *e-mail*, além da sistematização e acompanhamento semanal de 1.099 temas relativos a repercussão geral, recursos repetitivos e temário – TRF 1ª Região.

Foram atendidas 61 consultas presenciais de advogados e jurisdicionados e 805 solicitações, via *e-mail*, de inteiro teor de processos judiciais. Foram providenciadas 8.726 páginas de fotocópias, resultando no recolhimento de R\$ 2.898,10 de GRUs emitidas.

Há que se mencionar a participação da área no trabalho de acompanhamento e apoio nas reuniões e sessões da Comissão de Promoção, na Comissão de Regimento e, especialmente, na Comissão de Concurso, que, em 2013, deu início à realização do XV Concurso Público para provimento de cargo de Juiz Federal Substituto, aberto para preencher, inicialmente, 81 vagas. As provas objetivas já foram realizadas e os 1.648 recursos interpostos também foram analisados e os resultados homologados. No início de 2014 deverão ser realizadas as provas escritas.

140

QUADRO 85
Jurisprudência (publicações)

Publicações	Periodicidade	Tiragem (exemplares)	Publicação na internet/intranet	Número de edições
Cartazes de anúncios da Revista	bimestral	240	não	–
Revista do Tribunal	bimestral	1.000	sim	6
Boletim de Jurisprudência	semanal	–	sim	45
Ementário de Jurisprudência	semanal	–	sim	44



QUADRO 86
Base de jurisprudência (indexação)

Documentos incluídos	Documentos analisados	Documentos pendentes
31.776	22.641	2.918

QUADRO 87
Acórdãos processados*

Documentos publicados	Documentos inseridos na base	Documentos expurgados
100.290	33.761	66.529

* Os dados referem-se à jurisprudência do Tribunal, das turmas recursais e da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência.

ARQUIVOS

141

QUADRO 88
Processos e documentos arquivados

Espécie/tipo/classe	Ano 2012	Ano 2013
Processos judiciais	15.211	5.901
RPVs	38.065	41.320
Precatórios	873	1.371
TOTAL	54.149	48.592

A redução de 12,3% no total de arquivamentos comparativamente ao ano anterior permite inferir o incremento de processos eletrônicos no âmbito do Tribunal.

QUADRO 89
Arquivamento de processos

Tipo	Arquivados	Desarquivados	Rearquivados
Processo judicial	5.652	394	290
Processo administrativo	9.330	3.278	–

No decorrer do ano, foi realizado o trabalho de padronização do acervo de processos judiciais, com o acondicionamento de 3.300 autos de guarda permanente que se encontravam fora das caixas-arquivo, diretamente sobre o solo.



Algumas rotinas do sistema Sispra de arquivo administrativo também estão passando por análise e deverão passar por alterações, uma vez que estão desatualizadas e fornecendo informações inconsistentes, principalmente em relação aos relatórios e estatísticas.

Seminários, cursos, encontros e congressos contaram com a participação de servidores, permitindo ampliar a qualificação na área, a saber: 2º Seminário Nacional de Museus e Centros de Memória do Poder Judiciário – Rio de Janeiro, de 14 a 18/10; Videoconferência sobre gestão documental promovida pelo CJF em 04/09; Curso sobre o PCTT promovido pelo CJF nos dias 20 e 21/08 e 21 e 22/10; 3º Congresso Brasileiro de Arquivos do Poder Judiciário promovido pelo STJ nos dias 27 a 29/11; e Reunião do Comitê de Gestão Documental – Coged, promovida pelo CJF, nos dias 5 e 6/11.

DESCARTE

No ano de 2013 aconteceram três descartes de processos. O primeiro, em quatro de março, incluiu apenas agravos de instrumento. O segundo, em 08/07, documentos e processos judiciais e administrativos. O último aconteceu no dia 18/12, incluindo novamente apenas agravos de instrumento. Quatro agravos de instrumento previstos para serem incluídos no último processo de eliminação receberam pedido de guarda particular, são eles: AG200801000013541, AG200801000313566, AG200201000122164 e AG199801000668762.

No total, 4.775 agravos de instrumento foram eliminados, correspondentes a 104 metros lineares, e 16 processos administrativos e 11,52 metros lineares de documentos da classe 90 — atividades forenses, que perfazem 11,63 metros lineares. Aproximadamente 116 metros lineares foram liberados no total.

QUADRO 90
Descarte de processos e documentos

1º descarte	2º descarte	3º descarte
1.167 agravos de instrumento com data de arquivamento entre 1º/09/2012 e 30/11/2012	1.473 agravos de instrumento arquivados entre 25/10/2012 e 28/02/2013 16 processos administrativos documentos da classe 90 – atividades forenses	2.135 agravos de instrumento com data de arquivamento entre 10/01 e 18/09/2013

Em 2013, deu-se início à separação de processos de guarda permanente do restante do acervo e à análise dos documentos avulsos que se encontram no acervo desde 1989.

Para o descarte que deverá ocorrer no próximo ano, já foram selecionados 1.300 processos e 108.997 documentos com temporalidade cumprida entre 1994 e 2010.

MEMORIAL

Durante o ano, 646 pessoas visitaram o Memorial.

Várias ações de manutenção e atualização do Memorial foram realizadas, cabendo destacar:



- projeto de descrição arquivística dos documentos e objetos que se encontram no Memorial Mauro Leite Soares. Foram descritos 25 itens distribuídos em cinco expositores diferentes;
- entrevistas com mais três desembargadores ex-presidentes do Tribunal – Alberto Vieira Tavares da Silva, Tourinho Neto e Catão Alves, para compor o projeto Memória Oral;
- atualização do terminal Linha do Tempo até 06/12/2013;
- recebimento, por doação da Asrep, da toga da desembargadora federal Assuete Magalhães;
- atualização da Galeria dos Desembargadores com a aposição da foto do desembargador federal Ney Barros Belo Filho;
- organização da apresentação dos julgamentos históricos no Portal do Tribunal;
- conserto dos dois projetores do local.

BIBLIOTECA ADHEMAR MACIEL

Foram incluídos 1.138 exemplares de livros no acervo da Biblioteca, 17 materiais especiais, 714 artigos de periódicos e 1.004 exemplares de periódicos.

QUADRO 91

Atualização do acervo (livros e periódicos adquiridos)

Unidades	Livros adquiridos
Biblioteca (livros nacionais)	913
Gabinetes	372
Título de periódicos renovados	36

QUADRO 92

Atualização de acervos (valores gastos)

Categoria	Totais de valores empregados (R\$)
Livros nacionais	131.345,13
Periódicos	51.783,66
TOTAL	183.128,79

QUADRO 93

Atendimento ao usuário da Biblioteca

Serviços	TOTAL
Pesquisas legislativas e bibliográficas	969



Serviços	TOTAL
Circulação (empréstimo/devolução/renovação de obras internamente)	12.530
Empréstimos interbibliotecários solicitados	47

QUADRO 94
Registro e processamento técnico de acervo

Serviços	Total
Processamento técnico de livros	1.138
Processamento técnico de artigos de periódicos	714

■ Ações de destaque

- Revisão de citações e referências de 319 artigos publicados nas Jornadas da Esmaf.
- Revisão de citações e referências de 30 cursos de EAD para a Unicorp;
- Implantação de repositório institucional digital utilizando o *software* DSpace, para controle, registro, e preservação dos atos normativos, produção intelectual, e boletim eletrônico de serviço do TRF.
- Participação no desenvolvimento da base de atos normativos no *software* DSpace, identificando tipos de atos e suas respectivas origens para estabelecer o fluxo de trabalho no novo *software*.
- Padronização da terminologia da base de legislação.
- Promoção do dia do bibliotecário em parceria com a biblioteca da Presidência da República.
- Participação nos encontros em Cuiabá, Manaus e Teresina para inauguração do polo da Unicorp e alinhamento ao planejamento estratégico, apresentando palestra sobre boas práticas.
- Publicação de 2 números do Boletim Informativo da Biblioteca.
- Elaboração e publicação de 41 alertas Dibib.
- Seleção e formatação de 41 matérias para o Alerta em Destaque.
- Inclusão de 485 normas no sistema.
- Identificação de 11 leis com alterações do Código Civil, Código de Processo Civil, Código de Processo Penal, Código Penal, e CLT para os gabinetes.
- Inclusão do inteiro teor de 635 normas.
- 4 atualizações da Legislação Varas.
- Confecção de 6 fichas catalográficas para publicações do Tribunal.
- Digitalização de 81 publicações que compõem o acervo da biblioteca depositária.



- Análise de 772 *Diários Oficiais*, 234 *Diários da Justiça Federal da 1ª Região – e-DJF1*, e 228 *Boletins de Serviço*.
- Digitalização de 988 páginas para inclusão de *links* em diversas normas.
- Análise, revisão e padronização de campos de 5.924 atos normativos para migração para o DSpace.
- Conversão de 573 documentos digitalizados utilizando OCR, para o repositório institucional DSpace.
- Renovação da assinatura de 36 títulos ao custo de R\$ 51.783,66.

■ **Bibliografia temática**

Improbidade administrativa.

■ **Biblioteca digital**

Criação da biblioteca digital do TRF: armazenar, preservar, divulgar e dar acesso, em formato digital, a mais de 500 documentos institucionais, proporcionando visibilidade na internet e transparência no acesso à informação.

■ **Produção de material bibliográfico, objetivando participar de atividades de qualificação**

- Elaboração de dois artigos para submissão na VII International Conference for Court Administration que acontecerá em Sidney em setembro de 2014. O primeiro, com o servidor da Direh Márcio de Albuquerque e a servidora da Dibil Marília de Souza de Mello: Knowledge management strategies for change management in first Regional Court in Brazil; e o segundo artigo escrito com a juíza federal Vanessa Curti Gasques, a servidora Ana Luíza Müller e o servidor Márcio de Albuquerque: Agroref: a joint effort towards an agrarian reformation and land distribution according to Constitutional law in Brazil, combining several executive and judicial institutions.
- 2º Encontro de Catalogadores no Rio de Janeiro.
- 2º Encontro de profissionais da informação no Conselho da Justiça Federal.
- Curso a distância Decifrando o Planejamento Estratégico do TRF 1ª Região.

AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

COMISSÃO JUSTIÇA SUSTENTÁVEL

A Comissão Justiça Sustentável, instituída com os objetivos de fomentar e disseminar práticas administrativas sustentáveis no âmbito do TRF 1ª Região; auxiliar na redução dos impactos negativos das atividades gerenciais do Tribunal sobre o meio ambiente; promover o uso racional dos recursos materiais, humanos e tecnológicos; e promover, por meio de ações de treinamento e conscientização, uma cultura institucional afinada com os princípios do desenvolvimento sustentável, foi responsável pela realização, no decorrer do ano, dos trabalhos e melhorias a seguir mencionados:



■ **Coleta seletiva solidária**

Periodicamente, a área de Serviços Gerais do Tribunal procedeu à habilitação da Associação Recicle a Vida – associação de catadores de material reciclável, para a realização da coleta seletiva solidária, que consiste na doação dos resíduos recicláveis, produzidos e separados por este TRF, às cooperativas habilitadas.

■ **Gestão de recursos**

A fim de melhor gerir os recursos envolvidos nas ações socioambientais, foram realizadas as seguintes ações:

- exigência aos fornecedores de embalagens produzidas com materiais reciclados, envelopes de materiais reciclados, substituição de produtos por outros menos agressivos ao meio ambiente, substituição de lâmpadas comuns pelas compactas eletrônicas ou de LED quando possível;
- doação de materiais inservíveis às instituições cadastradas e certificadas;
- realização de testes de durabilidade nos produtos adquiridos, buscando proporcionar maior tempo de uso aos materiais de consumo e permanentes.

■ **Ações de conscientização**

Foram realizadas ações educativas nas principais datas comemorativas de natureza socioambiental:

- Dia Mundial da Água – 22/03: realizada campanha para redução do consumo de água, com pôsteres doados pela Caesb;
- Dia Mundial do Meio Ambiente – 06/06: realizada a campanha “Bota fora: fora de sua casa dentro do planeta”, que arrecadou materiais recicláveis para doação às cooperativas de catadores.
- Dia da Árvore – 21/09: exposição de bonsais.
- Dia Mundial sem Carro – 22/09: campanha para mobilidade urbana consciente, com estímulo ao uso de bicicleta, em parceria com a ONG Rodas da Paz.

■ **Reuniões**

- No mês de abril, foi realizada reunião com a Coordenadora do Programa de Responsabilidade Socioambiental do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
- No mês de maio, foi realizada reunião com a Coordenadora Executiva do Programa Agenda Ambiental da Administração Pública do Ministério do Meio Ambiente.

■ **Cursos e treinamentos**

Representante da Comissão participou do Curso de Sustentabilidade na Administração Pública, promovido pela Agenda Ambiental da Administração Pública do Ministério do Meio Ambiente.

■ **Resultados**

Com a implantação do programa socioambiental, o TRF foi incluído no rol dos órgãos que diminuíram seus impactos ambientais e trabalham em prol do meio ambiente perante o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério do Meio Ambiente.



O TRF é membro aderente da Agenda Ambiental da Administração Pública, programa do Ministério do Meio Ambiente.

As diversas ações de conscientização trouxeram o tema à discussão quanto à necessidade de se estabelecer uma cultura institucional mais afinada com os princípios de sustentabilidade ambiental ao corpo funcional.

■ Melhorias propostas

1. Fomentar a participação dos componentes do comitê do Programa na elaboração e consecução de uma agenda ambiental para o biênio 2014/2015.

2. Aperfeiçoar as ações de coleta seletiva, já implementadas no TRF, com vistas a estimular a correta separação dos resíduos e, assim, ampliar o volume de material reciclável e reduzir o volume de lixo comum.

3. Fomentar a implantação da logística reversa como instrumento obrigatório para viabilizar a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para fins de reaproveitamento, reciclagem ou descarte ambientalmente adequado, conforme determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída por meio da Lei 12.305/2010.

4. Consolidar, através das ações de conscientização, uma cultura institucional que priorize o uso racional dos recursos materiais disponíveis, promovendo a redução do consumo, o reaproveitamento de materiais e o desfazimento de bens de forma ambientalmente adequada.

147

CONTROLE INTERNO

Cumprir a Meta 16 – fortalecer a unidade de controle interno no Tribunal – antes do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi uma das etapas relevantes vencidas pela área de controle interno do Tribunal.

Pela primeira vez, em 24 anos, as contas do Tribunal não serão objeto de julgamento pelo Tribunal de Contas da União – TCU. Todos os órgãos públicos de todos os Poderes estão obrigados à prestação de contas anual, que, após julgamento, conforme a regularidade ou não das contas apresentadas, as declara regulares, regulares com ressalvas ou irregulares. Para tanto, a cada exercício, o TCU expede decisões normativas com a lista dos órgãos e o roteiro para elaboração dos relatórios que devem integrar o processo de prestação de contas. A partir de 2010, com a edição da Portaria TCU 7/2010, que dispõe sobre as diretrizes para seleção de unidades jurisdicionadas que terão processo de contas ordinárias constituído para fins de julgamento, o TCU passou a selecionar alguns órgãos cujas contas não serão objeto de julgamento no exercício. Essa seleção observa critérios objetivos de avaliação da gestão: materialidade (casos concretos), risco (natureza da despesa) e relevância (valor da despesa), para dispensá-los do julgamento das contas. Após análise desses critérios, o TCU concluiu que a gestão do TRF 1ª Região permitiu a sua inclusão entre os órgãos que não terão julgadas as contas relativas ao exercício de 2013.



QUADRO 95
Situação atual dos processos de contas do TRF 1ª Região

Exercício	Processo	Acórdão	Observação
2005	TC 015.012/2006-7	5.094/2012 – 2ª Câmara	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis. SJMT e SJPA – Informar, nas próximas contas, o andamento das Sindicâncias 698/2004 e 490/2004, respectivamente. DOU de 30/07/2012.
2006	TC-019.899/2007-9	3.582/2008 – 2ª Câmara	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis.
2007	TC-018.750/2008-6	4.580/2010 – 1ª Câmara	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis.
2008	TC-015.023/2009-5	2.756/2009 – 2ª Câmara	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis.
2009	TC-022.943/2010-2	–	Processo sobrestado. Motivo: Decisão do Despacho do TC 022.943/2010-2, fl. 535 do volume 2 em 28/04/2011. Processo sobrestante 005.568/2009-0. Em 05/05/2011.
2010	TC-026.219/2011-5	5.850/2012 – 1ª Câmara	TRF – Contas regulares com ressalva dando-lhes quitação. Informar, nas próximas contas, a conclusão da sindicância instaurada para o desvio de material de consumo. Seções judiciárias vinculadas ao TRF1 – contas regulares com quitação plena. DOU de 05/10/2012.
2011	TC-021.592/2012-8	–	SITUAÇÃO: ABERTO. Unidade responsável técnica alterada de SECEX3/D2 para Admin/D1 por Admin/D1 (última movimentação 17/01/2013)
2012	TC 021.769/2013-3	–	SITUAÇÃO: ABERTO. Enviado por SECEX-3 para providências externas na Admin/SA (última movimentação 09/08/2013)
2013			As contas do exercício 2013 não serão objeto de julgamento pelo TCU.

A área responsável pelo controle interno do Tribunal realizou o controle prévio e concomitante dos atos da gestão, coordenando as atividades de planejamento, acompanhamento, avaliação e desenvolvimento da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial praticados no Tribunal e orientando as seções judiciárias vinculadas, buscando manter seu direcionamento em estreita obediência aos preceitos legais.

A adoção de recomendações de natureza pedagógica, antes que meramente fiscalizatórias, tem contribuído para o aperfeiçoamento do controle da gestão e proporcionado maior segurança na observância aos preceitos legais pelas unidades administrativas do Tribunal.

Em relação ao controle externo, acompanhou o TCU na realização de auditoria de conformidade determinada pelo Acórdão 546/2013 – Plenário, cujo objeto foi o pagamento do abono de permanência, no período de 12/2012 a 03/2013, aos servidores e magistrados do TRF 1ª Região e das Seções Judiciárias. Acompanhou, ainda, as atividades de inspeção do Conselho da Justiça Federal – CJF sobre as ações relacionadas aos contratos de terceirização e informática no período de 16 a 25/09, consoante a Circular/Diges 240, de 04/09/2013.



No exercício de sua competência legal, o controle interno teve participação ativa em todas as sessões do Conselho Deliberativo do Pro-Social, que tem, entre outras, atribuição de zelar pela qualidade, eficácia, pelo prestígio e desenvolvimento dos serviços e benefícios oferecidos pelo Programa de saúde do Tribunal e Seccionais.

Em continuidade à política de transparência dos órgãos públicos, elaborou e encaminhou, para a aprovação do Conselho de Administração, o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Tribunal e das seccionais que o integram. Após aprovado, o RGF, com o demonstrativo da despesa com pessoal, o qual foi devidamente cadastrado no Sistema de Coleta de Dados Contábeis e Fiscais dos Entes da Federação (SISTN), publicado posteriormente no link Transparência do Portal do TRF 1ª Região (<http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/transparencia/relatorios-de-gestao-fiscal/>).

■ Verificação e análise

As atividades de verificação e análise da documentação comprobatória de despesas, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência da gestão, foram realizadas com base em processos administrativos selecionados por amostragem, considerando os critérios de risco, materialidade e relevância. Quando da constatação de falhas, impropriedades ou irregularidades, foram elaboradas informações, relatórios ou diligências com as orientações necessárias ao saneamento de irregularidades e recomendações para adoção de medidas corretivas e preventivas, pelas áreas a seguir relacionadas.

■ Despesas com pessoal

QUADRO 96

Quantitativo de processos de admissão, aposentadoria e pensão

Assunto relacionado	Processos analisados	Diligências expedidas	Atos encaminhados ao TCU via Sisac	Atos julgados legais pelo TCU
Nomeação de servidor ou magistrado	572	25	460	369
Concessão de aposentadorias	104	108	75	79
Concessão de pensões estatutárias	20	27	17	34
TOTAL	696	160	552	482

O exame da legalidade e da legitimidade dos atos de gestão que resultaram em despesas ou receitas com a folha de pagamento de pessoal foi feito por meio da conferência de demonstrativos de cálculo-resumo referentes aos meses de janeiro a dezembro/2013, de servidores selecionados por amostragem (360 servidores/mês).



QUADRO 97
Quantitativo de processos de folha de pagamento e exercícios anteriores

Assunto relacionado	Processos analisados	Informações ou relatórios expedidos	Consultas respondidas (TRF e seccionais)
Folha de pagamento de pessoal, ajuste de contas, cálculo de proventos e direitos dos servidores	425	123	38
Despesa de Exercícios Anteriores	203	355	11
TOTAL	628	478	49

■ **Auxílio ao controle externo**

No decorrer do ano, foram adotadas providências para atender às determinações do Tribunal de Contas da União dirigidas à Justiça Federal da 1ª Região, expedidas em acórdãos e diligências, num total de 14 acórdãos e 8 diligências.

QUADRO 98
Atendimento aos acórdãos do TCU

Acórdão TCU	Documento de referência	Ofício Secoi	Data de atendimento	Detalhe
8.756/2012	Controle Processual Sefip 61.039, de 26/11/2012	17	31/01/2013	Aditamento ao Ofício/Secoi 497, de 19/12/2012, para encaminhar os esclarecimentos prestados pela Secre.
546/2013	Ofício/Sefip 4.064, de 02/04/2012	108	12/04/2013	Em atenção ao Ofício/Sefip 4.064, de 02/04/2012, informa a ciência, em 10/04/2012, do prazo de 15 dias para a realização de Auditoria de Conformidade nas folhas de pagamento.
546/2013	Ofício/Sefip 4.064, de 02/04/2012	117	25/04/2013	Aditamento ao Ofício/Secoi 108, de 12/04/2013, para encaminhar arquivos eletrônicos contendo os dados relativos ao pagamento do abono de permanência, levantados com as Unidades Técnicas do Tribunal e das 14 Seccionais vinculadas.
928/2013	Ofício/Sefip 5.931, de 03/05/2013	137	27/05/2013	Encaminha documentos com esclarecimentos elaborados pelas unidades técnicas do Tribunal.
1.814/2013	Ofício/Sefip 5.492, de 24/04/2013	158	04/06/2013	Encaminha o documento de comprovação de ciência de servidora.
3.314/2013	Ofício/Sefip 8.688, de 17/06/2013	174	19/07/2013	Encaminha comprovante do envio de novo ato de concessão de pensão civil com a exclusão de menor sob guarda.
3.044/2013	Ofício/Sefip 8.045, de 07/06/2013	177	23/07/2013	Solicita esclarecimentos à Sefip quanto à identificação da inconsistência que prejudicou o julgamento do ato de aposentadoria.
1.814/2013	Ofício/2013 5.492, de 24/04/2013	185	07/08/2013	Aditamento ao Ofício/Secoi 158, de 07/06/2013, para informar novo ato de concessão de pensão.



Acórdão TCU	Documento de referência	Ofício Secoi	Data de atendimento	Detalhe
3.314/2013	Ofício/Sefip 8.688, de 17/06/2013	218	13/09/2013	Em aditamento ao Ofício/Secoi 174, de 19/07/2013, encaminha cópias dos comprovantes de ciência dos beneficiários de pensão.
2.771/2007	Ofício/Sefip 14.315, de 20/09/2013	254	14/10/2013	Encaminha a documentação contendo esclarecimentos prestados pela SJRO a respeito das providências tomadas com relação ao ressarcimento ao erário dos valores indevidamente recebidos por pensionista.
6.306/2013	Ofício/Sefip 16.848, de 12/11/2013	282	05/12/2013	Encaminha os esclarecimentos prestados pela SECRE acerca do cumprimento das determinações constantes do Acórdão 6.306/2013 – 2ª Câmara.
6.779/2013	Ofício/Sefip 17.363, de 21/11/2013	288	16/12/2013	Encaminha as fichas financeiras dos servidores aposentados referentes aos exercícios de 2008 a 2010.
6.303/2013	Ofício/Sefip 16.848, de 12/11/2013	289	19/12/2013	Aditamento ao Ofício/Secoi 282, de 05/12/2013, para encaminhar ficha financeira de servidora, que comprova a suspensão do pagamento da parcela de quintos com devolução do valor correspondente da gratificação natalina.
6.306/2013	Ofício/Sefip 16.848, de 12/11/2013	289	19/12/2013	Em aditamento ao Ofício/Secoi 282, de 05/12/2013, encaminha a ficha financeira de servidora, que comprova a suspensão do pagamento da parcela de quintos com devolução do valor correspondente da gratificação natalina.

QUADRO 99 Atendimento às demais diligências do TCU

Diligência/data	Ofício Secoi	Data de atendimento	Detalhe
Ofício/Sefip 3.692, de 22/03/2012	95	02/04/2013	Responde à notificação por prazo expirado, informando que o procedimento de controle 56.222, de 14/11/2012, foi devidamente atendido no prazo estabelecido pela SEFIP, por meio do OFÍCIO/SECOI 428, protocolado no TCU em 08/10/2012.
Ofício/Sefip 12.210, de 16/08/2013	214	13/09/2013	Informa apuração de tempo de serviço de servidora aposentada.
Ofício/Sefip 12.522, de 23/08/2013	215	13/09/2013	Informa apuração de tempo de serviço de servidora aposentada.
Ofício/Sefip 12.523, de 23/08/2013	215	13/09/2013	Informa apuração de tempo de serviço de servidora aposentada.
Ofício/Sefip 13.807, de 13/09/2013	249	07/10/2013	Encaminha documentação da aposentadoria de servidor.
Ofício-Circular/Sefip 176, de 13/09/2013	256	25/10/2013	Encaminha dados e esclarecimentos referentes à possível acumulação de cargos.



Diligência/data	Ofício Secoi	Data de atendimento	Detalhe
Ofício/Sefip 15.390, de 08/10/2013	259	28/10/2013	Encaminha o documento de comprovação de ciência de servidora.
Ofício/Sefip 17.191, de 19/11/2013	281	05/12/2013	Encaminha os esclarecimentos da SECRE acerca do atendimento à diligência referente à aposentadoria.

■ Despesas com licitações, contratos, convênios e ajustes congêneres

Com vistas a analisar, avaliar, acompanhar e controlar as licitações, inexistências, dispensas, bem como contratos, convênios e ajustes congêneres realizados pelo Tribunal e orientar a realização nas Seções Judiciárias vinculadas, a fim de comprovar a adequada aplicação dos recursos públicos, foram analisados processos administrativos diversos.

QUADRO 100

Quantitativo de processos de licitações, contratos e ajustes congêneres

Assunto relacionado	Processos analisados	Informações ou relatórios expedidos	Consultas respondidas
Licitações e contratos administrativos	95	112	34
Despesas com contratações diretas (que geraram termo de contrato)	20	29	9
Despesas com contratações diretas (sem termo de contrato)	159	159	8
Suprimento de fundos	16	11	2
Autorizações de viagens a serviço	449	434	9
Ajuda de custo e despesas diversas	24	11	22
Despesas do Pro-Social	423	1	1
TOTAL	1.186	757	85

■ Controle da execução da obra de construção da Nova Sede

Em cumprimento à Resolução CNJ 114/2009, que dispõe sobre o planejamento, a execução e o monitoramento de obras no Poder Judiciário, o controle interno do Tribunal acompanha a execução dos contratos firmados para construção da Nova Sede do TRF 1ª Região. Durante o exercício de 2013, analisou os processos de pagamento e de alterações contratuais concomitantemente à execução do contrato firmado com a Engefort Construtora Ltda., assegurando à Administração do Tribunal, na execução da obra, a cada medição e pagamento de nota fiscal, a regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, entre outras que venham a ser fiscalizadas pelo TCU.

■ Análise e controle contábil

Com vistas ao registro da conformidade contábil, foram supervisionados os atos e fatos relacionados à gestão orçamentária, financeira e patrimonial do TRF da 1ª Região



e seccionais vinculadas, mediante a análise de processos administrativos e consultas aos sistemas administrativos do TRF 1ª Região e do Governo Federal (Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi, Siafi Gerencial e Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – Siasg).

■ Objeto da análise contábil

Como resultado dessa análise, apresenta-se a seguir algumas das principais informações expedidas:

a) análise, acompanhamento e controle dos procedimentos contábeis relacionados ao encerramento do exercício de 2012 e abertura de 2013 no Sistema de Administração Orçamentária e Financeira do Governo Federal – Siafi;

b) prestação de orientação e apoio técnico às unidades gestoras e aos órgãos setoriais na utilização do Siafi, na aplicação de normas e utilização de técnicas contábeis;

c) registro da Conformidade Contábil das Unidades Gestoras do Tribunal, com base na análise da movimentação mensal e dos registros de gestão no Siafi, atestando a regularidade ou não dos demonstrativos contábeis;

d) elaboração do Relatório de Gestão Fiscal do TRF 1ª Região (1º e 2º quadrimestre de 2013), em conjunto com a Divisão de Planejamento Estratégico/Dipla;

e) encaminhamento às Unidades Gestoras de diligências, orientações contábeis e respostas a consultas sobre matéria contábil, orçamentária, patrimonial e tributária;

f) registro da conformidade dos operadores que utilizam os sistemas Siafi, Siasg e Siafi Gerencial das unidades gestoras do Tribunal;

g) emissão de informações resultantes da análise de processos referente à baixa/incorporação de bens móveis, aquisição de material de consumo e permanente, compras centralizadas, classificação da despesa, registros na conta de depreciação acumulada;

h) acompanhamento e controle dos procedimentos contábeis referentes a contratos, diárias e aos saldos das contas de garantias contratuais (seguro, fiança e cauções) no âmbito da UG 090027 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região, visando o devido ajuste no SIAFI;

i) análise das planilhas de memória de cálculo das provisões de encargos trabalhistas para liberação de férias, abono, 13º salário, rescisões contratuais e multa do FGTS de prestadores cujos contratos foram celebrados sob a égide da Resolução 98/2009/CNJ;

j) acompanhamento e conciliação da conta 21261.00.00 – GRU – Valores em Trânsito para Estorno de Despesa referente a UG 090049 – Justiça Federal da Primeira Região – Precatórios/RPV, solicitando ao setor de execução a regularização;

k) emissão de análise sobre ressarcimentos, por meio de expedição de RPs, das despesas com honorários de peritos das Seções Judiciárias que compõem a 1ª Região em processos de Juizados Especiais Federais;

l) acompanhamento e análise de processos sobre recolhimento da contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público, incidente sobre Precatórios/RPVs sacados em conta vinculada;



m) análise de pagamento de precatórios de entes não integrantes do Siafi, cujos processos judiciais não estão cadastrados no Projud e não são considerados como despesa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Também merece destaque a análise de processos administrativos que versam sobre reposição ao Erário em virtude de desligamento de servidores, regularização de conta contábil em razão de despesa inscrita indevidamente em restos a pagar, emissão de empenho em subitem incompatível com a ação orçamentária e contas com saldo invertido, despesa de exercícios anteriores, dispensa de função comissionada ou cargo comissionado e desligamento de servidor, acerto de remuneração (adicional de férias, recolhimento de contribuição previdenciária), conferência de memória de cálculo das provisões de encargos trabalhistas e acompanhamento da evolução dos registros na conta de Depreciação Acumulada.

QUADRO 101

Quantitativo de processos analisados quanto ao aspecto da contabilidade

Documentos	Quantidade
Informações expedidas como resultado de análise de processos administrativos	467
Análise de processos administrativos que não geraram informação	170
Análise de processos de diárias no sistema e-AVS – Autorização de Viagem a Serviço	042
TOTAL	679

154

QUADRO 102

Quantitativo de orientações contábeis expedidas

Documentos	Quantidade
Orientações contábeis sobre recolhimento de contribuição para o PSSS	1
Solicitação de regularização contábil no Siafi	627
Respostas a consultas para TRF e Seccionais	388
Diligências/questionamentos contábeis direcionados às Unidades Gestoras da 1ª Região	524
Documentos cadastrados na intranet, página da Secoi	265
Cadastramento de operadores e cadastradores nos sistemas do Governo Federal (SIAFI, SIAFI Educacional, Siafi Gerencial e Siasg)	279
Registro de conformidade contábil e de operadores	72
Acompanhamento das restrições contábeis registradas pela Setorial Contábil do Órgão – CJF na 1ª Região (AM, PA, MA, PI, BA, MG, MT, GO, DF, RO, AP, TO, RR e TRF – 090027, 090032 e 090049)	83
Acompanhamento das restrições contábeis registradas pela CCONT no órgão 12000 – Justiça Federal.	56
TOTAL	2.295



AUDITORIA

O Conselho Nacional de Justiça instituiu, por meio da Resolução 171, de 01/03/2013, as Ações Coordenadas de Auditoria para todo o Poder Judiciário, o que ocasionou a inclusão no PAA – 2013 da ação prioritária de avaliação do Contrato 98/2010, que tem por objeto as obras de complementação das fundações e dos elementos estruturais da construção da nova sede do TRF 1ª Região, em conformidade com o Ofício Circular 12/2012 SCI/Presi/CNJ, de 10/12/2012.

Durante o exercício de 2013, foram realizadas as ações de auditoria sintetizadas no quadro que se segue.

QUADRO 103
Execução de auditorias na Justiça Federal da 1ª Região

Código (UG)	Tipo	Localidade	Dias úteis	Período	Equipe
090027 – TRF 1ª Região	Auditoria de Gestão	Brasília	47	13/02 a 23/04	7
090027 – TRF 1ª Região	Auditoria Operacional – 010/2013	Brasília	80	27/05 a 23/07	6
090003 – SJPA	Auditoria Operacional	Belém	3	16 a 18/10	4
090038 – SJTO	Auditoria Operacional	Palmas	3	20 a 22/11	5

AUDITORIA DE GESTÃO

Foi realizada auditoria da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional das unidades gestoras da Justiça Federal da 1ª Região, com a finalidade de comprovar a legalidade dos atos de gestão, bem como de avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, com vistas à prestação de contas ordinária ao Tribunal de Contas da União. Os exames foram efetuados por amostra seletiva, em conformidade com as orientações contidas nos Anexos III e IV da Decisão Normativa TCU 124/2012, de 05/12/2012. O relatório consolidado de auditoria de gestão do exercício foi emitido com certificação pela regularidade das contas das unidades gestoras vinculadas à Justiça Federal da 1ª Região.

AUDITORIAS OPERACIONAIS

Foram realizadas Auditorias Operacionais no Tribunal e nas Seções Judiciárias dos Estados do Pará e Tocantins, com ações que abrangeram as atividades de gestão de estoques de materiais (almoxarifado), de patrimônio (bens móveis) e de veículos oficiais, cujos resultados constam de relatórios encaminhados às Seções Judiciárias, com vistas ao aperfeiçoamento de procedimentos e ao atendimento de normas legais e regulamentares.

A auditoria operacional no TRF da 1ª Região foi realizada com a avaliação da execução do contrato de complementação das fundações e dos elementos estruturais da Obra de Construção da Sede do TRF 1ª Região. Foram levantados processos administrativos da contratação e da execução da 1ª a 28ª medições, inclusive a análise das penalidades aplicadas, em face ao descumprimento do atendimento das obrigações contratuais.



QUADRO 104

Quantitativo de recomendações e solicitações de providências/justificativas expedidas

Unidade Auditada	Recomendações			Solicitações de auditoria
	Relatórios	Notas técnicas	Notas de auditoria	
SIGO (1)	31	–	–	–
SJAC (2)	58	–	–	–
SJRR (3)	30	2	–	–
TRF 1ª Região	22	–	–	–
SJPA (4)	–	–	–	10
SJTO (5)	–	–	1	8
TOTAL	141	2	1	18

Notas:

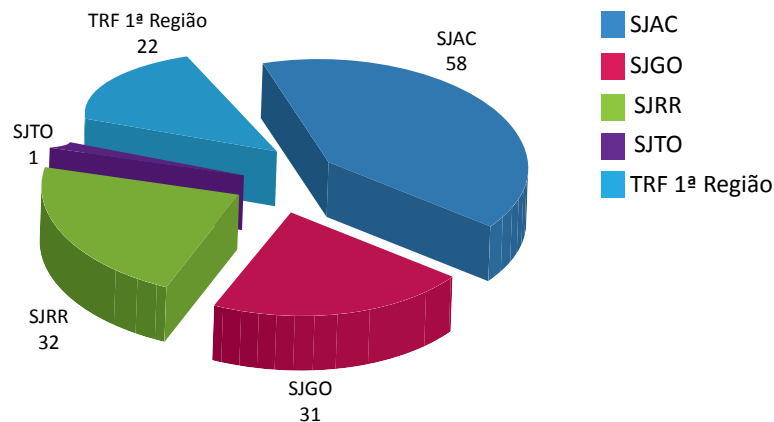
(1), (2) e (3) – Auditorias realizadas em 2012 e RAOp expedido em 2013.

(4) e (5) – RAOp a ser expedido em janeiro de 2014.

156

GRÁFICO 16

Quantitativo de recomendações expedidas em auditorias



COMPLEMENTAÇÃO E MONITORAÇÃO DE AUDITORIAS

Foi realizada atividade específica de avaliação e monitoramento dos procedimentos operacionais adotados pelas unidades auditadas, com o objetivo de avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados às atividades relacionadas ao cumprimento das recomendações expedidas. Para isso, os seguintes documentos técnicos foram expedidos:



1. Nota Técnica 8/2013, referente ao Relatório de Auditoria Operacional 011/20012 – TRF 1ª Região, relativo às atividades e procedimentos operacionais relacionados aos veículos oficiais do Tribunal, conforme PA 5.670/2012 – TRF1.

2. Nota Técnica 20/2013, referente ao Relatório de Auditoria Operacional 05/2012 – Seção Judiciária de Roraima, relativo as atividades de estoque de materiais (almojarifado), de bens móveis (patrimônio) e de veículos oficiais, conforme PA 1.123/2013 – TRF 1ª Região.

Este monitoramento teve por objetivo verificar o cumprimento das recomendações expedidas nos relatórios de auditoria, bem como os resultados e benefícios alcançados, procurando auxiliar a Administração e as seccionais nos procedimentos e controles administrativos dos atos de gestão.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3

Promover a conciliação.

■ Descrição do objetivo

Aumentar o número de audiências de conciliação designadas anualmente, na busca da pacificação social e solução de litígios, promovendo a celeridade e a efetividade

157

SISTEMA DE CONCILIAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL

Em funcionamento nas 14 unidades federativas que compõem a 1ª Região, o Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região – SistCon, a partir deste ano, com o apoio decisivo do Desembargador Federal Presidente, passou a contar com o início de sua estruturação administrativa. Assim, aos poucos, deixa de existir uma estrutura emprestada, para contar com um quadro diretivo próprio.

Tendo em conta as peculiaridades da 1ª Região, que abarca mais de 80% do território nacional, o cumprimento da Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (que instituiu a Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesses, tendente a assegurar a todos o direito à solução dos conflitos por meios adequados à sua natureza e peculiaridade) teve que ser adaptado à realidade de uma região continental.

Em 2013, foram instaladas as Centrais Permanentes de Conciliação de Belo Horizonte/MG, Juiz de Fora/MG e Manaus/AM. Assim, os Centros Judiciários da 1ª Região, aos poucos, estão deixando de ser itinerantes.

No ano, foram realizadas 105.168 homologações de acordos na Justiça Federal da 1ª Região (fase processual). Para se ter uma ideia do êxito dos trabalhos, a última Semana Nacional de Conciliação representou o melhor desempenho da Justiça Federal no período. Nessa semana foram realizadas 11.275 audiências, com 90,12% de acordos – 10.162 –, atingindo-se cerca de R\$ 133 milhões nos valores negociados.



Comparativamente ao ano de 2012, foram realizados 98.995 acordos, o que evidencia, somente na área processual, um crescimento significativo (6.173 acordos acrescidos). Cumpru-se, pois, a Meta 5 – CNJ – 2013: Designar audiências e realizar demais atividades de conciliação adequadas à solução de conflitos em número maior do que o ano de 2012.

Também foram realizados, nas cidades de Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Cuiabá/MT e Manaus/AM, em parceria com o CNJ, CJF, TJDFT, SECRE/DIGES/TRF1 e Ministério da Justiça, cursos de formação e capacitação para conciliação, tendo como público-alvo magistrados, servidores e conciliadores, com grande sucesso e repercussão.

Os conciliadores continuam sendo selecionados pela Coordenação dos Juizados Especiais Federais – Cojef e pelos Núcleos de Conciliação (sistema de parceria). Cabe ressaltar que a Cojef e o SistCon realizaram, em parceria: a) mutirão de perícias na cidade de Araguaína/TO, em aproximadamente 2.000 feitos, com mais de 80% de acordos; b) mutirões de audiências de conciliação nos Juizados Especiais Federais no Maranhão, com mais de 4 mil acordos, em apenas 3 semanas do último trimestre de 2013.

A Seção Judiciária da Bahia realizou, no último trimestre de 2013, um megamutirão, que envolveu feitos da Caixa Econômica Federal, de diversos Conselhos Profissionais, da Advocacia Geral da União e do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

A Seção Judiciária de Minas Gerais passou a realizar, de forma pioneira, Semanas Estaduais de Conciliação, com a participação de todas as subseções judiciárias.

A Seção Judiciária do Distrito Federal, mais uma vez, é destaque nas ações coletivas. Na última Semana Nacional de Conciliação, realizou 2 acordos coletivos, beneficiando mais de 10 mil servidores públicos. O sistema de perícias tem tido grande destaque.

A Seção Judiciária do Pará despontou com o maior número de acordos da Região (20.841), consolidando-se, especialmente, na área pré-processual.

Segundo os dados da Procuradoria Geral Federal, a 1ª Região alcançou 45% (28.377 acordos) das conciliações realizadas na área previdenciária em todo o país (62.697 acordos).

No segundo semestre de 2013, a META-CNJ-CEF-EMGEA-TRFs para a 1ª Região (5 mil audiências de conciliação) ficou superada em mais de 150%. Foram feitas 13.346 audiências, com 7.998 acordos.

Em diversas seccionais, foi mantido o movimento de conciliação, por videoconferência, o que propicia a integração do interior com os órgãos decisórios dos parceiros, refletindo positivamente nos resultados correspondentes.

O grande desafio atual é a chamada conciliação pré-processual, que pode diminuir consideravelmente a entrada dos litígios na Justiça Federal. Apenas para se ter uma ideia, a Seção Judiciária de Minas Gerais deu início ao projeto de conciliação em mais de 30 mil reclamações pré-processuais do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA/MG, e a Seção Judiciária do Distrito Federal, em igual área (conselhos profissionais), em mais de 5.000 reclamações pré-processuais da Ordem dos Advogados do Brasil/DF.

Os resultados obtidos foram alcançados com o apoio e a parceria da Coordenação dos Juizados Especiais da 1ª Região, da Corregedoria Regional e, especialmente, da Presidência.

No site do TRF 1ª Região, há chamada específica para a conciliação (portal), com histórico, estrutura, memória, agenda, áreas de atuação, mutirões, legislação, semanas da



conciliação, notícias, material didático e dicas, cadastro de conciliadores e dados estatísticos. Tal ação, além de ser uma exigência da Resolução 125-CNJ, viabiliza concretamente o princípio da transparência.

Já está em discussão no Plenário da Corte, a inclusão do SistCon no texto permanente do Regimento Interno, tal como já ocorre com a Coordenação dos Juizados Especiais Federais – Cojef. O modelo proposto é o do TRF 4ª Região.

Os Núcleos e os Centros noticiados contam, todavia, com estrutura física e de pessoal reduzida e precária, uma vez que estão funcionando, em regra, apenas com uma FC-5. Mas foi dado início ao processo de sua estruturação e temos certeza que, em breve, tal limitação será superada.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4

Aprimorar a estrutura e o funcionamento das turmas recursais.

■ Descrição do objetivo

Garantir a otimização dos processos de trabalho visando à melhoria contínua dos trâmites judiciais das turmas recursais, regionais de uniformização e a turma nacional de uniformização, por meio da implantação e disseminação de boas práticas de gestão, propiciando a celeridade, qualidade e transparência da prestação jurisdicional.

159

AÇÕES INOVADORAS PARA JEFs E TURMAS RECURSAIS

INOVAÇÕES E PROJETOS DE MELHORIAS

■ Projeto MELHORAção

Instituído em 26 de junho, o projeto MELHORAção no âmbito dos JEFs e Turmas Recursais da 1ª Região tem por objetivo geral o desenvolvimento de ações de melhorias para resolução de problemas comuns aos JEFs.

O Projeto propõe a realização de atividades de forma colaborativa, mediante a participação de todos os envolvidos, em um ambiente de integração e compartilhamento de boas práticas, principalmente em ambiente virtual Moodle, ferramenta que permite, entre outras facilidades, encurtar as distâncias geográficas e o custo financeiro que um projeto dessa importância pode alcançar.





Integram o projeto MELHORAção os seguintes programas:

1. fóruns de discussões para troca de experiências e proposição de soluções conjuntas aos JEFs;
2. plano de ação de melhorias, tendo por base a análise do resultado da pesquisa intitulada “Acesso à Justiça Federal: dez anos de juizados especiais”, realizada pelo CJF/Ipea;
3. “O JEF QUE QUEREMOS”, que vem a ser a definição do JEF com condições ideais de funcionamento e as ações necessárias para alcançá-lo e mantê-lo;
4. espaço para divulgação da Jurisprudência dos Juizados;
5. memorial virtual dos Juizados Especiais Federais;
6. mostra da primeira década de existência dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região.

O Projeto MELHORAção foi pensado e desenvolvido dentro da metodologia PMI – *Project Management Institute*, com processos de iniciação, de planejamento, de execução, de monitoramento e controle e de encerramento. Sua contextualização foi totalmente adequada às necessidades dos Juizados da 1ª Região.

■ **Contextualização do projeto:**

- a) Peculiaridades da 1ª Região;
- b) Metas programáticas da Cojef;
- c) Metas CNJ e CJF;
- d) Pesquisa CJF/IPEA 2012 – “Acesso à Justiça Federal: dez anos de juizados especiais”

Desde o lançamento oficial do Projeto, foram realizados encontros por videoconferências, treinamento e orientação de equipes participantes, encontro presencial na sede do Tribunal, com a presença de 34 magistrados e 45 servidores, todos subscritores de planos de ação, e reunião de equipe de coordenação na sede da SJBA.

A partir do diagnóstico da Pesquisa CJF/IPEA, foram agrupados sete temas para trabalhar ações de melhorias e, nos temas agrupados, encontram-se os planos de ação orientados para metas e resultados, a saber:

1. espaços e fluxos;
2. manual de procedimentos;
3. assistência jurídica gratuita;
4. redução de tempo de tramitação processual;
5. morosidade no julgamento dos recursos nas turmas recursais;
6. conciliação prévia;
7. solução para gargalos.

Os planos de ação elaborados pelas varas de JEFs e turmas recursais nas seções e subseções judiciárias da 1ª Região, de acordo com a realidade de cada uma para a consecução das metas traçadas, iniciaram sua implementação em 01/09, devendo finalizá-la em 28/02/2014.



Os Planos de Ação, a seguir apresentados, foram agrupados por temas e estão sendo acompanhados e avaliados em sua execução pela Coordenação Regional.

QUADRO 105
Gestão dos planos de ação

Tema	Planos de ação	Responsável	Metas
1. Espaços e fluxos	PA 1.1. – Implantar o agendamento prévio de perícias médicas no ato da distribuição.	PA 1.1A – SSJ Diamantino/MT PA1.1B – SSJ Ilhéus/BA	1. Diminuir em 80% o número dos atos da Secretaria relacionados às intimações das partes para a realização das perícias médicas. 2. Reduzir em 30% o tempo médio de tramitação entre a distribuição e a realização de perícia médica. 3. Reduzir em 50% o número de ausências às perícias médicas.
	PA 1.2. – Realizar perícias médicas em prazo de 60 dias.	SSJ Marabá/PA	Otimizar a sistemática de nomeação de peritos e realização de perícias visando à celeridade no andamento processual de forma que a perícia seja realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da designação, até 28/02/2014.
	PA 1.3 – Reduzir o acervo.	SSJ Luziânia/GO	Reduzir o acervo em 10% em relação ao período de 02/09/2013 a 31/12/2013.
	PA 1.4 – Melhorar a tramitação dos feitos que tratam de benefícios previdenciários e assistenciais decorrentes de incapacidade laboral.	SJDF	Reduzir em 70% o prazo de tramitação dos processos previdenciários e assistenciais decorrentes de incapacidade laboral até 28/02/2014.
	PA 1.5 – Otimizar os serviços nos juizados especiais federais criminais.	SJBA	Diminuir em 90% as falhas operacionais referentes às providências para a realização da audiência preliminar, da fixação da competência e do procedimento referente à audiência de instrução nos processos dos Juizados Especiais Criminais, considerando-se os dados referentes ao 1º semestre de 2013.
2. Manual de procedimentos	PA 2.1 – Elaborar manual de procedimentos em ações previdenciárias.	SSJ Muriaé/MG	Elaborar manual de procedimentos e protocolos a serem observados pelas diversas unidades jurisdicionais.
	PA 2.2 – Elaborar roteiro prático para capacitação de novos servidores.	SSJ Macapá/AP	Disponibilizar o livro virtual na página da Seção Judiciária do Amapá até 28/02/2014.
	PA 2.3 – Julgar processos antigos do período de 2007 a 2010 e estruturar rotinas para marcação de exames periciais e audiências.	SSJ Uberlândia/MG	Reduzir a produção de atos pela Secretaria do juízo, tais como intimações, citações, juntada de documentos etc; atender mais prontamente aos reclames das partes; reduzir o tempo de tramitação dos processos e julgar todos os processos de anos anteriores a 2011.



Tema	Planos de ação	Responsável	Metas
3. Assistência jurídica gratuita	PA 3.1 – Padronizar os termos de pedido de atermação.	PA 3.1A – SSJ Itabuna/BA PA 3.1B – SJMT	1. Padronizar os termos de pedido para atermação, a fim de agilizar o atendimento ao público. 2. Viabilizar o acesso aos dados, sendo disponibilizados modelos dos formulários no site da justiça ou já impresso nas secretarias dos JEFs. 3. Redução do número de intimações realizadas por expedição, haja vista realização da intimação da parte autora no momento do ajuizamento da ação.
4. Redução de tempo de tramitação processual	PA 4.1 – Manter a tramitação processual total em 624 dias.	SSJ Castanhal/PA	Equilibrar a quantidade de processos distribuídos com a quantidade de processos julgados (Zerar déficit e evitar o contingenciamento futuro de processos) até 28/02/2014; e adequar 30% dos processos que estão aguardando audiência à média de espera do TRF 1ª região, até 28/02/2014.
	PA 4.2 – Confeccionar RPVs de revisão de salário maternidade.	SPPI	Reduzir em no mínimo 90% os processos da caixa RPV ordenada expedição revisão de salário maternidade (3.009 processos) até 31/01/2014.
	PA 4.3 – Racionalizar procedimentos de modo a otimizar tempo de duração de processos.	SSJ Paracatu/MG	Proferir sentença em todos os processos distribuídos até o ano de 2012. Fixar tempo de tramitação no JEF em seis meses.
5. Morosidade no julgamento dos recursos nas turmas recursais	PA 5.1 – Assegurar a observância do princípio da celeridade no julgamento dos processos submetidos à Turma Recursal	SJRO	Julgar, até 28/02/2013, 80% dos processos ajuizados até o ano de 2010, distribuídos na Turma de Roraima até 30/08/2013.
	PA 5.2 – Padronizar os procedimentos cartorários nas TRs.	SJBA	Disponibilizar até 28/02/2014, manual de procedimentos identificados como comuns a todas as relatorias, em meio digital e impresso.
	PA 5.3 – Adequar os prazos para julgamento de processos com urgências legais	SJAC	Reduzir em 50% o número de processos fora do prazo legal de prioridade até 28/02/2014 – parâmetro: 08/08/2013.
	PA 5.4 – Disponibilizar informações de julgamento do STF e STJ.	Cojef	Identificar os temas de interesse das turmas recursais e respectivos processos em tramitação no STJ e STF com repercussão geral ou recurso repetitivo para fins de acompanhamento e divulgação de informação.
6. Conciliação prévia	PA 6.1 – Valorizar a cultura da conciliação prévia, a fim de diminuir o processamento de novos feitos previdenciários.	SPPA	Aumentar em 20% o percentual de novos processos que são encaminhados à conciliação prévia até 28/02/2014.
	PA 6.2 – Realizar conciliação prévia como meta na solução de conflito.	SJTO	Reduzir em 50% o número de audiências de instrução e julgamento. Reduzir para 300 dias o prazo médio de tramitação dos processos em que há acordo (ajuizamento/arquivamento).



Tema	Planos de ação	Responsável	Metas
7. Solução para gargalos	PA 7.1 – Zerar o montante de processos “sem movimentação” da 3ª Vara/JEF-RR.	SJRO	Até 31/10/2013 os Boletins Estatísticos Gerenciais (Processos Físicos e Virtuais) deverão estar com os campos “Sem Movimentação” zerados.
	PA 7.2 – Analisar sistema informatizado do JEF.	SJRO	Efetuar uma busca em todas as funcionalidades existentes nos sistemas informatizados para localizar problemas ou gargalos e propor uma melhoria.
	PA 7.3 – Reduzir o acervo em tramitação com idade superior a três anos.	SSJ Divinópolis/MG	Reduzir em 6% o acervo em tramitação com idade superior a três anos. Para fins de parâmetro será adotado o mês estatístico de julho/2013 (período de 01 a 31/07/13).
	PA 7.4 – Julgar os processos ajuizados até 31/12/2010, ainda pendentes de julgamento de mérito (Meta CNJ).	SJPI (6ª Vara)	Julgar 80% do acervo ajuizado até 31/12/2010.
	PA 7.5 – Diminuir número de processos na Contadoria e o tempo de permanência para realização de cálculo.	SJMT	Reduzir em 75% o número de processos aguardando cálculos até 28/02/2014, tomando como parâmetro o mês de agosto de 2013 e reduzir em 100% os processos aguardando cálculos há mais de 90 dias.
	PA 7.6 – Realizar Semana de Perícia e Conciliação.	SJMG	Realização de perícias médicas em até 10 subseções e realização de audiências de conciliação em até 10 subseções.

Quanto ao JEF QUE QUEREMOS, está em fase de elaboração o demonstrativo *web* dos resultados do JEF QUE QUEREMOS relativos a todos os JEFs e turmas recursais da 1ª Região para acesso pelo público interno e externo, facilitando a troca de experiências e o controle social por parte da população. A primeira pesquisa para enquadramento dos JEFs analisados será realizada em fevereiro de 2014.

Além do desenvolvimento de melhorias técnicas, gerenciais e operacionais, outra vertente do Projeto MELHORAÇÃO é o resgate da memória dos JEFs, por meio da captação de dados, ações e experiências, resgatando mais de uma década de conhecimento acumulado dos juizados.

FÓRUM DOS JUIZADOS - BANCO DE “BOAS PRÁTICAS”

Foi criado na plataforma *Moodle*, na página do Projeto MELHORAÇÃO, fórum de debates e compartilhamento de ideias entre os servidores e magistrados do TRF1 que estejam diretamente envolvidos com os JEFs.

Abriu-se, também, espaço para inclusão das boas práticas já implantadas e bem-sucedidas nas diversas esferas da sistemática JEF das seções e subseções judiciais da 1ª Região, objetivando promover a divulgação, uniformização e compartilhamento de práticas que já foram testadas e trouxeram resultados positivos, de modo a incentivar o reconhecimento institucional e estimular a criação de novas boas iniciativas.



BANCO DE SENTENÇAS

Em uma iniciativa inédita, a Cojef lançou o projeto Banco de Sentenças, em sua página na intranet, que se constitui em base de dados dos julgados dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, alimentada mediante o envio periódico das sentenças proferidas por magistrados lotados ou em auxílio nos JEFs das seções e subseções

Trata-se de um instrumento prático de consulta e compartilhamento da inteligência dos Juizados e Juizados Adjuntos da 1ª Região e, dessa forma, contribui para a celeridade dos julgamentos e até mesmo para o alcance da Meta 2, de 2014 do CNJ, assim definida para o segmento Justiça Federal: “Julgar 100% dos distribuídos até 2008 e 80% dos distribuídos em 2009 no primeiro e segundo grau, e 100% dos distribuídos até 2010 e 80% dos distribuídos em 2011 nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais”.

Já os acórdãos das turmas recursais continuarão sendo divulgados no portal Jurisprudência do Tribunal.

REVISTA LUMINIS JEF

A Cojef encaminhou ao Presidente da Corte proposta de criação de revista de cunho técnico-científico destinada ao segmento JEF da 1ª Região, com a finalidade de estimular o desenvolvimento de estudos e a produção científica de temas diversos que contribuam para o aprimoramento dos Juizados Especiais Federais e a solução de problemas inerentes a sua atuação.

A revista Eletrônica, a ser disponibilizada na página da Cojef, no portal do TRF 1ª Região, foi batizada de *Luminis: Revista Científica dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região* e terá periodicidade semestral.

Aguarda-se a aprovação do Conselho de Administração do Tribunal para o lançamento oficial da publicação e edição do seu primeiro número.

LIVRO DE OCORRÊNCIAS

Em 2013, a Cojef, verificando a necessidade de oferecer um instrumento para que o público interno e externo envolvido na realização de mutirões e itinerantes pudesse registrar questões relevantes, instituiu o Livro de Ocorrências, por meio da Portaria Cojef 3/2013.

Tal iniciativa objetiva o aprimoramento na prestação dos serviços, mediante canal de comunicação que possibilite ao público reclamar, solicitar, denunciar, elogiar ou apresentar sugestões.

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA PARA APARELHAMENTO DOS JEFs

A Cojef conseguiu com a Diretoria-Geral do TRF 1ª Região que os Núcleos de Apoio às Coordenações dos JEFs nas seccionais fossem aparelhados com equipamentos de informática destinados ao apoio na realização de itinerantes e mutirões realizados nos Juizados.

Ao todo foram disponibilizados 131 microcomputadores, 131 monitores, 131 Nobreaks, 65 impressoras, além de Ultrabooks para uso dos magistrados. Aguarda-se o fornecimento de licenças do sistema de gravação para audiências.



RECURSOS

GESTÃO DE PESSOAS

Objetivos estratégicos

- Desenvolver as competências necessárias para o alcance da estratégia
- Fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos magistrados e servidores

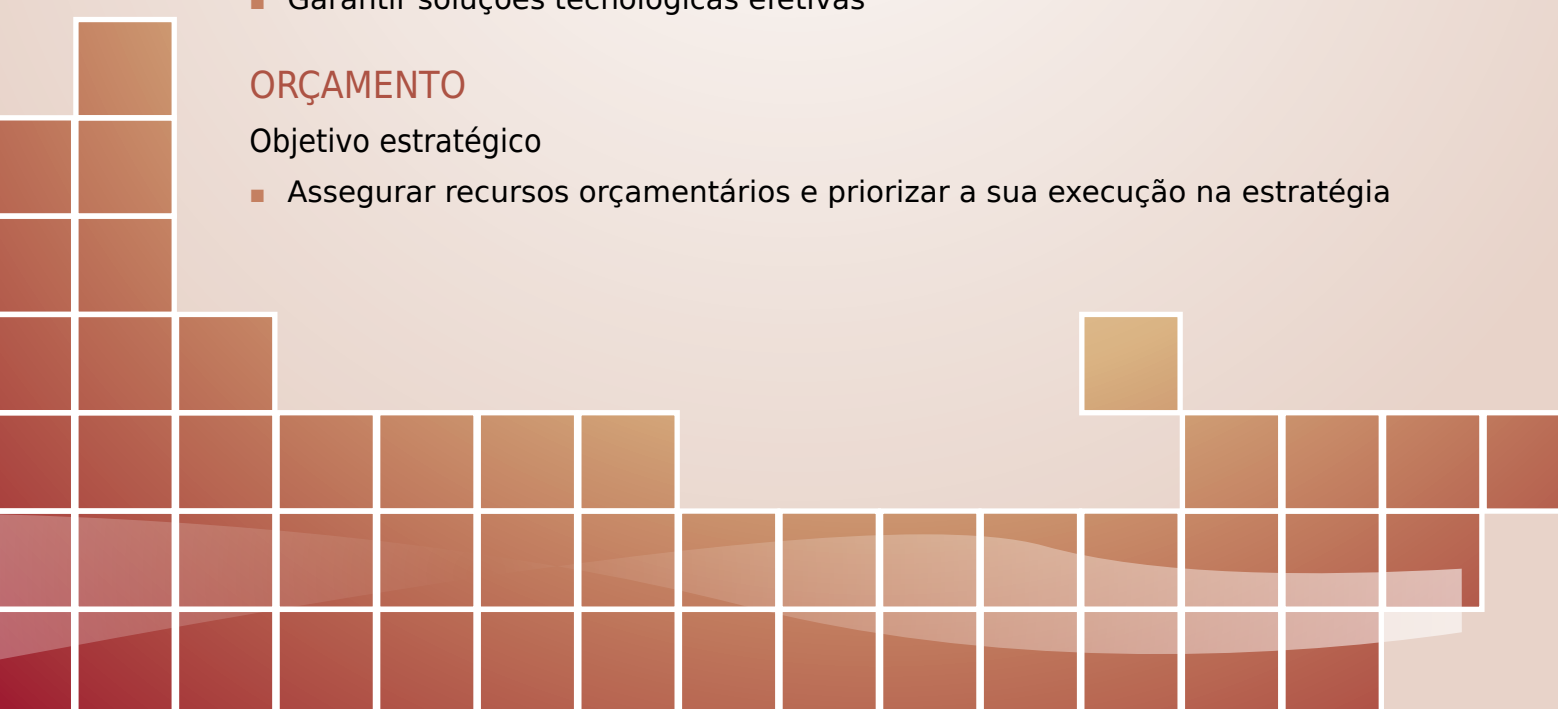
INFRAESTRUTURA E TI

Objetivos estratégicos

- Prover estrutura e meios de segurança adequados
- Garantir soluções tecnológicas efetivas

ORÇAMENTO

Objetivo estratégico

- Assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia
- 



GESTÃO DE PESSOAS

MAGISTRADOS

NOVA COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

Em 27 de junho, o juiz federal Ney Bello tomou posse como desembargador federal e ocupou a vaga decorrente da nomeação, em 2012, da desembargadora Assusete Magalhães para o cargo de ministra do Superior Tribunal de Justiça.

Em 5 de novembro, o juiz federal Cândido Moraes Pinto Filho tomou posse como desembargador federal e ocupou a vaga decorrente da aposentadoria do desembargador federal Tourinho Neto, em 01/04/2013.

Em 26 de novembro, o desembargador federal Catão Alves deixou o Tribunal pela aposentadoria.

foto: Ascom/TRF



Posse do desembargador federal Ney Bello.

166

foto: Najara de Araújo.



Posse do desembargador federal Cândido Moraes.

DIRETORIAS DE FORO**QUADRO 106**

Diretores e vice-diretores de foro

Seção Judiciária	Diretor	Vice-diretor
Acre	Cristiane Pederzolli Rentzsch	Régis de Souza Araújo
Amapá	–	Lívia Cristina Marques Peres
Amazonas	–	Jaiza Maria Pinto Fraxe
Bahia	Ávio Mozar José Ferraz de Novaes	César Cintra Jatahy Fonseca
Distrito Federal	Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas	Rui Costa Gonçalves
Goiás	Mark Yshida Brandão	César Antônio Ramos
Maranhão	Ricardo Felipe Rodrigues Macieira	Clodomir Sebastião Reis
Mato Grosso	Paulo César Alves Sodré	Pedro Francisco da Silva
Minas Gerais	Guilherme Mendonça Doehler	André Prado de Vasconcelos
Pará	Ruy Dias de Souza Filho	Arthur Pinheiro Chaves
Piauí	Francisco Hélio Camelo Ferreira	Geraldo Magela e Silva Meneses
Rondônia	Herculano Martins Nacif	Dimis da Costa Braga
Roraima	Luzia Farias da Silva Mendonça	–
Tocantins	Denise Dias Dutra Drumond (a partir de 20/09/2012)	Cleberson José Rocha

PROVIMENTO DE CARGOS NA 1ª INSTÂNCIA

No 1º grau, a Justiça Federal da 1ª Região conta com um quadro de 585 cargos de juiz federal e juiz federal substituto, estando 431 providos e 154 vagos.

QUADRO 107

Cargos de juiz federal e juiz federal substituto

Seção Judiciária	Juiz federal			Juiz federal substituto		
	Providos	Vagos	Total	Providos	Vagos	Total
AC	4	1	5	3	2	5
AM	9	1	10	3	7	10
AP	4	4	8	2	6	8



Seção Judiciária	Juiz federal			Juiz federal substituto		
	Providos	Vagos	Total	Providos	Vagos	Total
BA	48	2	50	14	27	41
DF	32	1	33	15	12	27
GO	29	1	30	13	11	24
MA	18	0	18	9	6	15
MG	86	2	88	43	33	76
MT	16	0	16	5	11	16
PA	24	0	24	9	12	21
PI	12	0	12	6	6	12
RO	9	0	9	2	7	9
RR	3	0	3	3	0	3
TO	6	0	6	4	2	6
Total	300	12	312	131	142	273

VACÂNCIA

QUADRO 108

Vacância no TRF 1ª Região

Desembargador federal	A partir de	Motivo
Tourinho Neto	01/04	Aposentadoria
Catão Alves	26/11	Aposentadoria

QUADRO 109

Vacância nas seções judiciárias

Juiz federal substituto	Seção Judiciária	A partir de	Motivo
Alessandro Rafael Bertollo de Alexandre	PI	11/10/2013	Posse em outro cargo incompatível
Márcio Muniz da Silva Carvalho	MA	12/09/2013	Posse em outro cargo incompatível



VITALICIAMENTO

Em 2013, atingiram vitaliciedade 54 juízes federais substitutos, abaixo relacionados:

- ✓ Antonio Felipe de Amorim Cadete
- ✓ Adrian Soares Amorim de Freitas
- ✓ Adriana Carneiro da Cunha Monteiro Nóbrega
- ✓ Ana Carolina Campos Aguiar
- ✓ Andréa de Araujo Peixoto
- ✓ Antonio Felipe de Amorim Cadete
- ✓ Arnaldo Pereira de Andrade Segundo
- ✓ Bruno Teixeira de Castro
- ✓ Camila Franco e Silva Velano
- ✓ Célia Regina Ody Bernardes
- ✓ Ciro José de Andrade Arapiraca
- ✓ Clara da Mota Santos Pimenta Alves
- ✓ Cláudio Henrique Fonseca de Pina
- ✓ Daniel Guerra Alves
- ✓ Emmanuel Mascena de Medeiros
- ✓ Felipe Andrade Gouvêa
- ✓ Flávio Bittencourt de Souza
- ✓ Gleuso de Almeida França
- ✓ Guilherme Bacelar Patrício de Assis
- ✓ Guilherme Michelazzo Bueno
- ✓ Hugo Sinvaldo Silva da Gama Filho
- ✓ Ingrid Aragão Freitas Porto
- ✓ Isaura Cristina de Oliveira Leite
- ✓ Jaqueline Conesuque Gurgel do Amaral
- ✓ Jorge Ferraz de Oliveira Junior
- ✓ Juliana Maria da Paixão
- ✓ Lucas Mariano Cunha Aragão de Albuquerque
- ✓ Luciana Raquel Tolentino de Moura
- ✓ Luciano Mendonça Fontoura
- ✓ Luiz Bispo da Silva Neto
- ✓ Manoela de Araújo Rocha
- ✓ Mara Elisa Andrade
- ✓ Marcelo Antonio Cesca



- ✓ Marcelo Pires Soares
- ✓ Marcelo Stival
- ✓ Márcio André Lopes Cavalcante
- ✓ Marcos Vinicius Lipiensi
- ✓ Maria Candida Carvalho Monteiro de Almeida
- ✓ Marllon Sousa
- ✓ Mauro Henrique Vieira
- ✓ Priscilla Pinto de Azevedo
- ✓ Rafael Araújo Torres
- ✓ Rafael Ianner Silva
- ✓ Rafael Leite Paulo
- ✓ Rafael Vasconcelos Porto
- ✓ Roberta Gonçalves de Silva Dias do Nascimento
- ✓ Rodrigo Britto Pereira Lima
- ✓ Rodrigo Pessoa Pereira da Silva
- ✓ Sávio Soares Klein
- ✓ Tânia Zucchi de Moraes
- ✓ Táris Augusto de Santana Lima
- ✓ Wagmar Roberto Silva
- ✓ Wagner Mota Alves de Souza
- ✓ Wilson Medeiros Pereira

CONVOCAÇÃO DE JUÍZES FEDERAIS

QUADRO 110

Auxílio em gabinete de desembargador federal

Desembargador federal	Juiz federal convocado	Seção Judiciária
Mário César Ribeiro	Marcos Augusto de Sousa	DF
	Carlos Augusto Pires Brandão	PI
Daniel Paes Ribeiro	Luciana Pinheiro Costa	MG
Carlos Olavo	Lincoln Rodrigues de Faria	MG
	César Cintra Jatahy Fonseca	BA
	Marcelo Velasco Nascimento Albernaz	DF
	Kátia Balbino de Carvalho Ferreira	DF



QUADRO 111
Substituição de desembargador federal

Desembargador federal	Juiz federal convocado	Seção Judiciária
Ângela Catão	Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes	MG
Assusete Magalhães	Murilo Fernandes de Almeida	MG
Cândido Ribeiro	Alexandre Buck Medrado Sampaio	MG
	Márcio Barbosa Maia	DF
Carlos Moreira Alves	Hind Ghassan Kayath	PA
	Márcio Barbosa Maia	DF
	Rodrigo Navarro de Oliveira	DF
	Vallisney de Souza Oliveira	DF
Catão Alves	Klaus Kuschel	MG
Francisco de Assis Betti	Cleber José Rocha	TO
Hilton Queiroz	Antonio Oswaldo Scarpa	BA
Ítalo Mendes	Clemência Maria Almada Lima de Ângelo	MA
	Rosimayre Gonçalves de Carvalho	DF
Jirair Aram Meguerian	Hind Ghassan Kayath	PA
	Reginaldo Márcio Pereira	MG
João Batista Moreira	Márcio Barbosa Maia	DF
José Amílcar Machado	João Carlos Mayer Soares	MG
	Rodrigo de Godoy Mendes	MG
	Marcelo Dolzany da Costa	MG
Leomar Amorim	Clodomir Sebastião Reis	MA
Luciano Tolentino Amaral	Rafael Paulo Soares Pinto	DF
Maria do Carmo Cardoso	Rafael Paulo Soares Pinto	DF
Mônica Sifuentes	Alexandre Buck Medrado Sampaio	MG
	Renato Martins Prates	MG
Neuza Alves	Fábio Moreira Ramiro	BA
	Fausto Mendanha Gonzaga	GO
	Saulo José Casali Bahia	BA
	Grigório Carlos dos Santos	MG



Desembargador federal	Juiz federal convocado	Seção Judiciária
Ney de Barros Bello Filho	Cláudia Oliveira da Costa Tourinho Scarpa	BA
Novely Vilanova	César Antônio Ramos	GO
Olindo Menezes	Carlos D'ávila Teixeira	BA
Reynaldo Fonseca	Arthur Pinheiro Chaves	PA
	Náiber Pontes de Almeida	AC
Selene Almeida	Paulo Ernane Moreira Barros	GO
	Rodrigo Navarro de Oliveira	DF
	Márcio Barbosa Maia	DF
Souza Prudente	Carlos Eduardo Castro Martins	DF
Tourinho Neto	Murilo Fernandes de Almeida	MG
	Renato Martins Prates	MG

QUADRO 112

Projeto Mutirão Judiciário em Dia

Juiz federal convocado	Seção Judiciária
Alexandre Buck Medrado Sampaio	MG
Carlos Eduardo Castro Martins	DF
Clodomir Sebastião Reis	MA
Fausto Mendanha Gonzaga	GO
Grigório Carlos dos Santos	MG
Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo	MA
Itelmar Raydan Evangelista	MG
Marcelo Dolzany da Costa	MG
Márcio Barbosa Maia	DF
Marcio Luiz Coêlho de Freitas	AM
Miguel Ângelo da Alvarenga Lopes	MG
Náiber Pontes de Almeida	AC
Osmane Antônio dos Santos	MG
Rodrigo Navarro de Oliveira	DF



Juiz federal convocado	Seção Judiciária
Rogéria Maria Castro Debelli	MG
Wilson Alves de Souza	BA

MOVIMENTAÇÃO DE JUÍZES FEDERAIS E JUÍZES FEDERAIS SUBSTITUTOS

QUADRO 113

Remoção, promoção, permuta e convocação

Ocorrência	Juiz Federal	Juiz Federal Substituto	Total
Remoção	97	50	147
Remoção externa	–	2	2
Promoção	–	59	59
Permuta	–	4	4
Convocações	–	55	55

173

QUADRO 114

Remoção de juiz federal

Juiz federal	Origem	Destino
Adelmar Aires Pimenta da Silva	Vara Única da Subseção Judiciária da Subseção Judiciária de Redenção/PA	4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Tocantins
Adverci Rates Mendes de Abreu	23ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia	20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
Ailton Schramm de Rocha	Vara Única da Subseção Judiciária de Paulo Afonso/BA	1º Relator da 3ª Turma Recursal/BA
Alexandre Ferreira Infante Vieira	4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Montes Claros/MG
Alexandre Vidigal de Oliveira	20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal	1º Relator da 1ª Turma Recursal/DF
Alysson Maia Fontenele	1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia	Vara Única da Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia/GO
Ana Paula Serizawa Silva Podedworny	Vara Única da Subseção Judiciária de Tefé/AM	4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas
Aníbal Magalhães da Cruz Matos	Vara Única da Subseção Judiciária de Manhuaçu/MG	3º Relator da 1ª Turma Recursal/MG



Juiz federal	Origem	Destino
Antônio Francisco do Nascimento	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG	1º Relator da 2ª Turma Recursal/MG
Ariane da Silva Oliveira	Vara Única da Subseção Judiciária de Tucuruí/PA	3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Montes Claros/MG
Atanair Nasser Ribeiro Lopes	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Divinópolis/MG	2º Relator da 4ª Turma Recursal/MG
Carlos Alberto Gomes da Silva	Vara Única da Subseção Judiciária de Teixeira de Freitas/BA	3º Relator da 1ª Turma Recursal/BA
Carlos Eduardo Castro Martins	12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás	1º Relator da 2ª Turma Recursal/DF
Carlos Geraldo Teixeira	Vara Única da Subseção Judiciária de Lavras/MG	1ª Vara da Subseção Judiciária de Contagem/MG
Carlos Henrique Borlido Haddad	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Montes Claros/MG	3º Relator da 2ª Turma Recursal/MG
Carlos Roberto Alves dos Santos	Vara Única da Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia/GO	2º Relator da 1ª Turma Recursal/GO
Carmen Elizângela Dias Moreira de Resende	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Ipatinga/MG	1ª Relatora da 4ª Turma Recursal/MG
César Antônio Ramos	14ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás	12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás
Charles Renaud Frazão de Moraes	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Sinop/MT	27ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
Cláudia Aparecida Salge	Vara Única da Subseção Judiciária de Eunápolis/BA	Vara Única da Subseção Judiciária de Paracatu/MG
Cláudia Aparecida Salge	Vara Única da Subseção Judiciária de Paracatu/MG	4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba/MG
Cristiane Pederzoli Rentzsch	2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Acre	1ª Relatora da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Goiás
Cristiano Miranda de Santana	Vara Única da Subseção Judiciária de Alagoinhas/BA	15ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia
Cynthia de Araújo Lima Lopes	14ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia	5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas
Daniel Santos Rocha Sobral	7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará	8ª Vara Federal Seção Judiciária do Piauí
David Wilson de Abreu Pardo	26ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal/DF	3º Relator da 2ª Turma Recursal/DF
Dayana Bião de Souza Moinhos Muniz	Vara Única da Subseção Judiciária de Itabuna/BA	1ª Relatora da 1ª Turma Recursal/BA
Dimis da Costa Braga	7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas	1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia
Durval Carneiro Neto	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA	22ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia
Edison Moreira Grillo Júnior	1ª Vara Federal da Subseção de Patos de Minas/MG	1º Relator da 1ª Turma Recursal/MG



Juiz federal	Origem	Destino
Edna Márcia Silva Medeiros Ramos	Vara Única da Subseção Judiciária de Formosa/GO	13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
Eduardo Gomes Carqueija	Vara Única da Subseção Judiciária de Juazeiro/BA	3º Relator da 2ª Turma Recursal/BA
Eduardo Luiz Rocha Cubas	Vara Única da Subseção Judiciária de Uruaçu/GO	Vara Única da Subseção Judiciária de Formosa/GO
Élcio Arruda	Vara Única da Subseção Judiciária de Passos/MG	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba/MG
Elísio Nascimento Batista Júnior	Vara Única da Subseção Judiciária de Teófilo Otoni/MG	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Divinópolis/MG
Fabiano Verli	3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amapá	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Divinópolis/MG
Fábio Moreira Ramiro	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA	23ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia
Fábio Rogério França Souza	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Vitória da Conquista/BA	2º Relator da 1ª Turma Recursal/BA
Fausto Mendanha Gonzaga	5ª Vara Federal da Subseção Judiciária do Amazonas	2º Relator da 2ª Turma Recursal/GO
Fernando Cleber de Araújo Gomes	Vara Única da Subseção Judiciária de Barra do Garças/MT	16ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás
Francisco Renato Codevila Pinheiro Filho	4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas	1º Relator da 2ª Turma Recursal/GO
Francisco Renato Codevila Pinheiro Filho	1º Relator da 2ª Turma Recursal/GO	13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás
George Ribeiro da Silva	Vara Única da Subseção Judiciária de Rondonópolis/MT	3º Relator da Turma Recursal Única/PA
Gustavo André Oliveira dos Santos	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Cáceres/MT	Vara Única da Subseção Judiciária de Bacabal/MA
Heleno Bicalho	Vara Única da Subseção Judiciária de Guajará-Mirim/RO	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Patos de Minas/MG
Henrique Gouveia da Cunha	Vara Única da Subseção Judiciária de Diamantino/MT	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Montes Claros/MG
Iolete Maria Fialho de Oliveira	Vara Única da Subseção Judiciária de Rio Verde/GO	Vara Única da Subseção Judiciária de Anápolis/GO
Ivanir César Ireno Júnior	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Montes Claros/MG	2º Relator da 1ª Turma Recursal/MG
João César Otoni de Matos	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Marabá/PA	1º Relator da 3ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais
José Alexandre Essado	Vara Única da Subseção Judiciária de Araguaína/TO	2ª Vara da Subseção Judiciária de Patos de Minas/MG
José Godinho Filho	Vara Única da Subseção Judiciária de Anápolis/GO	3º Relator da 1ª Turma Recursal/GO
José Henrique Guaracy Rebêlo	9ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais	2º Relator da 2ª Turma Recursal/MG



Juiz federal	Origem	Destino
Jose Valterson de Lima	Vara Única da Subseção Judiciária de Castanhal/PA	1º Relator da Turma Recursal Única/MA
Leandro Saon da Conceição Bianco	Vara Única da Subseção Judiciária de Ponte Nova/MG	Vara Única da Subseção Judiciária de São João del-Rei/MG
Lelis Gonçalves Souza	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba/MG	3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba/MG
Leonardo Tocchetto Pauperio	Vara Única da Subseção Judiciária de Irecê/BA	2º Relator da 3ª Turma Recursal/BA
Lília Botelho Neiva Brito	Vara Única da Subseção Judiciária de Paracatu/MG	2ª Relatora da 1ª Turma Recursal/DF
Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo	10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão	2º Relator da Turma Recursal Única/MA
Lucyana Said Daibes Pereira	Vara Única da Subseção Judiciária de Paragominas/PA	7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará
Maízia Seal Carvalho Pamponet	22ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia	1ª Relatora da 2ª Turma Recursal/BA
Marcelo Meireles Lobão	3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia	8ª Vara Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso
Marcelo Velasco Nascimento Albernaz	13ª Vara Federal/DF	1º Relator da 2ª Turma Recursal/DF
Marcelo Velasco Nascimento Albernaz	1º Relator da 2ª Turma Recursal / DF	21ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
Márcio Barbosa Maia	16ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás	26ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
Márcio Flávio Mafra Leal	15ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia	2º Relator da 2ª Turma Recursal/DF
Marcos Silva Rosa	3ª Vara Federal/RR	3º Relator da 2ª Turma Recursal/GO
Marla Consuelo Santos Marinho	Vara Única da Subseção Judiciária de Barreiras/BA	3ª Relatora da 3ª Turma Recursal/BA
Maurício Rios Júnior	Vara Única da Subseção Judiciária de Laranjal do Jari/AP	2º Relator da Turma Recursal Única/PA
Murilo Fernandes de Almeida	31ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Minas Gerais	9ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais/MG
Nair Cristina Corado Pimenta de Castro	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Marabá/PA	Vara Única da Subseção Judiciária de Lavras/MG
Neian Milhomem Cruz	Vara Única da Subseção Judiciária de Bacabal/MA	9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão
Newton Pereira Ramos Neto	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Imperatriz/MA	7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão
Paulo Ernane Moreira Barros	15ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás	1º Relator da 1ª Turma Recursal/GO
Pedro Alberto Pereira de Mello Calmon Holliday	Vara Única da Subseção Judiciária de Ilhéus/BA	14ª Vara Federal/BA



Juiz federal	Origem	Destino
Raphael Cazelli de Almeida Carvalho	Vara Única da Subseção Judiciária de Oiapoque/AP	2ª Vara Federal de Cáceres/MT
Raquel Soares Chiarelli	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Sinop/MT	Vara Única da Subseção Judiciária de Uruaçu/GO
Regina Maria de Souza Torres	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Contagem/MG	31ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais
Reginaldo Márcio Pereira	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Divinópolis/MG	2º Relator da 3ª Turma Recursal/MG
Regivano Fiorindo	5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará	3º Relator da 3ª Turma Recursal/MG
Roberto Carlos de Oliveira	Vara Única da Subseção Judiciária de Itumbiara/GO	1º Relator da 2ª Turma Recursal/GO
Roberto Carlos de Oliveira	1º Relator da 2ª Turma Recursal/GO	14ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás
Roberto Carvalho Veloso	27ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal	11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão
Roberto Carvalho Veloso	11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão	1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão
Roberto Luis Luchi Demo	Vara Única da Subseção Judiciária de Tabatinga/AM	6ª Vara Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso
Rodrigo Navarro de Oliveira	6ª Vara Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso	24ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
Rodrigo Rigamonte Fonseca	Vara Única da Subseção Judiciária de Guanambi/BA	1ª Vara da Subseção Judiciária de Ipatinga/MG
Ronaldo Castro Destêrro e Silva	9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão	3º Relator da Turma Recursal Única /MA
Rubem Lima de Paula Filho	10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará	10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão
Rui Costa Gonçalves	24ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal	3º Relator da 1ª Turma Recursal/DF
Sandra Lopes Santos de Carvalho	Vara Única da Subseção Judiciária de Jequié/BA	2ª Relatora da 2ª Turma Recursal/BA
Sergio Wolney de Oliveira Batista Guedes	Vara Única da Subseção Judiciária de Altamira/PA	Vara Única da Subseção Judiciária de Rio Verde/GO
Sergio Wolney de Oliveira Batista Guedes	Vara Única da Subseção Judiciária de Rio Verde/GO	10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará
Sidiny Garcia Filho	Vara Única da Subseção Judiciária de São João del-Rei/MG	5ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG
Valter Leonel Coelho Seixas	2ª Vara Federal/RR	1ª Vara da Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA
Warney Paulo Nery Araujo	Vara Única da Subseção Judiciária de Jataí/GO	15ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás
Wellington Cláudio Pinho de Castro	7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão	2º Relator da Turma Recursal Única/MA
Wellington Cláudio Pinho de Castro	2º Relator da Turma Recursal Única da Subseção Judiciária/MA	11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão



QUADRO 115

Remoção de juiz federal substituto

Juiz federal substituto	Origem	Destino
Adrian Soares Amorim de Freitas	Vara Única da Subseção Judiciária de Parnaíba/PI	1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí
Alex Schramm de Rocha	15ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia	8ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia
Ana Carolina Campos Aguiar	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Divinópolis/MG	1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Acre
Andréa Márcia Vieira de Almeida	18ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia	12ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia
Bruno Teixeira de Castro	4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará	7ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás
Camile Lima Santos	19ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia	6ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia
Célia Regina Ody Bernardes	2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso	21ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
Ciro José de Andrade Arapiraca	4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso	16ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia
Cláudio Henrique Fonseca de Pina	5ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Divinópolis/MG
Daniel Guerra Alves	10ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás	15ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás
Emilson da Silva Nery	8ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás	14ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás
Felipe Andrade Gouvêa	2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amapá	8ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás
Flávio Bittencourt de Souza	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG	23ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais
Flávio Marcelo Sérgio Borges	17ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal	7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí
Gleuso de Almeida França	4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Acre	Vara Única da Subseção Judiciária de Lavras/MG
Guilherme Bacelar Patrício de Assis	11ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais/MG	25ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais
Guilherme Michelazzo Bueno	1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Acre	Vara Única da Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso/MG
Hugo Sinvaldo Silva da Gama Filho	Vara Única da Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia/GO	13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás
Igor Matos Araújo	Vara Única da Subseção Judiciária de Itabuna/BA	4ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia
Ingrid Aragão Freitas Porto	Vara Única da Subseção Judiciária de Caxias/MA	Vara Única da Subseção Judiciária de São João del-Rei/MG
Isaura Cristina de Oliveira Leite	13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás	11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal



Juiz federal substituto	Origem	Destino
Juliana Maria da Paixão	3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia	2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás
Lucas Mariano Cunha Aragão de Albuquerque	4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba/MG
Luciana Raquel Tolentino de Moura	3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Acre	18ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
Luisa Ferreira Lima Almeida	22ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia	18ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia
Luiz Bispo da Silva Neto	10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão	22ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia
Luiz Eduardo Stancini Cardoso	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Patos de Minas/MG	1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais
Manoela de Araújo Rocha	Vara Única da Subseção Judiciária de Barreiras/BA	10ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia
Mara Elisa Andrade	3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Roraima	5ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás
Marcelo Aguiar Machado	1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais	19ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais
Marcelo Honorato	10ª Vara Federal da Seção Judiciária Pará	9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará
Marcelo Pires Soares	4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas	8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas
Maria Candida Carvalho Monteiro de Almeida	1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Tocantins	17ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
Marllon Sousa	1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso	11ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais
Mauro Henrique Vieira	1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amapá	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Divinópolis/MG
Mei Lin Lopes Wu Bandeira	16ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia	17ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia
Paulo Augusto Moreira Lima	11ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás	9ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás
Priscilla Pinto de Azevedo	8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará	3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás
Rafael Araújo Torres	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG	A Vara Única da Subseção Judiciária de Viçosa/MG
Rafael Ianner Silva	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA	5ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia
Rafael Leite Paulo	7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí	6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas
Roberta Dias do Nascimento Gaudenzi	Vara Única da Subseção Judiciária de Eunápolis/BA	26ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
Roberta Dias do Nascimento Gaudenzi	26ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal	22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
Rodrigo Britto Pereira Lima	Vara Única da Subseção Judiciária de Campo Formoso/BA	15ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia



Juiz federal substituto	Origem	Destino
Sávio Soares Klein	Vara Única da Subseção Judiciária de Guanambi/BA	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG
Társis Augusto de Santana Lima	3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás	16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
Trícia de Oliveira Lima	Vara Única da Subseção Judiciária de Lavras/MG	5ª Vara Federal da Seção Judiciária de /MG
Valmir Nunes Conrado	23ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais	13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais
Wagmar Roberto Silva	2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia	19ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
Wagner Mota Alves de Souza	5ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia	19ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia

QUADRO 116

Remoção de juiz federal substituto para outras regiões

Juiz federal substituto	Origem	Destino
Adriana Alves dos Santos Cruz	Vara Única da Subseção Judiciária de Juazeiro/BA	5ª Região
Daniel Guerra Alves	15ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás	5ª Região

180

QUADRO 117

Permuta de juiz federal substituto

Juiz Federal substituto	Origem	Destino
Alessandro Rafael Bertollo de Alexandre	4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí	6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí
João Pedro Ayrimoraes Soares Júnior	6ª Vara Federal da Seção Judiciária Do Piauí	4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí
Enio Laercio Chappuis	22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal	26ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
Roberta Gonçalves da Silva Dias do Nascimento	26ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal	22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal

QUADRO 118

Promoção de juiz federal

Juiz federal	Titularização
Alaôr Piacini	2ª Vara de Ji-Paraná/RO
Alex Schramm de Rocha	Vara Única da Subseção Judiciária de Bom Jesus da Lapa/BA



Juiz federal	Titularização
Alexandre Henry Alves	Vara Única da Subseção Judiciária de Jataí/GO
Ana Carolina Dias Lima Fernandes	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Vitória da Conquista/BA
Andréa Márcia Vieira de Almeida	3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia
Ariane da Silva Oliveira	Vara Única da Subseção Judiciária de Tucuruí/PA
Bruno Augusto Santos Oliveira	Vara Única da Subseção Judiciária de Passos/MG
Bruno César Bandeira Apolinário	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Imperatriz/MA
Candice Lavocat Galvão Jobim	1ª Relatora da Turma Recursal Única do Pará
Carina Cátia Bastos de Senna	Vara Única da Subseção Judiciária de Castanhal/PA
Ciro José de Andrade Arapiraca	Vara Única da Subseção Judiciária de Rondonópolis/MT
Clara da Mota Santos Pimenta Alves	2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Roraima
Cláudio Henrique Fonseca de Pina	Vara Única da Subseção Judiciária de Altamira/PA
Daniel Castelo Branco Ramos	Vara Única da Subseção Judiciária da Subseção Judiciária de Teófilo Otoni/MG
Eduardo de Melo Gama	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Sinop/MT
Emilson da Silva Nery	Vara Única da Subseção Judiciária da Subseção Judiciária de Itumbiara/GO
Emmanuel Mascena de Medeiros	Vara Única da Subseção Judiciária de Vilhena/RO
Eudócio Cêspedes Paes	Vara Única da Subseção Judiciária de Irecê/BA
Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza	Vara Única da Subseção Judiciária de Diamantino/MT
Fábio Stief Marmund	Vara Única da Subseção Judiciária de Eunápolis/BA
Flávio Marcelo Sérvio Borges	Vara Única da Subseção Judiciária de São Raimundo Nonato/PI
Gabriel Brum Teixeira	4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia
Gabriel José Queiroz Neto	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Marabá/PA
Geneviève Grossi Orsi	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA
Gleuso de Almeida França	Vara Única da Subseção Judiciária de Cruzeiro do Sul/AC
Gustavo Moreira Mazzilli	Vara Única da Subseção Judiciária de Manhuaçu/MG
Igor Matos Araújo	Vara Única da Subseção Judiciária de Barreiras/BA



Juiz federal	Titularização
Jacques de Queiroz Ferreira	Vara Única da Subseção Judiciária de Ponte Nova SJMG
Jaqueline Conesuque Gurgel do Amaral	Vara Única da Subseção Judiciária de Guajará-Mirim/RO
João Paulo Pirôpo de Abreu	Vara Única da Subseção Judiciária de Paulo Afonso/BA
José Gutemberg de Barros Filho	Vara Única da Subseção Judiciária da Subseção Judiciária de Gurupi/TO
José Márcio da Silveira e Silva	5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará
Karin Almeida Weh de Medeiros	Vara Única da Subseção Judiciária de Juazeiro/BA
Karine Costa Carlos Rhem da Silva	Vara Única da Subseção Judiciária de Jequié/BA
Leonardo Augusto de Almeida Aguiar	Vara Única da Subseção Judiciária de Teixeira de Freitas/BA
Lincoln Pinheiro Costa	Vara Única da Subseção Judiciária de Ilhéus/BA
Lívia Cristina Marques Peres	3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amapá
Lucas Mariano Cunha Aragão de Albuquerque	Vara Única da Subseção Judiciária de Araguaína/TO
Mara Lina Silva do Carmo	7ª Vara Federal/AM
Marcel Peres de Oliveira	Vara Única da Subseção Judiciária de Guanambi/BA
Marcelo Honorato	Vara Única da Subseção Judiciária de Laranjal do Jari/AP
Marcelo Pires Soares	2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Marabá/PA
Marcelo Stival	Vara Única da Subseção Judiciária de Redenção/PA
Márcio André Lopes Cavalcante	Vara Única da Subseção Judiciária de Tefé/AM
Marcos Vinicius Lipienski	Vara Única da Subseção Judiciária de Paragominas/PA
Maria Cecília de Marco Rocha	11ª Vara Federal/PA
Mei Lin Lopes Wu Bandeira	Vara Única da Subseção Judiciária de Itabuna/BA
Murilo Mendes	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Sinop/MT
Olívia Mérilin Silva	Vara Única da Subseção Judiciária de Alagoinhas/BA
Paulo Augusto Moreira Lima	Vara Única da Subseção Judiciária de Barra do Garças/MT
Paulo Ricardo de Souza Cruz	1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará
Rafael Leite Paulo	Vara Única da Subseção Judiciária de Itaituba/PA



Juiz federal	Titularização
Rafael Vasconcelos Porto	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Cáceres/MT
Tales Krauss Queiroz	2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rodônia
Tânia Zucchi de Moraes	Vara Única da Subseção Judiciária de Juína/MT
Wagmar Roberto Silva	Vara Única da Subseção Judiciária de Tucuruí/PA
Wagner Mota Alves de Souza	3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Roraima
Wesley Wadim Passos Ferreira de Souza	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG
Wilson Medeiros Pereira	Vara Única da Subseção Judiciária de Balsas/MA

SERVIDORES

FORÇA DE TRABALHO

Entre analistas, técnicos e auxiliares judiciários, requisitados e sem vínculo, a 1ª Região conta com 8.333 servidores efetivos, havendo ainda 44 servidores em exercício provisório.

QUADRO 119
Servidores efetivos

Local	Analista judiciário	Técnico judiciário	Auxiliar judiciário	Requisitados	Sem vínculo	TOTAL
TRF	321	665	23	223	39	1.271
AC	55	83	0	5	0	143
AM	100	146	0	15	0	261
AP	112	87	0	16	1	216
BA	407	588	5	81	2	1.083
DF	249	439	8	90	4	790
GO	247	329	0	32	1	609
MA	138	222	1	41	1	403
MG	711	988	12	122	4	1.837
MT	152	218	1	14	2	387
PA	196	282	0	16	0	494
PI	127	180	0	18	0	325
RO	87	125	0	25	0	237
RR	33	57	0	17	0	107
TO	64	96	0	10	0	170
TOTAL	2.999	4.505	50	725	54	8.333



MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

QUADRO 120
Provimentos e vacâncias

		TRF	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MG	MT	PA	PI	RO	RR	TO
Provimentos	Nomeação	44	25	12	67	48	34	21	29	96	67	57	26	39	4	30
	Redistribuição	2								4						
	Processo Seletivo Permanente de Remoção (PSPR)	14	1	2	1	15	4	10	3	23	1	3	12	2		4
	Readaptação															
	Reversão							1								
	Aproveitamento															
	Reintegração															
	Recondução											1				
	Requisição/Exercício provisório	41	1	5	1	9	18	10	3	23	5	6	3	10	3	1
	Retorno à origem	11		1		1	9	3	4	13		1	1	3		3
	Remoção – Lei 11.416/2006	2				12	5	4	3	3	2	1	4			
TOTAL	112	27	20	69	73	65	45	39	159	74	67	42	54	7	38	
Vacâncias	Exoneração	6	1	6		8	4	3	10	11	7	5	2	4		2
	Demissão	0						1		0						
	Processo Seletivo Permanente de Remoção (PSPR)	4	1	5	5	11	18	6	11	8	10	9		4		13
	Readaptação	4						1		1				2	1	1
	Aposentadoria	16	3		2	12	11	8		17	1	4	1		2	1
	Posse em cargo inacumulável	4	3	4	8	15	9	5	1	24	5	9	5	5	1	4
	Falecimento	0	1				1				2		3		1	
	Redistribuição	2				1	1			5						
	Retorno à origem	31	1	5	2	22	19	9	5	18	4	12	3	8	1	3
	À disposição	2		2		3	15	7	0	5				6	1	
	Remoção – Lei 11.416/2006					4	3			4		1	1			
TOTAL	69	10	22	17	72	78	40	27	91	27	42	11	30	6	24	
(provimentos – vacâncias)	43	17	-2	52	1	-13	5	12	68	47	25	31	24	1	14	



ESTAGIÁRIOS E PRESTADORES DE SERVIÇO

Nos termos da Resolução CJF-RES-2012/208, de 04/10/2012 e da Lei 11.788, de 25/09/2008, o Tribunal mantém o Programa de Estágio a estudantes, contratados por meio de processo seletivo, realizado em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE. No ano de 2013, participaram do programa 5.310 estagiários, sendo 1.394 de nível médio e 3.916 de nível superior.

Ainda, no ano de 2013, o Tribunal contou com o apoio de 1.080 prestadores de serviços contratados efetivamente dos 1.102 que estavam inicialmente previstos no contrato.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

Desenvolver as competências necessárias para o alcance da estratégia.

■ Descrição do objetivo

Promover o desenvolvimento das competências necessárias (específicas e gerenciais), por meio de avaliação sistemática e educação continuada, na busca da excelência das ações dos magistrados e servidores vinculadas aos processos estratégicos, observando os planos nacionais de capacitação e aperfeiçoamento para magistrados e servidores – PNA e PNC.

ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA 1ª REGIÃO - ESMAF

A Escola de Magistratura Federal da Primeira Região (Esmaf) realizou, em 2013, sob a direção do desembargador federal José Amílcar Machado, diversas atividades destinadas à formação e ao aperfeiçoamento de conhecimentos técnico-jurídicos dos magistrados da 1ª Região.

CURSOS

■ Formação inicial: suporte de introdução à atividade jurisdicional

A fim de atender ao disposto na Resolução 75/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Resolução 2/2009 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), foi realizado no período de 25/02 a 10/05/2013, no Centrejufe, na cidade de Brasília/DF, curso de formação inicial para 50 juízes federais substitutos, com carga horária de 489,6 h/a, distribuídas em 12 módulos:

- ✓ Módulo I (52,8 horas-aula) – O novo magistrado: autoconhecimento e inserção na realidade do Poder Judiciário;



- ✓ Módulo II (16,8 horas-aula) – Tribunais superiores e estrutura administrativa e judiciária da Justiça Federal;
- ✓ Módulo III (45,6 horas-aula) – Ética;
- ✓ Módulo IV (28,8 horas-aula) – Relacionamento interpessoal e interinstitucional nas causas de interesse da Justiça Federal;
- ✓ Módulo V (14,4 horas-aula) – Mídia e Poder Judiciário;
- ✓ Módulo VI (24 horas-aula) – Administração e Gestão Judiciária;
- ✓ Módulo VII (28,8 horas-aula) – Prática cível I: audiências cíveis, técnicas de conciliação e esvaziamento de conflito;
- ✓ Módulo VIII (33,6 horas-aula) – Impactos sociais e econômicos das decisões judiciais;
- ✓ Módulo IX (19,2 horas-aula) – Prática criminal: técnicas de elaboração de decisões e sentenças criminais;
- ✓ Módulo X (19,2 horas-aula) – Prática cível II: técnicas de elaboração de decisões interlocutórias e sentenças;
- ✓ Módulo XI (24 horas-aula) – Capacitação em tecnologia da informação;
- ✓ Módulo XII (182,4 horas-aula) – Prática jurisdicional preparatória.



foto: Mauro Putini

Juízes federais assistem à palestra inaugural do desembargador federal Néviton Guedes.

■ **Conciliação e suas técnicas no âmbito da Seção Judiciária do Distrito Federal**

Promovido pela Seção Judiciária do Distrito Federal, em parceria com a Escola da Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf), o curso foi realizado no Auditório da SJDF, em



Brasília, nos dias 25 e 26/04/2013, com carga horária de 30 horas-aula, e contou com a presença de 56 participantes, entre juízes federais, servidores do Tribunal, estudantes, advogados e procuradores da AGU, PGFN e outros órgãos.

No curso, o coordenador do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região (SistCon), desembargador federal Reynaldo Soares da Fonseca, ministrou a palestra “Introdução aos meios adequados de administração e resolução de conflitos: o processo de resolução de disputas por meio do processo de conciliação. Princípios constitucionais. Novas exigências impostas ao Poder Judiciário”.

SEMINÁRIOS

■ **Demandas repetitivas na Justiça Federal: possíveis soluções processuais e gerenciais**

Realizado no Auditório do Conselho da Justiça Federal, em Brasília, no período de 28/02 a 01/03/2013, em parceria com o Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ), o seminário contou com a presença dos 50 juízes que participavam do curso de formação e mais 35 inscritos, entre desembargadores federais, juízes federais e servidores do Tribunal, advogados e procuradores da AGU, PGFN e outros órgãos.

187

foto: Mauro Putini



Mesa de abertura do seminário.

ENCONTROS

■ **Juizado Especial Federal da 1ª Região: Projeto MELHORAção**

Promovido pela Coordenação dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região (Cojef), em parceria com a Escola da Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf), o evento foi re-

alizado no Salão Nobre do TRF1ª Região, em Brasília, nos dias 29 e 30/08/2013, e contou com a presença de 36 juízes federais e de 43 servidores do Tribunal, com carga horária de 15 horas-aula.



foto: Najara Araújo

Coordenadora do JEFs, desembargadora federal Neuza Alves, discursando na abertura do encontro.

WORKSHOP

■ **II *workshop* gerencial para magistrados**

Promovido pela Seção Judiciária de Minas Gerais, em parceria com a Escola da Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf), o evento foi realizado no Tauá Grande Hotel e Termas de Araxá, em Araxá-MG, no período de 22 a 24/10/2013, e contou com a presença de 40 juízes federais, com carga horária de 20 horas-aula.



foto: Esmaf

Diretor do Foro da SJMG, juiz federal Guilhaer Doehler, desembargador federal João Batista Moreira e juiz federal Marco Antônio Guimarães.



JORNADAS JURÍDICAS

■ I Jornada sobre Teoria e Prática do Processo Eletrônico

A I Jornada sobre Teoria e Prática do Processo Eletrônico foi realizada no período de 03 a 05/07/2013, na Sede da Justiça Federal em Belo Horizonte/MG, com carga horária de 20 horas-aula, com participação de 60 magistrados.

foto: Mauro Putini



I Jornada sobre Teoria e Prática do Processo Eletrônico.

■ I Jornada sobre Cooperação Judicial Nacional e Internacional

A I Jornada sobre Cooperação Judicial Nacional e Internacional foi realizada no período de 07 a 09/07/2013, no Centro de Treinamento da Justiça Federal em Brasília, com carga horária de 20 horas-aula, com participação de 60 magistrados.

foto: Ramon Pereira



I Jornada sobre Cooperação Judicial Nacional e Internacional.



Publicações

Em 2013, com artigos de magistrados e conferencistas que participaram das jornadas, foram publicados os seguintes volumes da Coleção Jornada de Estudos da ESMAF:

- ✓ Volume 16, em janeiro, referente a III Jornada de Direito Processual Penal;
- ✓ Volume 17, em maio, referente a I Jornada de Direito Internacional;
- ✓ Volume 18, em junho, referente a I Jornada de Direito Ambiental;
- ✓ Volume 19, em junho, referente a I Jornada de Direito Penal;
- ✓ Volume 20, em julho, referente a II Jornada de Direito eleitoral da Escola de Magistratura Federal.

EVENTOS EXTERNOS

O papel do Poder Judiciário na segurança de voo II

Modalidade: curso

Promoção: Superior Tribunal Militar, por meio do Centro de Estudos Judiciários da Justiça Militar (CEJUM)

Local: Brasília/DF

Período: 12 a 16/08/2013

Carga-horária: 27 h/a

Participantes: 7 juízes federais

Perícia judicial previdenciária

Modalidade: curso a distância

Promoção: Escola de Magistratura Regional Federal da 4ª Região (Emagis/TRF4)

Período: 18/08 a 21/10/2013

Carga-horária: 74 h/a

Participantes: 15 juízes federais

Magistrado e a Mídia

Modalidade: curso

Promoção: Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam)

Local: Porto Alegre/RS

Período: 26 a 27/09/2013

Carga-horária: 16 h/a

Participantes: 2 juízes federais

Acesso à Justiça: 10 anos de Juizados Especiais Federais

Modalidade: *workshop*

Promoção: Centro de Estudos Judiciários (CJF)

Local: Brasília/DF

Período: 15 a 16/10/2013

Carga-horária: 16 h/a

Participantes: 5 juízes federais

**Teoria e prática – improbidade administrativa**

Modalidade: curso

Promoção: Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) em parceria com a ESMAF e a SJDF

Local: Brasília/DF

Período: 18 e 19/11/2013

Carga-horária: 11 h/a

Participantes: 17 juízes federais

Erradicação do trabalho escravo

Modalidade: seminário

Promoção: Centro de Estudos Judiciários/CJF

Local: Belém/PA

Período: 27.09.2013

Carga-horária: 8 h/a

Participantes: 16 juízes federais

Teorias e técnicas da conciliação aplicadas à Justiça Federal

Modalidade: curso

Promoção: Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região (Emag)

Local: São Paulo/SP

Período: 02 a 04/09/2013

Carga-horária: 21 h/a

Participante: 1 juiz federal

Jurisdição brasileira e cooperação internacional

Modalidade: seminário

Promoção: Conselho Nacional de Justiça

Local: Brasília/DF

Período: 23/10/2013

Carga-horária: 6 h/a

Participante: 1 juiz federal

Ativismo judicial – limites e possibilidades

Modalidade: curso

Promoção: Escola Nacional de Magistrados

Local: Brasília/DF

Período: 09 a 10.08.2012

Carga-horária: 20 h/a

Participante: 1 juiz federal

**Seminário Franco-Brasileiro sobre Cooperação Judiciária em Matéria de Grandes Tráficos**

Modalidade: seminário

Promoção: Centro de Estudos Judiciários (CJF)

Local: Brasília/DF

Período: 12 a 14.11.2013

Carga-horária: 24 h/a

Participantes: 3 juízes federais

Congresso Internacional de Direito Ambiental

Modalidade: congresso

Promoção: Centro de Estudos Judiciários (CJF)

Local: Brasília/DF

Período: 09 a 10.12.2013

Carga-horária: 15 h/a

Participantes: 5 juízes federais

PARTICIPAÇÃO DE MAGISTRADOS EM EVENTOS INTERNACIONAIS

192

II Encontro de Direito Comparado – High Legal Capacity for Justice Administrators

Magistrado: Rodrigo Pessoa Pereira da Silva, Paulo Ricardo de Souza Cruz, Alexandre Jorge Fontes Laranjeiras e Marcus Vinicius Reis Bastos

Local: Washington DC

Período: 12 a 21/04/2013, 13 a 19/04/2013, 14 a 19/04/2013 e 15 a 19/04/2013, respectivamente

Congresso internacional sobre acceso individual a la justicia constitucional en América Latina

Magistrado: Eduardo Luiz Rocha Cubas

Local: Lima/Peru

Período: 29 a 31/05/2013

Encontro Anual de Direito Continental

Magistrado: Ciro José de Andrade Arapiraca e Rafael Vasconcelos Porto

Local: Paris/França

Período: 1º a 19/07/2013

II Corso alta formazione per giudici federali brasiliani

Magistrado: Marcus Vinicius Lipiensi

Local: 23 a 27/09/2013

Período: Palermo/Siracusa

X Curso de análise econômica do direito

Magistrado: Camile Lima Santos

Local: Harvard Law School/EUA

Período: 21 a 25/10/2013



PÓS-GRADUAÇÃO

QUADRO 121

Juízes afastados para cursar pós-graduação

Seção Judiciária	Juíz	Período	Curso	Local
AC	Régis de Souza Araújo	A partir de 16/09/2013 por 2 anos	Mestrado Científico na área de Direito Internacional Público	Coimbra/Portugal
BA	Clara da Mota Santos Pimenta Alves	28/01 a 15/02/2013	Mestrado em direito constitucional (elaborar dissertação)	–
BA	Fábio Roque da Silva Araújo	20/09 a 20/12/2013	Conclusão de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito Público	Salvador/Bahia
DF	Kátia Balbino de Carvalho Ferreira	A partir de 01º/05/2013 por 2 anos	Mestrado em Direito	Montreal/Canadá
MA	José Magno Linhares Moraes	25/05/2013 a 24/05/2015	Mestrado em Direito	São Paulo/SP
MG	Élcio Arruda	11/03 a 29/06/2013	Doutorado na Faculdade Especializada em Direito - FADISP	São Paulo/SP
MG	Paulo Alckmin Costa Júnior	18/03 a 24/06/2013	Doutorado em Ciência Política da USP	São Paulo/SP
MG	Sérgio Santos Melo	01º/04 a 28/06/2013	Mestrado	Pouso Alegre/MG
MG	Geneviève Grossi Orsi	27/05 a 05/06/2013	Mestrado em Direito Comparado	Samford/EUA
MG	Daniel Castelo Branco Ramos	15/07/2013 a 15/05/2015	Pós Graduação stricto sensu – Doutorado em Direito Ambiental	Nova Iorque/EUA
PA	Arthur Pinheiro Chaves	09/12/2013 a 09/01/2014	Conclusão da tese de Doutorado	Itália

CONVÊNIOS

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região firmou, em 28/05/2013, convênio de Cooperação Internacional com a Thomas Jefferson School of Law, uma das principais faculdades americanas de Direito, localizada em San Diego, na Califórnia. Este convênio foi mediado pela Esmaf e está voltado ao intercâmbio jurídico.



UNIVERSIDADE CORPORATIVA DA 1ª REGIÃO - UNICORP

O Tribunal vem investindo a cada ano no fortalecimento da Universidade Corporativa da 1ª Região (UniCorp), ciente de que o sucesso das organizações modernas dependem da identificação, do aproveitamento e do desenvolvimento de seu capital intelectual.

Objetivando o alcance das metas estratégicas e a otimização da alocação orçamentária da ação de Capacitação de Recursos Humanos (CRH), o TRF 1ª Região buscou atender às demandas específicas de cada área do Tribunal em conformidade com as necessidades, singularidades e competências a serem desenvolvidas.

As ações educativas ofertadas no ano de 2013 foram idealizadas e estruturadas com o objetivo de contribuir efetivamente para o atendimento da missão institucional definida no planejamento estratégico desta Instituição, bem como ajustadas às necessidades da Justiça Federal em suas diversas áreas.

Nas ações de capacitação ocorridas no Tribunal em que haviam necessidades comuns de aperfeiçoamento, as seccionais foram convidadas a indicar participantes.

Ainda, a fim de dar maior autonomia para as Seccionais, foi oportunizada a distribuição orçamentária para o compartilhamento de ações de capacitação das Seccionais e dos polos descentralizados da UniCorp, quais sejam, Amazonas, Bahia, Minas Gerais e Piauí.

ENCONTROS ENTRE ÁREAS SIMILARES DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Para promover o alinhamento e a integração dos processos internos na Justiça Federal da Primeira Região, em 2013, foram realizados três eventos regionais destinados aos servidores que atuam em áreas similares nesta Corte e nas Seccionais, a saber: o Encontro Estratégico das Áreas de Desenvolvimento de Recursos Humanos da 1ª Região, 2º Encontro de Gestão Documental da 1ª Região e o Encontro do Projeto MELHORAÇÃO – Cojef 2013.

QUADRO 122

Participações em eventos regionais - 2013

Número de eventos	TRFs	Seccionais	Vagas ocupadas
3	19	131	150

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA O ALCANCE DA ESTRATÉGIA

■ Eventos presenciais transmitidos por videoconferência

No ano de 2013, as competências e habilidades gerenciais desenvolvidas durante o terceiro ano das Terças Gerenciais, parte integrante do projeto “A UniCorp em Videoconferência”, tiveram como diretriz o diagnóstico de qualidade de vida no trabalho que



apontou a organização do trabalho como item que melhor precisa ser desenvolvido na Instituição. As sete edições deste projeto, com 1.521 participações em toda a Primeira Região, abordaram temáticas como: aprendizado emocional para o trabalho; administração do tempo; gestão orientada para resultados; a Excelência na Gestão Pública: como corrigir os GAP's e gerar valor para sociedade; Criando Ambientes de Trabalho Efetivo-Afetivos: O Uso da Comunicação não-violenta nas Organizações; Formação de equipes de alta performance: Obstáculos e Oportunidades e Inteligência Emocional – Lidando bem com a diversidade e adversidades.

Para promover o aperfeiçoamento técnico, foram ofertadas seis edições das Sextas Jurídicas, com 1.014 participações em toda a Justiça Federal da 1ª Região, abordando temas que possibilitaram ao servidor se atualizar na área jurídica dos diversos ramos do Direito.

QUADRO 123

Participações em eventos de capacitação presencial com videoconferência - 2013

Número de eventos	TRF	Seccionais	Total
7 Terças Gerenciais	38	1.483	1.521
6 Sextas Jurídicas	19	995	1.014
13 Eventos	57	2.478	2.535

195

■ Eventos virtuais de capacitação

Os ocupantes de cargos gerenciais de toda a Primeira Região tiveram a oportunidade de atualizar e aprimorar os conhecimentos e habilidades gerenciais em três cursos virtuais específicos sobre a temática, a saber: “Decifrando o planejamento estratégico”, “Introdução à capacitação gerencial” e “Ética: uma questão de escolha”.

QUADRO 124

Participações em eventos de capacitação virtuais gerenciais - 2013 - servidores

Total de Cursos Gerenciais	Carga horária total	TRF	Seccionais	Vagas ocupadas
10	294	113	651	764

QUADRO 125

Participações em eventos de capacitação virtuais não gerenciais - 2013 - servidores

Total de cursos	Carga horária total	TRF	Seccionais	Vagas ocupadas
29	594,3	241	1.995	2.236



■ Eventos presenciais internos de capacitação

Em 2013, foram oferecidos 34 cursos presenciais internos com 477 participações entre servidores do Tribunal e das Seções Judiciárias.

Como ação inovadora, a partir de demanda da Administração do TRF, foi implementado o Programa de Capacitação de Gestores de Contratos, que contemplou diversos aspectos ligados ao assunto, tais como, elaboração de termo de referência, a importância da negociação, execução orçamentária e financeira dos contratos, entre outros, por meio de encontros periódicos, presenciais, com profissionais especializados.

QUADRO 126

Participações em eventos de capacitação presenciais internos do programa de gestores de contratos – 2013

Total de cursos	TRF	Seccionais	Vagas ocupadas
9	141	9	150

196

■ Eventos presenciais externos de capacitação

Em 2013, ocorreram 189 participações de servidores em cursos na modalidade evento externo, tendo sido investido o montante de R\$ 248.410,00 para inscrição em 71 cursos, nas seguintes modalidades: presencial e virtual.

INSTALAÇÃO DO POLO EDUCACIONAL DO AMAZONAS

O Tribunal, desde 2007 vem trabalhando na descentralização das atividades voltadas à capacitação do corpo funcional da 1ª Região, com vistas a melhor atender as demandas locais, com a implantação dos polos da Bahia, de Minas Gerais e do Piauí.

Em 2013, visando proporcionar maior capilaridade das ações de capacitação, garantindo que os servidores lotados nas localidades mais longínquas possam se desenvolver profissionalmente, bem como para suprir uma carência no atendimento à Região Norte da Justiça Federal da 1ª Região, reunindo as seccionais do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima, unidades próximas geograficamente e culturalmente, foi criado o polo educacional na Seção Judiciária do Amazonas, que teve como ação inicial o evento “Conciliação como forma de celeridade à prestação jurisdicional”.

EDUCADOR JUDICIÁRIO

A UniCorp, apoiando as iniciativas voltadas ao reconhecimento e à valorização dos magistrados e servidores, fortaleceu o papel do educador judiciário, no âmbito da Justiça Federal da Primeira Região, e priorizou a utilização dos talentos e das competências de magistrados e servidores para atender às demandas de capacitação interna.



OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

Fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos magistrados e servidores.

■ Descrição do objetivo

Fortalecer o grau de satisfação no ambiente de trabalho, contribuindo para o bem-estar dos magistrados e servidores, por meio da otimização da estrutura organizacional, de mecanismos que melhorem o bem-estar organizacional, da política de gestão de pessoas e das relações socioprofissionais.

PREVIDÊNCIA

QUADRO 127

Aposentados, pensionistas e instituidores

197

Local	Aposentados	Pensionistas	Instituidores
TRF	121	20	16
AC	21	7	7
AM	26	17	11
AP	19	1	1
BA	96	29	25
DF	169	49	41
GO	67	23	14
MA	35	34	14
MG	224	74	50
MT	40	10	6
PA	48	42	25
PI	25	14	8
RO	16	10	5
RR	22	2	2
TO	10	0	0
TOTAL	939	332	225



Percebe-se um aumento crescente no número de aposentadorias de servidores, que passou de 792 em 2011 para 861 em 2012, chegando a 939 em 2013.

CARREIRA

CONCURSO PÚBLICO DE MAGISTRADOS

Em 2013, o XV Concurso Público para o provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto foi aberto com vistas ao preenchimento, inicialmente, de 81 cargos vagos de juiz federal substituto. Após análise dos processos de inscrição preliminar pelo Cespe/UnB, foram homologadas 7.660 inscrições.

Em 13/09/2013, foi publicado edital com a relação dos candidatos que se declararam portadores de deficiência. A Comissão Multiprofissional, em 07/10/2013, proferiu decisão terminativa sobre a qualificação dos candidatos como deficientes, na qual dos 62 candidatos inscritos nessa condição, 39 foram considerados aptos e nove foram considerados inaptos.

Em 20/10/2013 foi aplicada a prova objetiva seletiva abrindo-se prazo de vista para eventuais recursos. Foram interpostos 1.648 recursos. A sessão pública para homologação dos resultados dos recursos ocorreu em 17/12/2013. A aplicação das provas escritas está marcada para as datas prováveis de 31/01 e 1º e 2/02/2014.

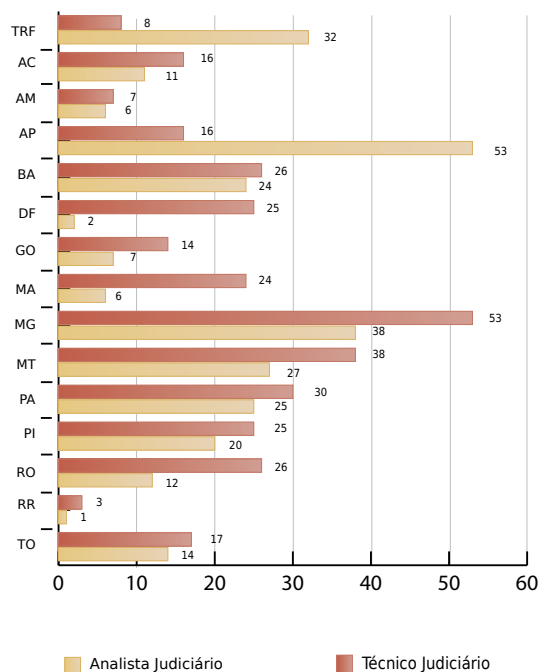
CONCURSO PÚBLICO DE SERVIDORES

Realizado em 2011, o V Concurso público destinado ao provimento de cargos do quadro de pessoal do TRF 1ª Região e de suas seccionais deu posse, em 2013, a 606 novos servidores.



GRÁFICO 17

Posses de candidatos por local



RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E COLOCAÇÃO DE PESSOAL

Houve lotação inicial de 50 servidores e ambientação de 39 servidores que, por concurso, requisição, remoção ou outra forma legalmente prevista ingressaram no Tribunal, bem como a realização de 73 processos seletivos para seleção de funções comissionadas e excedentes.

INCENTIVO À CARREIRA

Foram concedidos 356 adicionais de qualificação em razão de ações de treinamento e 69 em razão de especializações, de acordo com a Resolução 126/2010 do Conselho da Justiça Federal (CJF).

Ainda, foram solicitadas 36 licenças para capacitação, nos termos da Resolução Presi 600-7/2008.

SISTEMA INTEGRADO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL (SIADES)

Foram considerados aptos 145 servidores à progressão ou à promoção, conforme a situação de cada um.



QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR SOCIAL

PROGRAMA VIDA LEGAL



A fim de estimular e captar as boas práticas de gestão e promoção de qualidade de vida no trabalho, por meio de ações interligadas que beneficiem a saúde e favoreçam o bem-estar dos magistrados e servidores, no ambiente de trabalho e fora dele, com abordagem no contexto de saúde física e mental, passando pelas vertentes de saúde social, emocional, profissional, intelectual,

espiritual e outras, criando condições para a conscientização quanto à responsabilidade pessoal pela adoção de estilos de vida saudáveis, foi instituída pela Portaria 55/2013 a nova composição do Comitê Gestor de Qualidade de Vida no Trabalho.

Em 2013, 513 servidores, entre ativos e inativos, participaram de 15 eventos promovidos pelo Programa Vida Legal, sendo 5 eventos sem custo e 10 a um custo total de 77.022,00, (desse valor 41.712 foram gastos com recursos da União e 35.310 foram gastos com recursos do Pro-Social destinados ao Programa de Qualidade de Vida no Trabalho), além da participação em outras ações no Comitê Justiça Sustentável, ações de capacitação interna e ações de integração e planejamento com as Seções Judiciárias da Justiça Federal 1ª Região.

200

PROGRAMAS E CAMPANHAS

■ Programa de Avaliação Periódica da Saúde dos Servidores (Papss)

O Programa Exame Periódico de Saúde – EPS iniciou-se em junho de 2007. O EPS é um instrumento imprescindível para que se conheça o perfil epidemiológico do Tribunal e das Seções Judiciárias e consequentemente se estabeleça a política de saúde dos servidores do Tribunal e das seções e subseções jurisdicionadas.

QUADRO 128

Exame periódico de saúde - 2013

Servidores convocados	1.200
Pré-consulta – enfermagem	818
Consulta médica	513
Desembargadores convidados	27
EPS completo	8



■ Programa de Prevenção e Controle de Riscos Cardiovasculares

O Serviço de Saúde do TRF 1ª Região realizou a XIV Semana do Coração, no período de 16 a 20 de setembro de 2013, alcançando os objetivos propostos:

- foi aferida a pressão arterial de 1.228 pessoas sendo: 554 entre magistrados e servidores, 674 entre prestadores de serviços e estagiários. Do total de magistrados e servidores atendidos, 116 apresentaram pressão arterial (sistólica e/ou diastólica) igual ou superior a 130 x 90 mm de Hg, o que representa 21% desta categoria (dos aferidos), valor que é menor que a estimativa da Sociedade Brasileira de Cardiologia que refere prevalência nacional de 22,3 a 43,9%. O valor apresenta-se 8% menor que o do ano passado (2012);
- foram realizados 37 exames de bioimpedância e verificações do IMC nas instalações do Serviço de Saúde do TRF 1ª Região (pela equipe de nutrição do TRF) e 84 na sobreloja do Ed. Sede I, em frente aos elevadores (por laboratório credenciado). Entre as pessoas atendidas pela equipe de nutrição do Tribunal, 45,94% apresentaram IMC normal, 48,64% sobrepeso e 5,40% obesidade;
- houve a verificação da glicemia capilar de servidores, prestadores de serviço e estagiários interessados. Foram atendidas 94 pessoas, sendo que destas 3 apresentaram glicemia > ou = a 140mg/ml, o que representa 3,20% da população atendida.

201

■ Programa de imunização contra a gripe

O TRF-1ª Região promove a Campanha de Vacinação contra a Gripe desde 1999 para Desembargadores e servidores. Em 2013 a Campanha foi realizada no período de 16 a 19/04/2013 no hall do plenário, na Gráfica e Base Operacional. A empresa vencedora foi a SOS Check-up Internacional que, além de fornecer a vacina antigripal trivalente (incluindo o H1N1), foi responsável pelo ato vacinal.

QUADRO 129

Imunização contra gripe - 2013

Doses adquiridas	1.200
Doses aplicadas	1.199
Doses perdidas (frasco danificado e incidentes relacionados ao preparo e aplicação)	1

■ Projeto Superação - Assistência Social

Neste ano, o Setor de Serviço Social deu continuidade ao Projeto de Acompanhamento de Servidores em Licenças Prolongadas ou Recorrentes, para tratamento da própria saúde ou por motivo de doença em pessoa da família. Esse projeto, em 2013, foi desenvolvido em parceria com a equipe da Divisão de Saúde Ocupacional (Disao), objetivando atender servidores com licenças de 30 dias ou mais, seguidos ou não, priorizando

aqueles que apresentam CIDs: C (neoplasias); F (transtornos mentais e comportamentais); M (doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo); S (traumatismos e lesões).

QUADRO 130

Projeto Superação

Relatórios recebidos da Audicare	82
Beneficiários internados atendidos pelo Setsoc	76
Visitas hospitalares/domiciliares realizadas	16
Relatórios de acompanhamentos/pareceres técnicos	27

■ Projeto Doe Sangue, Doe Vida

QUADRO 131

Projeto Doe Sangue, Doe Vida

Total de doadores cadastrados	360
Doadores encaminhados para doação	98
Doações de sangue realizadas, por encaminhamento do projeto	47

ESPAÇO BEM-ESTAR RICARDO DUTRA AMARAL

No mês de outubro, foi inaugurado o Espaço Bem-Estar Ricardo Dutra Amaral para a prática de atividades treinamento e condicionamento físico e de realizações de sessões de fisioterapia com o objetivo de diminuir o sedentarismo e a ocorrência de doenças osteomusculares entre os magistrados e servidores do TRF.

No referido espaço, são oferecidas as seguintes modalidades físicas: dança de salão, pilates, jiu jitsu, kickboxing, yoga, Tai Chi Chuan, relaxamento e meditação. Além disso, no mesmo espaço é oferecido serviço de massagem relaxante e terapêutica.

foto: Mauro Putini



Sala do Espaço Bem-Estar.



ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Entre as ações de bem-estar social, o Tribunal promove ainda a assistência direta e indireta à saúde dos magistrados e servidores. A assistência direta corresponde à prestação de assistência médica, odontológica, psicológica, social e de enfermagem realizada nas dependências do Tribunal e das Seções Judiciárias para todos os magistrados, servidores (ativos e inativos) e pensionistas, independentemente de inscrição no Pro-Social. Já a assistência indireta é aquela prestada aos beneficiários do Pro-Social.

ASSISTÊNCIA DIRETA

Durante o ano de 2013, a clientela atendida distribuiu-se da seguinte maneira, conforme a área que prestou os atendimentos:

QUADRO 132

Clientela atendida por especialidade em 2013

Clientela	Atend. médico	% med	Atend. enfermagem	% enf.	Atend. odontologia	% odont.	Atend. psicologia	% psi.	Atend. fisioterapia	% fis.
Dependente	1.398	18,16	387	3,36	3.953	50,52	596	40,27	41	16,73
Desembargador	18	0,23	30	0,26	19	0,24	18	1,22	0	0,00
Estagiário	262	3,40	1.225	10,62	0	0,00	5	0,34	0	0,00
Juiz federal	246	3,20	0	0,00	97	1,24	0	0,00	0	0,00
Outros	17	0,22	36	0,31	33	0,42	3	0,20	0	0,00
Servidor requisitado	634	8,23	855	7,41	539	6,89	41	2,77	14	5,71
Servidor sem vínculo	184	2,39	1.456	12,63	77	0,98	10	0,68	1	0,41
Servidor do quadro	4.105	53,32	4.012	34,79	2.995	38,28	751	50,74	189	77,14
Servidor em exercício provisório	43	0,56	0	0,00	21	0,27	0	0,00	0	0,00
Terceirizado	792	10,29	3.531	30,62	90	1,15	56	3,78	0	0,00
TOTAL	7.699		11.532		7.824		1480		245	



ASSISTÊNCIA INDIRETA

QUADRO 133
Beneficiários do Pro-Social - 31/12/2013

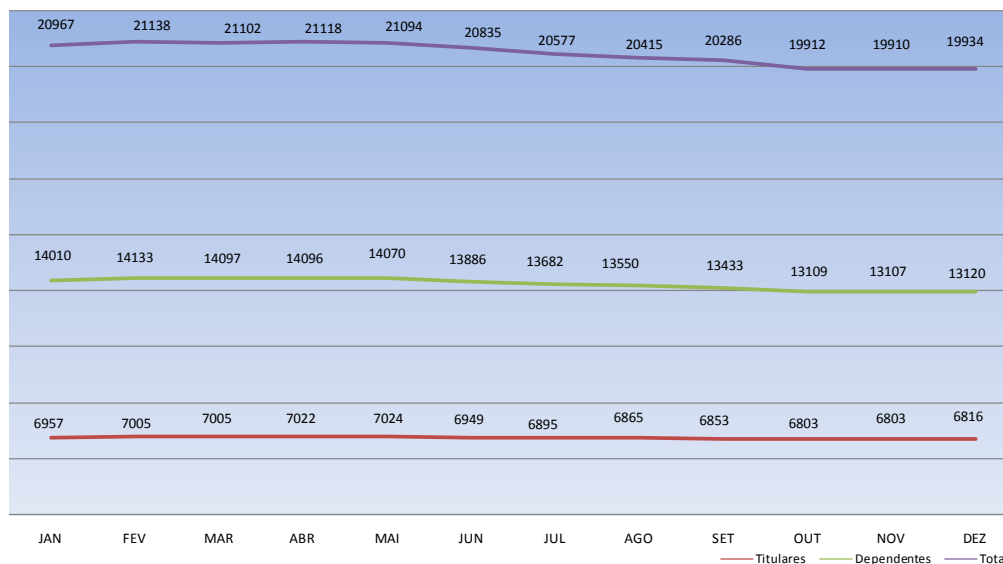
Tipos	TRF	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MT	MG	PA	PI	RO	RR	TO	Totais
Titulares ativos	987	102	178	136	747	618	494	269	243	1.210	320	204	177	84	133	5.902
Dependentes de ativos	2.018	243	365	307	1.449	1.173	1.003	653	475	2.514	716	536	387	196	290	12.325
Subtotal ativos	3.005	345	543	443	2.196	1.791	1.497	922	718	3.724	1.036	740	564	280	423	18.227
Titulares inativos	125	18	22	13	67	149	50	24	35	156	29	19	15	16	9	747
Dependentes de inativos	131	25	19	18	65	153	61	26	46	159	25	15	16	18	18	795
Subtotal inativos	256	43	41	31	132	302	111	50	81	315	54	34	31	34	27	1.542
Pensionistas titulares	20	5	6	1	10	28	18	19	4	24	17	7	4	2	0	165
Total de titulares	1.132	125	206	150	824	795	562	312	282	1.390	366	230	196	102	142	6.814
Total de Dependentes	2.149	268	384	325	1.514	1.326	1.064	679	521	2.673	741	551	403	214	308	13.120
TOTAL	3.281	393	590	475	2.338	2.121	1.626	991	803	4.063	1.107	781	599	316	450	19.934

Fonte: Relatório TRF012 do Sistema BENNER, data base 31/12/2013.



GRÁFICO 18

Evolução do quantitativo de beneficiários do Pro-Social



CRENCIAMENTOS

No ano de 2013, a Secoc providenciou 295 credenciamentos. Parte desses contratos deu cumprimento à determinação do Conselho Deliberativo do Pro-Social, objetivando a redução de custos do Programa pelo pesado ônus decorrente do INSS patronal (20%) que incide na contratação de pessoas físicas, os quais foram todos extintos, tendo esses profissionais constituído pessoas jurídicas, como forma de manter a prestação dos serviços.

Além disso, os pedidos de credenciamento para prestação de serviços na área de saúde e de interesse dos beneficiários passaram a ser aceitos sem restrição, desde que atendidos os requisitos preestabelecidos e genericamente aplicáveis aos credenciamentos.

Mesmo antes da extinção desses credenciamentos, também para o fim de reduzir custos, foi adotada pela SECBE a efetiva aplicação da Resolução 600-14/2004, que prevê, em seu art. 3º, a participação financeira do beneficiário na diferença entre o preço cobrado pelo credenciado e o constante das tabelas do Tribunal (hipótese de credenciamento com preços diferenciados).

Ainda como forma de reduzir custos, procura também a Secbe alternativa ao credenciamento da Unimed Norte/Nordeste, que, embora necessário devido à sua malha de atendimento em nível nacional, tem elevado custo, notadamente pela cobrança de taxa de administração de 15%, incidente sobre todas as despesas realizadas.



■ Gestão financeira dos recursos do Pro-Social

Foram consideradas as faixas especificadas pela ANS para o estudo abaixo, que apresenta o custo médico, o odontológico e a soma de ambos, por faixa etária, para o período de janeiro a dezembro, considerando-se os beneficiários ativos em 31/12/2013:

QUADRO 134

Custo mensal per capita médico-hospitalar e odontológico em 2013 (R\$)

Idades ANS	Faixa	médico-hospitalar jan.-dez. 2013	Custo médico <i>per capita</i>	Odonto jan.-dez. 2013	Custo odonto <i>per capita</i>	Despesa mensal méd. + odont.	Beneficiários ativos 31/12/2013	Custo mensal med. + odont. <i>per capita</i>	Despesas em 2013
0 a 18 anos	faixa 1	8.067.939,78	114,21	1.801.313,27	25,50	822.437,75	5887	139,70	9.869.253,05
19 a 23 anos	faixa 2	2.499.273,67	77,10	528.633,20	37,46	252.325,57	1176	214,56	3.027.906,87
24 a 28 anos	faixa 3	1.614.270,76	351,23	241.787,75	52,61	154.671,54	383	403,84	1.856.058,51
29 a 33 anos	faixa 4	2.690.033,88	221,07	471.923,84	38,78	263.496,48	1014	259,86	3.161.957,72
34 a 38 anos	faixa 5	4.922.989,31	271,87	802.980,00	44,34	477.164,11	1509	316,21	5.725.969,31
39 a 43 anos	faixa 6	6.884.194,89	292,55	1.267.831,17	53,88	679.335,50	1961	346,42	8.152.026,06
44 a 48 anos	faixa 7	8.228.911,54	300,63	2.075.014,44	75,81	858.660,50	2281	376,44	10.303.925,98
49 a 53 anos	faixa 8	8.636.387,98	400,72	1.765.486,21	81,92	866.822,85	1796	482,64	10.401.874,19
54 a 58 anos	faixa 9	5.425.588,35	432,25	1.079.208,36	85,98	542.066,39	1046	518,23	6.504.796,71
+ de 59 anos	faixa 10	26.356.086,67	762,35	1.957.805,06	56,63	2.359.490,98	2881	818,98	28.313.891,73
		75.325.676,83		11.991.983,30		7.276.471,68	19934		87.317.660,13

Obs 1. Os dados acima consideram as despesas brutas, da área médico-hospitalar e odontológica, sem considerar os retornos possíveis de custeios das despesas realizadas.

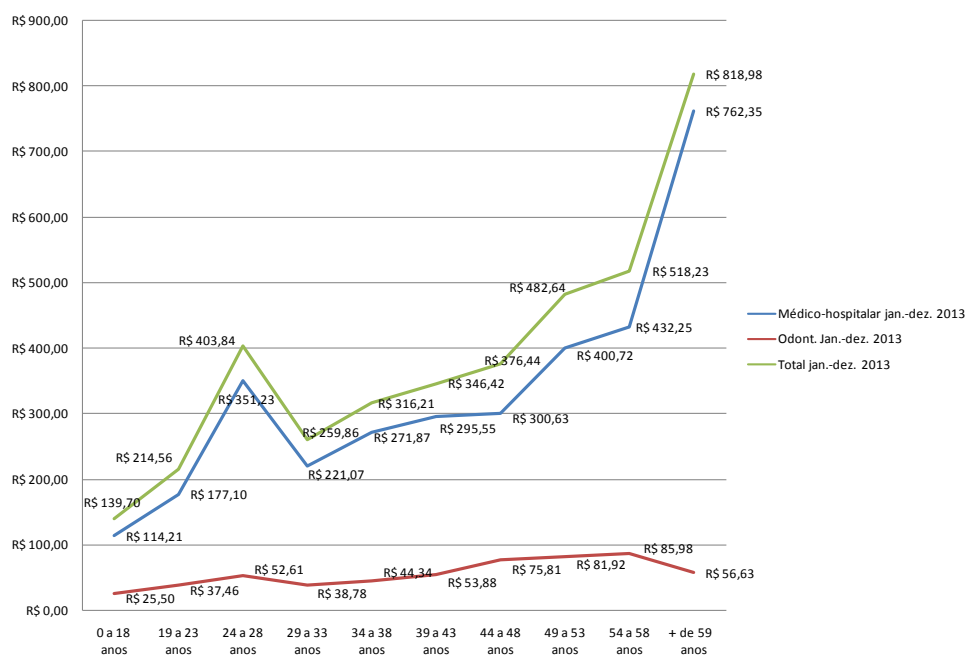
Obs 2. Os dados de beneficiários consideram apenas os que estejam como associados do Pro-Social.

Obs 3. Os dados médico-hospitalares acima não estão considerando o valor de 135.951,26, relativos à despesa médica "Perito – Despesas Médicas PF e PJ", e de 36.115,75, relativos à despesa odontológica "Perito – Despesas Odontológicas PF", não fracionáveis por faixa etária.

Obs4. Não estão também incluídos os valores de exames periódicos pagos na forma de faturas avulsas, sem identificação da faixa etária: área médica = 4.817,38; área odontológica = 16.614,96.



GRÁFICO 19

Curvas do custo mensal *per capita* médico-hospitalar e odontológico em 2013

207

QUADRO 135

Despesas do Pro-Social por benefícios

I – Despesas área social	Total 2012	Mensal 2012	Mensal 2013	Total 2013	Variação %
Pro-Bem	450.213,85	37.517,82	42.700,04	512.400,52	13,81
INSS Patronal Pro-Bem	7.749,12	645,76	618,87	7.426,48	-4,16
Auxílio material escolar	1.092.400,00	91.033,33	89.100,00	1.069.200,00	-2,12
TOTAL	1.550.362,97	129.196,91	132.418,92	1.589.027,00	2,49

II – Despesas Médicas	Total 2012	Mensal 2012	Mensal 2013	Total 2013	Variação %
Consulta médica	8.122.961,03	676.913,42	690.414,70	8.284.976,37	1,99
Exames cardiológicos	1.650.761,45	137.563,45	160.223,96	1.922.687,58	16,47
Exames laboratoriais	13.319.674,91	1.109.972,91	1.182.908,06	14.194.896,66	6,57
Exames radiológicos	3.639.174,06	303.264,51	314.514,24	3.774.170,86	3,71



II – Despesas Médicas	Total 2012	Mensal 2012	Mensal 2013	Total 2013	Variação %
Fonoaudiologia	661.682,89	55.140,24	53.565,26	642.783,17	-2,86
Internações – gases e materiais de consumo	29.771.808,06	2.480.984,01	696.420,49	8.357.045,91	11,60
Internações – honorários			765.165,45	9.181.985,45	
Internações – medicamentos			684.561,63	8.214.739,62	
Internações – taxas e Diárias			622.592,71	7.471.112,56	
Internações – Opmes	3.937.187,02	328.098,92	415.771,11	4.989.253,28	26,72
Medicina física e reabilitação	1.894.287,92	157.857,33	167.082,61	2.004.991,32	5,84
Outros exames e procedimentos	2.764.956,56	230.413,05	228.601,84	2.743.222,09	-0,79
Psicologia	2.963.591,81	246.965,98	265.429,03	3.185.148,37	7,48
Quimioterapia	562.139,08	46.844,92	41.619,35	499.432,23	-11,16
Subtotal	69.288.224,79	5.774.018,73	6.288.870,46	75.466.445,47	8,92
INSS patronal-médica	6.062.207,37	505.183,95	374.735,87	4.496.830,43	-25,82
TOTAL	75.350.432,16	6.279.202,68	6.663.606,33	79.963.275,90	6,12

III – Despesas Odontológicas	Total 2012	Mensal 2012	Mensal 2013	Total 2013	Variação %
Cirurgia	331.611,88	27.634,32	24.775,23	297.302,73	-10,35
Consulta odontológica	1.376.753,42	114.729,45	119.894,82	1.438.737,88	4,50
Dentisteria	1.161.337,60	96.778,13	105.674,16	1.268.089,89	9,19
Endodontia	537.084,11	44.757,01	42.603,77	511.245,25	-4,81
Odontopediatria	128.977,73	10.748,14	10.946,54	131.358,47	1,85
Ortodontia	734.080,27	61.173,36	74.016,53	888.198,32	20,99
Perícia e testes laboratoriais odontológicos	62.468,54	5.205,71	3.535,02	42.420,27	-32,09
Periodontia	731.870,50	60.989,21	63.832,36	765.988,29	4,66
Prevenção	1.264.024,50	105.335,38	113.635,37	1.363.624,40	7,88
Prótese dentária	4.006.736,50	333.894,71	357.517,26	4.290.207,14	7,07
Radiologia	1.042.538,55	86.878,21	87.295,11	1.047.541,37	0,48
Subtotal	11.377.483,60	948.123,63	1.003.726,17	12.044.714,01	5,86
INSS patronal-odontológica	1.220.218,08	101.684,84	110.848,15	1.330.177,80	9,01
TOTAL	12.597.701,68	1.049.808,47	1.114.574,32	13.374.891,81	6,17

IV – Despesas Área Administrativa	Total 2012	Mensal 2012	Mensal 2013	Total 2013	Variação %
Contratos locação de mão de obra e auditoria médica	9.022.263,77	751.855,31	768.986,59	9.227.839,10	2,28
Seguro de vida	287.713,40	23.976,12	27.912,50	334.950,00	16,42
Passagens e hospedagem (TFD)	52.459,56	4.371,63	6.210,71	74.528,47	42,07



ISS, Assinaturas e periódicos, manutenção de convênios, Simpro e suporte em TI	168.032,07	14.002,67	11.958,11	143.497,34	-14,60
TOTAL	9.530.468,80	794.205,73	815.067,91	9.780.814,91	2,63
TOTAL GERAL	99.028.965,61	8.252.413,80	8.725.667,47	104.708.009,62	5,73

QUADRO 136

Receitas orçamentárias e próprias em 2013

2012		2013	
Saldo em 31/12/2011	78.624.861,75	Saldo em 31/12/2012	53.876.612,26
Contribuição social titular	33.758.463,97	Contribuição social titular	39.307.475,81
Contribuição social dep. direto	–	Contribuição social dep. direto	2.078.060,85
Contribuição social dep. indireto	–	Contribuição social dep. indireto	1.136.795,19
Cota do associado	179.859,68	Cota do associado	377.549,50
Custeios diversos	3.638.950,59	Custeios diversos	4.531.642,77
Outros	367.660,81	Outros	377.428,56
Rendimentos	5.097.133,16	Rendimentos	3.613.543,88
TOTAL	43.042.068,21	TOTAL	51.422.496,56
Saldo em 31/12/2012	53.876.612,26	Saldo em 31/12/2013	44.215.200,88

209

Dotação orçamentária 2012*	33.153.322,06	Dotação orçamentária 2013	39.306.378,86
Restos a pagar inscritos de 2011*	1.452.339,10	Restos a pagar inscritos de 2012	4.497.623,81
Receita orçamentária Total 2012*	34.605.661,16	Receita orçamentária total 2013	43.804.002,67

* Extraídos do Quadro 109 do Relatório Anual de Gestão de 2012.



QUADRO 137
Composição das receitas próprias

Mês	Recursos próprios										
	Saldo anterior	Receitas								Despesas	Saldo
		Contribuição	Contribuição dep. Direto	Contribuição dep. Indireto	Cotas	Custeiosdiversos	Rendimentos	Outras	Total		
jan.	53.876.612,26	2.859.642,76			32.567,95	325.477,60	260.629,31	29.849,15	3.508.166,77	4.524.833,74	52.859.945,29
fev.	52.859.945,29	2.883.309,16			15.671,90	331.633,93	240.322,23	29.516,55	3.500.453,77	5.240.345,38	51.120.053,68
mar.	51.120.053,68	3.012.028,30			23.990,25	346.960,89	257.190,94	29.032,45	3.669.202,83	6.191.727,55	48.597.528,96
abr.	48.597.528,96	2.938.009,77			8.085,12	358.791,50	273.767,09	29.287,40	3.607.940,88	3.844.934,07	48.360.535,77
mai.	48.360.535,77	2.957.839,59			12.826,34	340.885,85	266.715,47	29.927,53	3.608.194,78	3.142.936,14	48.825.794,41
jun.	48.825.794,41	2.960.130,90			10.838,91	400.322,75	274.337,02	29.681,78	3.675.311,36	3.094.420,19	49.406.685,58
jul.	49.406.685,58	3.628.471,83			380,43	379.366,86	330.191,13	29.135,16	4.367.545,41	3.132.356,97	50.641.874,02
ago.	50.641.874,02	3.625.100,25			4.473,83	385.684,22	330.302,64	31.302,31	4.376.863,25	4.917.559,27	50.101.178,00
set.	50.101.178,00	3.619.579,07	523.992,84	308.794,66	27.908,29	410.008,84	332.925,60	32.771,93	5.255.981,23	5.153.209,81	50.203.949,42
out.	50.203.949,42	3.596.335,32	515.082,49	282.755,67	17.586,35	437.779,67	379.667,12	36.384,83	5.265.591,45	7.976.609,32	47.492.931,55
nov.	47.492.931,55	3.596.335,32	516.627,97	256.304,10	74.186,59	415.046,78	321.538,51	32.565,27	5.212.604,54	4.588.954,10	48.116.581,99
dez.	48.116.581,99	3.630.693,54	522.357,55	288.940,76	149.033,54	399.683,88	345.956,82	37.974,20	5.374.640,29	9.276.021,40	44.215.200,88
TOTAL		39.307.475,81	2.078.060,85	1.136.795,19	377.549,50	4.531.642,77	3.613.543,88	377.428,56	51.422.496,56	61.083.907,94	44.215.200,88

Fonte: Divaf.



■ Novo Regulamento Geral do Pro-Social

O ano de 2013 caracterizou-se por muitas mudanças importantes no Pro-Social. No mês de abril, discutiu-se a necessidade de serem realizadas modificações no Regulamento Geral, especialmente pela necessidade de se elevar as receitas do Programa, tendo em vista os persistentes aumentos de suas despesas, sem o correspondente crescimento das receitas. Sendo assim, em 01/07/2013, entrou em vigor a Resolução Presi/Secbe 6, de 30/04/2013, que tratava do novo Regulamento Geral do Pro-Social.

Após uma análise criteriosa dos números da equação receita x despesas e dos problemas operacionais identificados, foram definidas prioridades e implementado um cronograma de ações para que fossem reduzidas as despesas. Inicialmente, foram propostas alterações nas normas da internação domiciliar (*home care*), do tratamento fora do domicílio (TFD), do auxílio ortodôntico e da cobertura de despesas com órteses, próteses e/ou materiais especiais médico-odonto-hospitalares (OPMEs).

Nesta mesma época, foi regulamentada a cobertura parcial de despesas com medicamentos orais destinados, exclusivamente, ao tratamento de neoplasias malignas, atendendo previsão constante no Regulamento Geral do Pro-Social.

Com o objetivo de simplificar o acesso dos beneficiários do Programa aos hospitais credenciados na cidade de São Paulo: Hospital AC Camargo, Beneficência Portuguesa – Hospital São Joaquim, Hospital das Clínicas, Hospital do Coração – HCOR e INCOR, a partir de 01/09/2013 o interessado passou a apresentar apenas a carteira do Pro-Social, acompanhada de um documento de identidade, quando de seus atendimentos.

Os ofícios de encaminhamento emitidos pela Secbe continuaram a ser necessários apenas para dois credenciados de alto custo, em São Paulo: Hospital Sírio Libanês de SP e Hospital São José.

Em dezembro, para permitir maior celeridade às decisões do Conselho Deliberativo que precisem ser adotadas, uma medida crítica foi aprovada pela Corte Especial administrativa, culminando na Resolução Presi/Secbe 29 de 09/12/2013, determinado-se que a partir daquela data as propostas da Administração do Programa e as alterações no Regulamento Geral do Pro-Social após apreciação pelo Conselho Deliberativo do Pro-Social sejam homologadas pelo Conselho de Administração e não mais pela Corte Especial Administrativa.

Posteriormente, em 18/12/2013, foi aprovado um novo Regulamento Geral para o Pro-Social por meio da Resolução Presi/Secbe 31, implementando medidas, desta vez, para a contenção das despesas, vigorando a partir de 01/01/2014. Essa resolução revoga a de n. 6.

Entre as principais medidas, ressaltam-se:

– aprovação de que a terceirização de mão de obra não poderá mais ser custeada pelo Pro-Social a partir de 01/01/2015. Ou seja, as despesas com a assistência direta à



saúde correrão somente à conta de recursos da União. Atualmente, essa despesa anual é próxima a 10 milhões de reais;

- extinção da cota anual por grupo familiar, a qual permitia aos usuários a realização de diversas despesas sem qualquer contraprestação de custeio ao longo de cada ano;

- explicitação de regra que já vinha sendo adotada, formalizando-se que à Secretaria de Controle Interno compete a fiscalização da gestão financeira do Pro-Social, tanto dos recursos orçamentários como dos recursos próprios;

- detalhamento das regras de cumprimento de carências aos dependentes incluídos de forma intempestiva;

- eliminação do limite máximo de quatro dependentes para desconto da contribuição da contribuição social mensal.

■ **Transparência**

A Secbe tem a obrigação de prestar contas de suas receitas e despesas não somente para os Conselheiros do Pro-Social, mas também aos seus beneficiários. Dessa maneira, considerando-se que diversos relatórios gerenciais, especialmente de despesas e receitas, necessários à boa gestão financeira, não se encontravam disponíveis no Sistema do e-Prososocial iniciou-se com a Secin o mapeamento da base de dados para o desenvolvimento dos relatórios em ambiente de BI (*Business Intelligence*). Os relatórios serão publicados mensalmente na intranet, tão logo tenham sido apresentados ao Conselho Deliberativo do Pro-Social.

Uma vez que tenham sido finalizados os relatórios já solicitados, atualmente em processo de validação, será iniciado o levantamento dos dados do sistema dos prontuários médicos, para também se permitir a extração ágil de informações gerenciais de forma consolidada.

A busca pela sustentabilidade, organização e eficiência ao Pro-Social requerem constantemente ações que visem seu aperfeiçoamento, tanto na parte do planejamento como da execução dos serviços de assistência à saúde, bem como a correção constante de distorções. Sendo assim, considera-se que um dos principais desafios desta Secretaria em 2013 foi apresentar propostas que viabilizassem financeiramente o Pro-Social, permitindo que ele voltasse a ser superavitário, o que não aconteceu nesse ano, mas espera-se que ocorra a partir de 2014.

■ **Conselho Deliberativo do Pro-Social**

O Conselho Deliberativo do Pro-Social, integrado pelo Presidente do Tribunal, por Representante dos Magistrados, por Representante dos Servidores, Diretor-Geral, pelo Diretor da Secretaria de Controle Interno – Secoi e pelo Diretor da Secretaria de Bem-Estar Social – Secbe, é o órgão responsável pela qualidade, eficácia e desenvolvimento dos serviços e benefícios oferecidos pelo Programa.



Ao longo de 2013, a atuação de seus membros foi fundamental para viabilizar as mudanças necessárias à atualização do Pro-Social. No mês de abril, foi aprovado o novo Regulamento Geral do Programa, que substituiu a disciplina vigente desde 2003. O novo Regulamento Geral introduzia novas diretrizes destinadas a elevar as receitas do Pro-Social, medida adotada para contrapor o aumento constante das despesas do Programa. As alterações aprovadas, contudo, revelaram-se insuficientes para dar ao Programa o equilíbrio necessário, pois ficou evidenciada a necessidade de ajustes adicionais ao aumento no valor das contribuições de seus beneficiários.

Assim sendo, novas alterações visando à contenção das despesas crescentes do Programa foram propostas pela Secbe, aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Pro-Social, em sessão realizada em 10/12/2013, e homologadas pelo Conselho de Administração, em sessão realizada em 17/12/2013.

Em 18/12/2013, por meio da Portaria Presi/Secbe 31, foi aprovada nova versão do Regulamento-Geral do Pro-Social, que passou a vigorar a partir do dia 01/01/2014.

Em sessão da Corte Especial administrativa realizada em 03/12/2013, ficou acordado que as alterações no Regulamento Geral do Pro-Social passariam a ser homologadas pelo Conselho de Administração, sob a relatoria do presidente, no prazo máximo de uma sessão, ordinária ou extraordinária, sob pena de aprovação tácita. Com esta decisão, o Conselho Deliberativo do Pro-Social passou a observar maior celeridade para decidir sobre as questões pertinentes ao Programa, sempre que necessário.

No ano de 2013, foram realizadas 12 sessões do Conselho Deliberativo do Pro-Social, tendo sido julgados 59 processos.



INFRAESTRUTURA E TI

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

Prover estrutura e meios de segurança adequados.

■ Descrição do objetivo

Disponibilizar, com economicidade, infraestrutura física, considerando a ergonomia, a acessibilidade, os processos de trabalho, a estrutura e os desenhos organizacionais; sistemas e meios para garantir a segurança pessoal e predial, permitindo a execução das atividades da Justiça Federal de forma eficiente, eficaz, efetiva e segura.

214

INFRAESTRUTURA

CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE

Etapa – Arcabouço estrutural

Projetos – Configurado o abandono dos projetos pelo Escritório Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer em 26/06/2013.

Execução da Obra – Rescindido em 30/12/2013 o Contrato 098/2010, firmado com a construtora Engefort. Contratada, na mesma data, a construtora LDN para execução dos serviços considerados emergenciais. Valor – R\$ 31.586.495,10; prazo de execução – 180 dias.

■ Situação do Bloco A (gabinetes)

Projeto – Sem pendência (100% concluído)

Estágio da construção – 95% do bloco concluído – Resta a concretagem de dois terços da última laje, além do reservatório, casas de máquinas e platibandas. Neste bloco ainda deverá ser executado o reforço da protensão das lajes de três pavimentos.

Previsão de conclusão – março de 2014 – Lajes do último pavimento, platibandas e reforço de protensão (incluídos no contrato emergencial com a LDN). Demais itens, prazo condicionado a licitação e contratação do restante das estruturas.

■ Situação do Bloco B (Plenário)

Projeto – Com pendência (todo projeto executivo sendo revisto) – solução prevista para março de 2014.



Estágio da construção – Iniciados apenas os serviços de escavação de terra para executar a fundação do bloco.

Previsão de conclusão – Prazo condicionado a licitação e contratação do restante das estruturas (execução do Bloco B não incluída no contrato emergencial).

■ **Situação do Bloco C (salas de sessões)**

Projeto – Com pendências (50% concluído). Solução prevista para janeiro de 2014.

Estágio da construção – 35% do bloco concluído – Resta executar as duas últimas lajes.

Previsão de conclusão – Prazo condicionado a licitação e contratação do restante das estruturas (conclusão do Bloco C não incluída no contrato emergencial).

■ **Situação do Bloco D (administração)**

Projeto – Sem pendências (100% concluído).

Estágio da construção – 98% do bloco concluído. Resta executar platibandas, reservatório superior, casas de máquinas.

Previsão de conclusão – Fevereiro de 2013 – Platibandas (incluídas no contrato emergencial com a LDN). Demais itens, prazo condicionado a licitação e contratação do restante das estruturas.

215

■ **Situação da passarela de interligação dos Blocos A, B e C**

Projeto – Com pendência (95% concluído). Falta o detalhamento do pilar de sustentação do trecho AB da passarela. Solução da pendência prevista para março de 2014.

Estágio da construção – Não iniciada.

Previsão de conclusão – Junho de 2014 – Trecho sob o bloco A (incluído no contrato emergencial com a LDN). Demais trechos, prazo condicionado a licitação e contratação do restante das estruturas.

QUADRO 138

Valores dos serviços mensurados

Ano	Totais
2013	9.452.743,03
2012	41.612.188,90
2011	24.578.489,68

DETALHAMENTO ORÇAMENTÁRIO DOS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

O detalhamento do orçamento referente aos projetos de infraestrutura da 1ª Região pode ser consultado no capítulo “Orçamento”, mais especificamente no item “Projetos”, na página 257 deste relatório.



AMPLIAÇÃO E REFORMA DO ESPAÇO DESTINADO AO RESTAURANTE

A obra de modernização das instalações do restaurante no edifício Sede I representou a concretização de demanda antiga da Secretaria de Bem-Estar Social – Secebe, cuja necessidade comprovada por relatórios surgiu em 2010.

Contratada no recesso de 2012 e efetivamente iniciada no exercício 2013, a modernização do restaurante objetivou o atendimento pleno às exigências da Anvisa, tendo em vista que a cozinha anterior descumpria a maioria das recomendações nos quesitos higiene e segurança alimentar. Além do iminente risco de interdição pela Anvisa, a situação sujeitava os usuários, tanto o corpo funcional do TRF1 quanto servidores dos órgãos vizinhos que se beneficiam do restaurante, a um quadro de risco de intoxicação alimentar. Entre os principais problemas, destacavam-se:

- As dependências da cozinha eram subdimensionadas em face do volume diário de refeições preparadas, com uma distribuição espacial causadora de contaminação cruzada dos alimentos manipulados;
- As condições de iluminação e ventilação da cozinha eram insalubres e não permitiam o correto manuseio dos equipamentos e armazenamento dos alimentos em fase de preparo;
- A destinação de área não preparada para esse tipo de ocupação possibilitou a existência de caixas de esgoto geral do edifício Sede I dentro da cozinha, tanto na área de manipulação dos alimentos quanto na área de despensa.

As novas instalações permitiram sanar todas as irregularidades apontadas pela Secebe em relatórios técnicos do Setor de Nutrição; em complemento, o projeto elaborado pela Divisão de Engenharia visou ampliar os espaços destinados aos usuários, permitindo a todos o acompanhamento dos serviços realizados na cozinha. A instalação de painel de vidro temperado, através do qual se vê toda a área de manipulação dos alimentos, representa maior segurança à medida que permite a todos conferir a higiene da cozinha.

Ressalte-se que os recursos empregados na reforma do espaço destinado ao restaurante serão devolvidos ao erário sob a forma de pagamento pela concedente de taxa mensal de utilização da estrutura física, que, no período de junho a dezembro de 2013, totalizou R\$ 89.353,83. Além dessa taxa, a concessionária é responsável, mensalmente, pelas tarifas de água, esgoto, luz e telefone.

ESPAÇO BEM-ESTAR

Tendo em vista a necessidade de minorar os problemas originados por atividades laborais, diagnosticado pelos altos índices de atestados médicos decorrentes de lesões típicas desta categoria de atividade, elaborou o Tribunal projeto de um novo espaço, denominado “Espaço Bem-Estar”, destinado à realização de atividades de fisioterapia e de outras atividades físicas. O Espaço Bem-Estar, coordenado pelo Comitê de Qualidade de Vida no Trabalho, conta com instalações e equipamentos de fisioterapia típicos de



clínicas dessa especialidade, já tendo sido estes equipamentos especificados de forma a permitir seu futuro remanejamento para as instalações da nova sede do Tribunal.

O espaço projetado permitirá a destinação a qualquer atividade quando houver a desocupação do prédio pelo TRF 1ª Região, considerando que ainda se destinará a uso por instituição pública. Os projetos desenvolvidos pela área de engenharia do Tribunal adotam a premissa de sustentabilidade, inclusive na prolongação do uso dos espaços, independentemente da destinação, evitando novas adaptações para adequação ao uso.

IMPERMEABILIZAÇÃO DA LAJE DO EDIFÍCIO ADRIANA

As obras de correção da impermeabilização do edifício Adriana, cuja necessidade remonta a 2008, sujeitaram essa edificação nos últimos cinco anos a risco ao patrimônio público e aos servidores que trabalham no prédio. A impermeabilização anterior, erroneamente executada por construtora omissa, não cumpria seu papel de evitar infiltração de águas pluviais na edificação.

Executando projeto elaborado pela área de engenharia do Tribunal, pautado pelo atendimento às exigências da ABNT, a nova impermeabilização corrigiu as infiltrações, garantindo a proteção ao patrimônio público e assegurando a vida útil do edifício Adriana, mesmo após a desocupação pelo TRF 1ª Região com a transferência para a nova sede. Ressalta-se que foram adotados os procedimentos para a responsabilização da empresa que executou a obra anterior e instruídos os autos com o valor atualizado para ressarcimento ao erário público.

REQUISIÇÕES DE TRANSPORTE ATENDIDAS

O atendimento de requisições de transporte, registrado por meio do Sistema Informatizado de Requisição de Transporte — Sistra, foi otimizado de modo a permitir o compartilhamento de atendimentos diversos em uma só guia, orientada por trajeto comum.

As melhorias implantadas no Sistra permitem a filtragem das requisições, objetivando o cancelamento de requisições em duplicidade, a retificação/reagendamento da data do atendimento, ou a verificação da possibilidade de atendimento compartilhado com outras de roteiro similar.

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS OFICIAIS

QUADRO 139

Despesas com manutenção de veículos oficiais por fabricante

Fabricante de veículo						
Fiat	Ford	GM	Renault	Toyota	VW	Total
R\$ 6.008,86	R\$ 49.116,09	R\$ 684,69	R\$ 3.503,22	R\$ 4.089,58	R\$ 11.415,23	R\$ 74.817,67



ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS OFICIAIS

QUADRO 140

Despesa com combustível para veículos oficiais do Tribunal

Combustível			
Álcool	Diesel	Gasolina	Total
34.081,56	8.219,68	125.409,40	167.710,64

ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS OFICIAIS DA SJDF

QUADRO 141

Despesa com combustível para veículos oficiais da SJDF

Combustível			
Álcool	Diesel	Gasolina	Total
19.929,76	8.244,24	58.826,43	87.000,43

218

ATENDIMENTOS A SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

QUADRO 142

Requisições via Siate - totais mensais de atendimento

Categoria	Instalação						Total
	Telefonia	Acabamentos e hidro sanitária	Leiautes	Elétrica	Equipamentos	Projetos	
Manutenção	850	2365	0	1.110	290	0	4.615
Reforma/obra	18	35	0	590	37	13	693
Remanejamento	125	81	114	17	10	0	347
Total	993	2.481	114	1.717	337	13	5.655



GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS

QUADRO 143
Número de contratos contínuos

Objeto	Contratos gerenciados 2013	
	Quantidade	Valor aplicado
Fornecimento de serviços básicos (água, energia e telefonia)	5	3.060.784,75
Serviços de manutenção continuada	19	3.427.029,97
Locação de imóveis	1	1.440.000,00
Total	25	7.927.814,72

GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO CONTINUADOS

219

QUADRO 144
Prestação de serviços não continuados

Objeto	Contratos 2013	
	Quantidade	Valor aplicado
Obras/Serviços de Reforma	3	1.553.146,88

SEGURANÇA DO TRABALHO

QUADRO 145
Visitas aos postos de trabalho e ações realizadas

Tipos de ação	Quantidade
Total de postos avaliados	467
Ajustes no posto/equipamento	339
Substituição de móveis/equipamentos	183
Correção de iluminação	123



QUADRO 146
Notificações realizadas – servidores e terceirizados

Tipo de notificação	Quantidade
Incidente/acidente sem gravidade	39
Acidente com afastamento	2
Total	41

HOMOLOGAÇÕES DE ATESTADOS E PERÍCIAS

■ Homologações de atestado

Perícia singular: 2.342

■ Perícias e autorizações

Junta médica: 268

220

EXAME PERIÓDICO DE SAÚDE - EPS

- Magistrados e servidores convocados: 1.227
- Percentual de EPS completos realizados: 42,46%

EXAMES MÉDICOS PRÉ-ADMISSIONAIS

- Exames realizados: 53

SEGURANÇA

■ SEGURANÇA PESSOAL E PATRIMONIAL

Quanto à segurança pessoal e patrimonial, verificou-se, em 2013, uma diminuição de 11,44% das ocorrências registradas, em comparação ao exercício de 2012.

Entre os problemas relativos à segurança pessoal e patrimonial, detectou-se que o acesso e a permanência de servidores e usuários sem os respectivos crachás podem facilitar o aumento de furtos de bens pessoais, devido à dificuldade da área de segurança em diferenciar servidores de usuários em trânsito dentro de nossas instalações.

O trânsito de trabalhadores entre as garagens do edifício Sede I e do Anexo I tem-se mostrado preocupante pelo risco de acidentes envolvendo automóveis, bem como pela situação de vulnerabilidade de segurança nesses acessos, por falta de controle automático.

Em busca de aumentar a segurança pessoal e patrimonial do Tribunal, foi instituída uma nova modalidade de rondas de segurança interna, externa e motorizada, nas quais os agentes de segurança relatam as verificações rotineiras por meio do preenchimento de formulário interno de rondas. A utilização cotidiana do formulário permite que



o agente de segurança relate detalhadamente problemas identificados nas instalações — como lâmpadas queimadas, janelas sem trancas, vidros trincados —, que são encaminhados às unidades responsáveis para providências.

■ **PORTE DE ARMA**

Devido à crescente onda de ameaças a membros da Justiça Federal, somada ao aumento da criminalidade e da periculosidade das facções criminosas organizadas e às frequentes invasões de prédios públicos, a administração do Tribunal reconhece a necessidade de se dotar sua área de segurança de meios mais eficientes e eficazes ao exercício da segurança dos magistrados, servidores e usuários em geral, verificando-se também a necessidade de se minimizar os riscos envolvidos em sua defesa.

Com este objetivo, o Tribunal, por meio da Divisão de Segurança e Serviços Gerais do Tribunal em conjunto com a Comissão de Segurança da 1ª Região, criou grupo de trabalho, composto por agentes de segurança e servidores da 1ª Região, para elaboração de normatização interna para a regulamentação do porte de arma de fogo no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.

A referida norma, em elaboração pelo Tribunal, encontra embasamento na regulamentação da liberação do porte de arma de fogo aprovada pela Lei 12.694/2012, regulamentada pela Resolução CNJ 176/2013.

■ **COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA**

A Comissão Permanente de Segurança da 1ª Região, instituída pela Portaria Presi/Cenag 447 de 03/11/2011, tem por objetivo elaborar plano de proteção e assistência aos magistrados em situação de risco, além de conhecer e decidir pedidos de proteção especial formulados por magistrados.

A Comissão Permanente de Segurança da 1ª Região possui a seguinte composição: presidente – desembargador federal Kássio Marques; vice-presidente – juiz federal Marcus Vinícius Reis Bastos; juiz federal Raphael Cazelli de Almeida Carvalho; juiz federal Lincoln Rodrigues de Faria; e secretário da Comissão – Cláudio Chagas Barreira (diretor da Divisão de Segurança e Serviços Gerais).

Em 2013, foram desenvolvidos os seguintes trabalhos e implantadas as seguintes melhorias pela Comissão:

- criação do Núcleo de Apoio ao Sistema de Inteligência – Nuint, unidade especializada em inteligência judiciária, instituído pela Resolução 15 de 01/08/2013, para dar efetividade às ações do Sistema de Inteligência da 1ª Região. Vinculado ao Gabinete da Presidência, tem como finalidade assessorar o presidente do Tribunal na produção de conhecimentos específicos de inteligência e o presidente da Comissão Permanente de Segurança dos Magistrados da 1ª Região, quanto às questões que envolvem planos de proteção e assistência aos magistrados em situação de risco, conforme disposição da Portaria Presi/Cenag 447 de 03/11/2011;



- aquisição de veículo blindado, visando à instrumentalização da frota do órgão, como equipamento especial para a execução dos serviços de transporte de magistrados, proporcionando as garantias mínimas de segurança no deslocamento de autoridades, principalmente em situação de risco, atendendo desta forma a art. 8º da Resolução 104 do CNJ;
- aquisição de equipamentos de RX para instalação nas portarias principais e salas de sessões desta Corte que propiciem mais segurança e auxílio no monitoramento do ingresso de pessoas nas edificações desta Corte, garantindo maior eficiência na identificação e detecção de algum objeto estranho no interior de bolsas, sacolas, maletas e outros;
- aquisição de bastões retráteis para uso exclusivo dos agentes de segurança em serviço, complementando o acervo de equipamentos não letais, a fim de minimizar os danos à vida e ao patrimônio;
- aquisição de rádios de comunicação móvel, visando manter um padrão eficiente de serviços de segurança e transporte nesse Tribunal, como um sistema que possibilite comunicação móvel e direta entre agentes de segurança/motoristas que estejam em deslocamento, tanto nas dependências, como fora da unidade de serviço;
- curso de excelência no atendimento para o corpo de vigilância, sugerido pelo diretor do Núcleo de Inteligência, de ordem do presidente da Comissão de Segurança, cuja participação será obrigatória para os profissionais que prestam serviço nas portarias e entradas de garagens dos edifícios do Tribunal, objetivando melhor atendimento ao público interno e externo;
- proposta para ministração de curso sobre conduta e postura, também voltado para a área de vigilância, objetivando a valorização e melhor aproveitamento desses profissionais em suas atividades;
- controle e fiscalização dos plantões de segurança, através da Diseg, para atendimento dos desembargadores e juízes federais em regime de 24 horas, em atenção ao dispositivo da Resolução 104 do CNJ;
- controle e fiscalização do fluxo de pessoas nas instalações, obrigatoriedade quanto ao uso do crachá e monitoramento do sistema de segurança eletrônico, incluindo as áreas adjacentes, por meio dos Setores de Segurança e Vigilância, em atendimento a Resolução 176 do CNJ;
- apoio e diligências quanto aos pedidos de proteção especial formulados por magistrados, conforme determina a Resolução 176 do CNJ.



OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

Garantir soluções tecnológicas efetivas.

■ Descrição do objetivo

Suprir as necessidades de infraestrutura tecnológica e de sistemas de informação, adequando-os e promovendo a integração entre os órgãos da Justiça Federal, de modo a reduzir a heterogeneidade, permitindo a interoperabilidade, o melhor compartilhamento do conhecimento, a melhoria na execução das rotinas de trabalho e a segurança da informação (integridade, confidencialidade e disponibilidade de serviços), garantindo a convergência tecnológica.

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

223

No tocante ao objetivo estratégico “Garantir soluções tecnológicas efetivas”, foram realizadas as seguintes ações em 2013.

■ e-Mandado

Em agosto de 2013, foi implantado em todas as unidades judiciárias da 1ª Região o sistema e-Mandado, integrado ao BNMP – Banco Nacional de Mandados de Prisão do CNJ por meio de WebServices. O e-Mandado viabiliza o cadastro dos mandados de prisão em cumprimento à Resolução 137/2011 do CNJ. Foram cadastrados 1.095 mandados de prisão no sistema e-Mandado.

■ Sistema de Conciliação

Os sistemas Processual, JEF-Virtual, Juris e GPD sofreram adaptações em atendimento à Portaria Conjunta Presi/Coger/Cojef/Sistcon 86, de 07/05/2013, que dispõe sobre o lançamento das movimentações processuais referentes aos processos que tramitam no Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região.

■ e-Siest - Sistema de Informações Gerenciais da Justiça Federal da 1ª Região

Em agosto de 2013 foi implantada a 1ª versão do sistema que produz relatórios para gerenciamento do acervo de processos dos magistrados, pesquisa processos sem movimentação no período informado, bem como agrupa-os por assunto, órgão julgador ou classe. O e-Siest foi desenvolvido utilizando recursos de *Business Intelligence* – BI.



■ e-Orçamento

O módulo de Controle de Despesas – Execução Orçamentária foi implantado na Se-cor/Dipor. O sistema e-Orçamento é integrado ao Siafi, evitando assim as ações repetitivas no controle das despesas orçamentárias. Foram desenvolvidas as funcionalidades de carga automática de dados do Siafi e melhorias nas funcionalidades de Saldo, Empenho de Despesas, Movimentação de Crédito, Carga da Nova Proposta para 2014, Gerenciamento de Exercícios Financeiros e Bloqueios de Movimentações.

■ Jurisprudência de decisões da Presidência e da Vice-Presidência

Foi criada uma base de dados exclusiva para as decisões da Presidência e Vice-Presidência. A pesquisa é realizada no texto integral das decisões e está disponível na intranet.

■ Distribuição automática de processos

A distribuição dos processos do Tribunal passou a ocorrer de forma automática, atendendo ao disposto na Emenda Regimental 9, de 08/08/2013. Foi também criada funcionalidade que permite configurar o agendamento das sessões de distribuição para que ocorram de acordo com a periodicidade definida.

■ Certificação digital no e-Proc

Foi disponibilizada em 30/09/2013 a funcionalidade para possibilitar a validação do cadastro dos advogados que utilizam o sistema.

■ Peticionamento eletrônico - e-Proc por meio de certificado digital

Antes dessa implementação a validação era feita exclusivamente de forma presencial nas unidades da Justiça Federal da 1ª Região. Foram realizadas 1.037 validações por certificado digital até 18/12/2013.

■ Sistema Push

O sistema Push foi reestruturado visando padronizar, modernizar e tornar mais amigável sua utilização pelos 217.816 usuários cadastrados para receber as movimentações de 1.621.733 processos. Foi também inserido um link para acesso direto à consulta processual no *e-mail* que informa sobre a movimentação processual.

JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

TRF Push

O TRF Push é um serviço gratuito que permite aos usuários do TRF 1ª Região receber por meio de e-mails eletrônicos a movimentação dos processos de seu interesse. Trata-se de instrumento de caráter meramente informativo, que não substitui a forma prevista em lei para a comunicação dos atos processuais e contagem dos prazos.

E-mail:

Senha:



■ **Implantação do Spark**

Foi disponibilizado para o TRF 1ª Região e seções judiciárias um *chat* corporativo denominado Spark, que visa estabelecer melhor comunicação entre as diversas unidades da 1ª Região.

■ **Instalação dos novos aceleradores de WAN no TRF1**

Foi concluída a substituição e configuração dos equipamentos aceleradores de WAN nas seções e subseções judiciárias, com objetivo de tornar a rede de comunicação com a internet mais disponível e veloz.

■ **Instalação de novas varas**

Para atender às necessidades de instalação das 22 novas varas federais inauguradas em 2013, coube à Secin a estruturação dos CPDs, fornecimento de equipamentos de microinformática e interligação da localidade à Rede WAN. Foram instaladas novas varas nas seguintes localidades: Belém, Itaituba, Palmas, Alagoinhas, Patos de Minas, Juína, Cruzeiro do Sul, Bom Jesus da Lapa, Uberaba, Uberlândia, Vilhena, São Raimundo Nonato e Macapá.

PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

■ **e-PrecWeb - Sistema de Precatório Web**

Está em etapa de homologação pela Corej um sistema que possibilitará o cadastramento das requisições de pagamento via internet pelas comarcas, propiciando um grande ganho de tempo e de confiabilidade. Hoje as requisições são preenchidas manualmente pela Justiça Estadual, e os formulários são encaminhados à Corej, que cadastra cerca de 4.000 requisições por mês.

■ **SNCJ - Sistema Nacional de Cálculos Judiciais**

Está em andamento o projeto de evolução do SNCJ, iniciado com o desenvolvimento do módulo de Benefício Previdenciário, nos termos do novo Manual de Cálculos do CJF e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Gestor do Sistema.

■ **Redistribuição de processos**

Está em fase de desenvolvimento um projeto visando automatizar os mecanismos envolvidos nas redistribuições de processos decorrentes da implantação de novas varas e turmas recursais. Os procedimentos serão configurados de acordo com os provimentos da Coger. Esse projeto é de grande relevância para o Tribunal, pois propiciará diminuição no tempo necessário para a execução da redistribuição, além de redução significativa nos gastos com pontos de função.



■ **Certidões de distribuição emitidas pela internet**

Encontra-se em etapa de homologação a reestruturação da rotina de emissão de certidões visando modernizar, padronizar os modelos, conferir o CPF/CNPJ na Receita Federal bem como possibilitar a validação na *web* das certidões emitidas por meio dos sistemas internos.

■ **Inteiro teor das decisões**

Está sendo reformulada a pesquisa ao inteiro teor das decisões e acórdãos visando apresentar os documentos que compõem o acórdão de forma agrupada bem como promover o acesso por meio da consulta processual.

■ **Consulta processual web unificada**

A nova interface da consulta processual, com os parâmetros de pesquisa unificados na tela principal do portal, está em fase de homologação pelos gestores do sistema. O resultado da consulta da 2ª instância será padronizado e passará a utilizar o modelo em abas, adotado no 1º grau.

■ **TRF1Doc**

Está em desenvolvimento a funcionalidade de envio para publicação visando à implantação desse editor de textos no 2º grau, proporcionando ao TRF maior controle e agilidade na publicação de documentos judiciais. A utilização dessa ferramenta, em sua versão para processos físicos, está sendo expandida para as subseções judiciárias, contribuindo para a melhoria da produtividade dos magistrados.

■ **e-Admin**

O Sistema de Gestão Administrativa Integrada permite a criação, o controle e a guarda de documentos e processos administrativos digitais da 1ª Região, com integração aos sistemas internos e externos. Está em fase de homologação o sistema e-Laboratório – Sistema de Controle de Suprimentos de Informática. Encontram-se em etapa de levantamento de requisitos os seguintes sistemas que compõem o e-Admin: e-Orçamento – Módulo de Programação Orçamentária; e-Arquivo – Sistema de Controle de Guarda de Documentos e Processos Administrativos e e-Serviços Gerais – Sistema de Controle e Empréstimo de Bens de Copa e Cozinha.

■ **Integração entre os sistemas processuais da 1ª Região**

As atividades relativas ao aperfeiçoamento da integração entre os sistemas de 1º e 2º graus continuaram a ser realizadas em 2013. Está sendo construído um mecanismo de contingência para evitar que eventuais indisponibilidades comprometam o intercâmbio de informações entre os sistemas processuais.



■ **Integração com o STF via SmartClient**

A solução desenvolvida pelo Supremo Tribunal Federal para remessa e recebimento de processos digitais foi implantada na Corec em julho de 2013. Foi também instalada, como piloto, para a Turma Recursal da SJDF e após o período de homologação será estendida às demais Turmas Recursais da 1ª Região.

■ **Projeto de licenciamento Windows para equipamentos servidores**

Para fornecer serviços de gerenciamento de usuários, estações de trabalho, conexão de rede, armazenamento, entre outros serviços inerentes ao ambiente computacional, faz-se necessária a utilização de servidores (computadores com alta capacidade de processamento e armazenamento) com o sistema operacional Windows. O objetivo deste projeto é a aquisição de licenças de uso para os servidores do Tribunal.

■ **Prospecção tecnológica de sistema de auditoria**

Análise de soluções de mercado visando aprimoramento da auditoria das ações realizadas pelos usuários dentro de um servidor de arquivos, como criação, alteração, exclusão e movimentação de arquivos, seja no mesmo diretório/servidor seja em gravação externa, tais como dispositivos móveis. Permite que sejam identificados os autores de cada ação.

■ **Prospecção tecnológica de sistemas para escritório virtual**

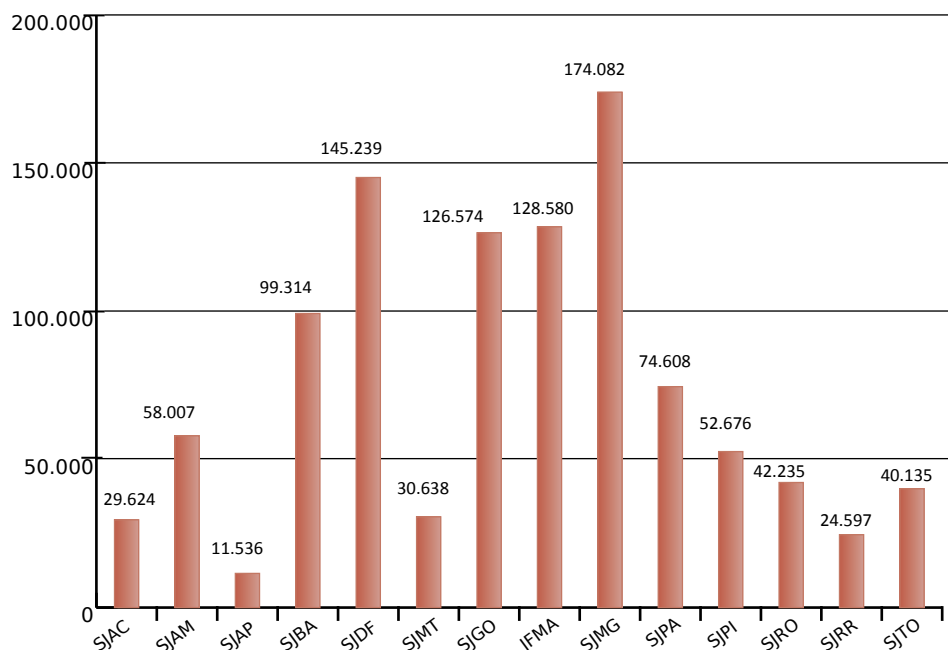
O sistema de escritório virtual é um ambiente informatizado que permite ao usuário trabalhar remotamente, tanto pelo acesso a programas institucionais, quanto pelo manuseio de arquivos da organização. Desta forma, é possível simular, de forma segura, o ambiente de trabalho do usuário em qualquer computador com conexão à internet, permitindo que servidores e magistrados possam acessar os dados e aplicativos do Tribunal em casa ou em qualquer outro local.

ATUALIZAÇÕES DE SISTEMAS E MELHORIAS

■ **e-Cint**

Sistema de Citação e Intimação Eletrônica que permite o envio de citações e intimações via internet às entidades e advogados. O e-Cint foi disponibilizado neste ano para as Seções Judiciárias da Bahia e Mato Grosso, como piloto, e está sendo expandido para as demais seções judiciárias. Estão sendo finalizadas as adequações no sistema visando implantá-lo no 2º grau. Principais melhorias: permissão para que uma entidade se associe a mais de uma seção judiciária; modificação na rotina que verifica se os prazos foram perdidos e a atualização do manual do sistema. Estão cadastrados no sistema 210 entidades com 1.874 advogados vinculados e 12.840 advogados particulares. Foram realizadas este ano 1.037.845 citações e intimações por meio do e-Cint.

GRÁFICO 20
Intimações e citações em 2013



■ Sistema GPD

Sistema para Gerência de Processos Digitais implantado no TRF e nas seções judiciárias. As principais melhorias realizadas nesse período foram: novo recurso para identificar os processos com marcadores e sinalizadores, resumo do processo na tela de Gerenciar Documentos, permissão para filtrar processo pela última lotação e alterar sigilo dos documentos de um lote de processos, exibição de mensagens no “Você Sabia” para o 1º grau. Constam no GPD 157.508 processos digitais no TRF e 78.889 nas seções judiciárias.

■ RED - Repositório Eletrônico de Documentos

Permite a gravação de documentos em sistemas de arquivos. Em 2013, foi disponibilizada a alteração na rolagem única para permitir exibição mesmo com documentos protegidos ou corrompidos. Melhorias no robô que cuida dos eventuais problemas na replicação dos documentos. Parâmetros de configuração do sistema foram exportados para arquivos externos que ficam armazenados no servidor visando garantir flexibilidade e agilidade na manutenção do sistema.



■ **TRF1Doc - Editor de Textos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Foram realizadas diversas evoluções em 2013: inclusão do número do processo antigo na consulta/filtro, possibilidade de restaurar minutas excluídas, módulo de gerenciar certidões, impressão de documentos em lote, utilização da leitura ótica para informar número dos processos, inclusão da localização do processo na listagem de minutas e integração com o e-CVD.

■ **PJD-EF - Processo Judicial Digital Execução Fiscal**

Destinado à tramitação dos processos judiciais das varas de execução fiscal da SJDF. As principais melhorias foram a criação de recurso para permitir o cancelamento de processos e a alteração na funcionalidade de marcadores de documentos. Existem no PJD-EF cerca de 140 mil processos digitais.

■ **Juris**

O Sistema de Acompanhamento de Processos Judiciais do TRF 1ª Região permite o gerenciamento e o controle da tramitação dos processos judiciais de 2º grau. Principais implementações realizadas: reformulação do módulo de Certidão de Nada Consta dispensando a necessidade de assinatura manual; atendimento à demanda da inspeção pelo CJF visando registrar o histórico de impedimentos em distribuições de processos; redistribuições de processos entre juízes das turmas suplementares – Mutirão Judiciário em Dia; revisão nos critérios de busca dos processos para redistribuição de acervo; criação de mecanismo indicador de autoridades cadastradas como parte processual com vistas a cumprir determinação do CNJ; adaptação dos relatórios estatísticos gerenciais de vinculações e assinaturas realizadas pela Asret.

■ **Processual**

O Sistema de Registro e Acompanhamento das Movimentações Processuais de 1º grau permite o gerenciamento e o controle da tramitação dos processos judiciais de 1º grau. Principais implementações em 2013: registro de reclamações pré-processuais e definição do fluxo dos processos remetidos aos Núcleos de Conciliação; ajustes no fluxo processual entre JEF – TR; construção de mecanismo para os casos de declínio de competência; levantamento de informações e realização de procedimentos para os Mutirões da Cojef/TRF; ajustes na rotina de triagem de petições oriundas do e-Proc, ajustes quanto à baixa de petições de processos redistribuídos para novas varas; ajustes na rotina de retorno dos processos remetidos à Turma Recursal/TRF e declínio de competência por equívoco; ajustes no tratamento de apensamento de processos e levantamento de informações para criação de sistema de prescrição penal.

■ **JEF-Virtual - Sistema dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais**

Conta hoje com 1.799.422 processos digitais. Principais implementações em 2013: adaptação do sistema para contemplar as classes pré-processuais; correção de problemas de declínio entre processos do JEF virtual e Processual; aperfeiçoamento do



serviço que converte documentos inseridos no JEF virtual para PDF; otimização do programa e retomada da conversão de documentos para o formato PDF para os bancos do Distrito Federal e de Minas Gerais; aproveitamento nas turmas dos dados dos advogados cadastrados nas varas e redistribuições realizadas em decorrência de criação de novos juizados e turmas recursais.

■ **Precatórios/requisição de pagamento - Sistema de Criação, Acompanhamento e Pagamento de Requisições do TRF 1ª Região**

Permite o gerenciamento e processamento dos precatórios e requisições de pequeno valor. Principais melhorias: rotina para atualizar o CPF/CNPJ dos beneficiários de precatórios antigos; melhorias na consulta/cadastro de advogado; alterações no Sistema de Precatórios necessárias para o funcionamento do e-PrecWeb; ampliação do módulo de geração automática de RPV/Precatórios; preenchimento automático para as requisições complementares/suplementares; melhorias no cadastro de requisições; implementação de novas regras para reembolso de custas e para o cadastro de Precatório/RPV complementar/suplementar.

■ **SNCJ - Sistema Nacional de Cálculo Judicial**

O Sistema Nacional de Cálculo Judicial disponibiliza recursos e ferramentas de apoio à elaboração dos cálculos judiciais. É destinado às contadorias das cinco regiões da Justiça Federal. Foi implementado o convênio TRF1-CJF-MPOG para carga das folhas de pagamento do Executivo Federal – base do Siape, por meio dos arquivos disponibilizados pelo Serpro.

■ **Integração judiciária**

Aplicação desenvolvida conforme especificações contidas no Modelo Nacional de Interoperabilidade, definido pelo CNJ, que possibilitam integração das informações processuais entre o TRF 1ª Região com órgãos externos via WebServices. Em 2013 foi desenvolvida a operação 3, relativa à consulta.

■ **e-AVS - Sistema de Autorização de Viagem a Serviço**

Utilizado para gerenciar os procedimentos efetuados na realização de viagem a serviço, controlar os valores adiantados para as diárias, o suprimento de fundos, a prestação de contas e controle de passagens. Neste ano foram implantadas melhorias, tais como: inclusão da funcionalidade para acompanhante de magistrado; gravação dos cálculos no banco de dados; integração com o e-Calendário; melhorias nas consultas e na geração de logs para auditoria; inclusão de dados na análise da prestação de contas e tratamento de indisponibilidade do RED.

■ **e-Siam**

O Sistema de Afastamento de Magistrados é destinado exclusivamente aos pedidos de afastamento de magistrados, quando são inferiores a 30 dias e em território nacional.



Principais evoluções: disponibilização do sistema para acesso via internet; melhorias nas funcionalidades de login e de consulta; possibilidade de exibir a situação do usuário no sistema; implementação do relatório da Asmag para os magistrados e alteração no cálculo de movimentação de processos com mais de 60 dias.

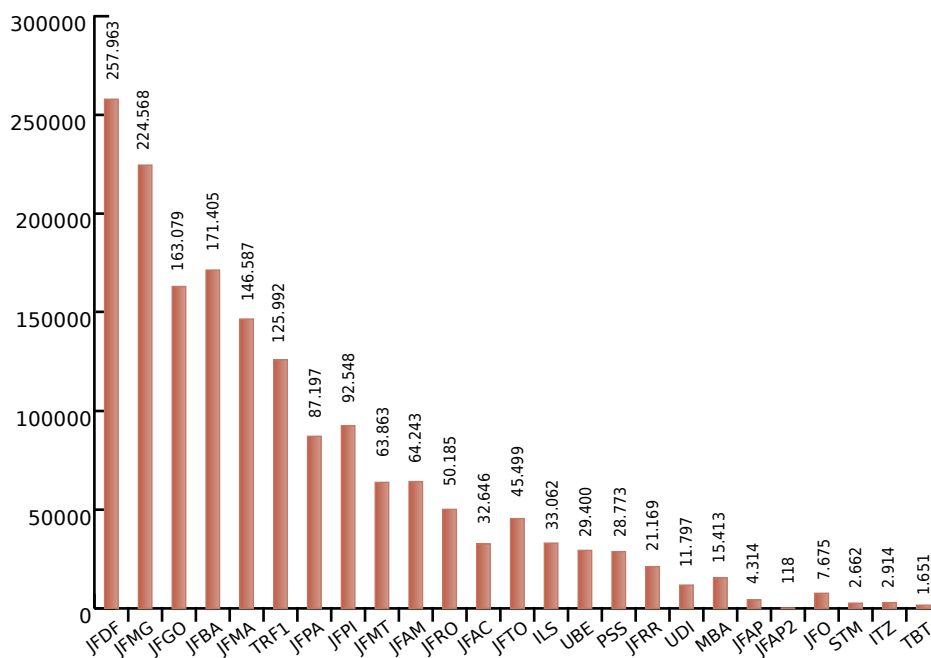
■ e-Proc

Sistema de Peticionamento Eletrônico que permite encaminhar petições via internet à Justiça Federal da 1ª Região, tanto para processos digitais, quanto para os físicos. Foram feitas diversas melhorias técnicas visando aperfeiçoar o desempenho e a segurança da aplicação, bem como executar procedimentos de validação dos arquivos recebidos. Foram implementadas a validação de cadastro pela internet por meio de certificação digital e a verificação online da situação cadastral dos advogados, bloqueando o acesso ao sistema por advogados como OABs suspensas ou canceladas. Em 2013 foram encaminhadas pelo e-Proc cerca de 1.650.000 petições.

GRÁFICO 21

Petições enviadas por banco de dados

231



■ Portal do TRF 1ª Região e seccionais

As principais evoluções realizadas em 2013 foram: criação dos *hotsites* (miniportais) para as subseções judiciárias; desenvolvimento do serviço de autenticação integrada; melhorias do serviço de notícias (contador e *ranking* de notícias), melhorias do serviço de



Newsletter (disparo de informativos de publicações hospedadas no portal); novo módulo de publicação de licitações e compras; filtro da página de varas federais transformado em busca; criação de serviço de publicação em lote de documentos; categorização da busca do portal, permitindo busca por assuntos ou áreas do portal; melhoria no serviço da Revista Jurídica; modificação no serviço de julgamento histórico.

■ **Consulta processual**

Sistema que permite acesso aos dados processuais da 1ª Região e aos documentos dos processos digitais. Foi implantado, na consulta processual do 2º grau, o *captcha* visando aumentar a segurança, evitando o acesso aos documentos processuais por *softwares* “maliciosos”. No *log* de acesso aos documentos processuais foi adicionado o endereço IP utilizado. A consulta processual teve cerca de 28.300.000 acessos em 2013, mantendo uma média de 122 mil acessos em dias úteis e 23 mil nos finais de semana e feriados (fonte: *Google Analytics*).

■ **SARH - Sistema de Administração de Recursos Humanos**

Permite o gerenciamento dos dados funcionais de magistrados, servidores, estagiários e mantém o cadastro dos prestadores de serviço. Principais melhorias realizadas neste ano: criação de sistema *WEB* para cadastrar plantão judiciário nas varas; criação de sistema *WEB* para os magistrados informarem semestralmente as atividades de magistrado exercidas e se exercem alguma atividade incompatível com a magistratura; atualização dos programas da atuaria para adequação ao novo leiaute; alteração no Sistema de Remoção para incluir servidores removidos do Sinar e redistribuídos; reestruturação organizacional do TRF 1ª Região e seções judiciárias; criação de rotinas para o Sistema de Estagiários e de módulo para a adesão ao novo regime de previdência.

232

■ **SFP - Sistema de Folha de Pagamento**

Realiza o cálculo da folha de pagamento dos servidores e magistrados ativos, inativos e pensionistas; permite a disponibilização de relatórios gerenciais financeiros, a manutenção e controle das informações e a exportação de informações para sistemas externos (DIRF – RAIS – GFIP). Principais melhorias em 2013: alteração do procedimento para e regras de descontos da contribuição do Pro-Social; elaboração de programa para cálculo de diferença de vencimentos (PCS); implementação de rotina que permite efetuar o somatório de várias folhas diferentes; desenvolvimento de programa para apuração e cálculo de valores de incorporações de funções comissionadas.

■ **e-Sisad - Sistema de Gerenciamento e Controle de Documentos e Processos Administrativos Digitais**

Em 2013, foi implementado o módulo de leitura de documentos e processos.

GRÁFICO 22
Documentos administrativos criados na 1ª Região

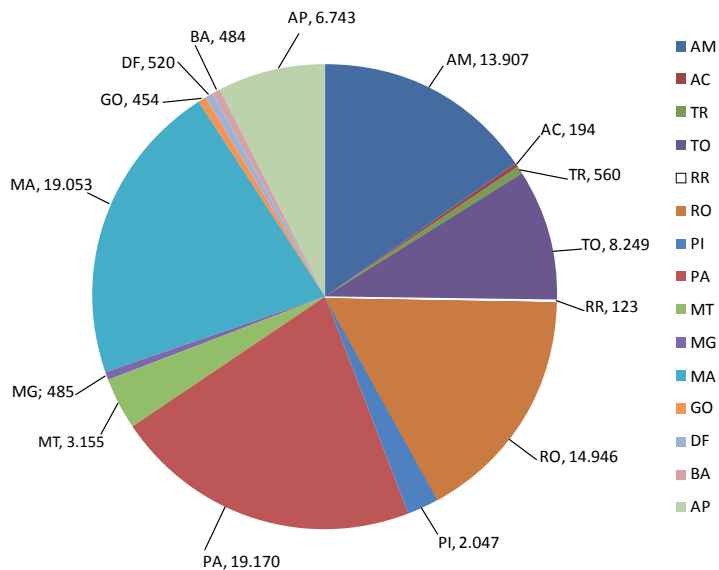
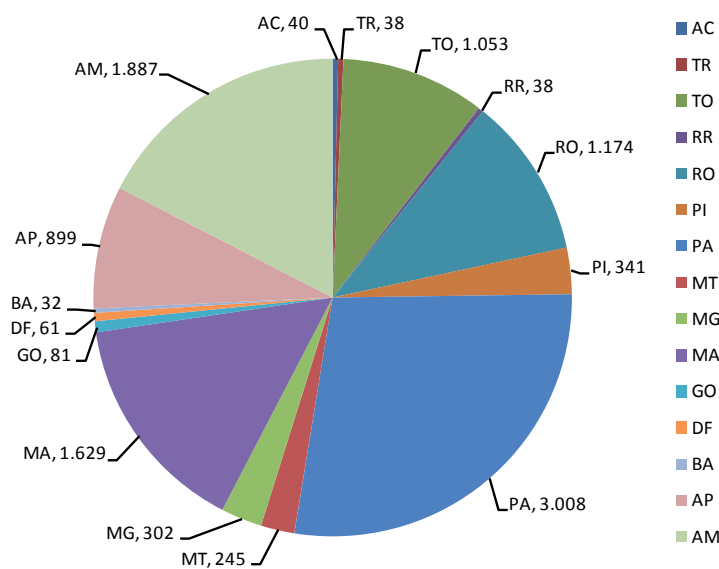


GRÁFICO 23
Processos administrativos criados na 1ª Região





■ **Sicam - Sistema de Aquisição e Controle de Bens e Serviços**

O módulo de Depreciação foi concluído e será implantado em fevereiro de 2014, com retroatividade a janeiro de 2014. A data da implantação foi definida em função da realização do inventário patrimonial.

■ **e-Eleição - Sistema de Eleições Eletrônicas do TRF1**

Em 2013 foram realizadas melhorias na arquitetura da aplicação que refletiram positivamente na agilização das votações realizadas pelos magistrados.

■ **e-Sosti - Sistema de Atendimento a Solicitações de TI**

As principais melhorias realizadas foram o desenvolvimento do módulo de Faturamento e a alteração no fluxo de trabalho implementado no sistema. Constam na base de dados do e-Sosti cerca de 380 mil chamados de toda a 1ª Região, restando em aberto aproximadamente 4 mil solicitações.

AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

- Aquisição de certificado de segurança (HTTPS) para serviços de internet e correio eletrônico.
- Subscrição de suporte técnico para solução de monitoramento de aplicações Java, solução de virtualização Oracle VM, sistema operacional Oracle Linux e respectivos treinamentos.
- Aquisição de 45 unidades de videoconferência, voltadas à estruturação dos polos descentralizados da Unicorp e atendimento ao Provimento 13 do CJF.
- Aquisição de ativos de rede para instalação das novas varas federais de 2014.
- Aquisição de 13 unidades de armazenamento de dados – *storages*, destinados às seções judiciárias.
- Aquisição de 51 unidades de armazenamento de dados – *storages*, destinados às subseções judiciárias.
- Aquisição de 484 *ultrabooks* destinados aos magistrados da 1ª Região e à substituição de equipamentos obsoletos de algumas secretarias do Tribunal.
- Aquisição de equipamentos de microinformática, conforme descrição abaixo:
 - 1.448 microcomputadores;
 - 87 *scanners* com mesa e 87 sem mesa;
 - 55 impressoras código de barras;
 - 934 leitores de código de barras;
 - 12 impressoras coloridas A3;
 - 43 impressoras coloridas A4;
 - 17 impressoras cartão PVC;



- 365 impressoras laser;
- 210 impressoras Xerox Phaser;
- 150 distribuidores de sinal de vídeo;
- 10 duplicadoras de DVD.

MANUTENÇÕES E ATUALIZAÇÕES REALIZADAS

- No decorrer do exercício foram registrados no e-Sosti um total de 59.146 solicitações de atendimento de TI, apresentando uma média de 4.819 atendimentos mensais e finalização de aproximadamente 98% dos atendimentos no próprio exercício.
- Projeto de aquisição de novos equipamentos de armazenamento de dados (*storages*) com vistas à substituição de unidades que tiveram o prazo de garantia expirado em 2013, bem como ao atendimento das demandas de crescimento de todo o ambiente da 1ª Região.
- Implantação da nova área de armazenamento em 13 seccionais e 25 subseções judiciárias.
- Emissão das novas certificações digitais para todos os desembargadores, juízes em auxílio e servidores do TRF1.
- Substituição dos microcomputadores de uso dos desembargadores e dos gabinetes por equipamentos Core i3 – Positivo.



ORÇAMENTO

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia.

■ Descrição do objetivo

Garantir que haja recursos orçamentários, públicos ou não, suficientes vinculados à estratégia, de modo a garantir a sua execução de acordo com os objetivos e as metas estabelecidas no mapa estratégico.

O Tribunal coordenou a gestão do Orçamento da Justiça Federal da 1ª Região e seus recursos financeiros de forma a permitir a concretização das ações abaixo relacionadas, segundo as determinações contidas na Lei Orçamentária 12.798, de 04/04/2013, e as diretrizes e prioridades estabelecidas na Lei 12.708, de 17/08/2012 e alterações, com os parâmetros fixados na Lei Complementar 101, de 04/05/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Foram assegurados recursos às seguintes atividades:

- pagamento das despesas com pessoal, incluindo as despesas de exercícios anteriores e sentenças judiciais;
- pagamento de benefícios;
- pagamento de ajuda de custo para magistrados e servidores removidos;
- manutenção das varas federais e do Tribunal;
- funcionamento dos juizados especiais federais inclusive com a realização dos juizados itinerantes e mutirões;
- manutenção da estrutura física com obras e reformas nas edificações existentes;
- aquisições de materiais e equipamentos para as diversas áreas visando à renovação, modernização e expansão;
- gerenciamento das obras e reformas com ações específicas;
- funcionamento das atividades do mutirão judiciário em dia no Tribunal e do sistema de conciliação;
- instalação e manutenção de 19 varas federais criadas pela Lei 12.011/2009 e de 3 criadas pela Lei 12.762/2012, instaladas em 2013, e ainda 3 turmas recursais criadas pela Lei 12.665/2012.



Considerando os créditos originalmente consignados no orçamento de 2013 e os créditos adicionais, excluídos os valores relativos a sentenças transitadas em julgado (precatórios e requisições de pequeno valor), a 1ª Região foi contemplada com créditos orçamentários, conforme discriminados:

QUADRO 147
Orçamento 2013 para a 1ª Região

(+) Dotação inicial	2.104.796.770,00
(+) Alterações orçamentárias (suplementações (-) cancelamentos)	192.730.933,12
= Dotação autorizada	2.297.527.703,12
(+) Destaque recebido	16.646,41
(-) Contingenciamento	19.723.550,00
(-) Crédito bloqueado SOF	1.691.826,00
(=) Dotação final	2.276.128.973,53
(-) Destaque concedido	1.493.880,89
(=) Dotação disponível	2.274.635.092,64

237

As alterações na lei orçamentária foram efetuadas por meio de créditos adicionais suplementares e especiais, obedecidos aos limites previstos na lei orçamentária, destinados ao atendimento das despesas com custeios, projetos, pessoal e encargos sociais, conforme Portaria SOF 27 de 12/04/2013, Portaria SOF 28 de 12/04/2013 e Portaria CJF 138 de 22/04/2013.

Créditos autorizados na lei orçamentária para o Poder Judiciário por Resolução do CJF: Resoluções CJF 241 e 242 de 07/05/2013; 254 de 09/09/2013; 255 e 256 de 04/09/2013; 257, de 12/09/2013; 261 e 263 de 11/11/2013; 264 de 05/11/2013; 269, 270 e 271 de 10/12/2013; e 277 e 278 de 23/12/2013.

Créditos autorizados para o Projeto Implantação dos Sistemas Integrados de Gestão de Informação (e-Jus) no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário: Portaria Conjunta 2 de 18/11/2013.

Créditos autorizados para Assistência Médica e Odontológica (Amos) aos Servidores no âmbito da Justiça Federal – Portaria Conjunta/STJ n. 1 de 08/10/2013.

Créditos autorizados na lei orçamentária por Decreto do Poder Executivo: Decreto/PR de 17/05/2013; Decreto/PR de 17/07/2013; Decreto/PR de 24/09/2013 e Decreto/PR de 14/10/2013.

Créditos dependentes de autorização legislativa por lei específica: Lei 12.893, de 17/12/2013 e Leis 12.904, 12.914, e 12.915, de 18/12/2013.



Foi reaberto o crédito extraordinário aprovado pela Medida Provisória 598, de 27/12/2012, que antecipava um terço da dotação de investimento contida no PLLOA 24/2012, em função da não aprovação do orçamento de 2013. Esta medida provisória teve seu prazo de vigência encerrado em 3 de junho de 2013, conforme Ato Declaratório do presidente da Mesa do Congresso Nacional 34 de 2013, sendo assim o total de crédito que havia sido utilizado até aquele momento precisou ser bloqueado em qualquer outra ação. Na 1ª Região foi utilizado o valor de R\$ 1.691.826,00 desse crédito extraordinário, e foi bloqueado o mesmo valor na dotação do exercício.

O quadro abaixo demonstra a dotação inicial, as alterações resultantes da distribuição dos valores constantes da reserva do CJF e dos créditos adicionais, os valores contingenciados e bloqueados pela SOF e ainda a dotação final disponível. Quanto ao crédito extraordinário reaberto, só foram considerados os valores utilizados.

QUADRO 148

Demonstrativo das alterações na lei orçamentária de 2013 (R\$)

Pessoal	Dotação inicial 2013	Contingenciado/ bloqueado SOF	Alterações	Dotação final
Pagamento de pessoal ativo da União	1.131.449.000		137.795.635	1.269.244.635
Pagamento de aposentadorias e pensões	210.231.000		37.455.222	247.686.222
Custeio do regime de previdência dos servidores	208.150.000		18.886.526	227.036.526
TOTALPESSOAL	1.549.830.000	—	194.137.383	1.743.967.383
Benefícios	LOA 2013	Contingenciado/ bloqueado SOF	Alterações	Dotação final
Auxílio-alimentação	65.510.280		10.100.108	75.610.388
Auxílio-transporte	203.830		3.456	207.286
Assistência pré-escolar	12.016.620		147.625	12.164.245
Assistência médica e odontológica a servidores	33.856.379		5.450.000	39.306.379
TOTAL BENEFÍCIOS	111.587.109	—	15.701.189	127.288.298
Projetos	LOA 2012	Contingenciado/ bloqueado SOF	Alterações	Dotação final
11MM – Const. edifício-sede Divinópolis – MG	280.000		—	280.000



Projetos	LOA 2012	Contingenciado/ bloqueado SOF	Alterações	Dotação final
11U3 – Ampliação edifício-sede Uberlândia – MG	7.196.689	7.182.189	—	14.500
12R8 – Reforma do edifício-sede I em Belo Horizonte – MG	1.500.000		1.609.937	3.109.937
1A59 – Const. edifício-sede em Passos – MG	1.500.000	7.298.849	5.927.000	128.151
12RQ – Construção do edifício em Barra do Garças – MT	250.000		(240.000)	10.000
12SR – Const. edifício-sede II em Cáceres – MT	1.000.000		164.979	1.164.979
7T82 – Ampliação edifício-sede em Cuiabá – MT	400.000		–	400.000
1A66 – Const. edifício-sede em Sinop – MT	1.000.000		3.430.993	4.430.993
14UM – Reforma do edifício-sede II Distrito Federal – DF	500.000		400.000	900.000
153C – Galpão arquivo e depósito Judicial JFDF – Brasília – DF	3.523.759	3.523.759	–	–
7T80 – Const. edifício-sede em Jataí – GO	400.000		(228.000)	172.000
7K49 – Const. edifício-sede em Jequié – BA	2.000.000		2.228.977	4.228.977
7k49 – Const. edifício-sede em Jequié – BA – crédito extraordinário	304.684		(0)	304.684
7J50 – Const. edifício-sede em Feira de Santana – BA	800.000		–	800.000
7H63 - Const. edifício-sede em Barreiras - BA	1.550.000	191.826	5.954.696	7.312.870
7J62 – Const. edifício-sede em Campo Formoso – BA	1.250.000		5.274.257	6.524.257
12R6 – Const. edifício-anexo em Salvador – BA	1.900.000		(1.410.000)	490.000
12RB – Reforma do edifício-sede em Belém – PA	3.475.887	3.218.753	–	257.134
1A58 – Const. edifício-sede em Santarém – PA	1.000.000		7.660.794	8.660.794
7T91 – Const. edifício-sede em Araguaína – TO	250.000		–	250.000
7T92 – Const. edifício-sede da Subseção Judiciária em Gurupi – TO	250.000		(250.000)	–



Projetos	LOA 2012	Contingenciado/ bloqueado SOF	Alterações	Dotação final
3757 – Implantação dos Sist. Int. de Gestão de Informação			13.078.931	13.078.931
3755 – Implantação de varas federais – Nacional	11.400.000		1.000.000	12.400.000
3755 - 001 – Implantação de varas federais – Mato Grosso	100.000		–	100.000
11RV – Const. edifício-sede Tribunal Regional Federal 1ª Região	115.000.000		(109.887.968)	5.112.032
11RV – Const. edifício-sede Tribunal Regional Federal 1ª Região – crédito extraordinário	638.437		–	638.437
TOTAL PROJETOS	157.469.456	21.415.376	(65.285.404)	70.768.676
TOTAL GERAL	2.104.796.770	21.415.376	192.730.933	2.276.112.327



DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO

Foram descentralizadas as dotações orçamentárias para atender as despesas relativas à 1ª Região da forma que se segue:

QUADRO 149
Dotação 2013 por tipo de ação

Secor – 090032	Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	TOTAL
Dotação final	1.743.967.383,00	127.288.298,00	45.334.344,00	288.703.625,99	92.184.052,13	2.297.477.703,12
Provisão recebida 090026 (+)				50.000,00		50.000,00
Destaque recebido (+)				16.646,41		16.646,41
Contingenciamento (-)					19.723.550,00	19.723.550,00
Crédito bloqueado SOF (-)					1.691.826,00	1.691.826,00
Dotação disponível (=)	1.743.967.383,00	127.288.298,00	45.334.344,00	288.770.272,40	70.768.676,13	2.276.128.973,53
Provisão concedida 090032	1.743.967.316,54	127.288.255,15	45.324.344,00	285.832.366,79	68.757.886,04	2.271.170.168,52
Provisão concedida 090026				50.000,00		50.000,00
Destaque concedido					1.493.880,89	1.493.880,89
Disponível	66,46	42,85	10.000,00	2.871.259,20	516.909,20	3.398.277,71

		Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	TOTAL
P1	Amapá	27.974.090,77	2.028.461,28	1.234.234,47	4.914.005,41	1.167.033,00	37.317.824,93
	Roraima	20.893.421,64	1.580.042,48	167.986,77	2.524.477,40	0,00	25.165.928,29
	Tocantins	31.592.395,53	2.684.134,13	1.647.710,83	6.850.831,08	389.967,67	43.165.039,24
P2	Acre	30.690.181,07	1.725.492,46	822.768,62	3.519.921,37	1.133.621,50	37.891.985,02
	Rondônia	40.707.536,76	3.644.074,88	1.048.935,16	8.281.373,36	1.029.398,51	54.711.318,67
P3	Amazonas	53.925.615,19	3.604.395,21	593.083,79	7.498.109,37	0,00	65.621.203,56
	Mato Grosso	71.269.680,64	5.228.421,14	2.483.182,23	10.241.497,50	7.086.050,18	96.308.831,69
	Piauí	64.416.312,05	4.187.793,58	2.598.825,10	8.861.030,54	1.074.546,44	81.138.507,71
P4	Maranhão	81.429.296,87	6.248.190,47	4.211.526,24	11.422.968,90	519.320,71	103.831.303,19
	Pará	100.010.278,51	7.191.677,83	4.523.111,84	14.038.597,89	9.836.149,26	135.599.815,33
P5	Goiás	140.060.492,15	9.857.435,27	6.666.618,96	19.241.228,94	994.370,34	176.820.145,66
P6	Bahia	217.961.539,86	17.551.829,32	6.355.795,33	30.198.168,73	20.678.032,61	292.745.365,85
	Distrito Federal	196.205.337,29	13.441.348,21	1.507.359,78	20.881.573,06	900.000,00	232.935.618,34
	Minas Gerais	405.367.797,21	29.320.895,80	11.463.204,88	49.129.324,76	4.920.579,41	500.201.802,06
Subtotal		1.482.503.975,54	108.294.192,06	45.324.344,00	197.603.108,31	49.729.069,63	1.883.454.689,54
TRF		261.463.341,00	18.994.063,09		88.279.258,48	19.028.816,41	387.765.478,98
TOTAL GERAL		1.743.967.316,54	127.288.255,15	45.324.344,00	285.882.366,79	68.757.886,04	2.271.220.168,52



Dos destaques recebidos, no valor de R\$ 16.648,41, R\$ 9.828,41 foram do Ministério Público Federal destinados à Seção Judiciária do Amazonas, objetivando a cessão de espaço e infraestruturas que possibilitem condições de trabalho ao quadro de servidores e Procuradores da Procuradoria da República em Tabatinga, durante o período de reforma das instalações daquele Órgão, e R\$ 6.820,00 do Ministério de Orçamento e Gestão para o TRF, objetivando a manutenção de imóveis funcionais.

Já o destaque concedido de R\$ 1.493.880,89 foi ao Comando do Exército, a fim de atender ao Termo de Cooperação de execução de serviços técnicos em arquitetura e engenharia e assessoramento.

RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS LIMITES FINANCEIROS

No decorrer do ano de 2013, os limites financeiros recebidos do Conselho da Justiça Federal foram repassados às unidades gestoras da 1ª Região para pagamento de todas as despesas, inclusive precatórios e requisição de pequeno valor, conforme quadro a seguir:



QUADRO 150

Limites financeiros concedidos, Darfs/GPS/GRU e receitas arrecadadas 2013

Padrão	Seção	Categoria "A" pessoal	Categoria "C" custeio	Categoria "D" investimento	Categoria "E" inversão	Restos a pagar	Darfs/GPS/DAR/ GRU	Receitas arrecadadas	TOTAL
P1	18.096.301,68	7.023.775,65	1.158.765,00	0,00	0,00	9.775.848,52	0,00	36.054.690,85	38.206.540,70
	13.911.614,22	3.802.630,63	0,00	0,00	1.350.016,77	7.125.225,73	0,00	26.189.487,35	28.193.863,63
	20.285.172,84	9.695.604,16	561.424,75	0,00	1.738.495,37	11.460.876,68	0,00	43.741.573,80	42.578.236,40
P2	20.113.242,86	5.915.699,28	1.216.664,89	0,00	0,00	10.529.911,67	0,00	37.775.518,70	34.293.013,88
	26.587.312,72	13.026.359,27	500.000,00	0,00	85.857,36	14.068.343,37	0,00	54.267.872,72	46.918.430,65
P3	35.417.576,66	11.143.828,02	0,00	0,00	4.399,59	18.631.801,12	0,00	65.197.605,39	60.005.185,32
	46.758.644,39	17.672.828,42	973.772,21	0,00	2.543.492,30	24.652.791,80	0,00	92.601.529,12	80.365.952,74
	41.483.932,10	15.240.703,29	772.255,62	0,00	29,00	22.908.419,77	0,00	80.405.339,78	69.932.435,72
P4	52.708.714,72	19.847.462,54	803.463,95	0,00	2.342.897,78	29.014.313,98	0,00	104.716.852,97	89.965.883,42
	64.496.632,52	25.237.462,18	1.506.415,23	0,00	2.578.874,61	35.831.911,31	0,00	129.651.295,85	110.529.332,31
P5	92.067.913,42	31.435.930,07	0,00	0,00	1.849.122,07	48.426.218,42	0,00	173.779.183,98	153.006.170,10
P6	140.382.330,70	51.293.763,92	6.600.906,76	0,00	0,00	78.316.311,99	0,00	276.593.313,37	270.915.712,77
	129.635.378,06	34.272.063,18	1.097.000,00	0,00	1.761.782,65	66.982.371,36	0,00	233.748.595,25	213.646.258,70
	261.098.860,61	88.116.642,87	2.482.442,52	0,00	965.806,60	144.622.240,36	0,00	497.285.992,96	444.205.312,55
Subtotal		963.043.627,50	333.724.753,48	17.673.110,93	0,00	15.220.774,10	522.346.586,08	0,00	1.852.008.852,09
TRF		171.626.859,29	216.213.217,17	8.024.986,24	17.516.369,85	11.820.243,70	91.921.734,30	0,00	517.123.410,55
090049		1.047.912.543,01	1.027.915.630,43	0,00	202.257.044,95	1.868.390,77	0,00	0,00	2.279.953.609,16
TOTAL GERAL		2.182.583.029,80	1.577.853.601,08	25.698.097,17	219.773.414,80	28.909.408,57	614.268.320,38	0,00	4.649.085.871,80



ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A execução do orçamento foi acompanhada e controlada mediante emissão de relatórios periódicos, que demonstram a evolução da execução orçamentária e financeira do Tribunal e de cada seção judiciária conforme o que foi planejado.

O quadro a seguir registra que a execução orçamentária da 1ª Região foi de 99,44% e demonstra, por unidade gestora, a dotação disponível, o valor empenhado, o crédito não utilizado, os valores pagos e a inscrição em restos a pagar.



QUADRO 151

Execução orçamentária 1ª Região – consolidada – 2013

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	37.317.824,93	37.235.994,87	81.830,06	35.542.666,29	1.693.328,58	99,78%
	Roraima	25.165.928,29	25.049.549,66	116.378,63	24.538.823,28	510.726,38	99,54%
	Tocantins	43.165.039,24	43.098.718,03	66.321,21	40.992.079,36	2.106.638,67	99,85%
P2	Acre	37.891.985,02	37.891.985,02	0,00	36.341.043,91	1.550.941,11	100,00%
	Rondônia	54.711.318,67	54.577.283,55	134.035,12	52.155.967,71	2.421.315,84	99,76%
P3	Amazonas	65.621.203,56	65.514.894,43	106.309,13	63.879.770,41	1.635.124,02	99,84%
	Mato Grosso	96.308.831,69	96.308.831,69	0,00	87.608.155,93	8.700.675,76	100,00%
	Piauí	81.138.507,71	80.832.701,16	305.806,55	76.525.837,84	4.306.863,32	99,62%
P4	Maranhão	103.831.303,19	103.830.993,46	309,73	100.921.464,20	2.909.529,26	100,00%
	Pará	135.599.815,33	135.470.742,14	129.073,19	123.281.097,83	12.189.644,31	99,90%
P5	Goiás	176.820.145,66	176.163.461,19	656.684,47	169.553.030,62	6.610.430,57	99,63%
P6	Bahia	292.745.365,85	285.520.571,41	7.224.794,44	267.837.598,53	17.682.972,88	97,53%
	Distrito Federal	232.935.618,34	232.934.726,28	892,06	226.187.674,00	6.747.052,28	100,00%
	Minas Gerais	500.201.802,06	499.920.108,97	281.693,09	487.574.259,84	12.345.849,13	99,94%
Subtotal – Seções		1.883.454.689,54	1.874.350.561,86	9.104.127,68	1.792.939.469,75	81.411.092,11	99,52%
TRF		387.765.478,98	387.536.436,57	229.042,41	339.447.291,00	48.089.145,57	99,94%
Secor – 090032		3.398.277,71	0,00	3.398.277,71	0,00	0,00	0,00%
TOTAL GERAL		2.274.618.446,23	2.261.886.998,43	12.731.447,80	2.132.386.760,75	129.500.237,68	99,44%



A seguir, desmembra-se a execução por grupos de despesas:

PESSOAL

QUADRO 152

Execução Orçamentária 1ª Região - Pessoal - 2013

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	27.974.090,77	27.974.090,77	0,00	27.944.347,45	29.743,32	100,00%
	Roraima	20.893.421,64	20.893.421,64	0,00	20.857.652,05	35.769,59	100,00%
	Tocantins	31.592.395,53	31.592.395,53	0,00	31.572.873,25	19.522,28	100,00%
P2	Acre	30.690.181,07	30.690.181,07	0,00	30.643.154,53	47.026,54	100,00%
	Rondônia	40.707.536,76	40.707.536,76	0,00	40.589.847,32	117.689,44	100,00%
P3	Amazonas	53.925.615,19	53.925.615,19	0,00	53.822.282,48	103.332,71	100,00%
	Mato Grosso	71.269.680,64	71.269.680,64	0,00	71.230.568,83	39.111,81	100,00%
	Piauí	64.416.312,05	64.411.334,05	4.978,00	63.831.685,79	579.648,26	99,99%
P4	Maranhão	81.429.296,87	81.429.296,87	0,00	81.397.719,44	31.577,43	100,00%
	Pará	100.010.278,51	100.009.714,66	563,85	99.998.064,43	11.650,23	100,00%
P5	Goiás	140.060.492,15	140.060.492,15	0,00	139.716.432,11	344.060,04	100,00%
P6	Bahia	217.961.539,86	217.961.082,61	457,25	217.127.681,33	833.401,28	100,00%
	Distrito Federal	196.205.337,29	196.205.337,29	0,00	193.728.959,42	2.476.377,87	100,00%
	Minas Gerais	405.367.797,21	405.367.797,21	0,00	405.123.657,52	244.139,69	100,00%
Subtotal – Seções		1.482.503.975,54	1.482.497.976,44	5.999,10	1.477.584.925,95	4.913.050,49	100,00%
TRF		261.463.341,00	261.451.321,69	12.019,31	259.252.442,17	2.198.879,52	100,00%
Secor – 090032		66,46		66,46		0,00	0,00%
TOTAL GERAL		1.743.967.383,00	1.743.949.298,13	18.084,87	1.736.837.368,12	7.111.930,01	100,00%



Dos R\$ 18.084,87 constantes do crédito não utilizado, R\$ 4.976,75 referem-se à dotação do Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, que, de acordo com a legislação vigente, não podem ser remanejados para atender outras despesas de pessoal, R\$ 13.040,41 à dotação de ativos e R\$ 66,15 à dotação de inativos.

Com a dotação orçamentária de pessoal aprovada, acrescida de suplementações orçamentárias obtidas no decorrer do exercício, foi possível pagar todas as folhas ordinárias e sentenças judiciais não transitadas em julgado.

Foram empenhados, como despesas de exercícios anteriores, R\$ 26.774.462,98. Desse montante, R\$ 21.695.448,42, foram liquidados e R\$ 5.079.014,56 encontram-se inscritos em restos a pagar. Com esta dotação, foram pagos pequenos passivos de pessoal — como substituições, progressões funcionais, adicional de qualificação, diferença de proventos, reposicionamento de classe/padrão, parte da conversão em pecúnia das férias não gozadas, por necessidade de serviço, pelos magistrados da 1ª Região, 26% do passivo devido aos magistrados da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) — e ficaram pendentes de pagamento R\$ 20.742.941,43, relativos aos pequenos passivos de pessoal, R\$ 299.378,54 referentes à gratificação especial de localidade de magistrados e R\$ 41.666.360,58 da PAE, por insuficiência orçamentária.

As seções judiciárias e o Tribunal encaminharam, mensalmente, as informações referentes às despesas com pessoal ativo e inativo (quantitativo físico e valores pagos em regime de competência), as quais foram analisadas e consolidadas por esta Secretaria, que, em seguida, as encaminhou ao Conselho da Justiça Federal. Esses dados servem de base para a liberação dos repasses financeiros, para elaboração dos créditos adicionais de pessoal e definição dos limites orçamentários para o próximo exercício.

BENEFÍCIOS**QUADRO 153****Execução orçamentária 1ª Região - benefícios - 2013**

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	2.028.461,28	2.027.378,55	1.082,73	2.027.378,55	0,00	99,95%
	Roraima	1.580.042,48	1.580.042,48	0,00	1.580.042,48	0,00	100,00%
	Tocantins	2.684.134,13	2.684.134,13	0,00	2.684.134,13	0,00	100,00%
P2	Acre	1.725.492,46	1.725.492,46	0,00	1.725.492,46	0,00	100,00%
	Rondônia	3.644.074,88	3.644.074,88	0,00	3.606.200,56	37.874,32	100,00%
P3	Amazonas	3.604.395,21	3.604.093,41	301,80	3.550.542,05	53.551,36	100,00%
	Mato Grosso	5.228.421,14	5.228.421,14	0,00	5.228.421,14	0,00	100,00%
	Piauí	4.187.793,58	4.187.793,58	0,00	4.187.793,58	0,00	100,00%
P4	Maranhão	6.248.190,47	6.248.190,47	0,00	6.246.141,58	2.048,89	100,00%
	Pará	7.191.677,83	7.191.141,80	536,03	7.150.147,57	40.994,23	99,99%
P5	Goiás	9.857.435,27	9.856.588,31	846,96	9.757.490,90	99.097,41	99,99%
P6	Bahia	17.551.829,32	17.551.829,32	0,00	17.505.712,30	46.117,02	100,00%
	Distrito Federal	13.441.348,21	13.441.348,21	0,00	13.425.076,71	16.271,50	100,00%
	Minas Gerais	29.320.895,80	29.320.895,80	0,00	29.292.492,62	28.403,18	100,00%
Subtotal – Seções		108.294.192,06	108.291.424,54	2.767,52	107.967.066,63	324.357,91	100,00%
TRF		18.994.063,09	18.991.294,23	2.768,86	16.464.201,94	2.527.092,29	99,99%
Secor – 090032		42,85		42,85		0,00	0,00%
TOTAL GERAL		127.288.298,00	127.282.718,77	5.579,23	124.431.268,57	2.851.450,20	100,00%



Dos R\$ 5.579,23 constantes do crédito não utilizado para benefícios, R\$ 3.304,89 são relativos à assistência médica e odontológica (AMOS), R\$ 1.384,53 de assistência pré-escolar (APE), R\$ 42,71 de auxílio-transporte (AT) e R\$ 846,96 de auxílio-alimentação (AA). Como a dotação destinada a benefícios diz respeito a despesas obrigatórias, não há possibilidade de serem utilizadas sobras para atender demais necessidades.

Foram empenhados na ação auxílio-alimentação, como despesas de exercícios anteriores, R\$ 6.431.225,81. Desse montante, R\$ 6.121.914,18 foram liquidados e R\$ 309.311,63 encontram-se inscritos em restos a pagar. Com esta dotação, foi paga a 1ª parcela do acordo firmado entre o CJF e a SOF/MP, visando ao pagamento dos passivos a magistrados, decorrentes da Resolução CNJ 131/2011.



ATIVIDADES

QUADRO 154

Execução orçamentária 1ª Região - atividades - 2013

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	4.914.005,41	4.855.960,78	58.044,63	4.094.963,49	760.997,29	98,82%
	Roraima	2.524.477,40	2.408.098,77	116.378,63	1.949.183,19	458.915,58	95,39%
	Tocantins	6.850.831,08	6.784.509,87	66.321,21	5.044.492,58	1.740.017,29	99,03%
P2	Acre	3.519.921,37	3.519.921,37	0,00	2.875.648,88	644.272,49	100,00%
	Rondônia	8.281.373,36	8.159.615,67	121.757,69	6.456.233,35	1.703.382,32	98,53%
P3	Amazonas	7.498.109,37	7.392.102,04	106.007,33	5.966.153,11	1.425.948,93	98,59%
	Mato Grosso	10.241.497,50	10.241.497,50	0,00	7.829.207,98	2.412.289,52	100,00%
	Piauí	8.861.030,54	8.568.189,81	292.840,73	6.208.495,14	2.359.694,67	96,70%
P4	Maranhão	11.422.968,90	11.422.659,17	309,73	9.514.457,73	1.908.201,44	100,00%
	Pará	14.038.597,89	13.918.978,42	119.619,47	11.446.740,89	2.472.237,53	99,15%
P5	Goiás	19.241.228,94	18.589.584,45	651.644,49	13.834.420,51	4.755.163,94	96,61%
P6	Bahia	30.198.168,73	29.842.683,68	355.485,05	23.493.456,09	6.349.227,59	98,82%
	Distrito Federal	20.881.573,06	20.880.681,00	892,06	18.059.729,76	2.820.951,24	100,00%
	Minas Gerais	49.129.324,76	49.127.669,14	1.655,62	42.415.674,81	6.711.994,33	100,00%
Subtotal – Seções		197.603.108,31	195.712.151,67	1.890.956,64	159.188.857,51	36.523.294,16	99,04%
TRF		88.279.258,48	88.089.602,63	189.655,85	61.329.357,82	26.760.244,81	99,79%
Secor – 090032		2.871.259,20		2.871.259,20		0,00	0,00%
TOTAL GERAL		288.753.625,99	283.801.754,30	4.951.871,69	220.518.215,33	63.283.538,97	98,29%



No que diz respeito a despesas com Atividades, estão incluídas as ações Julgamento de Causas, Comunicação e Divulgação Institucional, Capacitação de Recursos Humanos e Modernização das Instalações de Imóveis na Justiça Federal. Da perda orçamentária de R\$ 4.951.871,69, R\$ 4.444.639,29 foram no JC – 3, R\$ 44.608,61 no JC-4, R\$ 343.784,07 no CRH, R\$ 2.242,87 no CDI 3, R\$ 33.200,00 no CDI 4, R\$ 83.208,02 no MIJF-3 e R\$ 184,83 no MIJF 4.

A perda orçamentária justifica-se em função de licitações frustradas no final de dezembro e ainda pela descentralização do CJF de R\$ 2.653.820,00 em 16/12/2013 pela 2013NC 000288 que não houve tempo hábil para trocar de grupo de despesas e viabilizar a aquisição de material permanente, e ainda em função das seccionais não terem solicitado os pedidos de créditos relativos ao ato Presi/Asmag 1357 de 18/10/2013 para atender as despesas com remoção. Mesmo assim, obteve-se uma execução de 98,29% .

O quadro abaixo demonstra por unidade gestora e por Plano orçamentário as perdas ocorridas em 2013.

QUADRO 155

Crédito não utilizado 1ª Região - atividades - 2013

Padrão	Seção	JC-3	JC-4	CRH	MIJF-3	MIJF-4	CDI-3	CDI-4	TOTAL
P1	AMAPÁ	35.642,52	227,80	22.174,31	0,00	0,00	0,00	0,00	58.044,63
	RORAIMA	114.332,16	0,00	2.046,47	0,00	0,00	0,00	0,00	116.378,63
	TOCANTINS	65.898,38	0,00	422,83	0,00	0,00	0,00	0,00	66.321,21
P2	ACRE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RONDÔNIA	110.767,03	4.623,13	6.367,53	0,00	0,00	0,00	0,00	121.757,69
P3	AMAZONAS	99.960,29	3.060,69	2.986,35	0,00	0,00	0,00	0,00	106.007,33
	MATO GROSSO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PIAUÍ	288.790,95	551,19	3.313,76	0,00	184,83	0,00	0,00	292.840,73
P4	MARANHÃO	309,73		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	309,73
	PARÁ	111.329,40	12,75	8.277,32	0,00	0,00	0,00	0,00	119.619,47
P5	GOIÁS	611.065,85	16.829,26	23.749,38	0,00	0,00	0,00	0,00	651.644,49
P6	BAHIA	355.248,06	236,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	355.485,05
	DISTRITO FEDERAL		24,33	867,73	0,00	0,00	0,00	0,00	892,06
	MINAS GERAIS		1.152,42	503,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1.655,62
Subtotal		1.793.344,37	26.718,56	70.708,88	0,00	184,83	0,00	0,00	1.890.956,64
TRF		74.264,76	8.780,03	106.607,06	0,00	0,00	4,00	4,00	189.659,85
SECOR - 090032		2.577.030,16	9.110,02	166.468,13	83.208,02	0,00	2.242,87	33.200,00	2.871.259,20
TOTAL GERAL		4.444.639,29	44.608,61	343.784,07	83.208,02	184,83	2.246,87	33.204,00	4.951.875,69



A seguir serão detalhados alguns itens de relevância neste grupo de despesa.

■ **Despesas com remoções**

Foi paga a importância total de R\$ 8.138.715,00, da qual R\$ 4.941.293,00 para a remoção de 138 magistrados e R\$ 3.197.422,00 para remoção de 163 servidores, visando o pleno funcionamento das varas federais.

■ **Juizado especial federal itinerante e mutirões**

A programação itinerante efetivada demandou R\$ 457.418,00 e abrangeu os municípios Rio Madeira/RO, Mateiros/TO, Campos Belos/GO, Barreirinhas/MA, Serra do Navio/AP e Pedra Branca/AP

Para atender mutirões em Castanha/-PA, Imperatriz/MA, Araguaína/TO, Guanambi/BA, Teófilo Otoni/MG, Juazeiro/BA, Rondonópolis/MT e Uberaba/MG, foram investidos R\$ 534.599,00

Projeto Mutirão Judiciário em Dia – as despesas com diárias, passagens, estagiários, além das despesas com demais contratos de manutenção que foram acrescidas, em especial o contrato de malotes, foram supridas pelo Tribunal a fim de proporcionar o julgamento de processos.

■ **Sistema de conciliação (Sistcon)**

Para a realização da semana de conciliação e da agenda de audiências de 2013, foram alocados R\$ 104.019,00.

■ **Corregedoria Regional**

Para a realização das correições previstas, foram alocados R\$ 503.111,58.

■ **Veículos**

Complementarmente às diretrizes da Resolução 72/2009 do Conselho da Justiça Federal, quanto à aquisição da frota oficial, vem-se aplicando, no âmbito das Seccionais, orientação que se baseia no tripé frota idealizada, frota existente e confronto entre a frota ideal e a existente, para definir o plano de aquisição de veículos a ser inserido na proposta orçamentária anual.

O plano anual de aquisição de veículo 2013 foi alterado pelo Conselho da Justiça Federal mediante solicitação do Tribunal para atender as adequações que se fizeram necessárias.

A relação de veículos existentes — Anexo III da Resolução CJF 72, de 20/08/2009 — foi recebida mensalmente das áreas de transporte do Tribunal e das seções judiciárias, analisada, consolidada e remetida ao CJF.

Conforme determina o art. 5º da Resolução CNJ 83, foi divulgada, no Diário da Justiça e também no Portal desta Corte, em 31/01/2013, a lista de veículos oficiais utilizados.



A planilha que se segue demonstra o Plano de Aquisição aprovado pelo CJF, o Plano de Aquisição aprovado pela direção do TRF e as aquisições efetuadas.

QUADRO 156
Aquisição de veículos 2013

Padrão	TRF/Seção Judiciária	Plano de aquisição CJF		Plano de aquisição Secor		Executado	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
P1	Amapá	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Roraima	1	68.000,00	1	68.000,00	1	59.800,00
	Tocantins	3	232.000,00	3	222.000,00	3	216.090,00
P2	Acre	4	368.000,00	2	183.000,00	2	169.730,00
	Rondônia	3	213.000,00	0	0,00	0	0,00
P3	Amazonas	3	318.000,00	2	203.000,00	2	173.989,99
	Mato Grosso	2	183.000,00	1	68.000,00	1	66.659,60
	Piauí	4	463.000,00	4	423.097,00	4	415.917,00
P4	Maranhão	3	299.000,00	2	153.500,00	2	142.019,00
	Pará	2	183.000,00	1	115.000,00	1	97.900,00
P5	Goiás	4	369.000,00	4	369.000,00	4	363.150,00
P6	Bahia	4	253.000,00	2	117.000,00	2	121.620,00
	Distrito Federal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Minas Gerais	9	549.000,00	8	500.000,00	8	460.800,00
Subtotal		42	3.498.000,00	30	2.421.597,00	30	2.287.675,59
TRF		8	729,00	5	452.000,00	5	439.817,00
TOTAL GERAL		50	3.498.729,00	35	2.873.597,00	35	2.727.492,59

■ Esmaf

Para realização de treinamentos, jornadas e curso de formação dos 50 juízes aprovados no XIII concurso, foram alocados R\$ 1.747.098,00.



ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES (AJPC)

QUADRO 157

Execução orçamentária 1ª Região - AJPC - 2013

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	1.234.234,47	1.222.966,73	11.267,74	451.360,75	771.605,98	99,09%
	Roraima	167.986,77	167.986,77	0,00	151.945,56	16.041,21	100,00%
	Tocantins	1.647.710,83	1.647.710,83	0,00	1.551.930,67	95.780,16	100,00%
P2	Acre	822.768,62	822.768,62	0,00	684.349,67	138.418,95	100,00%
	Rondônia	1.048.935,16	1.048.935,16	0,00	791.140,12	257.795,04	100,00%
P3	Amazonas	593.083,79	593.083,79	0,00	540.792,77	52.291,02	100,00%
	Mato Grosso	2.483.182,23	2.483.182,23	0,00	2.201.071,75	282.110,48	100,00%
	Piauí	2.598.825,10	2.594.917,97	3.907,13	1.636.975,23	957.942,74	99,85%
P4	Maranhão	4.211.526,24	4.211.526,24	0,00	3.400.192,90	811.333,34	100,00%
	Pará	4.523.111,84	4.523.111,84	0,00	4.015.941,30	507.170,54	100,00%
P5	Goiás	6.666.618,96	6.666.618,94	0,02	6.039.134,21	627.484,73	100,00%
P6	Bahia	6.355.795,33	6.355.795,33	0,00	5.867.125,86	488.669,47	100,00%
	Distrito Federal	1.507.359,78	1.507.359,78	0,00	973.908,11	533.451,67	100,00%
	Minas Gerais	11.463.204,88	11.463.204,88	0,00	9.924.828,71	1.538.376,17	100,00%
Subtotal – Seções		45.324.344,00	45.309.169,11	15.174,89	38.230.697,61	7.078.471,50	99,97%
TRF		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Secor – 090032		10.000,00		10.000,00		0,00	0,00%



Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
TOTAL GERAL		45.334.344,00	45.309.169,11	25.174,89	38.230.697,61	7.078.471,50	99,94%

Da dotação disponível em 2013, de R\$ 45.334.344,00, foram utilizados R\$ 8.033.417,35 para pagamento de despesas de exercícios anteriores, tendo em vista que o orçamento de 2012 foi insuficiente para supri-las, e R\$ 37.275.751,76 para as despesas do exercício de 2013 que não quitou todas as pendências, restando, assim, um passivo de R\$ 256.076,93 a ser pago em 2013.

PROJETOS

QUADRO 158

Execução orçamentária 1ª Região - projetos - 2013

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	1.167.033,00	1.155.598,04	11.434,96	1.024.616,05	130.981,99	99,02%
	Roraima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
	Tocantins	389.967,67	389.967,67	0,00	138.648,73	251.318,94	100,00%
P2	Acre	1.133.621,50	1.133.621,50	0,00	412.398,37	721.223,13	100,00%
	Rondônia	1.029.398,51	1.017.121,08	12.277,43	712.546,36	304.574,72	98,81%
P3	Amazonas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
	Mato Grosso	7.086.050,18	7.086.050,18	0,00	1.118.886,23	5.967.163,95	100,00%
	Piauí	1.074.546,44	1.070.465,75	4.080,69	660.888,10	409.577,65	99,62%
P4	Maranhão	519.320,71	519.320,71	0,00	362.952,55	156.368,16	100,00%
	Pará	9.836.149,26	9.827.795,42	8.353,84	670.203,64	9.157.591,78	99,92%



Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P5	Goiás	994.370,34	990.177,34	4.193,00	205.552,89	784.624,45	99,58%
P6	Bahia	20.678.032,61	13.809.180,47	6.868.852,14	3.843.622,95	9.965.557,52	66,78%
	Distrito Federal	900.000,00	900.000,00	0,00		900.000,00	100,00%
	Minas Gerais	4.920.579,41	4.640.541,94	280.037,47	817.606,18	3.822.935,76	94,31%
Subtotal – Seções		49.729.069,63	42.539.840,10	7.189.229,53	9.967.922,05	32.571.918,05	85,54%
TRF		19.028.816,41	19.004.218,02	24.598,39	2.401.289,07	16.602.928,95	99,87%
Secor – 090032		516.909,20		516.909,20		0,00	0,00%
TOTAL GERAL		69.274.795,24	61.544.058,12	7.730.737,12	12.369.211,12	49.174.847,00	88,84%



A seguir, demonstram-se os R\$ 7.730.737,12 constantes do crédito não utilizado:

- R\$ 280.000,00 – Construção do edifício anexo da Justiça Federal em Divinópolis/MG
- R\$ 6.868.670,27 – Construção do edifício anexo da Subseção Judiciária em Barreiras/BA
- R\$ 0,39 – Reforma do edifício-sede I da Justiça Federal em Belo Horizonte/MG
- R\$ 10.000,00 – Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Barra do Garças/MT
- R\$ 128.151,00 – Projeto de Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Passos/MG;
- R\$ 58.784,54 – Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Jataí/GO
- R\$ 84.286,20 – Ampliação do edifício-sede da Justiça Federal em Cuiabá/MT
- R\$ 631,06 – Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Araguaína/TO

R\$ 24.598,32 – Construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

- R\$ 216.578,21 – Projeto de Implantação dos Sistemas Integrados de Gestão de Informação Jurisdicional – e-JUS;
- R\$ 52.289,09 – Projeto de Implantação de Varas Federais;
- R\$ 6.748,04 – Projeto de Implantação de Varas Federais em Mato Grosso – MT.

O acompanhamento da execução dos projetos da 1ª Região possibilitou evitar a execução de projetos em descompasso com o PPA e LOA; verificar a impossibilidade de executar todos os projetos consignados na LOA de 2013 e elaborar as solicitações de créditos adicionais suplementares e especiais.

A seguir, menciona-se a situação dos projetos de construção, reformas e desapropriações que tiveram execução em 2013:

AÇÕES QUE NÃO CONSTARAM DA LOA 2013 E QUE TIVERAM EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

■ **Construção do edifício-sede da Seção Judiciária do Amapá**

Em 2012, ficaram reinscritos em restos a pagar R\$ 11.000,00, que foram cancelados em 2013.

■ **Construção do edifício-sede da Seção Judiciária em Boa Vista/RR**

Em 2012, foram inscritos em restos a pagar R\$ 723.974,30. Desse total foram pagos R\$ 89.694,88, cancelados R\$ 19.282,00 e encontram-se pendentes de pagamento R\$ 614.997,42.



■ **Reforma e Ampliação do edifício-sede da Justiça Federal em Boa Vista/RR**

Em 2012, foram inscritos em restos a pagar R\$ 2.463.153,80, dos quais foram pagos R\$ 2.170.570,86, cancelados R\$ 32.430,00, restando pendente de pagamento R\$ 260.152,94.

■ **Construção do edifício-anexo da Justiça Federal em Palmas/TO**

Em 2012, foram reinscritos e inscritos em restos a pagar R\$ 1.204.394,03, deste montante foram pagos R\$ 1.203.975,28 e cancelados R\$ 418,75, não existindo assim mais pendências financeiras.

■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Rondonópolis/MT**

Em 2012, foram reinscritos em restos a pagar R\$ 255.893,99, deste montante foram pagos R\$ 69.197,92, cancelados R\$ 8.000,00 e encontram-se pendente de pagamento R\$ 178.696,07.

■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Cáceres/MT**

Em 2013, não foi pago nada do total reinscrito em restos a pagar de R\$ 139.394,52. Obra finalizada com pendência. Foi emitido o termo de recebimento provisório e em análise para recebimento definitivo.

■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Diamantino/MT**

Em 2012, ficaram inscritos em restos a R\$ 48.883,25, que ainda não foram pagos.

■ **Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Marabá/PA**

Em 2012, ficaram reinscritos em restos a pagar R\$ 12.246,33, os quais foram pagos integralmente, não existindo assim nenhuma pendência financeira.

■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Vitória da Conquista/BA**

Em 2013, foram reinscritos R\$ 198.347,73 em restos a pagar. Desse montante, foram pagos R\$ 160.435,84 ficando pendente de pagamento R\$ 37.911,89.

Obra concluída e inaugurada em janeiro de 2012. Emitido o termo de recebimento provisório. O termo de recebimento definitivo ainda não foi emitido em virtude de pendências existentes.

■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Pouso Alegre/MG**

Em 2012, ficaram inscritos em restos a pagar R\$ 109.566,16, foram pagos R\$ 109.484,28, cancelados R\$ 81,88, não existindo assim nenhuma pendência financeira.



AÇÕES QUE SERÃO CONCLUÍDAS COM A DOTAÇÃO DE 2013

■ Construção do edifício-sede I da Justiça Federal em Sinop - MT

Foram consignados na LOA 2013, por emenda, R\$ 1.000.000,00, que foram acrescidos por crédito em R\$ 3.430.993,00, que, somados a R\$ 909.983,50 de restos a pagar, perfizeram o montante de R\$ 5.340.976,50, disponíveis.

Em 2013, foram empenhados R\$ 4.430.993,00, pagos R\$ 1.366.044,28, sendo R\$ 909.983,50 de restos a pagar e R\$ 456.060,78 do exercício, e ainda ficaram inscritos em restos a pagar para pagamento em 2014 o valor de R\$ 3.974.932,22.

Obra em andamento, na fase de fundação. Houve uma desaceleração em decorrência das fortes chuvas, o que acarretou atraso no cronograma.

■ Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Feira de Santana/BA

Em 2013, foi aberto um crédito adicional especial de R\$ 800.000,00, que, somado aos restos a pagar de R\$ 2.990.470,90 perfizeram o montante de R\$ 3.790.470,90, disponíveis para utilização.

Durante o exercício de 2013, foram empenhados os R\$ 800.000,00 e pagos R\$ 2.923.460,25, sendo: R\$ 2.775.616,30 de restos a pagar e R\$ 147.843,95 do exercício. Foram inscritos em restos a pagar para pagamento em 2013 R\$ 652.156,05 e cancelados R\$ 406,64.

O custo total da obra foi de R\$ 11.920.248,36. A construtora já solicitou a vistoria da obra, objetivando a emissão do Termo de Recebimento.

■ Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Jequié/BA

Foram consignados na LOA 2013 inicialmente R\$ 1.800.000,00, que foram acrescidos por emenda em R\$ 200.000,00 e por crédito em R\$ 2.533.661,00, que, somados a R\$ 2.284.766,34 de restos a pagar, perfizeram o montante de R\$ 6.818.427,34 disponíveis.

Em 2013, foram empenhados R\$ 4.533.660.86,00, pagos R\$ 4.309.754,96, sendo R\$ 2.284.766,34 de restos a pagar e R\$ 2.024.988,62 do exercício. Ainda ficaram inscritos em restos a pagar para pagamento em 2014 o valor de R\$ 2.508.672,24.

A obra encontra-se em fase de conclusão. Após vistoria, as pendências levantadas foram apresentadas ao executor do contrato para que sejam sanadas pela construtora. As pendências são simples e de fácil resolução. Em termos gerais, a obra possui suas funções principais em funcionamento.

■ Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso/BA

Foram consignados na LOA 2013 inicialmente R\$ 500.000,00, acrescidos por emenda em R\$ 750.000,00 e por crédito em R\$ 5.274.257,00, que, somados a R\$ 1.335.000,00 de restos a pagar, perfizeram o montante de R\$ R\$ 7.859.257,00 disponíveis.



Em 2013, foram empenhados R\$ 6.524.257,00, pagos R\$ 2.421.153,89, sendo R\$ 1.317.937,64 de restos a pagar e R\$ 1.103.216,25 do exercício, ficando inscritos em restos a pagar para pagamento em 2014 o valor de R\$ 5.421.040,75.

A obra encontra-se em ritmo normal, com realização de 33%, estando na 8ª medição.

AÇÕES EM ANDAMENTO COM A OBRA LICITADA

■ Construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal

Foram consignados na LOA 2013 R\$ 115.000.000,00, que somados aos R\$ 87.372.388,28, de restos a pagar, perfizeram o montante de R\$ 202.372.388,28 disponíveis para a continuidade da obra.

No decorrer de 2013, o Tribunal empenhou R\$ 4.231.989,79, descentralizou R\$ 1.493.880,89 para o Ministério do Exército; cancelou a dotação de R\$ 109.249.531,00 por meio de crédito adicional, pagou R\$ 11.056.541,51, sendo: R\$ 10.810.890,52 de restos a pagar e R\$ 245.650,99 do exercício. Ficaram sem utilização R\$ 24.598,32 e R\$ 3.986.338,80 inscritos em restos a pagar.

A Construção da nova sede do TRF tem se desenvolvido em etapas, contratadas por meio de licitações autônomas, subdivididas em quantas parcelas forem possíveis, observada a viabilidade técnica e econômica de sua execução.

A etapa de complementação do arcabouço estrutural estava sendo executada pela Construtora Engefort Ltda, que entrou em recuperação judicial, tornando-se inadimplente, o que motivou a rescisão contratual. Foi contratada em caráter emergencial a Construtora LDN para a conclusão da etapa estrutural.

A revisão e complementação dos projetos estruturais elaborados há mais de sete anos é imprescindível para a continuidade da obra.

Diante deste cenário, a Administração temendo perder toda a dotação, ofereceu como fonte de cancelamento no crédito de setembro, R\$ 109.887.968,00, que, após negociações com a Secretaria de Orçamento Federal e com o Conselho da Justiça Federal, foi utilizado para suplementar as seguintes ações:

- R\$ 10.000.000,00 – destinados à Justiça Militar e do Trabalho para o atendimento parcial do passivo de auxílio-alimentação devido a magistrados;
- R\$ 25.000.000,00 – destinados à Justiça Federal para o atendimento parcial do passivo de auxílio-alimentação devido a magistrados;
- R\$ 12.000.000,00 – para atender às obras em andamento da Justiça Federal, exceto as da 1ª Região;
- R\$ 8.000.000,00 – para atender às despesas de custeio de toda a Justiça Federal; e
- R\$ 45.887;968,00 – para obras da 1ª Região;



- R\$ 4.000.000,00 – na ação assistência médica e odontológica (Amos) a servidores e seus dependentes – Unidade Orçamentária 12.101 para a 1ª Região
- R\$ 5.000.000,00 – na Ação Julgamento de Causas – Unidade Orçamentária 12.101, para a 1ª Região.

■ **Construção do edifício-sede II da Justiça Federal em Cáceres/MT**

Foram consignados na LOA 2013, por emenda, R\$ 1.000.000,00, que foram acrescidos de crédito em R\$ 164.979,00, que somados aos R\$ 921.627,75 de restos a pagar, perfizeram o montante disponível de R\$ 2.086.606,75.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 1.164.979,00, pagos R\$ 456.762,00, sendo R\$ 319.627,93 de restos a pagar e R\$ 137.134,07 do exercício, cancelado restos a pagar de R\$ 601.999,82 e ainda inscrito em restos a pagar para pagamento em 2014 R\$ 1.027.844,93.

Contrato rescindido com a empresa Eletrotec por inadimplência, o que resultou no cancelamento de restos a pagar não processados. Obra retomada pela 2ª empresa classificada na licitação.

■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Santarém/PA**

Foram consignados na LOA 2013 R\$ 1.000.000,00, que foram acrescidos por crédito em R\$ 7.660.794,00, que somados a R\$ 40.423,45 de restos a pagar, perfizeram o montante de R\$ R\$ 8.701.217,45 disponíveis.

Em 2013, foram empenhados R\$ 8.660.794,00, pagos R\$ 183.837,37 sendo R\$ 12.765,30 de restos a pagar e R\$ 171.072,07 do exercício, e ainda ficaram inscritos em restos a pagar para pagamento em 2014 o valor de R\$ 8.489.721,93.

Obra em início de execução, já tendo sido apresentada 1ª medição correspondente a 2,8% dos serviços. Os serviços da estrutura (fundações, estacas, muros de contenção e arrimo) já foram iniciados e já foi contratada a fiscalização externa.

■ **Construção do edifício-anexo da Seção Judiciária em Salvador/BA**

Foram consignados na LOA 2013 inicialmente R\$ 1.500.000,00, que foram acrescidos em R\$ 400.000,00 de emendas que somados aos R\$ 1.500.000,00 de restos a pagar, perfizeram o montante de R\$ 3.400.000,00 disponíveis para utilização.

Em 2013 foi cancelada a dotação de R\$ 1.410.000,00, em virtude da paralisação da obra, empenhados R\$ 490.000,00, pagos R\$ 182.281,06, sendo R\$ 95.474,49 de restos a pagar e R\$ 86.806,57 do exercício e ainda foram inscritos em restos a pagar R\$ 403.193,43.

A obra encontra-se temporariamente sem atividades, em decorrência das inconsistências e complexidades na execução do projeto elaborado pela WEGA Empreendimentos, o que motivou a necessidade da elaboração de projeto estrutural mais simples, realizado pelo engenheiro do CJF Lúcio Castelo Branco, mediante solicitação do diretor



do foro da SJBA. A obra está prevista para reiniciar em janeiro/2014, estando o respectivo aditivo contratual em fase final de confecção. O projeto estrutural foi simplificado e haverá redução do custo da obra.

■ **Reforma do edifício-sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal**

Foram consignados na LOA 2013 R\$ 500.000,00, que foram acrescidos por crédito em R\$ 400.000,00, perfazendo o montante de R\$ R\$ 900.000,00 disponíveis.

Em 2013 foram empenhados R\$ 900.000,00, que ficaram inscritos em restos a pagar para pagamento em 2014.

A licitação da reforma foi homologada e contratada.

■ **Reforma do edifício-sede I da Justiça Federal em Belo Horizonte/MG**

Foram consignados na LOA 2013 R\$ 1.500.000,00, que foram acrescidos por crédito em R\$ 1.609.937,00, que somados aos R\$ 1.000.000,00 de restos a pagar, perfizeram o montante de R\$ R\$ 4.109.937,00 disponíveis.

Em 2013, foram empenhados R\$ 3.109.936,61, pagos R\$ 1.043.506,59 sendo: R\$ 1.000.000,00 de restos a pagar e R\$ 43.506,59 do exercício e ainda ficaram inscritos em restos a pagar para pagamento em 2014 R\$ 3.066.430,02.

A licitação da reforma foi homologada e contratada.

AÇÕES EM ANDAMENTO COM OS PROJETOS ARQUITETÔNICOS E EXECUTIVOS APROVADOS OU LICITADOS

■ **Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Araguaína/TO**

Foram consignados na LOA 2013, por emenda, R\$ 250.000,00.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 249.368,94, que foram inscritos em restos a pagar, visando à contratação dos projetos arquitetônicos e executivos, ficando sem utilização R\$ 631,06.

Os projetos executivos e de fiscalização/assessoria foram contratados no final de 2013. A empresa contratada executou os serviços de levantamento topográfico e sondagem do terreno e apresentou duas propostas de estudo preliminar de projeto arquitetônico, que foram analisadas e solicitadas adequações e ajustes.

■ **Ampliação do edifício-sede da Justiça Federal em Cuiabá/MT**

Foram consignados na LOA 2013, por emenda, R\$ 400.000,00.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 315.713,80 que foram inscritos em restos a pagar visando à contratação dos projetos arquitetônicos e executivos, ficando sem utilização R\$ 84.286,20.

A empresa contratada detectou que a manutenção do imóvel existente no meio do terreno prejudicará a segurança do futuro prédio além de encarecer desproporcional-



mente a obra. Os estudos/análises atrasaram o cronograma de execução dos serviços. Com o relatório técnico sugerindo a demolição do prédio adjacente, será elaborado novo cronograma.

■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Barra do Garças/MT**

Foram consignados na LOA 2013, por emenda, R\$ 250.000,00.

Durante o exercício, foram cancelados por crédito adicional R\$ 240.000,00, uma vez que a dotação era inferior a 20% do custo total da obra, o que impediu a licitação da obra nos termos do art. 10 da Resolução CJF 179/2011.

Os Projetos arquitetônicos e executivos já contratados estão aguardando o término da terraplanagem, que está sendo feita pela Prefeitura Municipal para iniciar os serviços de elaboração.

■ **Reforma do edifício-sede da Seção Judiciária em Belém/PA**

Foram consignados na LOA 2013, por meio de crédito especial, R\$ 3.475.887,00, que somados aos R\$ 1.091.840,00 de restos a pagar perfizeram o total de R\$ 4.567.727,00 disponíveis.

Durante o exercício foram empenhados R\$ 257.134,00 e inscritos em restos a pagar, pagos R\$ 1.091.840,00 de restos a pagar, contingenciados R\$ 3.218.753,00.

A 1ª etapa já está na fase de recebimento provisório, restando apenas acabamento e testes finais do serviço realizado. Para a 2ª etapa, foi realizada licitação no final do exercício de 2013, resultando fracassada, pois o valor obtido foi superior ao orçado como referência. Esse procedimento será repetido no 1º trimestre de 2014, considerando que o crédito especial de R\$ 3.218.753,00, que ficou contingenciado, será reaberto em 2014.

■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Jataí/GO**

Foram consignados na LOA 2013, por emenda, R\$ 400.000,00.

Durante o exercício foi cancelada a dotação de R\$ 228.000,00 por crédito adicional, foram empenhados R\$ 113.215,46, que foram inscritos em restos a pagar visando à contratação dos projetos arquitetônicos e executivos, ficaram sem utilização R\$ 58.784,54.

■ **Construção de galpão para arquivo e depósito judicial para a Justiça Federal em Brasília/DF**

Foram consignados na LOA 2013, por meio de crédito especial, R\$ 3.523.759,00, que ficaram contingenciados e serão reaberto em 2014.

■ **Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Barreiras/BA**

Foram consignados na LOA 2013, por emenda parlamentar, R\$ 1.550.000,00, que foram acrescidos por crédito suplementar em R\$ 5.954.696,00 perfazendo o montante de R\$ 7.504.696,00 disponíveis para utilização.



Durante o exercício foram empenhados R\$ 444.200,00, pagos R\$ 9.710,40, inscritos em restos a pagar R\$ 434.489,60, bloqueados R\$ 191.825,73 em função da dotação utilizada da reabertura do crédito extraordinário – MP 598 que foi cancelado e ficaram sem utilização R\$ 6.868.670,27.

Em razão da demora da entrega do projeto atualizado pela JCA Engenharia, que por diversas vezes foi submetido a novas correções, a licitação para a contratação da empresa executora da obra ocorreu em dezembro, ficando o certame prejudicado em virtude do recurso apresentado pela empresa inabilitada pela comissão de licitação, com respaldo do setor técnico. Desse modo, em virtude da abertura do prazo, não houve tempo suficiente para finalização da concorrência em 2013 e a dotação foi perdida.

■ **Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Guanambi/BA**

Foram consignados na LOA 2013, por emenda parlamentar, R\$ 150.000,00 que, por serem insuficientes para licitar a obra, foram cancelados no crédito adicional

■ **Ampliação do edifício-sede da Justiça Federal em Uberlândia/MG**

Foram consignados na LOA 2013, por meio de crédito especial, R\$ 7.196.689,00.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 14.500,00 e inscritos em restos a pagar e contingenciados R\$ 7.182.189,00.

Foi contratado o serviço de revisão e atualização da planilha orçamentária para publicar o Edital de licitação visando à construção da obra considerando que o crédito especial de R\$ 7.182.189,00, que ficou contingenciado, será reaberto em 2014.

■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Passos/MG**

Foram consignados R\$ 1.500.000,00 na LOA 2013, que foram suplementados em R\$ 5.927.000,00 ficando disponíveis R\$ 7.427.000,00 para licitar a obra.

Em 2013, a dotação não foi utilizada na contratação da obra porque as licitações foram desertas. Assim, foi contingenciado o montante de R\$ 5.798.849,00 e bloqueados R\$ 1.500.000,00, em função da dotação utilizada da reabertura do crédito extraordinário – MP 598, que foi cancelado. Ficaram sem utilização R\$ 128.151,00.

O quarto procedimento licitatório restou deserto. Como não houve questionamento ou solicitação de informações adicionais acerca de questões técnicas do edital, e várias empresas interessadas reclamaram do valor muito baixo e até impraticável do orçamento de referência, faz-se necessária a revisão e a atualização das planilhas orçamentárias, inclusive porque os preços cotados já apresentam defasagem superior a doze meses. Após a revisão e atualização das planilhas, o processo será encaminhado à Secom, para nova licitação.



AÇÕES NOVAS SEM EXECUÇÃO EM 2013

■ Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Divinópolis/MG

Foram consignados na LOA 2013, por emenda, R\$ 280.000,00.

Durante o exercício a dotação não foi utilizada, pois nenhuma empresa foi selecionada no procedimento licitatório realizado para a contratação dos projetos executivos para a obra, por não atender às exigências do Edital.

■ Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Gurupi/TO

Foram consignados na LOA 2013, por emenda, R\$ 250.000,00.

Durante o exercício a dotação foi cancelada por crédito adicional, pois não pôde ser empregada na contratação dos projetos arquitetônicos e executivos, em razão de a Secretaria de Patrimônio da União não ter finalizado o processo de remembramento da área a ser destinada à Justiça Federal.

REFORMAS E ADAPTAÇÕES

As diversas necessidades da 1ª Região, solicitadas na proposta orçamentária para 2013, foram priorizadas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo planejamento estratégico para obras e reformas. Foram aplicados recursos na ordem de R\$ 9.250.966,16 do Projeto de Modernização das Instalações da Justiça Federal e Atividade Julgamento de Causas conforme quadro a seguir:

QUADRO 159

Demonstrativo da execução de JC reformas 2013

Seção Judiciária	Unidade reformada	Ação	Descrição do serviço	Total
Roraima	imóvel Funcional	JC	reforma dos imóveis funcionais localizados a rua capitão Franco de Carvalho, 378 e rua Ricardo Franco, 216, na cidade de Boa Vista/RR.	2.333,83
TOTAL RORAIMA				2.333,83
Tocantins	edifício-sede e anexo – Palmas	JC	obra de interligação dos edifícios sede e anexo da JFTO. RDO-2764	3.796,21
			instalação de painéis.	186.404,29
	edifício anexo – Palmas	MIJF	reforma das instalações do edifício anexo. MIJF	650.510,77
TOTAL TOCANTINS				840.711,27
Rondônia	edifício-sede Porto Velho	JC	serviço de instalação de condicionadores de ar split para instalação da 6ª Vara Federal em Porto Velho.	1.755,00
		MIJF	reformas e construções de banheiros. MIJF	339.688,05
TOTAL RONDÔNIA				341.443,05



Seção Judiciária	Unidade reformada	Ação	Descrição do serviço	Total
Acre	edifício-sede – Rio Branco	JC	serviço de reforma da cúpula.	79.000,00
	edifício-sede – Cruzeiro do Sul		confeção e instalação de persianas verticais em tecido.	5.346,00
TOTAL ACRE				84.346,00
Amazonas	edifício-sede – Manaus	JC	adequação da sala de treinamento de informática do polo da Unicorp	15.397,89
			serviços de reparos de avarias	7.036,99
			serviços de reforma no juizado federal	5.576,58
			serviços de reforma do plenário encontro das águas	2.960,50
	edifício-sede e anexo II – Manaus	JC	serviços de recuperação e melhoramento do sistema de drenagem de águas pluviais dos edifícios sede e anexo II	139.841,43
	imóvel – Tocaia	JC	contratação de empresa especializada para reformar o imóvel denominado Tocaia	2.619,24
	edifício Solimões	JC	serviços de reforma do sistema de drenagem de águas pluviais	29.999,00
		MIJF	contratação de empresa especializada para instalar o sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA). MIJF	14.979,83
	edifício-sede – Tabatinga	JC	ref. serviços de recuperação dos toldos, tipo sombrite, instalados no estacionamento	2.400,00
			serviços de substituição de vidros diversos da fachada	6.000,00
			pintura horizontal de estacionamento	3.000,00
			instalação, com fornecimento, de 140 m ² de insulfilme nas janelas e vidraças	7.000,00
			confeção e instalação de caixas de concreto para 25 aparelhos de ar condicionado	5.250,00
edifício-sede – Tefé	JC	fornecimento com instalação de 1 porta detectora de metais	17.499,00	
TOTAL AMAZONAS				259.560,46
Mato Grosso	edifício-sede – Cuiabá	JC	abertura de vão para instalação de porta	3.650,00
			serviços de inspeção nas instalações elétricas	10.000,00
			ampliação do estacionamento	50.683,97
			confeção e instalação de armário para banheiros	24.278,00
			pintura/reparo	266.700,00
			execução de projeto de prevenção e combate a incêndio.	63.492,23
			instalação com fornecimento de material de divisórias	62.369,46



Seção Judiciária	Unidade reformada	Ação	Descrição do serviço	Total
Mato Grosso	edifício-sede – estacionamento – Cuiabá	JC	fornecimento de material e instalação de tapume para proteger a obra de construção de estacionamento	3.158,10
	edifício-sede – arquivo judicial – Cuiabá	JC	instalação com fornecimento de material e divisórias no arquivo judicial.	6.882,85
	seção e subseções	JC	elaboração de projetos de cftv desta seccional e subseções.	40.735,94
	edifício Cáceres	JC	execução de projeto acessibilidade para deficientes	25.000,00
		MIJF	elaboração de projeto e instalação de controle de acesso. MIJF	6.850,00
	Rondonópolis	MIJF	elaboração de projeto e instalação de controle de acesso. MIJF	6.850,00
	Sinop	MIJF	elaboração de projeto e instalação de controle de acesso. MIJF	6.850,00
TOTAL MATO GROSSO				577.500,55
Piauí	edifício-sede Teresina	JC	serviço de pintura de paredes do 7º andar do edifício-sede da JFPI para instalação da 8ª vara federal.	3.161,00
			serviços de demontagem e remanejamento de divisórias (2º andar da JFPI para instalação da Unicorp).	8.303,00
			serviços de pintura externa do auditório	25.000,00
	edifício São Raimundo Nonato	MIJF	aquisição com instalação de cameras e alarme digital com monitoramento de CFTV. MIJF	188.000,00
			aquisição de material permanente diversos (mobiliário em geral). MIJF	36.996,92
	edifício São Raimundo Nonato	MIJF	aquisição de material permanente diversos(mobiliário em geral). MIJF	24.818,25
	edifício Corrente	JC	serviço de reforma das instalações físicas	360.784,16
edifício Parnaíba	MIJF	reforma das instalações físicas. MIJF	488.448,46	
TOTAL PIAUÍ				1.135.511,79
Maranhão	edifício-sede – São Luís	JC	reforma do gabinete odontológico	23.726,83
	edifício-sede e anexo I – São Luís	JC	reforma dos ambientes do prédio-sede e anexo I desta seccional.	41.068,66
	edifício-sede e anexo I – São Luís	MIJF	elaboração de projeto executivo de reforma das instalações elétricas. MIJF	60.280,00
	edifício-sede – Imperatriz	JC	aquisição e instalação de porta giratória	10.600,00
		reforma do 2º andar	4.725,00	
TOTAL MARANHÃO				140.400,49



Seção Judiciária	Unidade reformada	Ação	Descrição do serviço	Total
Pará	edifício-sede - Belém	JC	fabricação e instalação de estrutura de portão roliça de 3/4.	9.000,00
			contratação de empresa especializada para exercer as atividades de fiscalização da obra de reforma do sistema elétrico.	34.970,00
		MIJF	modernização nos quatro elevadores instalados. MIJF	368.900,00
	edifício-sede – Marabá	JC	serviço de reforma de pintura gabinetes, instalação de porta e outros.	5.513,55
	edifício-sede – Altamira		contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia visando instalação de grupo gerador.	49.010,00
	edifício-sede – Santarém		contratação de empresa especializada para a construção de sala de audiências.	86.400,00
TOTAL PARÁ				553.793,55
Goiás	edifício-sede Goiânia – GO	JC	fornecer e instalar uma porta de madeira na nova sala da Seseg, incluindo serv. de demolição de paredes, remoção de janelas, reconstrução de parede em alvenaria e pintura da mesma.	5.110,40
			confeção e instalação de mobiliário.	49.000,00
			aquisição, instalação e assistência técnica de equipamentos de segurança eletrônica.	413.779,99
	edifício-sede Goiânia e anexo	MIJF	reforma de modernização de áreas dos edifícios-sede e anexo. MIJF	609.999,99
			projeto de reforma do sistema elétrico do edifício-sede e anexo. MIJF	282.000,00
	edifício Gama Dias	JC	aquisição e instalação de piso nas salas de pericias dos juizados.	6.800,00
			aquisição e instalação de película isolante solar.	3.326,80
TOTAL GOIÁS				1.370.017,18
Bahia	edifício-sede – Salvador	JC	transferência e instalação de CPD.	17.166,13
			fornecer e instalar rufo em chapa de aço galvanizado no novo telhado do Nucre e do restaurante.	9.003,50
			serviço de reforma e recuperação dos muros lateral, frontal, fundos e passeio externo.	320.500,00
			instalação de CPD.	40.404,91
			transferência e instalação de CPD.	57.761,04
	edifício-sede e anexo – Salvador	JC	serviço/reforma de 12 sanitários.	19.299,46
			serviço de isolamento dos racks.	31.490,00
			fornecimento e instalação sist. sonorização 6 elevadores.	21.000,00
		MIJF	serviço de recuperação, limpeza e pintura das fachadas dos prédios, guaritas, reservatórios elevados e muretas. MIJF	373.000,00



Seção Judiciária	Unidade reformada	Ação	Descrição do serviço	Total
Bahia	edifício-sede – Salvador e edifício-sede – Teixeira de Freitas	JC	reforma de 12 sanitários.	11.138,13
	prédio do JEF	JC	contratação de empresa especializada em montagens de divisórias para reformanas instalações físicas no 1º andar.	13.166,26
			substituição de piso e instalação de balcão do prédio dos JEFs.	6.604,01
			fornecimento e instalação de placas de forro "colmeia" confeccionadas em PVC no 1º subsolo.	5.160,00
			montagem de divisórias de gesso acartonado tipo dry-wall com as devidas adaptações e remanejamento de instalações elétricas.	12.140,47
			reforma e adaptação nas instalações físicas onde funcionará a 3ª turma recursal.	72.799,00
	prédio do JEF e anexos	MIJF	correção de problemas de infiltração no depósito da Sepat localizado no prédio dos JEFs. MIJF	101.500,00
	edifício-sede Itabuna	JC	serviços elétricos.	4.400,00
	edifício-sede Teixeira de Freitas	JC	serviços de escoramento metálico e recuperação da área comprometida.	436.065,00
	edifício-sede – Eunápolis	JC	reforma das instalações físicas de imóvel	49.561,42
	edifício-sede – Paulo Afonso	JC	serviço de pintura interna e externa	13.700,41
edifício-sede – Vitória da Conquista	JC	serviços elétricos incluindo todo material necessário	4.600,00	
		serviço elétrico	24.039,00	
TOTAL BAHIA				1.644.498,74
Distrito Federal	edifício-sede – arquivo judicial – DF	JC	recuperação das estruturas metálicas do arquivo judicial	420.015,01
	edifício-sede – estacionamento – DF		contratação de empresa especializada em sinalização para demarcação viária das vagas dos estacionamentos	6.879,98
TOTAL DISTRITO FEDERAL				426.894,99
Minas Gerais	edifícios-sede de Belo Horizonte	JC	execução de projeto de combate a incêndio e pânico	26.508,11
			fornecimento e instalação de cinco portas de aço	54.700,00
			execução de projeto de combate a incêndio e pânico	16.170,18
			serviços de higienização e limpeza dos dutos que compõem os sistemas de ar condicionado	89.000,00



Seção Judiciária	Unidade reformada	Ação	Descrição do serviço	Total
Minas Gerais	edifícios Antonio Fernando Pinheiro, Euclides Reis Aguiar e Oscar Dias Corrêa	MIJF	atualização do escopo de serviços de laudo elaborado em 2010 para a recuperação das estruturas dos edifícios da SING em Belo Horizonte/MG. MIJF	14.900,00
			serviços de recuperação estrutural e impermeabilização nos imóveis sede desta JFMG. MIJF	313.400,00
	edifícios de Belo Horizonte	JC	serviços de execução de projeto de combate a incêndio	20.055,65
			remanejamento de divisórias	7.080,00
			serviços de reparo da calçada portuguesa	4.300,00
	edifício Antônio Fernando Pinheiro – Belo Horizonte	JC	fornecimento e instalação de conjuntos de bancos de capacitores	74.019,60
	edifício Euclides Aguiar – Belo Horizonte	JC	troca do telhado da copa	14.929,00
	edifício Oscar Dias Corrêa – Belo Horizonte	JC	serviços de impermeabilização do prédio	7.502,19
			serviços de impermeabilização do prédio	10.059,14
	casa Anexa ao edifício Oscar Dias Corrêa – Belo Horizonte	JC	reforma nas instalações elétricas	10.159,00
	edifício-sede – Divinópolis e anexos	JC	serviços de redistribuição interna da rede elétrica	56.639,05
	edifício-sede – Ipatinga	JC	fornecimento e instalação de forros de PVC e divisórias, incluindo a retirada dos forros e remanejamento de divisórias	6.518,00
			adequação do padrão de energia	4.878,00
	edifício-sede Juiz de Fora	JC	serviços de instalação de termostatos digitais e atuadores no sistema de ar-condicionado central.	8.810,00
			serviços visando à adequação da construção da cantina/refeitório.	16.587,16
			reformas instalações.	12.470,92
	edifício-sede Teófilo Otoni	JC	serviços de substituição de 54 m ² de cerâmica.	5.670,00
	edifício-sede Uberaba	JC	readequação do estacionamento.	10.000,00
		MIJF	serviços de elaboração de projetos executivo, arquitetônico e complementares para adequação da sede da SSJ de Uberaba. MIJF	11.840,00
	edifício-sede Uberlândia	JC	impermeabilização interna total do reservatório de água superior.	5.780,00
edifício-sede Varginha	JC	serviços de projeto e construção de cabeamento estruturado.	333.761,43	
TOTAL MINAS GERAIS				1.135.737,43
TOTAL JC				4.612.937,06
TOTAL MIJF				3.899.812,27
TOTAL SEÇÕES JUDICIÁRIAS				8.512.749,33



Seção Judiciária	Unidade reformada	Ação	Descrição do serviço	Total
Tribunal	Edifício-sede I	JC	serviços instalação do disjuntor central.	4.181,00
		MIJF	reforma restaurante. MIJF	46.008,47
	serv. de pintura interna – MIJF		20.108,00	
	Anexo I - (antigo prédio TSE)	MIJF	adaptação de intalações prediais - Espaço Bem-Estar. MIJF	614.673,11
	Prédio Centrejufe	MIJF	elaboração de projetos ref. instala segurança do MIJF	21.000,00
	Edifício Adriana	MIJF	serviço de impermeabilização. MIJF	24.005,30
	Edifício-sede e anexo	JC	sistema de prevenção a incêndio.	8.240,95
TOTAL TRIBUNAL				738.216,83
TOTAL JC				12.421,95
TOTAL MIJF				725.794,88
TOTAL TRIBUNAL				738.216,83
TOTAL GERAL				9.250.966,16

Cabe ressaltar que, além dos serviços acima mencionados, algumas seccionais tiveram autorizadas outras obras e reformas para serem efetuadas e por motivos diversos não utilizaram os créditos autorizados.

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE VARAS FEDERAIS

Em 2013, foram instaladas 19 varas criadas pela Lei 12.011, de 04/08/2009, e 3 varasna Seção Judiciária do Amapá criadas pela Lei 12.762, de 27/12/2012.

A dotação recebida para instalação das varas foi de R\$ 12.400.000,00. Deste total, foram liquidados R\$ 5.794.301,71, inscritos em restos a pagar R\$ 6.553.409,20, e ficaram sem utilização R\$ 52.289,09. O Tribunal fez um controle rigoroso desses recursos, o que possibilitou atender todas as demandas.

O quadro a seguir demonstra a execução por unidade:

QUADRO 160

Demonstrativo IVF 2013 (R\$)

Seção	Descrição do serviço	TOTAL
AM – Macapá	39 – outros serviços de terceiros – PJ	62.050,00
	52 – equipamento e material permanente	1.093.548,04
TOTAL AMAPÁ		1.155.598,04



Seção	Descrição do serviço	TOTAL
TO – Palmas	14 – diárias – civil	2.853,38
	30 – material de consumo	1.532,50
	33 – passagens e despesas com locomoção	1.579,00
	39 – outros serviços de terceiros – PJ	7.526,85
	52 – equipamento e material permanente	126.006,00
	93 – indenizações e restituições	1.101,00
TOTAL TOCANTINS		140.598,73
AC – Cruzeiro do Sul	14 – diárias – civil	35.377,17
	30 – material de consumo	3.549,40
	33 – passagens e despesas com locomoção	34.964,50
	39 – outros serviços de terceiros – PJ	272,80
	51 – obras e instalações	701.197,40
	52 – equipamento e material permanente	358.260,23
TOTAL ACRE		1.133.621,50
RO – Vilhena, Antecipação Porto Velho e complementação Ji-Paraná	14 – diárias – civil	42.470,40
	30 – material de consumo	97.291,70
	33 – passagens e despesas com locomoção	21.936,10
	39 – outros serviços de terceiros – PJ	267.737,21
	52 – equipamento e material permanente	563.368,86
	93 – indenizações e restituições	24.316,81
TOTAL RONDÔNIA		1.017.121,08
MG – Cuiabá Cáceres e Juína	14 – diárias – civil	73.645,63
	33 – passagens e despesas com locomoção	15.963,16
	39 – outros serviços de terceiros – PJ	911.582,03
	52 – equipamento e material permanente	79.788,60
	93 – indenizações e restituições	133,00
TOTAL MATO GROSSO		1.081.112,42
PI – Teresina e São Raimundo Nonato	14 – diárias – civil	29.386,83
	30 – material de consumo	6.610,00
	39 – outros serviços de terceiros – PJ	485.924,63
	52 – equipamento e material permanente	547.534,29
	93 – indenizações e restituições	1.010,00



Seção	Descrição do serviço	TOTAL
TOTAL PIAUÍ		1.070.465,75
MA – São Luís antecipação Balsas	14 – diárias – civil	5.051,71
	30 – material de consumo	10.778,65
	33 – passagens e despesas com locomoção	9.513,39
	39 – outros serviços de terceiros – PJ	55.931,44
	52 – equipamento e material permanente	437.832,72
	93 – indenizações e restituições	212,80
TOTAL MARANHÃO		519.320,71
PA – Belém e Itaituba	14 – diárias – civil	32.859,51
	30 – material de consumo	37.095,62
	33 – passagens e despesas com locomoção	38.013,53
	36 – outros serviços de terceiros – pessoa física	14.769,68
	39 – outros serviços de terceiros – PJ	431.199,71
	47 – obrigações tributárias e contributivas	2.953,94
	52 – equipamento e material permanente	350.280,97
	93 – indenizações e restituições	2.694,46
TOTAL PARÁ		909.867,42
GO – Antecipação Anapolis complementação Jataí, Uruaçu e Formosa	39 – outros serviços de terceiros – PJ	744.564,34
	52 – equipamento e material permanente	132.397,54
TOTAL GOIÁS		876.961,88
BA – Salvador e Bom Jesus da Lapa	14 – diárias – civil	100.869,12
	30 – material de consumo	19.305,25
	33 – passagens e despesas com locomoção	23.803,40
	39 – outros serviços de terceiros – PJ	226.619,23
	52 – equipamento e material permanente	646.465,61
TOTAL BAHIA		1.017.062,61
MG – Juiz de Fora, Montes Claros, Patos de Minas, Uberaba, Uberlândia	14 – diárias – civil	40.729,27
	30 – material de consumo	101.969,83
	33 – passagens e despesas com locomoção	51.911,34
	39 – outros serviços de terceiros – PJ	479.893,01
	52 – equipamento e material permanente	750.326,84
	93 – indenizações e restituições	91.275,04



Seção	Descrição do serviço	TOTAL
TOTAL MINAS GERAIS		1.516.105,33
TOTAL SEÇÕES		10.437.835,47
TRF – Equipamento de informática para novas varas	39 – outros serviços de terceiros – PJ	101.904,00
	52 – equipamento e material permanente	1.807.971,44
TOTAL TRIBUNAL		1.909.875,44
TOTAL GERAL		12.347.710,91

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE VARAS FEDERAIS EM MATO GROSSO

Foi alocado por meio de emenda parlamentar o valor de R\$ 100.000,00, dos quais R\$ 93.251,96 foram aplicados na contratação de empresa para elaborar os projetos básicos e executivos de arquitetura e projetos complementares da Construção da sede da Justiça Federal em Juína. Ficaram sem utilização R\$ 6.748,04.

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (ISIGI/E-JUS)

Da dotação disponível para este projeto de R\$ 13.078.931,00, foram empenhados R\$12.862.352,79, liquidados R\$ 2.155.638,08, inscritos em restos a pagar R\$ 10.706.714,71 e ficaram sem utilização R\$ 216.578,21. Os recursos foram aplicados de acordo com o quadro abaixo.

QUADRO 161

Demonstrativo de realizações na ação implantação do Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal – 2013

Unidade orçamentária	Projeto	Grupo natureza da despesa	Descrição do serviço	Total
Tribunal	1.3 – Justiça federal virtual	4	licença de <i>software</i> – ISIGI	80.609,95
		4	aquisição de equip. de videoconferência	1.169.370,00
		4	aquisição de <i>scanners</i>	707.490,00
		4	aquisição de licenças de <i>software</i>	151.800,00
		4	aquisição de licenças de <i>software</i>	37.959,74
		4	aquisição de impressoras	371.853,30
		3	treinamento unix - linux/oracle	159.146,65
		4	aquisição de impressoras coloridad e cartão PVC	314.400,00



Unidade orçamentária	Projeto	Grupo natureza da despesa	Descrição do serviço	Total
Tribunal	1.3 – Justiça federal virtual	4	aquisição de impressora colorida (tipo II)	264.019,57
		4	aquisição de impressora (tipo III)	103.700,00
		4	aquisição de impressoras laser	466.462,70
		3	<i>mentoring</i>	160.275,00
		4	aquisição subscriçao de suporte oracle	329.785,00
		4	contratação renovação do suporte java	91.340,00
		3	contratação serv. consultoria/ <i>mentoring</i>	60.000,00
		3	treinamanto ca introscope Java	41.300,00
		4	aquisição de leitores de código de barras	132.413,18
	1.4 – Modernização Física e Tecnológica dos CPD's	4	aquisição de storage(cat. I)	2.000.000,00
		3	serv. instal. e config. categ.I	20.444,32
		4	aquisição de storage (cat. II)	73.150,00
		3	serv. instal. e configuracao	12.738,00
		4	aquisição de <i>switches</i>	658.328,56
		4	aquisição de <i>storages</i>	1.901.900,00
		3	certificador de cabos de rede	73.000,00
		3	aquisição de materiais (<i>path cord</i> , cabo de rede, fita velcro dupla face)	412.371,54
		3	aquisição de <i>punch down</i>	837,60
		3	zip cord lc/sc	6.010,00
		3	serviços de instalação e configuração	331.188,00
		3	prestação de serviços na area de informacao - ti	200.000,00
		4	aquisição de <i>path panel</i>	118.800,00
		4	aquisicao de gabinete tipo rack	230.400,00



Unidade orçamentária	Projeto	Grupo natureza da despesa	Descrição do serviço	Total
Tribunal	1.5 – Ampliação e modernização da rede de comunicação	3	acesso redundante a internet	25.615,33
		3	comun. de dados wan – seções/subseções	2.155.644,35
TOTAL GERAL				12.862.352,79

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR EM 2013

Visando a total execução da despesa e o melhor aproveitamento dos créditos orçamentários, foi aberto o Processo Administrativo 3.687/2012, em que foi monitorado e solicitado, durante todo o ano, de cada seccional e do Tribunal, a liquidação dos empenhos inscritos em restos a pagar em 2012 e os reinscritos de anos anteriores. O art.68 do Decreto 93.872/1986, alterado pelo Decreto 7.654, de 23/12/2011, prevê no seu § 2º que os restos a pagar não processados e não liquidados terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, ocasião que a STN efetuará o bloqueio dos saldos, os quais poderão ser desbloqueados desde que atendam ao disposto nos §§ 3º, inciso I, e 4º para serem utilizados.

Em 2013, foram cancelados R\$ 6.834.804,00, sendo R\$ 424.793,00 de pessoal e R\$ 6.410.011,00 de outras despesas.

O quadro a seguir detalha a execução por unidade gestora, contemplando além dos restos a pagar inscritos em 2012, os reinscritos de exercícios anteriores bem como sua execução.



QUADRO 162
Execução de restos a pagar em 2013

Padrão	Seção	Inscritos		Pagos		A Pagar		Cancelados	
		Pessoal	Outros	Pessoal	Outros	Pessoal	Outros	Pessoal	Outros
P1	Amapá	0	637.439	0	487.790,71	0	26.219	0	-123.430
	Roraima	170.806	4.354.370	156.447	3.228.494	14.311	875.911	-48	-249.965
	Tocantins	57.043	3.141.137	57.025	3.019.462	0	21.462	-18	-100.213
P2	Acre	0	586.636	0	438.956	0	115.570	0	-32.109
	Rondônia	357.094	1.463.296	174.258	1.215.829	90.155	55.364	-92.680	-192.103,44
P3	Amazonas	100.821	1.775.877	100.821	1.351.076	0	195.308	0	-229.493
	Mato Grosso	0	5.853.745	0	4.447.823	0	675.393	0	-730.530
	Piauí	1.877	1.684.687	0	1.333.752	0	130.243	-1.877	-220.692
P4	Maranhão	39.686	3.913.162	19.449	3.171.954	100	429.444	-20.137	-311.764
	Pará	125.437	4.040.870	106.662	3.796.793	0	90.912	-18.775	-153.165
P5	Goiás	255.561	4.358.437	243.824	2.877.583	11.737	1.310.286	0	-170.569
P6	Bahia	368.269	16.006.690	337.771	12.709.462	2.879	2.608.787,22	-27.618	-688.440
	Distrito Federal	441.071	4.048.897	244.699	3.485.587	111.743	258.650	-84.629	-304.660
	Minas Gerais	487.118	10.065.364	482.681	9.715.631	0	32.405	-4.437	-317.328
Subtotal		2.404.783	61.930.606	1.923.638	51.280.193	230.925	6.825.952	-250.220	-3.824.461
TRF		3.172.286	129.906.429	1.127.332	40.546.747	1.870.381	86.778.300	-174.572	-2.585.550
TOTAL GERAL		5.577.069	191.837.036	3.050.971	91.826.940	2.101.306	93.604.252	-424.793	-6.410.011



CONTRATOS DE AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

PROJETO PROCESSO DIGITAL

O Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou os planos de ações dos tribunais regionais federais destinados à virtualização dos processos judiciais com custo estimado em R\$ 154 milhões, financiados pelos contratos celebrados entre o CJF e os TRFs (contratante) com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil (contratadas). O CJF é o gestor deste contrato e as despesas são pagas diretamente pelas contratadas.

O valor aprovado para a 1ª Região foi de R\$ 31.493.489,00. Em 2009, foram realizados R\$ 6.332.356,36; em 2010, R\$ 7.268.901,12; em 2011, R\$ 520.125,00; em 2012, R\$ 1.208.198,25; e, em 2013, R\$ 4.647.874,12, perfazendo assim um total de R\$19.977.454,85 com as aquisições de ativos de rede, solução de gravação de audiências em vídeo, solução de conversão e ocerização, scanners, microcomputadores, notebooks, monitores de vídeo adicionais storage categoria III e servidores tipo blade, licenciamento e treinamento Oracle, nobreaks, expansão da solução de backup e reforma integral do CPD da Seção judiciária em Belo Horizonte.

280

CONTRATO TRF E CEF

O contrato firmado entre o Tribunal e a CEF, com vigência para mais de um exercício financeiro, destinou valores financeiros extraorçamentários para atender interesse do Tribunal, no valor inicial de R\$ 7.363.678,40, que foi acrescido em junho/2012 por meio de termo aditivo em R\$ 3.692.067,40, perfazendo assim o montante de R\$11.055.745,80.

Em 2009, foram pagos R\$ 915.942,76 para quitar faturas pendentes de serviços prestados na obra do edifício-sede da Subseção de Vitória da Conquista/BA.

Em 2010, foram executados R\$ 698.352,60, correspondentes a 11 meses de locação do Edifício Dona Marta, R\$ 949.252,67 à obra do edifício-sede da Subseção de Vitória da Conquista/BA e R\$ 205.600,00 à implantação de ponto eletrônico.

Em 2011, foram pagos R\$ 1.128.906,60, correspondentes a 13 meses de locação do Edifício Dona Marta, R\$ 1.058.378,46 à reforma do edifício-anexo de São Luís/MA, R\$ 650.747,33 correspondentes à continuidade da obra do edifício-sede da Subseção de Vitória da Conquista/BA, R\$ 7.781,32 à a implantação de ponto eletrônico e R\$ 92.704,02 à aquisição de togas para os desembargadores.

Em 2012, foram pagos R\$ 1.150.000,00 relativos a 12 meses de locação do Edifício Dona Marta, R\$ 156.009,28 à reforma do edifício-anexo de São Luís/MA e R\$ 5.500,00 à implantação de ponto eletrônico.

Em 2013, foram pagos R\$ 1.440.000,00 relativos a 12 meses de locação do Edifício Dona Marta.



CONTINGENCIAMENTO E DESCONTINGENCIAMENTO

O art. 9º, da Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04/05/2000, estabelece que, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, fixadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio, limitação de empenho e movimentação financeira.

Por outro lado, o art. 49 da Lei 12.708, de 17/08/2012 – LDO, determina ao Poder Executivo que, ocorrendo a hipótese antes referida, comunique aos demais Poderes e ao Ministério Público da União o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e movimentação financeira.

No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados, dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas em cada Órgão no conjunto das dotações classificadas como primárias fixadas da Lei Orçamentária 2013.

A movimentação dos valores contingenciados na Justiça Federal e na 1ª Região está demonstrada no quadro abaixo, em que se pode verificar que apesar do contingenciamento do 5º e 6º bimestre ter sido o mesmo, houve redução do valor contingenciado da 1ª Região em virtude da redução da base contingenciável decorrente do crédito que cancelou a obra do tribunal e suplementou obras de outras regiões:

QUADRO 163

Valores contingenciados

Período	Valores Contingenciados	
	Justiça Federal	1ª Região
1º Bimestre	0,00	0,00
2º Bimestre	39.227.908,00	20.507.533,00
3º Bimestre	46.867.474,00	24.501.340,00
4º Bimestre	46.867.474,00	24.501.340,00
5º Bimestre	43.239.789,00	23.331.684,00
6º Bimestre	43.239.789,00	19.723.250,00

Apesar do cerceamento de crédito que o contingenciamento causa, com o controle e análise do orçamento, o Tribunal trabalhou com a troca de ações contingenciadas, o que possibilitou extensão da execução orçamentária. O valor contingenciado da 1ª Região recaiu sobre os saldos dos créditos especiais abertos em dezembro dos projetos de ampliação do edifício-sede de Uberlândia/MG, reforma do edifício-sede da Seção Judiciária



em Belém/PA, construção de galpão para Arquivo e Depósito Judicial da Justiça Federal do Distrito Federal/DF, e sobre o projeto de construção do edifício-sede de Passos.

SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO - PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR (RPV)

Para a execução do pagamento do programa Cumprimento de Sentenças Judiciais – Precatórios E Requisições de Pequeno Valor, a Secretaria de Orçamento e Finanças do Governo Federal disponibilizou as dotações orçamentárias para este Tribunal, por força de legislação, quer seja dos débitos de responsabilidade da União Federal, quer seja das entidades diversas.

O pagamento dos processos de precatório, seja de natureza alimentícia e demais naturezas, foi efetivado no mês de abril/2013, relativo aos precatórios de natureza alimentícia e outubro/2013, relativos aos precatórios de natureza comum parcelados de 2003 a 2011 e do ano de 2013, conforme cronograma de pagamento acertado entre a SOF/MPOG eo Conselho de Justiça Federal.

Os recursos foram disponibilizados e os precatórios e requisições de pequeno valor foram pagos por meio da Unidade Gestora – UG 090049, deixando transparentes as liquidações e o acompanhamento. Na UG 090027, foram mantidos somente os pagamentos dos parcelados, cujas parcelas anteriores já vinham sendo pagas.

No decorrer do exercício, foram oferecidos valores das dotações orçamentárias — as quais apresentaram saldo após o pagamento devido – relativas a precatórios para suplementar dotações de RPV, objetivando a concessão de crédito adicional suplementar para complementação da dotação orçamentária relativa às RPs em todos os grupos de natureza da despesa.

Da mesma forma, as dotações orçamentárias para pagamento das RPs em todos os grupos de natureza da despesa, União e entidades diversas, incluindo aqueles de responsabilidade do Fundo do Regime Geral da Previdência (FRGPS) e Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), apresentaram déficit, sendo necessária suplementação.

O quadro a seguir demonstra o comportamento do número de processos e beneficiários comparativamente entre os exercícios de 2012 e 2013 da ação CSJ:

QUADRO 164

Número de beneficiários – precatórios e RPV

Precatórios e Requisições de Pequeno Valor		
Ano	2012	2013
N. de processos (PRC + RPV)	286.287	297.729
N. de beneficiários (PRC + RPV)	328.897	345.815



GRUPO DE TRABALHO DE PRECATÓRIOS

No exercício de 2013, o Grupo de Trabalho para uniformização de procedimentos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor, instituído pelo Conselho de Justiça Federal por meio de portaria, se reuniu quatro vezes, objetivando o estudo, debate e apresentação de soluções na área orçamentária, pareceres jurídicos, minutas de documentos, adequação de procedimentos que objetivem dar celeridade, entre outros.

As dotações consignadas no exercício de 2013 para precatório e RPV do Tribunal da 1ª Região foram executadas conforme quadros a seguir:



QUADRO 165
Execução de precatórios e RPVs - 2013

Entidades	Tipo	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Precatórios	Alimentício	99.424.980,00	99.261.312,33	163.667,67	99.261.312,33	0,00	99,84%
	Outros	499.603.711,00	499.456.809,42	146.901,58	498.615.889,34	840.920,08	99,97%
	CUPS	14.700.306,00	14.297.139,34	403.166,66	7.610.501,16	6.686.638,18	97,26%
	Total	613.728.997,00	613.015.261,09	713.735,91	605.487.702,83	7.527.558,26	99,88%
RPV	Alimentício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%!
	Outros	1.564.951.748,00	1.564.951.728,04	19,96	1.564.596.377,52	355.350,52	100,00%
	Total	1.564.951.748,00	1.564.951.728,04	19,96	1.564.596.377,52	355.350,52	100,00%
Total entidades		2.178.680.745,00	2.177.966.989,13	713.755,87	2.170.084.080,35	7.882.908,78	99,97%

União Federal	Tipo	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Precatórios	Alimentício	350.900.361,00	350.824.436,38	75.924,62	350.824.436,38	0,00	99,98%
	Outros	786.709.020,00	786.709.019,65	0,35	753.654.870,76	33.054.148,89	100,00%
	CUPS	39.589.070,00	39.589.070,00	0,00	37.910.438,52	1.678.631,48	100,00%
	Total	1.177.198.451,00	1.177.122.526,03	75.924,97	1.142.389.745,66	34.732.780,37	99,99%
RPV	Alimentício	552.964.431,00	552.964.431,00	0,00	552.906.348,74	58.082,26	100,00%
	Outros	43.112.657,00	42.254.176,87	858.480,13	42.060.646,50	193.530,37	98,01%
	Total	596.077.088,00	595.218.607,87	858.480,13	594.966.995,24	251.612,63	99,86%
TOTAL UNIÃO FEDERAL		1.773.275.539,00	1.772.341.133,90	934.405,10	1.737.356.740,90	34.984.393,00	99,95%

Extraorçamentários	Tipo	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Precatórios	Extraorçamentários			0,00	1.312.232,10		0,00%
Total extraorçamentário		0,00	0,00	0,00	1.312.232,10	0,00	0,00%

União Federal e entidades	Tipo	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Precatórios	Alimentício	450.325.341,00	450.085.748,71	239.592,29	450.085.748,71	0,00	99,95%
	Outros	1.286.312.731,00	1.286.165.829,07	146.901,93	1.252.270.760,10	33.895.068,97	99,99%
	CUPS	54.289.376,00	53.886.209,34	403.166,66	45.520.939,68	8.365.269,66	99,26%
	Extraorçamentários				1.312.232,10		
	Total		1.790.927.448,00	1.790.137.787,12	789.660,88	1.749.189.680,59	42.260.338,63
RPV	Alimentício	552.964.431,00	552.964.431,00	0,00	552.906.348,74	58.082,26	100,00%
	Outros	1.608.064.405,00	1.607.205.904,91	858.500,09	1.606.657.024,02	548.880,89	99,95%
	Total		2.160.028.836,00	2.160.170.335,91	858.500,09	2.159.563.372,76	606.963,15
TOTAL UNIÃO E ENTIDADES		3.951.956.284,00	3.950.308.123,03	1.648.160,97	3.908.753.053,35	42.867.301,78	99,96%



Os restos a pagar de precatório e RPV foram executados em conformidade com os demonstrativos abaixo:

QUADRO 166

Execução de restos a pagar de precatórios e RPV - 2013

Entidade		Inscrição de restos a pagar em 2013	Restos a pagar pagos em 2013	Restos a pagar a liquidar	Restos a pagar cancelados em 2013	% execução
Precatórios	Alimentício	39.615.299,58	300,00	26.908.420,62	-12.706.578,96	0,00%
	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Total	39.615.299,58	300,00	26.908.420,62	-12.706.578,96	0,00%
RPV	Alimentício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Outros	403.337,34	295.654,35	92.277,63	-15.405,36	73,30%
	Total	403.337,34	295.654,35	92.277,63	-15.405,36	73,30%
Total Entidades		40.018.636,92	295.954,35	27.000.698,25	-12.721.984,32	0,74%

União Federal		Inscrição de restos a pagar em 2013	Restos a pagar pagos em 2013	Restos a pagar a liquidar	Restos a pagar cancelados em 2013	% execução
Precatórios	Alimentício	369.967.959,94	1.228,50	108.907.353,28	-261.059.378,16	0,00%
	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Total	369.967.959,94	1.228,50	108.907.353,28	-261.059.378,16	0,00%
RPV	Alimentício	189.914,63	0,00	183.881,25	-6.033,38	0,00%
	Outros	995.835,61	0,00	14.958,02	-980.877,59	0,00%
	Total	1.185.750,24	0,00	198.839,27	-986.910,97	0,00%
Total União Federal		371.153.710,18	1.228,50	109.106.192,55	-262.046.289,13	0,00%

União Federal e entidades		Inscrição de restos a pagar em 2013	Restos a pagar pagos em 2013	Restos a pagar a liquidar	Restos a pagar cancelados em 2013	% execução
Precatórios	Alimentício	409.583.259,52	1.528,50	135.815.773,90	-273.765.957,12	0,00%
	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Total	409.583.259,52	1.528,50	135.815.773,90	-273.765.957,12	0,00%
RPV	Alimentício	189.914,63	0,00	183.881,25	-6.033,38	0,00%
	Outros	1.399.172,95	295.654,35	107.235,65	-996.282,95	21,13%
	Total	1.589.087,58	295.654,35	291.116,90	-1.002.316,33	18,61%
Total União E Entidades		411.172.347,10	297.182,85	136.106.890,80	-274.768.273,45	0,07%

SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) foi criado para acompanhar a execução orçamentária das ações constantes na programação das Leis Orçamentárias Anuais (LOAs), no nível de subtítulo das ações e por unidade orçamentária, no tocante aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, visando à prestação de



contas para a sociedade e à transparência dos atos governamentais, conforme prevê a Lei 12.593, de 18/01/2012, Decreto 7.866, de 19/10/2012, e Portaria SOF/MP 103 de 19/10/2012.

Procedeu-se o acompanhamento e análise do desempenho físico e financeiro das ações orçamentárias pertencentes à 1ª Região da UO 12101e o encaminhamento semestral ao CJF, para consolidação e registro no SIOP e o lançamento das ações orçamentárias no SIOP da UO 12102.

RELATÓRIO DE BENEFÍCIOS DA 1ª REGIÃO

O Sistema de Benefícios Assistenciais da Justiça Federal foi instituído pelo Ofício/PR 2011020750 de 28/12/2011, do Conselho da Justiça Federal, com o objetivo de manter o banco de dados atualizado com informações inerentes aos beneficiários, titulares e dependentes dos benefícios assistenciais “assistência médica e odontológica”, “assistência pré-escolar”, “auxílio-alimentação” e “auxílio-transporte”; de forma a identificar os servidores ativos, inativos, efetivos, requisitados, sem vínculo, magistrados, pensionistas estatutários e alimentícios que participam dos referidos benefícios, possibilitando uma melhor gestão dos créditos orçamentários e recursos financeiros da Justiça Federal.

Para fornecer os dados da 1ª Região ao sistema do CJF, a SECBE e a SECRE solicitaram à SECIN o desenvolvimento de um relatório de Benefício da 1ª Região que era gerado no formato “TXT” e migrado para o CJF sem nenhuma conferência, o que acarretava em graves implicações orçamentárias.

LEI ORÇAMENTÁRIA 2014

A proposta orçamentária para 2014 foi elaborada nos termos da Lei 12.919, de 24/12/2013 — Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) —, com a participação efetiva das unidades administrativas do Tribunal e das seções e subseções judiciárias vinculadas à 1ª Região, que enviaram as suas necessidades a esta Secretaria.

A Secretaria de Orçamento do Tribunal procedeu à análise e consolidação dos dados e encaminhou a proposta orçamentária preliminar, no valor de R\$ 3.199.963.023,00, ao Conselho da Justiça Federal.

Em decorrência do limite orçamentário definido à Justiça Federal da 1ª Região, no mês de julho/2013, esta Secretaria procedeu à revisão da proposta, ajustando-a ao novo valor de R\$ 2.233.859.039,00. No decorrer de 2014, esta dotação será acrescida com a distribuição dos valores constantes na reserva do CJF para instalação e manutenção das varas que serão instaladas em 2014, instalação e manutenção das Turmas Recursais, despesas decorrentes de novas instalações, nomeações de cargos vagos e ISIGI/e-JUS.

Com a finalidade de reforçar as dotações orçamentárias da 1ª Região, foram orientadas todas as seccionais para que trabalhassem suas bancadas parlamentares nos respectivos estados e foram preparadas as emendas passíveis de serem apresentadas



e enviadas aos diretores de foro das seções judiciárias, informando a importância da apresentação de emendas parlamentares ao Projeto de Lei do Orçamento 2014 (PL n. 09/2013-CN). Em consequência, foram aprovadas emendas individuais e de bancada de interesse direto da 1ª Região no valor de R\$ 67.503.000,00, passando o orçamento da 1ª Região para R\$ 2.300.930.273,00.

Os quadros a seguir demonstram os projetos priorizados no PL 09/2013 e as emendas aprovadas na Lei orçamentária de 2014 de interesse da 1ª Região:

QUADRO 167

Projetos priorizados no PL 9/2013 (R\$)

TRF/Seção Judiciária	Projetos Primeira Região	PI 009/2013-CN
TRF	Construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília – DF	50.000.000
SJBA	Construção do edifício anexo da Seção Judiciária em Salvador – BA	3.129.250
	Reforma do Complexo de Imóveis da Justiça Federal em Salvador – BA	1.000.000
	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Jequié – BA	1.428.977
	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso – BA	1.500.000
	TOTAL BAHIA	7.058.227
SJDF	Reforma do edifício-sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal – DF	700.000
SJMT	Construção do edifício-sede II da Justiça Federal em Cáceres – MT	164.980
SJMG	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Passos – MG	1.000.000
	Reforma do edifício-sede I da Justiça Federal em Belo Horizonte – MG	927.000
	Reforma do edifício-sede III da Justiça Federal em Belo Horizonte – MG	300.000
	TOTAL MINAS GERAIS	2.227.000
SJPA	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Santarém – PA	1.000.000
SJRO	Aquisição do edifício-sede da Justiça Federal em Guajará-Mirim – RO	1.050.000
TOTAL GERAL PROJETOS		62.200.207

288

QUADRO 168

Emendas aprovadas ao PL 009/2013 – LOA 2014 (R\$)

Unidade	Projeto	Valor.
SJBA	Reforma do Complexo de Imóveis da Justiça Federal em Salvador – BA	350.000
	Construção do Edifício II da Seção Judiciária em Salvador – BA (Juizados Especiais Federais) – BA	20.000.000
	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Juazeiro – BA	143.000
	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Guanambi – BA	1.500.000



Unidade	Projeto	Valor.
TOTAL BAHIA		21.993.000,00
SJMT	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Juína – MT	800.000
	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Diamantino – MT	250.000
	Ampliação do edifício-sede da Justiça Federal em Cuiabá – MT	19.780.000
	Construção do edifício-sede II da Justiça Federal em Cáceres – MT	500.000
TOTAL MATO GROSSO		21.330.000,00
SJGO	Construção do edifício-sede II da Seção Judiciária em Goiânia – GO	18.000.000
	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Jataí – GO	1.500.000
	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Aparecida de Goiânia – GO	250.000
	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Rio Verde – GO	250.000
TOTAL GOIÁS		20.000.000,00
SJPI	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Parnaíba – PI	1.200.000
SJTO	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Araguaína – TO	1.550.000
SJMG	Construção da 2ª Etapa do edifício-sede de Juiz de Fora – MG	230.000
SJPA	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Castanhal – PA	900.000
TOTAL GERAL		67.203.000,00

O quadro a seguir demonstra o orçamento de 2013 com contingenciamento e bloqueio (R\$ 21.415.376,00), e sem a dotação do Projeto ISIGI (R\$ 13.078.931,00) e IVF (R\$ 12.400.000,00), pois, para o orçamento de 2014, os valores destes projetos ainda estão na reserva do CJF para serem distribuídos.

QUADRO 169

Comparativo dos orçamentos de 2013 e 2014 por unidade orçamentária

Orçamento 2013	Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	TOTAL
TRF	261.463.341	16.894.768	10.000	71.933.369	5.750.469	356.051.947
Seções	1.482.504.042	110.393.530	45.324.344	216.820.257	60.954.652	1.915.996.825
TOTAL	1.743.967.383	127.288.298	45.334.344	288.753.626	66.705.121	2.272.048.772
Orçamento 2014	Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	Total
TRF	252.800.000	17.472.610	10.000	79.033.357	50.000.000	399.315.967
Seções	1.459.000.000	107.559.958	22.402.482	233.248.959	79.403.207	1.901.614.606



Orçamento 2013	Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	TOTAL
TOTAL	1.711.800.000	125.032.568	22.412.482	312.282.316	129.403.207	2.300.930.573
% ACRÉSCIMO/ REDUÇÃO						
TRF	-3,31%	3,42%	0,00%	9,87%	769,49%	12,15%
Seções	-1,59%	-2,57%	-50,57%	7,58%	30,27%	-0,75%
TOTAL	-1,84%	-1,77%	-50,56%	8,15%	93,99%	1,27%

Verifica-se que houve acréscimo global na ordem de 1,27% no orçamento proposto para 2014 em relação ao orçamento de 2013. Tal percentual poderá ser diminuído pelo recebimento de crédito contido na reserva do CJF.

A análise por categoria de programação permite as seguintes observações:

- Pessoal – decréscimo de 1,84% em função de constar para 2014 somente a folha normal (base março 2013) sem as nomeações ocorridas de maio a dezembro de 2013. Em 2013, constam também as despesas de exercícios anteriores que foram pagas;
- Benefícios – decréscimo de 1,77% em função de constar para 2014 somente a quantidade de beneficiários existente em março/2013, das despesas de exercícios anteriores de auxílio-alimentação paga aos magistrados. Estes motivos ofuscaram o reajuste que houve na assistência médica;
- Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – decréscimo de 50,56% em função do critério de distribuição do CJF ter sido a execução de 2012 excluindo as despesas de exercícios anteriores;
- Atividades – acréscimo de 8,15% em função da manutenção de novas instalações e novas varas;
- Projetos – acréscimo de 93,99% em razão do cancelamento de dotação ocorrido na obra do TRF em 2013 e ainda em função das emendas aprovadas para a 1ª Região.

O orçamento aprovado para 2014 após os ajustes mencionados abaixo ficou com a dotação designada de R\$ 4.280.344,00 para atender as novas despesas com a manutenção das varas instaladas em 2013

- retirada de R\$ 7.520.274,00 – Contrato de Comunicação de Dados/Internet/Wan - complementação indispensável para a continuidade da prestação jurisdicional, que poderá ser alocada na dotação que o Tribunal receberá do CJF no plano orçamentário Manutenção Tecnológica de Gestão da Informação.
- retirada de R\$ 7.664.000,00 – Contrato de prestação de Serviços de Desenvolvimento, Manutenção, Conversão de Dados Integração de Sistemas e Documenta-



ção de Sistemas (pontos de função), que foi empenhado em 2013 e será executado em restos a pagar;

- retirada de R\$ 280.000,00 – Contrato de prestação de Serviços de Medição de Sistemas de Tecnologia de Informações de TI, que foi empenhado em 2013 e será executado em restos a pagar.

ESTRUTURAÇÃO DAS TURMAS RECURSAIS

Em razão da edição da Lei 12.665, de 13/06/2012, que cria cargos de juiz federal e estrutura permanente para as turmas recursais dos Juizados Especiais Federais, o CJF designou em sua reserva R\$ 15.000.000,00 para distribuição em 2014, que serão utilizados na instalação das 75 turmas, bem como R\$ 11.520.000,00, para a manutenção decorrente destas instalações.

CONCLUSÃO

No ano de 2013, por meio do controle e do gerenciamento dos gastos e do planejamento, as dotações consignadas atenderam às necessidades da 1ª Região e a dotação não utilizada foi em decorrência do não comparecimento de empresas interessadas nas licitações da obra de Construção do edifício-sede da Subseção de Passos/MG e dos Projetos arquitetônicos e executivos da construção do edifício-sede da Justiça Federal em Divinópolis/MG, falta de tempo hábil para atender ao recurso da licitação da obra do edifício-sede da Justiça Federal em Barreiras/BA; da morosidade no processo de aquisição e de reforço de alguns contratos e ainda em função do recebimento de dotação do CJF na segunda quinzena de dezembro, sem possibilidade de troca de grupo de despesas para aquisição de material permanente.



ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1	Desempenho no Tribunal – indicadores relativos ao objetivo estratégico “agilizar os trâmites judiciais”, 18
Quadro 2	Comparativo de desempenho nas seções judiciárias da 1ª Região – indicadores relativos ao objetivo estratégico “agilizar os trâmites judiciais”, 19
Quadro 3	Representantes da 1ª Região, 21
Quadro 4	Estudo – processos distribuídos nas turmas recursais – 3 anos, 30
Quadro 5	Turmas recursais permanentes, 31
Quadro 6	Estruturação de turmas recursais, 32
Quadro 7	Nova competência das varas federais da SJAP, 35
Quadro 8	Processos julgados nos órgãos colegiados administrativos, 46
Quadro 9	Processos julgados pelo conselheiro Mário César Ribeiro, 46
Quadro 10	Pedido de vista pelo conselheiro Mário César Ribeiro, 47
Quadro 11	Reunião Colégio de Presidentes, 47
Quadro 12	Produtividade por desembargador federal, 48
Gráfico 1	Petições apresentadas no Tribunal, 50
Gráfico 2	Petições protocoladas, 50
Quadro 13	Desempenho do Tribunal, 51
Quadro 14	Sessões de julgamento realizadas, 51
Quadro 15	Central de digitalização, 51
Quadro 16	Estatística de notas taquigráficas, 52
Quadro 17	Processos baixados, 53
Quadro 18	Movimentações processuais, 53
Quadro 19	Decisões em REsp e RE, 54
Quadro 20	Evolução do Mutirão Judiciário em Dia por órgão julgador, 55
Quadro 21	Evolução do Mutirão Judiciário em Dia, 57
Gráfico 3	Evolução do Mutirão Judiciário em Dia, 58
Quadro 22	Dados estatísticos da 1ª instância, 58
Quadro 23	Dados acumulados da 1ª instância, 60
Quadro 24	Movimentação processual por seção judiciária – 2013, 60
Gráfico 4	Composição do acervo JEFs – físico e virtual, 61
Quadro 25	Evolução dos processos virtuais nos JEFs, 62



Gráfico 5	Evolução do acervo processual nos JEFs – 2002 a 2013, 63
Quadro 26	Julgamentos nas turmas recursais, 63
Quadro 27	Composição de acervo nas turmas recursais – 2013, 64
Gráfico 6	Demonstrativo da composição do acervo TRs – físico e virtual, 65
Quadro 28	Evolução da movimentação processual das turmas recursais – 2009 a 2013, 66
Quadro 29	Estatística da TRU, 68
Gráfico 7	Beneficiários de precatório e RPV, 70
Gráfico 8	Pagamento de precatórios, 71
Gráfico 9	Pagamento de RPVs, 71
Quadro 30	Pagamentos de precatórios e RPVs, 72
Quadro 31	Precatórios aguardando pagamento, 73
Quadro 32	Distribuição de varas federais na 1ª Região, 75
Quadro 33	Varas federais na capital e no interior, 75
Quadro 34	Varas federais instaladas em 2013, 76
Quadro 35	Juizados instalados na 1ª Região em 2013, 78
Quadro 36	Quantidade e tipos de juizados e turmas recursais, 78
Quadro 37	JEFs itinerantes realizados, 80
Quadro 38	Mutirões de audiências realizados, 81
Quadro 39	Resultados do mutirão de sentenças a distância, 82
Quadro 40	Resultados alcançados no mutirão de sentenças na SSJ de Rondonópolis/MT, 82
Quadro 41	Resultados alcançados no mutirão de sentenças a distância na SSJ de Guanambi/BA, 83
Quadro 42	Resultados alcançados no mutirão de perícias conciliatórias na SSJ de Araguaína/TO, 84
Gráfico 10	Distribuição de varas e juizados, 88
Gráfico 11	Distribuição dos JEFs, 88
Gráfico 12	Movimentação processual nas varas e nos juizados – 2002 a 2013 – processos distribuídos, 89
Gráfico 13	Movimentação processual nas varas e nos juizados – 2002 a 2013 – processos julgados, 89
Gráfico 14	Movimentação processual nas varas e nos juizados – 2002 a 2013 – processos em tramitação, 89
Gráfico 15	Conciliação realizadas nas varas e nos juizados – 2011 a 2013, 90
Quadro 43	Dados da Ouvidoria – consolidação da 1ª Região, 90
Quadro 44	Manifestações recebidas pela Ouvidoria, 91



Quadro 45	Correções gerais ordinárias, 95
Quadro 46	Processos autuados, 96
Quadro 47	Processos arquivados, 96
Quadro 48	Processos autuados e arquivados por mês, 97
Quadro 49	Decisões e despachos proferidos por procedimento, 97
Quadro 50	Decisões, despachos e votos após período de reestruturação, 98
Quadro 51	Proposta de Emenda à Constituição (PEC) – Câmara dos Deputados, 99
Quadro 52	Proposta de Emenda à Constituição (PEC) – Senado Federal, 101
Quadro 53	Projeto de Lei (PL) – Câmara dos Deputados, 102
Quadro 54	Projeto de Lei Complementar (PIP) – Câmara dos Deputados, 104
Quadro 55	Projeto de Lei do Senado (Pls) – Senado Federal, 105
Quadro 56	Resoluções 2013, 105
Quadro 57	Portarias 2013, 107
Quadro 58	Provimentos Coger, 116
Quadro 59	Portarias Coger, 117
Quadro 60	Circulares Coger, 119
Quadro 61	Comissões/comitês/equipes/grupos de trabalho, 121
Quadro 62	Veículos de comunicação, 126
Quadro 63	Informativos da 1ª Região – jornalismo impresso e eletrônico, 126
Quadro 64	Informativos da 1ª Região – telejornalismo, 127
Quadro 65	Reprodução, acabamento e montagem, 128
Quadro 66	Quantidade de licitações, 130
Quadro 67	Valores de licitações efetuadas, 131
Quadro 68	Registro de preço, 131
Quadro 69	Compras e contratações, 132
Quadro 70	Lavratura de novos instrumentos por tipo de instrumento, 132
Quadro 71	Lavratura de contrato por tipo de objeto, 132
Quadro 72	Lavratura de termos aditivos por tipo de instrumento, 133
Quadro 73	Lavratura de apostilamento e rescisão por tipo de instrumento, 133
Quadro 74	Quantitativo de notas fiscais analisadas, de pedidos de reajuste, repactuação e e reequilíbrio distribuídos e de processos de penalidade autuados, 133
Quadro 75	Gerenciamento de documentos orçamentários e financeiros, 133
Quadro 76	Gestão de material, 134
Quadro 77	Desfazimento de bens por tipo de procedimento, 135
Quadro 78	Publicação de matérias, 136



Quadro 79	Documentos postados, 137
Quadro 80	Baixas de processos judiciais por destino da remessa, 137
Quadro 81	Documentos recebidos, 138
Quadro 82	Receita gerada com fornecimento de cópias reprográficas, digitalizações e autenticações, 138
Quadro 83	Telegramas transmitidos e petições recebidas via fax, 138
Quadro 84	Termos de cooperação firmados, 139
Quadro 85	Jurisprudência (publicações), 140
Quadro 86	Base de jurisprudência (indexação), 141
Quadro 87	Acórdãos processados, 141
Quadro 88	Processos e documentos arquivados, 141
Quadro 89	Arquivamento de processos, 141
Quadro 90	Descarte de processos e documentos, 142
Quadro 91	Atualização do acervo (livros e periódicos adquiridos), 143
Quadro 92	Atualização de acervos (valores gastos), 143
Quadro 93	Atendimento ao usuário da Biblioteca, 143
Quadro 94	Registro e processamento técnico de acervo, 144
Quadro 95	Situação atual dos processos de contas do TRF 1ª Região, 148
Quadro 96	Quantitativo de processos de admissão, aposentadoria e pensão, 149
Quadro 97	Quantitativo de processos de folha de pagamento e exercícios anteriores, 150
Quadro 98	Atendimento aos acórdãos do TCU, 150
Quadro 99	Atendimento às demais diligências do TCU, 151
Quadro 100	Quantitativo de processos de licitações, contratos e ajustes congêneres, 152
Quadro 101	Quantitativo de processos analisados quanto ao aspecto da contabilidade, 154
Quadro 102	Quantitativo de orientações contábeis expedidas, 154
Quadro 103	Execução de auditorias na Justiça Federal da 1ª Região, 155
Quadro 104	Quantitativo de recomendações e solicitações de providências/justificativas expedidas, 156
Gráfico 16	Quantitativo de recomendações expedidas em auditorias, 156
Quadro 105	Gestão dos planos de ação, 161
Quadro 106	Diretores e vice-diretores de foro, 167
Quadro 107	Cargos de juiz federal e juiz federal substituto, 167
Quadro 108	Vacância no TRF 1ª Região, 168
Quadro 109	Vacância nas seções judiciárias, 168
Quadro 110	Auxílio em gabinete de desembargador federal, 170



Quadro 111	Substituição de desembargador federal, 171
Quadro 112	Projeto Mutirão Judiciário em Dia, 172
Quadro 113	Remoção, promoção, permuta e convocação, 173
Quadro 114	Remoção de juiz federal, 173
Quadro 115	Remoção de juiz federal substituto, 178
Quadro 116	Remoção de juiz federal substituto para outras regiões, 180
Quadro 117	Permuta de juiz federal substituto, 180
Quadro 118	Promoção de juiz federal, 180
Quadro 119	Servidores efetivos, 183
Quadro 120	Provimentos e vacâncias, 184
Quadro 121	Juízes afastados para cursar pós-graduação, 193
Quadro 122	Participações em eventos regionais – 2013, 194
Quadro 123	Participações em eventos de capacitação presencial com videoconferência – 2013, 195
Quadro 124	Participações em eventos de capacitação virtuais gerenciais – 2013 – servidores, 195
Quadro 125	Participações em eventos de capacitação virtuais não gerenciais – 2013 – servidor, 195
Quadro 126	Participações em eventos de capacitação presenciais internos do programa de gestores de contratos – 2013, 196
Quadro 127	Aposentados, pensionistas e instituidores, 197
Gráfico 17	Posses de candidatos por local, 199
Quadro 128	Exame periódico de saúde – 2013, 200
Quadro 129	Imunização contra gripe – 2013, 201
Quadro 130	Projeto Superação, 202
Quadro 131	Projeto Doe Sangue, Doe Vida, 202
Quadro 132	Clientela atendida por especialidade em 2013, 203
Quadro 133	Beneficiários do Pro-Social – 31/12/2013, 204
Gráfico 18	Evolução do quantitativo de beneficiários do Pro-Social, 205
Quadro 134	Custo mensal per capita médico-hospitalar e odontológico em 2013 (R\$), 206
Gráfico 19	Curvas do custo mensal <i>per capita</i> médico-hospitalar e odontológico em 2013, 207
Quadro 135	Despesas do Pro-Social por benefícios, 207
Quadro 136	Receitas orçamentárias e próprias em 2013 (R\$), 209
Quadro 137	composição das receitas próprias em 2013, 210
Quadro 138	Valores dos serviços mensurados, 215
Quadro 139	Despesas com manutenção de veículos oficiais por fabricante, 217
Quadro 140	Despesa com combustível para veículos oficiais do Tribunal, 218



Quadro 141	Despesa com combustível para veículos oficiais da SJDF, 218
Quadro 142	Requisições via Siate - totais mensais de atendimento, 218
Quadro 143	Número de contratos contínuos, 219
Quadro 144	Prestação de serviços não continuados, 219
Quadro 145	Visitas aos postos de trabalho e ações realizadas, 219
Quadro 146	Notificações realizadas - servidores e terceirizados, 220
Gráfico 20	Intimações e citações em 2013, 228
Gráfico 21	Petições enviadas por banco de dados, 231
Gráfico 22	Documentos administrativos criados na 1ª Região, 233
Gráfico 23	Processos administrativos criados na 1ª Região, 233
Quadro 147	Orçamento 2013 para 1ª Região, 237
Quadro 148	Demonstrativo das alterações na lei orçamentária de 2013 (R\$), 238
Quadro 149	Dotação 2013 por tipo de ação (R\$), 241
Quadro 150	Limites financeiros concedidos, Darfs/GPS/GRU e receitas arrecadadas 2013 (R\$), 244
Quadro 151	Execução orçamentária 1ª Região - consolidada - 2013 (R\$), 246
Quadro 152	Execução Orçamentária 1ª Região - Pessoal - 2013 (R\$), 247
Quadro 153	Execução orçamentária 1ª Região - benefícios - 2013 (R\$), 249
Quadro 154	Execução orçamentária 1ª Região - atividades - 2013 (R\$), 251
Quadro 155	Crédito não utilizado 1ª Região - atividades - 2013 (R\$), 253
Quadro 156	Aquisição de veículos 2013 (R\$), 255
Quadro 157	Execução orçamentária 1ª Região - AJPC - 2013 (R\$), 256
Quadro 158	Execução orçamentária 1ª Região - projetos - 2013 (R\$), 257
Quadro 159	Demonstrativo da execução de JC reformas 2013 (R\$), 267
Quadro 160	Demonstrativo IVF 2013 (R\$), 273
Quadro 161	Demonstrativo de realizações na ação implantação do Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal - 2013 (R\$), 276
Quadro 162	Execução de restos a pagar em 2013 (R\$), 279
Quadro 163	Valores contingenciados, 281
Quadro 164	Número de beneficiários - precatórios e RPV, 282
Quadro 165	Execução de precatórios e RPVs - 2013 (R\$), 284
Quadro 166	Execução de restos a pagar de precatórios e RPV - 2013, 286
Quadro 167	Projetos priorizados no PL 9/2013 (R\$), 288
Quadro 168	Emendas aprovadas ao PL 009/2013 - LOA 2014 (R\$), 288
Quadro 169	Comparativo dos orçamentos de 2013 e 2014 por unidade orçamentária, 289